

Adeildo Júnior

**MANUAL
DE ESCRITA
SOCIOLÓGICA**

*para o ENEM**



**Um Guia Didático para o
ensino de Sociologia e
Redação.*

Sumário

Apresentação	4
Ficha Técnica	7
Competências e habilidades da BNCC no Manual de Escrita sociológica	8
Concepção Pedagógica do Manual de Escrita Sociológica	10
Parte 1- Temas propostos, textos e escrita sociológica	13
Capítulo 1 – INTOLERÂNCIA RELIGIOSA	16
Quem fala sobre esse tema?	19
Como esse tema caiu no ENEM?	23
Contribuições da sociologia	28
Escrita sociológica: como fazer uma boa introdução	32
1ª Prática de escrita sociológica	41
Construa seu repertório! Pesquise!	43
Capítulo 2 – CIDADANIA NO BRASIL	44
Quem fala sobre esse tema?	48
Como esse tema caiu no ENEM?	53
Contribuições da sociologia	58
Escrita sociológica: parágrafos de desenvolvimento	63
2ª Prática de escrita sociológica	71
Construa seu repertório! Pesquise!	74
Capítulo 3 – RELAÇÕES SOCIAIS	75
Quem fala sobre esse tema?	80
Como esse tema caiu no ENEM?	84
Contribuições da sociologia	89
Escrita sociológica: a conclusão	95



3ª Prática de escrita sociológica	103
Construa seu repertório! Pesquise!	106
Capítulo 4 – VIOLÊNCIA	107
Quem fala sobre esse tema?	112
Como esse tema caiu no ENEM?	115
Contribuições da sociologia	120
Escrita sociológica: a dissertação	127
4ª Prática de escrita sociológica	140
Construa seu repertório! Pesquise!	142
SEÇÃO ACESSE+	143
INTOLERÂNCIA RELIGIOSA: ACESSE+	144
CIDADANIA NO BRASIL: ACESSE +	147
RELAÇÕES SOCIAIS: ACESSE+	150
VIOLÊNCIA: ACESSE+	152
SEÇÃO CIENTISTAS SOCIAIS	156
SEÇÃO RESPOSTAS SUGERIDAS	162
1ª Prática de escrita sociológica: respostas sugeridas	163
2ª Prática de escrita sociológica: respostas sugeridas	165
3ª Prática de escrita sociológica: respostas sugeridas	167
4ª Prática de escrita sociológica: respostas sugeridas	170
Parte 2 – Proposta de uma sequência didática para uma eletiva	172
SEQUÊNCIA DIDÁTICA – CAPÍTULO 1: INTOLERÂNCIA RELIGIOSA	175
SEQUÊNCIA DIDÁTICA – CAPÍTULO 2: CIDADANIA NO BRASIL	177
SEQUÊNCIA DIDÁTICA – CAPÍTULO 3: RELAÇÕES SOCIAIS	179
SEQUÊNCIA DIDÁTICA – CAPÍTULO 4: VIOLÊNCIA	181
Referências	183

Apresentação

Professora e professor, saudações sociológicas e linguísticas!

Este Manual de Escrita Sociológica é resultado de uma combinação de fatores: da minha experiência profissional de mais de trinta anos como professor de português, literatura e, em especial, de redação para vestibulares e para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), quando exercia sem saber o estranhamento, a desnaturalização e a imaginação sociológica com minhas alunas e alunos; do exercício de corretor de redações para vestibulares tradicionais por todo esse trajeto e para o ENEM por mais de oito anos, quando vi as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas sendo utilizadas como repertório sociocultural nas redações numa crescente desde 2015; e das minhas reflexões, perspectivas pedagógicas e sociológicas advindas do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO). Destaco, ainda, que produzi este manual mais especificamente para proporcionar experiências de alfabetização e letramento sociológicos aos estudantes por meio da leitura e da produção textual nas escolas com vistas ao exercício pleno de suas competências linguísticas e sociológicas.

A experiência pedagógica que mais me inspirou a elaboração deste manual decorre da curiosidade em saber por que tantos estudantes têm usado as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, especialmente a sociologia e a filosofia na produção de suas redações, inclusive e notadamente nas redações nota 1000 divulgadas pelo INEP nas Cartilhas de Redação do Participante do ENEM. Assim, como corretor, vi muitas experiências argumentativas bem construídas e muitas outras mal elaboradas. Como professor de redação que sou e como professor de sociologia que estou me tornando, o incômodo com os equívocos argumentativos me levaram a pensar em um material por meio do qual pudesse oferecer a professoras e professores alguma orientação mais sólida para uma prática textual sociológica e mais assertiva.

Convém esclarecer o que neste manual chamo de “redação sociológica” ou “escrita sociológica”. Não se trata da maneira científica que o cientista social, em especial o sociólogo, escreve. Não é a redação acadêmica da sociologia. A ideia de redação sociológica que empreendo aqui se aproxima bastante do que defende Durkheim (1978), na introdução de “As formas elementares da vida religiosa”, ao afirmar que nossas percepções sobre o mundo, o tempo, o espaço, a humanidade e nossos juízos de valor — sobre o que é bom, mau, feio ou belo — são construções elaboradas socialmente. Nesse sentido, a redação ou escrita sociológica é “um processo de materialização desse pensamento social” (Cunha, 2023).

Assim, o professor ou professora que adotar este manual para ensinar sociologia ou redação deve compreender que aqui chamo de redação ou escrita sociológica a *produção textual elaborada por estudantes em que há uma demonstração de certo nível de alfabetização e letramento sociológicos, evidenciado pelo emprego de conceitos, categorias, teorias e autores típicos das Ciências Sociais (sociologia, antropologia, ciência política), constatado no emprego vocabular, na análise sociológica, marcada pelo estranhamento, pela desnaturalização e pela fuga da análise rasa e alicerçada no senso comum e no preconceito.*

A ideia de alfabetização e de letramento é tomada aqui como um conceito aplicado à Sociologia. Nesse contexto, Soares (2024) distingue alfabetização de letramento, destacando que, enquanto a alfabetização é um processo que se limita à aquisição do código, das habilidades de leitura e de escrita, o letramento é um processo mais complexo que se estabelece ao longo da vida do usuário da língua em contextos sociais e

profissionais, os quais evocam habilidades linguísticas mais elaboradas, como o reconhecimento de sentidos figurados e o uso da língua em diferentes níveis de linguagem.

Aplicados ao ensino de sociologia, os dois conceitos mantêm a sua essência significativa, mas se ampliam na dimensão das especificidades desta Ciência Social. Dessa forma, adota-se neste Manual a alfabetização sociológica como sendo um processo de aquisição da linguagem e da epistemologia das Ciências Sociais, apreendendo conceitos e teorias da sociologia, da antropologia e da ciência política (Bodart, 2024). Já a concepção de letramento sociológico também se corporifica com dimensões mais complexas, que extrapolam a aquisição conceitual e linguística das Ciências Sociais, mas que se opera a partir dela, ou seja, “Letramento Sociológico refere-se à competência de mobilizar conceitos, noções, categorias, teorias e metodologias das Ciências Sociais com um grau de autonomia, permitindo a comunicação articulada e a explicação fluente de fenômenos sociais concretos” (Bodart, 2014, p. 71).

Assim, ao analisar as 84 redações nota 1000 publicadas pelo INEP nas Cartilhas de Redação do Participante do ENEM produzidas entre 2012 e 2024 e ter constatado a presença do uso de conceitos, categorias sociológicas, obras e teóricos das Ciências Sociais em 33 redações — considerando apenas a sociologia, a antropologia e a ciência política —, consolidou-se em mim o desejo de elaborar um material que pudesse servir de guia para orientar professoras e professores de sociologia e de redação a conduzirem os estudantes a desenvolver uma produção textual mais objetiva, mais técnica, além de permitir o exercício do letramento sociológico e linguístico. Convém lembrar aqui que é a filosofia, dentre as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a disciplina mais recorrentemente usada nestas redações, seguida da sociologia.

Essa curiosidade me fez buscar, num primeiro momento, reconhecer em livros didáticos de sociologia do PNLD 2015 e 2018 e em coleções de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do PNLD 2021 atividades relacionadas à produção de dissertações argumentativas voltadas para o ENEM. Não foi realizada nenhuma análise profunda, apenas a averiguação da presença ou não de exercícios voltados a esse fim. O resultado foi surpreendente, pois, na contramão do que tem ocorrido nas redações, em especial nas de nota 1000 divulgadas pelo INEP, o que se constatou foi a total ausência de atividades desse gênero.

Outro aspecto no mínimo contraditório está no fato de que, apesar de nenhum estudante ser obrigado a usar da/a sociologia para elaborar suas argumentações, as redações nota 1000 são apresentadas como modelos a serem seguidos, como paradigmas de textos bem elaborados. Historicamente, todos sabem que os vestibulares constituíram, ao longo dos anos, uma das forças de pressão sobre professores e currículos. Hoje esse espaço tem sido ocupado pelo ENEM que, com as suas provas objetivas e de redação, bem como com os conteúdos frequentemente cobrados e até a forma como essa cobrança é feita, influencia a maneira como professores, Brasil a fora, planejam e executam as suas aulas, como escolas, cursos preparatórios, sistemas de ensino e até currículos estaduais definem as suas orientações pedagógicas seus objetos de conhecimento. O paradoxo está exatamente no fato de que disciplinas como sociologia e filosofia são recorrentemente usadas pelos estudantes para construir seu arcabouço argumentativo e, em contrapartida, são disciplinas constantemente ameaçadas com redução de carga-horária e até de banimento dos currículos. É nesse sentido que o Manual de Escrita Sociológica tem também uma função política.

Nesse contexto, as atividades presentes neste manual visam ao desenvolvimento da alfabetização e do letramento sociológicos, do letramento linguístico ao exercício da imaginação sociológica, o que se justifica inclusive como estratégia pedagógica de ensino. Por isso, o material é referenciado com base nas abordagens pedagógicas histórico-culturais de Paulo Freire e de Demerval Saviani (Pedagogia Libertadora e Pedagogia Histórico-Crítica), nas metodologias ativas, na Educação 3.0, uma vez que se utiliza no manual, por ser um *e-book*, a ideia de texto multimodal, com *links* que permitem a professores e estudantes o acesso à informação em múltiplas mídias e plataformas.

O Manual de Escrita Sociológica tem sua organização didática dividida em duas partes. Na primeira parte, são apresentados quatro capítulos (Capítulo 1 – Intolerância Religiosa; Capítulo 2 – Cidadania no Brasil; Capítulo 3 – Relações Sociais; e Capítulo 4 – Violência) com seis seções cada um, além de seções especiais de aprofundamento e complementação: as seções *Acesse+*, *Cientistas Sociais* e *Respostas Sugeridas*. A segunda parte é composta por uma sequência didática sugerida para o desenvolvimento de uma disciplina eletiva onde o uso do manual encontraria espaço para além da carga-horária de sociologia e de língua portuguesa para a sua aplicação. Tomou-se como base para pensar a eletiva o currículo de Pernambuco e a própria Base Nacional Comum Curricular.

A escolha desses quatro temas se baseou na atualidade que eles representam no atual cenário social nacional e, com exceção do tema intolerância religiosa, pela transversalidade que possuem, sendo abordados de maneira direta e/ou indireta nas proposta temáticas das provas de redação do ENEM. Porém, caso a professora ou professor desejar trabalhar com outros temas que julgar pertinentes, este manual se apresenta apenas como um modelo estrutural de organização do conteúdo e, para facilitar o trabalho docente, é apresentado um QR Code que dá acesso a um drive com *templates* editáveis ao final da Ficha Técnica (p.6), com orientações sobre como montar seu próprio material.

Além disso, a proposta de uso do Manual de Escrita Sociológica incentiva o trabalho interdisciplinar, porquanto é possível o seu uso individual pela professora ou professor de sociologia para o ensino de sociologia — usando a redação como estratégia de ensino —, pela professora ou professor de língua portuguesa para o ensino de redação — usando a sociologia como estratégia de ensino; ou o uso coletivo, planejado pelas professoras e professores das duas disciplinas em pleno diálogo. Etimologicamente, interdisciplinaridade significa, em sentido geral relação entre as disciplinas (Yared, 2008), aqui o que se propõe é exatamente que esse diálogo entre a sociologia e a língua portuguesa (redação) estruture a aula em que a epistemologia de uma área do conhecimento alimente a outra no estudo e análise dos temas propostos. Por isso, deve-se enfatizar que o uso do guia, seja por docentes de sociologia, seja por docentes de língua portuguesa, pressupõe o diálogo entre as/os docentes das duas áreas do conhecimento a fim de que a experiência e conhecimento técnico de uns alicerces e alimentem a experiência e o conhecimento técnico dos outros.

No mais, professora e professor, boa leitura e bom trabalho!

Prof. Adeildo Júnior

Ficha Técnica

Público-alvo (anos/disciplinas)

1ª, 2ª ou 3ª série do ensino médio, na disciplina de sociologia e/ou de língua portuguesa da Formação Geral Básica (FGB) ou ainda eletivas ou disciplinas de Itinerários Formativos (IFs) que contemplem os conteúdos da sociologia e de redação.

Duração da aplicação deste guia

Uso interdisciplinar por docentes das duas disciplinas – 40 horas, divididas em 20 horas para cada docente.

Uso interdisciplinar por docentes de uma só disciplina – 30 horas.

Uso em formato de eletiva – 40 horas (conforme orientação do Currículo de Pernambuco)

Temática de sociologia e de língua portuguesa (redação)

A redação como estratégia de ensino da sociologia; a sociologia como estratégia de ensino de redação.

Objetivo geral

Promover a alfabetização e o letramento sociológicos e o letramento linguístico, estabelecendo o diálogo entre a sociologia e as técnicas de redação dissertativo-argumentativas em sala de aula.

Produtos

Elaboração de textos em formato de parágrafos e de redações dissertativo-argumentativas.

Recursos necessários

Com acesso à internet: projetos multimídia, notebook, **Manual de Escrita Sociológica** em pdf, aparelhos celulares para fins didáticos (conforme Lei nº 15.100/2025 regulamentada pelo Decreto nº 12.385/2025), ferramentas digitais de produção, exposição e armazenamento de textos, caixa de som, papel, lápis, caneta, borracha, quadro branco e pincéis para quadro branco.

Sem acesso à internet: projetos multimídia, notebook, **Manual de Escrita Sociológica** em pdf (para professoras e professores) e impresso (para estudantes), caixa de som, papel, lápis, caneta, borracha, quadro branco e pincéis para quadro branco.



Caso queira criar seus próprios capítulos com base na estrutura deste Manual de Escrita Sociológica, acesse o drive com os templates e as orientações pelo *QR Code* acima ou clicando no link abaixo.

[Drive: orientações e templates](#)

Competências e habilidades da BNCC no Manual de Escrita Sociológica

Este é um **guia didático para o ensino médio**, por isso as professoras e professores deverão trabalhar as **competências gerais da educação básica** além das competências e habilidades específicas das áreas de **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas** (CHSA) e **Linguagens e suas Tecnologias** (LGG), referenciadas na **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC), visto que o guia didático é destinado tanto ao ensino de sociologia, quanto ao ensino de redação. Além disso, tais competências e habilidades podem ser adequadas perfeitamente aos **currículos estaduais**, uma vez que todos eles são concebidos a partir da BNCC.

Competências Gerais da Educação Básica

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Competências da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Habilidades da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

- (EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
- (EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
- (EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).
- (EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.

Competências da Área de Linguagens e suas Tecnologias

1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.

2. Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitar as diversidades, a pluralidade de ideias e posições e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.

3. Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.

Habilidades da Área de Linguagens e suas Tecnologias

(EM13LGG101) Compreender e analisar processos de produção e circulação de discursos, nas diferentes linguagens, para fazer escolhas fundamentadas em função de interesses pessoais e coletivos.

(EM13LGG102) Analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes mídias como forma de ampliar suas as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade.

(EM13LGG103) Analisar, de maneira cada vez mais aprofundada, o funcionamento das linguagens, para interpretar e produzir criticamente discursos em textos de diversas semioses.

(EM13LGG202) Analisar interesses, relações de poder e perspectivas de mundo nos discursos das diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e verbais), para compreender o modo como circulam, constituem-se e (re)produzem significação e ideologias.

(EM13LGG203) Analisar os diálogos e conflitos entre diversidades e os processos de disputa por legitimidade nas práticas de linguagem e suas produções (artísticas, corporais e verbais), presentes na cultura local e em outras culturas.

(EM13LGG302) Compreender e posicionar-se criticamente diante de diversas visões de mundo presentes nos discursos em diferentes linguagens, levando em conta seus contextos de produção e de circulação.

(EM13LGG303) Debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões manifestados, para negociar e sustentar posições, formular propostas, e intervir e tomar decisões democraticamente sustentadas, que levem em conta o bem comum e os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global.

Concepção Pedagógica do Manual de Escrita Sociológica

Pedagogia Libertadora e Histórico-Crítica

A conexão entre a Pedagogia Libertadora, a Pedagogia Histórico-Crítica e o ensino de sociologia na educação básica se estabelece pela compreensão comum de que a educação é um ato político e que o conhecimento deve servir à emancipação dos sujeitos. Ambas as correntes pedagógicas, embora partam de fundamentos filosóficos distintos, convergem na defesa de uma formação crítica que possibilite aos educandos compreender e transformar a realidade em que vivem.

A Pedagogia Libertadora, de Paulo Freire, enfatiza o diálogo, a escuta e a valorização da experiência dos educandos, propondo a construção coletiva do conhecimento a partir de temas geradores vinculados à realidade concreta dos oprimidos (Freire, 2018). Já a Pedagogia Histórico-Crítica, de Dermeval Saviani, parte também da prática social dos estudantes, mas propõe uma mediação mais rigorosa pelo conhecimento científico, filosófico e histórico, visando superar o saber espontâneo e formar consciências críticas a partir do conteúdo escolar sistematizado (Saviani, 2021).

No ensino de Sociologia, ambas as pedagogias oferecem subsídios fundamentais. A partir da Pedagogia Libertadora, o professor pode trabalhar temas relevantes da realidade vivida pelos alunos, como desigualdades, violências, preconceitos e exclusões, por meio de um diálogo que respeite suas vozes e visões de mundo. Com a Pedagogia Histórico-Crítica, esse diálogo é aprofundado por meio da introdução de conceitos, teorias e métodos das Ciências Sociais, promovendo uma leitura mais complexa e sistematizada da sociedade. Desse modo, o ensino de sociologia, ao se inspirar nessas correntes pedagógicas, torna-se um instrumento de formação integral, política e transformadora dos estudantes da educação básica.

Educação 3.0

A Educação 3.0 representa a ampliação dos modos de integrar as tecnologias digitais à aprendizagem, considerando-as como parte essencial das formas de atuação na vida cotidiana. O conceito está diretamente relacionado à própria evolução das tecnologias, que são constantemente aperfeiçoadas, criadas, disseminadas e incorporadas ao cotidiano e, por extensão, aos processos de ensino e aprendizagem. Essa abordagem resulta da confluência de diversos fatores: os avanços tecnológicos, a emergência das redes sociais, uma compreensão mais aprofundada sobre os processos cognitivos, reformas educacionais e mudanças nos marcos legais. Todos esses elementos têm contribuído para transformar profundamente as formas como a escolarização é concebida e vivenciada na contemporaneidade (Carvalho; Andrade, 2022).

Na Educação 3.0, o papel do aluno é ressignificado: ele deixa de ser um receptor passivo de informações para tornar-se um sujeito ativo, autônomo e protagonista no processo de aprendizagem. Espera-se que ele desenvolva competências como pensamento crítico, colaboração, criatividade e resolução de problemas, utilizando tecnologias digitais e recursos interativos para construir conhecimento de forma significativa e contextualizada.

O professor, por sua vez, assume o papel de mediador, facilitador e curador de experiências de aprendizagem. Ele não é mais a única fonte de saber, mas um orientador que estimula a investigação, promove o trabalho em equipe, propõe desafios e cria condições para que os estudantes desenvolvam trajetórias personalizadas de aprendizagem. Cabe ao docente integrar os recursos tecnológicos ao planejamento pedagógico e favorecer a construção colaborativa do conhecimento, sempre alinhando teoria e prática com os interesses e realidades dos alunos.

Metodologias Ativas

Metodologias ativas são abordagens pedagógicas que colocam o estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem, promovendo sua participação ativa, crítica e reflexiva (Bacich; Moran, 2018). Diferentemente do modelo tradicional, em que o professor é o transmissor de conhecimento e o aluno apenas o receptor, as metodologias ativas propõem situações reais ou simuladas em que o aluno precisa investigar, colaborar, resolver problemas, tomar decisões e construir conhecimentos de forma significativa e contextualizada. Entre as mais conhecidas estão: aprendizagem baseada em problemas (PBL), aprendizagem baseada em projetos (ABP), sala de aula invertida, estudo de caso, gamificação e rotação por estações.

No ensino de sociologia, as metodologias ativas favorecem a análise de situações sociais concretas e a articulação entre teoria e prática. Ao trabalhar com projetos, debates, estudos de caso e investigações em grupo, os estudantes são estimulados a aplicar conceitos sociológicos à realidade, desenvolvendo pensamento crítico e compreensão aprofundada dos fenômenos sociais.

Na redação, especialmente na forma dissertativo-argumentativa exigida no ENEM, as metodologias ativas podem ser aplicadas em oficinas de escrita colaborativa, análise de textos-modelo, debates para formação de argumentos, uso de rubricas avaliativas participativas e revisão entre pares. Essas práticas tornam o processo de escrita mais dinâmico, reflexivo e contextualizado, permitindo que o estudante construa argumentos com base em vivências, pesquisas e discussões significativas.

Assim, as metodologias ativas fortalecem tanto a compreensão sociológica quanto o desenvolvimento das competências argumentativas, promovendo uma aprendizagem mais autônoma, crítica e transformadora.

Interdisciplinaridade

Como já afirmamos, O termo interdisciplinaridade diz respeito, em geral, à articulação entre diferentes disciplinas. Embora seja o mais comum para designar essa articulação, atualmente alguns autores distinguem a interdisciplinaridade de outras concepções similares, como a pluridisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Todas essas abordagens representam formas de relação entre saberes disciplinares, diferenciando-se quanto ao grau de integração, cooperação e coordenação que estabelecem no processo de ensino-aprendizagem, organizadas em uma escala crescente de complexidade e articulação.

Nesse contexto, articulação entre disciplinas representa uma nova postura diante da construção do conhecimento. Trata-se de uma atitude aberta à compreensão tanto dos aspectos ocultos quanto dos manifestos do ato de aprender, colocando-os continuamente em discussão. Fundamenta-se em uma ação em constante movimento, cuja dinâmica revela sua natureza ambígua, tendo como pressupostos a metamorfose, a complexidade e a incerteza que caracterizam os processos educativos em sua totalidade (Fazenda, 2008).

Assim, a interdisciplinaridade entre as aulas de sociologia e redação é de grande relevância para a formação crítica, argumentativa e cidadã dos estudantes. Ambas as disciplinas compartilham o compromisso com a leitura do mundo, a compreensão das relações sociais e a expressão de ideias de forma clara, coerente e fundamentada. Quando integradas, potencializam o desenvolvimento de competências essenciais para a educação básica, como o pensamento crítico, a capacidade de análise, a construção de argumentos e a articulação entre teoria e prática.

A sociologia, nessa ótica, oferece aos estudantes ferramentas conceituais para interpretar os fenômenos sociais, compreendendo questões como desigualdade, identidade, violência, cidadania e poder. Já a língua portuguesa, por meio da redação, possibilita que esse conhecimento se traduza em textos argumentativos consistentes, permitindo que o estudante intervenha simbolicamente na realidade ao produzir discursos críticos e propositivos. Essa articulação não apenas fortalece a aprendizagem em ambas as áreas, como também prepara

o estudante para enfrentar os desafios dos exames nacionais, como o ENEM, e para exercer plenamente sua cidadania.

Desse modo, a integração entre sociologia e redação promove uma formação integral, que respeita a complexidade do conhecimento e favorece a compreensão do mundo em suas múltiplas dimensões, articulando saber, linguagem e transformação social.

Avaliação

Neste Manual, adotamos a Avaliação na perspectiva da Pedagogia Libertadora, da Pedagogia Histórico-Crítica e da Educação 3.0. Cada uma dessas abordagens pedagógicas compreende a avaliação de maneira distinta, mas todas convergem na recusa da avaliação como instrumento de punição ou mera mensuração de conteúdos. Em comum, defendem práticas avaliativas que promovam a aprendizagem, a reflexão e a emancipação dos estudantes.

Na Pedagogia Libertadora, de Paulo Freire, a avaliação é dialógica, processual e formativa. Ela se realiza no contexto da relação horizontal entre educador e educando, sendo um momento de escuta e compreensão das dificuldades, avanços e potencialidades dos estudantes. Freire propõe uma avaliação que não classifica, mas emancipa, ao considerar o sujeito como agente de sua própria formação e ao tomar o erro como oportunidade de reflexão e crescimento.

Na Pedagogia Histórico-Crítica, a avaliação está vinculada ao movimento de superação do senso comum pelo conhecimento sistematizado. Ela é entendida como parte essencial do processo didático-pedagógico, permitindo identificar em que medida os estudantes estão se apropriando do conhecimento historicamente produzido. Trata-se de uma avaliação diagnóstica e formativa, orientada por critérios objetivos, que busca intervir nas dificuldades e garantir o direito à aprendizagem como mediação para a emancipação.

Já na Educação 3.0, a avaliação assume um caráter dinâmico, personalizável e colaborativo, apoiada por tecnologias digitais. Valoriza-se a autoavaliação, a coavaliação entre pares e o feedback constante, permitindo ao estudante monitorar seu próprio progresso e redirecionar sua aprendizagem. As práticas avaliativas ganham formato multimodal, como portfólios digitais, rubricas compartilhadas, mapas conceituais e projetos interativos, conectando o processo de avaliação às demandas contemporâneas de inovação, protagonismo e letramento digital.

A avaliação nessas três abordagens não se limita, portanto, a verificar resultados, mas atua como dimensão formadora, política e transformadora da prática educativa.

Parte 1

Temas propostos, textos e escrita sociológica

A **primeira parte** do guia apresenta à professora e ao professor os temas, textos, teorias, técnicas de redação, exercícios, seções de aprofundamento e sugestões de respostas, ou seja, todo o conjunto de conteúdos e estratégias pedagógicas direcionado para o ensino de sociologia e redação para o ensino médio com foco no desenvolvimento de competências e habilidades exigidas pelo ENEM.

Constam nesta parte quatro capítulos — **Cap. 1 Intolerância Religiosa, Cap. 2 Cidadania no Brasil, Cap. 3 Relações Sociais e Cap. 4 Violência** — com estruturas similares, compostas pelas seções: tema de abertura, quem fala sobre esse tema, como o tema caiu no ENEM, quais as contribuições da sociologia para a compreensão do tema, técnicas de redação, prática de redação, e repertório sociocultural de aprofundamento, conforme a descrição a seguir:

a) **Tema de abertura do capítulo** – Esta é a seção de apresentação do tema que sempre é apresentado em letras maiúsculas destacadas, seguido do box **O que é?**, onde aparece uma primeira definição geral do tema. Além desse box, há sempre dois textos de abertura, de gêneros textuais diferentes, oferecendo à professora e ao professor a possibilidade de abordar os processos de estranhamento e desnaturalização apoiados em linguagens diferentes, mas complementares. Os gêneros textuais variam, por exemplo, entre textos jornalísticos, charges, cartuns, tirinhas etc.

b) **Quem fala sobre esse tema?** – Nesta seção, apresenta-se um autor, cientista da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas que tem sua obra focada na análise do tema em análise. A seção traz um texto-base desse autor, ilustrado com um box com sua foto e uma minibiografia. O texto-base aparece complementado por outros textos também de gêneros variados que ajudam a professora e o professor a explorarem mais amplamente o tema discutido.

c) **Como esse tema caiu no ENEM?** – Aqui nesta seção, a professora e o professor encontram uma prova de redação do ENEM com um tema proposto que se relaciona diretamente ao tema em discussão, cuja finalidade é expor uma situação em que estudantes demonstram seu letramento intelectual, em especial seu letramento linguístico e sociológico, exposto por meio da apresentação de uma redação nota 1000, extraída das Cartilhas do Participante do ENEM, seguida de comentário sobre a estrutura e a argumentação apresentada no texto.

d) **Contribuições da Sociologia** – Esta seção traz um box intitulado **Conceitos Importantes** a partir do qual a professora e o professor serão orientados a conduzir os estudantes num processo de alfabetização sociológica que, segundo o professor e pesquisador Cristiano Bodart (2024), é constituído pela apreensão de conceitos e objetos do conhecimento da sociologia a fim de que esses estudantes possam diante determinada provocação realizar análises e intervenções na realidade em que estão inseridos. Além desse box, há um texto de base sociológica explorando o tema em análise e finalizado com outros dois box: **Por que isso é importante para nós?** e **Para Refletir** — a partir dos quais a professora e o professor podem promover discussões confrontando as primeiras impressões dos estudantes sobre o tema analisado antes e depois da abordagem sociológica. Há, por fim, uma subseção denominada **O que dizem os Cientistas Sociais?** cujo objetivo é apresentar aos estudantes as ideias que autores clássicos e contemporâneos manifestam sobre o tema estudado.

e) **Escrita sociológica¹: técnica de redação** – Nesta seção, é apresentada à professora e ao professor uma ou mais técnicas de redação com todo o detalhamento para a apreensão da técnica a fim de que ela seja ensinada ao estudante com objetividade e assertividade. Para facilitar a compreensão da professora e do professor, a seção é iniciada com uma definição didática da técnica a ser desenvolvida, seguida de exemplificação de seu emprego, passo a passo, com ilustrações detalhadas e visualmente trabalhada a fim de que haja um entendimento objetivo e pleno domínio da técnica de redação. Os exemplos de parágrafos construídos sempre vêm acompanhados do Box “Alfabetização e letramento sociológico no parágrafo”, em que é apresentada uma análise crítica da expressão sociológica presente em

¹ Lembrando que essa escrita sociológica aqui se refere à maneira como o/a estudante escreve, demonstrando a sua alfabetização e letramento sociológico.

cada modelo de parágrafo, com alusões a conceitos, categorias autores e obras usadas, bem como a mobilização de conhecimentos sociológicos para a análise ou desenvolvimento de determinados temas. Isso ajudará o professor/a professora a reconhecer nos parágrafos produzidos essa mesma manifestação.

f) **Prática de escrita sociológica** – Esta é a seção de exercícios de produção textual. Trata-se de um exercício de letramento sociológico, ou seja, uma atividade em que o estudante irá analisar um determinado tema e escreverá parágrafos dissertativo-argumentativos à luz dos conhecimentos sociológicos já incorporados ao seu repertório sociocultural, aplicando e conectando conceitos, teorias, teóricos e obras das Ciências Sociais.

g) **Construa seu Repertório! Pesquise!** – Esta é a última seção de cada capítulo. Nela, a professora e o professor poderão orientar os estudantes a explorar uma curadoria de músicas, livros, filmes, *podcasts* e *sites* que se relacionam diretamente ao tema estudado no capítulo. O objetivo aqui é abrir espaço para apreensão de outras fontes e formas de informação a fim de ampliar e aprofundar o conhecimento do estudante.

A primeira parte do guia conta ainda com mais três seções especiais: a **Seção Acesse+**, a **Seção Cientistas Sociais** e a **Seção Respostas Sugeridas**. Na **Seção Acesse+**, cada capítulo possui uma série de materiais, *sites* e vídeos complementares que a professora e o professor poderão utilizar a fim de ilustrar ou aprofundar as discussões realizadas durante o estudo dos temas. Cada material ou vídeo é acompanhado de *QR Codes* e/ou *links* que permitirão ao estudante acessar ou baixar os conteúdos. Na **Seção Cientistas Sociais**, a professora e o professor contarão com uma tabela que permitirá ao estudante uma espécie de letramento imagético, isto é, um conjunto de imagens e minibiografias dos sociólogos, antropólogos, cientistas sociais, filósofos etc. abordados nos capítulos durante a exposição dos temas. Por fim, na **Seção Respostas Sugeridas**, a professora e o professor contarão com possibilidades de respostas para as atividades que devem servir apenas como ilustração, orientação ou, quando muito, uma expectativa do que o estudante deve se aproximar em termos de análise e produção textual. Jamais deverão ser entendidas como respostas únicas, engessadas e exclusivistas.



OBSERVAÇÃO: Vale ressaltar que nenhuma orientação aqui no guia visa esgotar a discussão sobre os temas propostos, nenhuma atividade aqui proposta representa a única forma de explorar a alfabetização e o letramento sociológico e linguístico dos estudantes, nenhum conjunto de informações representa um conjunto fechado de possibilidades de análise dos temas propostos. Tudo o que aqui é apresentado constitui apenas um norte, entre tantos, outros para a prática pedagógica docente assertiva e objetiva.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

■ CAPÍTULO 1

O QUE É?

A intolerância religiosa no ambiente educacional refere-se a qualquer forma de discriminação, desrespeito ou restrição à liberdade de crença e expressão religiosa de estudantes, professores e demais membros da comunidade escolar. Essa prática pode se manifestar por meio de discursos de ódio, estereótipos, exclusão, coerção, ridicularização ou negação do direito ao culto e às tradições religiosas dos indivíduos. No contexto educacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Constituição Federal asseguram a promoção do respeito à diversidade cultural e religiosa, sendo papel da escola fomentar o diálogo inter-religioso e a valorização da pluralidade de crenças e identidades. Dessa forma, combater a intolerância religiosa na educação implica promover um ambiente de aprendizado inclusivo, que respeite as diferenças e contribua para a formação cidadã e ética dos estudantes.

Maurício Pestana: Religião não se discute, se respeita!²

Das lembranças que trago da infância, lembro-me das conexões religiosas bastante ecumênicas, mas também de muito respeito em um Brasil ingênuo de convivência harmoniosa do ponto de vista religioso, que não existe mais.

Lembro-me ainda que quando criança brincava com os meus primos Eliseu, Elias, Eneias, todos nomes bíblicos, impostos por pais cristãos fervorosos de uma corrente evangélica que proibia as mulheres de cortar o cabelo ou se depilarem e em que crianças e adultos jamais assistiam à televisão.

Esses rígidos dogmas só eram quebrados quando meus primos, escondidos dos pais, e com a anuência de minha mãe, católica fervorosa, mas sempre atenta aos ensinamentos de uma boa “benzedeira” e por complacência aos sobrinhos “crentes”, deixavam os meninos assistirem com o resto das crianças à TV, que exibia séries infantis sobre outros mundos e outros deuses como “*Perdidos no Espaço*”.

De lá pra cá, muitas coisas mudaram... Os evangélicos hoje não só podem assistir à TV como até têm seus próprios canais. Atualmente, no Brasil, eles não são mais uma ínfima minoria, pelo contrário, existem projeções que, em breve, serão a maioria no país e já são providos de poderes econômicos e políticos, com bancada robusta no Congresso que tem até governadores e prefeitos, e muito poder midiático — aliás, maior do que qualquer outra religião no país.

Estão longe daquela minoria chamada de “*os crentes*” dos anos setenta da época da minha infância e, portanto, exigindo o devido respeito que lhes é devido. Porém, esse crescimento, também vem acompanhado de outros aumentos, o país que antes se vangloriava de ser o maior país católico do mundo, assiste aos poucos suas ovelhas se banderarem e engordarem outros rebanhos. Outros credos religiosos crescem também em números e formação, inclusive, acadêmica. A “benzedeira” de ontem é a mestre e doutora macumbeira de hoje, que tem orgulho de sua religião e consciência de seus direitos, e exige também cada vez mais

respeito e isto ultrapassa a barreira da cor.

É só lembrar que é exatamente de São Paulo em direção à região Sul, onde mais crescem as religiões. O Rio Grande do Sul é hoje o estado que tem o maior número de templos de religião

Wire stock/Getty Images



Pessoas rezando na missa, em uma igreja de Salvador, na Bahia. A liberdade de crença é discutida desde o Iluminismo. No Ocidente, consolidou-se com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Seu Artigo 18 afirma que “Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.”

² Texto de Maurício Pestana Jornalista, escritor, especialista em Diversidade e Inclusão e presidente do Fórum Brasil Diverso e RAÇA Brasil Comunicações para a CNN Brasil, em abril de 20214.

de matriz africana registrados no país, superando inclusive a Bahia, tida como berço dessas religiões em solo brasileiro.

A intolerância se impõe hoje muito mais por conta da matriz africana do que pela cor da pele como ficou exposto em um fato que ganhou a imprensa esta semana, onde o professor-doutor, pesquisador e babalaô (sacerdote do Culto de Ifá na religião iorubá), Ivanir dos Santos, entrou com uma representação pública contra a cantora Ludmila, após a artista exibir, durante um show no *Coachella* um vídeo de uma pessoa pisando em uma oferenda, seguida da frase: “*Só Jesus expulsa o tranca rua das pessoas*”.

O representante religioso exigiu que a cantora se manifestasse imediatamente (ela se manifestou nas redes sociais, negando a intolerância), sendo este o primeiro passo para um processo por discriminação religiosa.

Ludmila e Ivanir têm a mesma origem, são cariocas, pretos, cada um de sua forma lutam contra preconceitos, discriminação e o racismo, faltou a cantora entender que religião não se discute, também não se expõe depreciativamente em shows. Religião apenas se respeita, principalmente quando essa religião é historicamente desrespeitada por ter origem preta e africana.

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mauricio-pestana-religiao-nao-se-discute-se-respeita/>

Acesso em: 9 nov. 2024.

Comentando o texto

O texto de Maurício Pestana nos oferece **um ponto de partida** importante para refletir sobre a **intolerância religiosa**, tema cada vez mais presente nos debates sociais e políticos do Brasil contemporâneo e que é o primeiro tema de nosso trabalho neste e-book. A partir de suas memórias, observamos como as relações entre diferentes crenças mudaram ao longo do tempo, revelando não só o avanço de determinados grupos religiosos, mas também o aumento da rejeição e do preconceito contra **religiões de matriz africana**.

Do ponto de vista da Sociologia, a religião é uma das **instituições sociais** fundamentais, responsável por organizar valores, normas e práticas culturais. No entanto, quando essa diversidade religiosa é tratada com hierarquias ou desrespeito, temos a presença da intolerância religiosa — que ocorre quando um grupo tenta impor sua crença ou discrimina outras formas de religiosidade. Essa intolerância se manifesta, muitas vezes, como uma forma de **violência simbólica**³ (Bourdieu), ou seja, uma agressão que não é física, mas que humilha, exclui e silencia outras expressões culturais e espirituais.

No Brasil, as religiões de matriz africana são as mais atingidas, pois, além da questão religiosa, carregam também o peso do **racismo estrutural**, já que são associadas a povos historicamente marginalizados. Ao afirmar que “religião não se discute, se respeita”, Pestana nos lembra que o respeito à diversidade é uma base essencial da cidadania e da convivência democrática.

Esse primeiro tema está diretamente ligado às competências exigidas na prova de Redação do ENEM, que frequentemente propõe discussões sobre direitos humanos, liberdade de expressão e combate à discriminação, inclusive já foi tema da Redação do ENEM 2016 — que exploraremos mais adiante. Assim, refletir sobre intolerância religiosa é um exercício de leitura crítica da sociedade e um excelente ponto de partida para exercitarmos nosso **letramento sociológico**⁴ produzindo textos argumentativos com base em dados, fatos e repertório sociocultural relevante.

³ Ver Conceitos Importantes, em **Contribuições da Sociologia**, p. 28.

⁴ Compreende-se que um estudante possui letramento em uma área do conhecimento quando é capaz de analisar o seu mundo a partir da aplicação de conceitos e teorias dessa área. Assim, um estudante que possui letramento sociológico analisa o mundo à sua volta à luz dos conceitos que apreendeu em contato com a disciplina Sociologia.

Outra linguagem

© Niniu: acervo do artista



A **charge** é um tipo de **texto visual e humorístico**, geralmente publicado em jornais, revistas ou em ambientes digitais, que tem como objetivo **criticar, comentar ou ironizar** fatos da atualidade, comportamentos sociais, políticos ou culturais.

A charge de Niniu dialoga diretamente com o texto de **Maurício Pestana** ao expor, de forma crítica e bem-humorada, a **pluralidade religiosa** e os conflitos que surgem quando uma única crença tenta se impor como verdade absoluta.

Esse diálogo simples evidencia uma **tensão sociológica** importante: a ideia de que há **diversos modos de crer** e que a tentativa de impor uma única visão religiosa ignora a **diversi-**

dade cultural e espiritual da sociedade.

É exatamente esse ponto que Pestana destaca em seu texto: o Brasil, que antes convivia aparentemente com maior tolerância entre religiões, vê crescer hoje a **intolerância religiosa**.

Na perspectiva da **Sociologia**, essa imposição religiosa é uma forma de **etnocentrismo**, pois tenta deslegitimar outras formas de religiosidade, a partir da ideia de uma religião “verdadeira”, “correta”, “única”. Além disso, ela revela como o poder simbólico de uma religião majoritária pode gerar exclusão e discriminação.

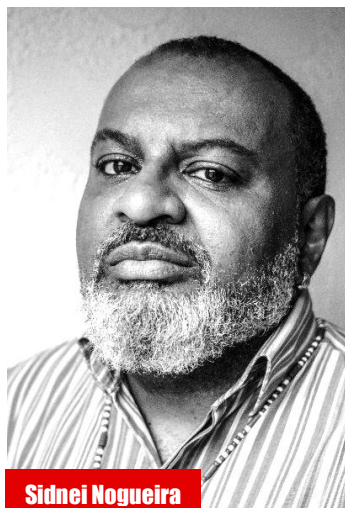
Assim, tanto o Pestana quanto Niniu nos convidam a refletir sobre a importância do **respeito à diversidade religiosa** como um pilar da convivência democrática e da construção de uma sociedade mais justa e plural.⁵



A intolerância religiosa, infelizmente, não se limita às religiões de matriz africana, embora estas sejam frequentemente alvos mais visíveis. No Brasil, diferentes denominações enfrentam situações de preconceito, discriminação e violência simbólica, revelando que o respeito à diversidade de crenças ainda é um desafio social. Reconhecer essa amplitude é essencial para promover uma cultura de diálogo, convivência pacífica e valorização do pluralismo religioso.

A seguir, vamos ver **Quem fala sobre esse tema?**

⁵ Na **Seção Intolerância Religiosa: Acesse+**, conheça a obra de Niniu.



Sidnei Nogueira

Filósofo, escritor e professor, reconhecido por suas pesquisas sobre intolerância religiosa, racismo religioso e pensamento afrocêntrico. Seu trabalho busca valorizar o conhecimento filosófico africano e denunciar a perseguição às religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda. Babalorixá, Sidnei Nogueira é doutor em Semiótica pela USP, professor-visitante na pós-graduação da Unicamp e coordenador do ILE ARA, o Instituto Livre de Estudos Avançados em Religiões Afrobrasileiras. Ele lançou neste ano pela editora Polén o livro “Intolerância religiosa”, parte da coleção Feminismos Plurais.

Trecho da Introdução da obra “Intolerância Religiosa” da Coleção Feminismos Plurais⁶

Dedico esta obra a todos os pais-de-santo e mães-de-santo do Brasil porque eles, mais que qualquer pessoa, merecem e precisam de um esclarecimento. São sacerdotes de cultos como umbanda, quimbanda e candomblé, os quais estão, na maioria dos casos, bem-intencionados. Poderão usar seus dons de liderança ou de sacerdócio corretamente, se forem instruídos. Muitos deles hoje são obreiros ou pastores das nossas igrejas, mas não o seriam, se Deus não levantasse alguém que lhes dissesse a verdade (MACEDO, 1988, p. 5, grifos nossos).

O trecho em epígrafe é parte da introdução do livro *Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?*, do bispo Edir Macedo. O autor “dedica” a obra aos pais e mães de santo, líderes espirituais das Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTro)⁷ no Brasil. Segundo o autor, esses sacerdotes precisam, apesar de bem-intencionados, de esclarecimento e de instrução. Acrescenta ainda que muitos deles hoje são pastores e obreiros nas igrejas do bispo. De acordo com o autor (1988), se Deus não levantasse alguém que lhes dissesse a verdade, ainda seriam pais e mães de santo.

Ao leitor desavisado e aos seguidores de Macedo, o ex-certo e todo o livro apresentam-se preenchidos semanticamente de boa intenção. O mote é a salvação cristã, e obviamente o bispo e sua igreja se colocam na posição de heróis salvadores.

As verdades únicas, ao longo da história, têm servido para dizer o que separa o certo e o errado, julgar e condenar, e o livro é uma evidente condenação racista de todas as práticas de origem africana no Brasil.

As palavras “instrução”, “esclarecimento” e “levantasse” remetem a uma necessidade de higienização das coisas pretas. Instrução se opõe à ausência de conhecimento e ao amorismo, ausência de formação, de escola – certamente a escola europeia. Esclarecimento, como diz a própria unidade lexical, quer clarear a atuação de pais e mães de santo dedicados às práticas escuras, pretas, denegridas. E, quando o autor, na condição de representante legal de um

⁶ Organizada pela filósofa Djamila Ribeiro, a coleção **Feminismos Plurais** tem o objetivo de trazer para o grande público questões importantes referentes aos mais diversos feminismos de forma didática e acessível. Os títulos da coleção são: **Apropriação Cultural**, de Rodney Willian; **Lugar de Fala**, de Djamila Ribeiro; **Empoderamento**, de Joice Berth; **Encarceramento em Massa**, de Juliana Borges; **Racismo Estrutural**, de Sílvia Luíz de Almeida; **Interseccionalidade**, de Carla Akotirene; **Intolerância Religiosa**, de Sidnei Nogueira; e **Racismo Recreativo**, de Adilson Moreira. Saiba mais na **Seção Intolerância Religiosa: Acesse+**.

⁷ O termo **CTTro – Comunidade Tradicional de Terreiro** é adotado como uma designação abrangente para todas as práticas afro-brasileiras, também conhecidas como **Religiões de Matriz Africana** ou **tradições afro-brasileiras**, englobando a **Umbanda**, o **Candomblé**, o **Xambá**, o **Nagô-egbá**, o **Batuque**, o **Tambor de Mina**, a **Jurema** e demais vertentes semelhantes. Diante da perseguição, todas essas tradições são frequentemente rotuladas de forma pejorativa como “macumba”. Por isso, ao nomeá-las com um termo capaz de reuni-las faz parte da formação e fortalecimento de um discurso, uma estratégia linguística em busca do reconhecimento de todos irmanados e unidos por uma herança cultural comum e ancestral.

Deus único – o Deus dele, forjado por ele e para servir a suas intenções –, diz que seu Deus levantou alguém para que dissesse a verdade aos mentirosos e aos que estão abaixados, assume um discurso etnocêntrico e marcado por autoritarismo e racismo.

Nesse sentido, a dedicatória do livro do bispo não é uma homenagem, uma louvação orgulhosa, um reconhecimento ao papel das tradições africanas na formação da identidade nacional. O livro é mais um projeto de conversão em massa e sabemos que conversão em massa somente pode ser consolidada por meio da eleição de um antissujeito, um inimigo, um vilão, um demônio, um grande mal imaginário que se responsabilize por todos os males na vida das pessoas.

O tom é, a um só tempo, racista, etnocêntrico e arrogante. Alguém de fora da nossa realidade, alguém que não concorda com as nossas práticas, alguém que, embora nos veja como bem-intencionados [sic], decide nos instruir porque nos falta instrução. Agora, aquele que quer dizimar pretos e pretas e todos os praticantes de CTTro e nos colocar em uma posição satânica irá nos instruir. Aquele que segura a chibata assume o papel de nosso educador e cabe a ele, em nome de um deus também criado por ele, fazer com que vejamos a verdade “dele”.

O livro é de 1988, que foi também quando teve início a perseguição mais acirrada às CTTro. Trata-se da retomada de um processo de satanização secular, agora executado de modo institucional e midiático pelos principais segmentos neopentecostais⁸ do país.

Uma CTTro é um espaço quilombola que mantém saberes ancestrais de origem africana que são parte da identidade nacional. Um espaço de existência, resistência e (re)existência. Um espaço político. Território de deuses e entidades espirituais pretas, por meio dos quais se busca a prática de uma religiosidade, a um só tempo terapêutica e sócio-histórico-cultural, que se volta para o continente africano, berço do mundo no Novo Mundo.

Desde 1977, quando a primeira Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) foi fundada no Rio de Janeiro, a perseguição às tradições de origem preta – Umbanda, Quimbanda, Candomblé e afins – se agravou e, como veremos ao longo desta obra, criou uma espécie de espetáculo violento contra tudo que, aparentemente, for identitária, filosófica e liturgicamente relacionado às influências africanas no Brasil.

Forças políticas aliaram-se à demonização das CTTro, um projeto de poder fortaleceu-se e a intolerância religiosa tornou-se igualmente esse lugar de pseudo-heróis salvadores do Brasil contra vilões responsáveis por todos os males da sociedade e da alma humana. O proselitismo religioso e eleitoral misturou-se de modo que não se sabe mais o que é religião e o que é política. Com isso, foi ao lixo, do mesmo modo, a suposta laicidade prevista em nossa Carta

Magna.

De um lado, a Constituição de 1988 garante expressamente em seu artigo 5º, tanto no *caput* quanto no inciso VI, a liberdade de crença não apenas como o direito de acreditar no que lhe convier, mas também numa perspectiva de que cada indivíduo pode professar a sua fé e ela será protegida, dentro dos parâmetros legais, por meio da proteção aos templos e cultos que dela emanarem.

De outro lado, porém, o que temos visto é a imposição por meio da criação de um inimigo comum sempre associado às tradições de origem africana no Brasil. Isso não começou ontem, mas não foi uma

Foto: Ana Marina Coutinho



Constituição Federal da República, feita a muitas mãos.

Declaração Universal dos Direitos Humanos.



Foto: un photo – 01.11.1949

⁸ O pentecostalismo é um movimento de renovação religiosa que enfatiza a experiência direta e pessoal com Deus, especialmente por meio do **Batismo no Espírito Santo**. O termo “pentecostal” vem do grego *πεντηκοστή* (*pentekostê*), que significa “cinquenta”, referindo-se à *feira judaica das semanas*. No contexto cristão, esse termo remete ao dia em que o *Espírito Santo* desceu sobre os seguidores de Jesus Cristo. Embora o pentecostalismo abranja diversas vertentes teológicas e organizacionais, no Brasil, é comum que seus adeptos se identifiquem simplesmente como *evangélicos* (BARBOSA, 2010).

regra ao longo da nossa história. Essa liberdade que já constava na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) não existia nas primeiras leis ordinárias e constituições nacionais. Ao contrário, ao longo de boa parte da nossa história, a lei foi utilizada como ferramenta de desigualdade e opressão contra povos trazidos para a colônia na condição de escravos e se voltaria contra uma das principais manifestações culturais do país: o Candomblé.

A estrutura normativa, contudo, foi apenas um reflexo do olhar que a sociedade lançava para as religiões de matriz africana – uma realidade que se mantém até os dias atuais e é vista de modo explícito dentro do ambiente de trabalho. Neste, o hipossuficiente econômico muitas vezes se encontra em uma situação de vulnerabilidade diante do poder diretivo do patrão ou sob a influência de outro empregado, que se utiliza disso para transformar o ambiente de trabalho normativamente, um centro ecumênico – em um local de forçosa aderência ou negação de determinada religião ou modo de manifestá-la.

Está posto que, de modo geral, a cristianização da sociedade é mais do que um movimento de fé. Trata-se efetivamente de um projeto de poder. Desde a Assembleia Constituinte de 1988, grupos evangélicos formais passaram a lutar por concessões públicas de estações de rádio e canais de TV e criar grupos de comunicação. Assembleia de Deus, Rede Renascer em Cristo, entre outros grupos cristãos, cada uma dessas denominações busca, desde então, concessões de rádio e TV por meio de representantes no Congresso e desenvolve sua estratégia de comunicação.

Silas Malafaia, por exemplo, vem da Assembleia de Deus e depois funda sua empresa de comunicação. Francisco Silva, padrinho político de Eduardo Cunha, faz o oposto: vem da comunicação e vai para a igreja. A atual Frente Parlamentar Evangélica, ou Bancada Evangélica, que atualmente é composta por 87 deputados federais e três senadores, num total de 90 parlamentares, já existia em 1987 e contava, à época, com 33 deputados. As concessões de rádio e TV tornam-se moeda de troca política. A estratégia sempre foi ocupar diversos partidos a fim de assegurar vagas em várias comissões no Congresso, para barrar agendas na Comissão de Seguridade Social e Família e garantir as concessões públicas de meios de comunicação na Comissão de Comunicação.

Nesse sentido, a representação política desse grupo evangélico específico, neopentecostal sobretudo, garantia as concessões públicas aos grupos que já haviam montado estruturas de comunicação, empresas que não são de “fundo de quintal”.

Essa força econômica, política e midiática, essa capacidade de difundir a mensagem, se mostra eficaz para expandir o número de fiéis, além de ser um sistema que se retroalimenta. Ser evangélico vem se tornando um valor eleitoral cada vez mais forte. É quase impensável uma repartição pública sem uma bíblia e um crucifixo. Ao chegar a uma delegacia, fórum, hospital, presídio, escola e demais repartições públicas, é quase impossível não ser recebido por um símbolo cristão, a dizer que o Estado não é laico e que você precisa se submeter a uma fé hegemônica.

Hoje, ao entrar em cidades como Paraty, Mauá, Sorocaba, entre outras pelo Brasil afora,



Placa nas entradas de Mauá, Nova Iguaçu e Carapicuíba ilustram a força de um etnocentrismo enraizado no Estado que deveria, pela lei, ser laico.

Bastidor político / Imagem

Foto: Cléber Júnior / Agência O Globo

Jornal Carapicuíba/Imagem

você encontrará a normatização de um movimento “**cristãoocêntrico**” fortalecido por meio de frases de conversão de massa e exclusão de religiões tidas como inferiores e menores. “Jesus Cristo é o senhor de Mauá”, “Paraty pertence a Jesus” e “Sorocaba é do senhor Jesus Cristo” são alguns dos exemplos de um movimento absolutamente etnocêntrico e da promiscuidade entre o público e o privado-religioso.

Tudo isso tem sido normatizado e recebido pela massa de modo acrítico. Naturalmente, os supostamente cristãos, mesmo que não praticantes e apenas de nome fantasia, sentem-se contemplados e representados por um poder político que usa o nome de Cristo apenas como propaganda eleitoral. Nessa relação, o que vemos é uma construção simbólica e ilusória que parece ser real, mas não passa de um processo semiótico de criação de uma realidade que funciona como anestésico para problemas também potencializados pelo pecado, pela culpa e pelo medo cristãos.

Com toda essa malha social “**cristãoocêntrica**”, em um país constitucionalmente laico, esse movimento fortalece ou auxilia a manutenção da perseguição e do extermínio daquele que não se submete a tal estrutura?

A pergunta que não quer calar é: a promiscuidade entre fé (cristã-evangélica), política, Estado e proselitismo está a serviço de quem e de quê? Quem tem efetivamente se beneficiado desse proselitismo eleitoral?

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância Religiosa** [livro eletrônico]. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020. p. 14-18. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

Comentando o texto

O texto de Sidnei Nogueira, assim como o de Maurício Pestana, denuncia com contundência os **mecanismos de intolerância religiosa no Brasil**, especialmente aqueles voltados às religiões de matriz africana, revelando como o **preconceito religioso** se entrelaça com o **racismo estrutural** e com **projetos de poder político e midiático**. Perceba como os autores evidenciam que a perseguição às práticas afro-brasileiras não é apenas religiosa, mas profundamente **ideológica e racializada**, isto é, sustentada por uma **lógica etnocêntrica e cristã-evangélica hegemônica** que tenta apagar as tradições negras em nome de uma suposta “verdade” única. Enquanto Pestana recorre a suas memórias e à crítica do cenário atual para apontar o avanço político dos grupos evangélicos e a crescente deslegitimação das religiões negras, Nogueira aprofunda esse diagnóstico ao mostrar como essa intolerância se consolida de **forma institucional, histórica e legal**, através de concessões midiáticas, alianças partidárias e naturalização simbólica do cristianismo como norma nacional, tornando explícita a falsa laicidade do Estado brasileiro.

Vamos ver **Como esse tema caiu no ENEM?**

A charge, do cartunista Carlos Latuff, critica a intolerância religiosa no Brasil, especialmente a perseguição sofrida pelas religiões de matriz africana. A charge expõe a contradição de determinados grupos religiosos que, ao invés de defenderem o amor e a aceitação, promovem ataques e intolerância contra tradições afro-brasileiras. Isso reflete um problema maior: a religiosidade negra no Brasil ainda é marginalizada e criminalizada, sendo associada ao mal por discursos fundamentalistas. A ilustração nos convida a refletir sobre a necessidade de respeitar a diversidade religiosa e combater o racismo religioso, garantindo a liberdade de culto a todas as crenças. A frase “SAI, TOLERÂNCIA!” ironiza o discurso de algumas correntes religiosas que, em vez de pregar o respeito e a convivência pacífica, incentivam a intolerância.



Como esse tema caiu no ENEM?



INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

Em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil e com toda a legislação que assegura a liberdade de crença religiosa às pessoas, além de proteção e respeito às manifestações religiosas, a laicidade do Estado deve ser buscada, afastando a possibilidade de interferência de correntes religiosas em matérias sociais, políticas, culturais etc.

Disponível em: www.mprj.mp.br. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO II

O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

STECK, J. Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade. *Jornal do Senado*. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO III

CAPÍTULO I

Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso

Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo

Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

BRASIL. Código Penal. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO IV



*Até jul. 2014

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 31 maio 2016 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

LC - 2º dia | Caderno 7 - AZUL - Página 2

A PROVA DE REDAÇÃO DO ENEM 2016

A prova de redação do ENEM segue um formato **dissertativo-argumentativo**, ou seja, o candidato deve apresentar um ponto de vista sobre o tema e sustentá-lo com argumentos bem fundamentados. Além disso, a redação deve trazer uma **proposta de intervenção**, isto é, sugerir formas de solucionar ou minimizar o problema abordado, sempre respeitando os **direitos humanos**.

O tema de 2016 (primeira aplicação) foi “**Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil**”. Trata-se de um assunto muito relevante, pois o Brasil é um país multicultural e tem uma diversidade religiosa expressiva, além de ser “uma questão social bastante relevante e que diz respeito, de alguma maneira, a todos os que vivem no contexto social brasileiro, pois ou já foram expostos à discussão do problema ou o presenciaram ou o vivenciaram” (Brasil, 2017, p. 18). Todavia, muitas religiões, especialmente as de matriz africana, ainda sofrem preconceito e discriminação, como apontam os textos de Maurício Pestana e Sidnei Nogueira.

Nesta proposta de redação, os **Textos Motivadores** fornecem informações importantes para desencadear a produção de ideias por parte dos estudantes e ajudam ainda mais a delimitar o tema proposto. No entanto, não devem ser usados como base para a construção dos argumentos, pois servem apenas para a promoção da reflexão sobre o tema. Nesta prova, eles destacam cinco pontos fundamentais: o **Direito à liberdade religiosa** garantido pela Constituição (Texto I); a **intolerância religiosa como crime**, mostrando que atitudes ofensivas contra crenças são ilegais (Texto II); um **Trecho do Código Penal brasileiro**, que tipifica crimes contra cultos religiosos (Texto III); além de **Dados estatísticos** sobre denúncias de intolerância religiosa no Brasil, revelando que as religiões afro-brasileiras são as principais vítimas (Texto IV).

Vale a pena ler o trecho do Cartilha do Participante de 2017, que traz uma expectativa da banca sobre o que o estudante poderia fazer em sua redação a partir das informações apresentadas. Vejamos:

A partir dessas informações, esperava-se que, no Enem 2016, os textos produzidos se direcionassem para um contexto específico, como o contexto legal, discutindo os pontos de fragilidade e/ou aspectos positivos existentes na legislação pertinente à liberdade religiosa, bem como a questão da laicidade do Estado; o contexto de valorização cultural, abordando o respeito a valores culturais motivados pela pluralidade religiosa; o contexto de ações individuais, apresentando o respeito à religião como o respeito ao ser humano, ao livre arbítrio e ao sentimento de pertencimento em comunidade; ou, ainda, o contexto das ações de religiosos, discutindo a intolerância a grupos sociais e à liberdade individual de gênero e de sexualidade e a discriminação por raça, etnia e orientação política. (Brasil, 2017, p. 18)

Como desenvolver uma boa redação?

Para produzir um texto eficiente, os estudantes poderiam optar por uma estrutura que trouxesse a **apresentação de uma tese clara**, ou seja, um ponto de vista sobre como combater a intolerância religiosa; a **utilização de argumentos bem fundamentados**, podendo citar fatos históricos, sociais, exemplos da realidade e até argumentos de autoridade; a **relação entre a intolerância religiosa, preconceito e racismo estrutural**, especialmente contra religiões afro-brasileiras; e, por fim, a **elaboração de uma proposta de intervenção viável**, como políticas educacionais para ensinar respeito às diferenças religiosas ou campanhas de conscientização.

Cartilha de redação do Inep - Foto: Divulgação



O documento “Cartilha do Participante”, conhecida como o “manual da redação” do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), é sempre divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com a intenção pedagógica de oferecer aos estudantes que se submetem ao Exame orientações e esclarecimentos sobre os critérios de correção e análise que o INEP utiliza a fim de atribuir um valor às redações produzidas pelas candidatas e candidatos.

Convém lembrar que o ENEM busca avaliar a capacidade dos candidatos de refletirem criticamente sobre problemas sociais e proporem soluções. O tema de 2016 mostrou como a intolerância religiosa ainda é um problema grave no Brasil e exigiu dos candidatos **consciência cidadã** para pensar em maneiras de garantir o respeito e a diversidade religiosa no país.

Redação Nota 1000

Agora, vamos ler e analisar uma das redações nota 1000 sobre o tema “**Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil**”, do ENEM 2016, que foram divulgadas pelo INEP na Cartilha do Participante de 2017.

Redação de Vinícius Oliveira de Lima

Tolerância na prática

A Constituição Federal de 1988 – norma de maior hierarquia no sistema jurídico brasileiro – assegura a todos a liberdade de crença. Entretanto, os frequentes casos de intolerância religiosa mostram que os indivíduos ainda não experimentam esse direito na prática. Com efeito, um diálogo entre sociedade e Estado sobre os caminhos para combater a intolerância religiosa é medida que se impõe.

Em primeiro plano, é necessário que a sociedade não seja uma reprodução da casa colonial, como disserta Gilberto Freyre em “Casa-grande e Senzala”. O autor ensina que a realidade do Brasil até o século XIX estava compactada no interior da casa-grande, cuja religião oficial era católica, e as demais crenças – sobretudo africanas – eram marginalizadas e se mantiveram vivas porque os negros lhes deram aparência cristã, conhecida hoje por sincretismo religioso. No entanto, não é razoável que ainda haja uma religião que subjugu as outras, o que deve, pois, ser repudiado em um Estado laico, a fim de que se combata a intolerância de crença.

De outra parte, o sociólogo Zygmunt Bauman defende, na obra “Modernidade Líquida”, que o individualismo é uma das principais características – e o maior conflito – da pós modernidade, e, conseqüentemente, parcela da população tende a ser incapaz de tolerar diferenças. Esse problema assume contornos específicos no Brasil, onde, apesar do multiculturalismo, há quem exija do outro a mesma postura religiosa e seja intolerante àqueles que dela divergem. Nesse sentido, um caminho possível para combater a rejeição à diversidade de crença é desconstruir o principal problema da pós-modernidade, segundo Zygmunt Bauman: o individualismo.

Urge, portanto, que indivíduos e instituições públicas cooperem para mitigar a intolerância religiosa. Cabe aos cidadãos repudiar a inferiorização das crenças e dos costumes presentes no território brasileiro, por meio de debates nas mídias sociais capazes de desconstruir a prevalência de uma religião sobre as demais. Ao Ministério Público, por sua vez, compete promover as ações judiciais pertinentes contra atitudes individualistas ofensivas à diversidade de crença. Assim, observada a ação conjunta entre população e poder público, alçará o país a verdadeira posição de Estado Democrático de Direito.

Comentando o texto⁹

O participante demonstrou excelente domínio da **modalidade escrita formal da língua portuguesa**, uma vez que a **estrutura sintática** é excelente e há **desvio** apenas na última linha, em que o participante não usa o sinal grave indicativo de crase em “alçará o país à verdadeira posição de Estado Democrático de Direito”.

Em relação aos princípios da **estruturação do texto dissertativo-argumentativo**, percebeu-se que o participante apresentou *tese, desenvolvimento de justificativas* que comprovem essa tese e *conclusão*. Ou seja, o participante apresentou excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, o *tema* foi abordado de forma completa: já no primeiro parágrafo, tratou-se tanto da intolerância religiosa quanto dos caminhos para combatê-la, os quais foram desenvolvidos ao longo do texto.

Observou-se no texto a presença de **repertório sociocultural** no 2º parágrafo, em que o autor fez referência à obra de Gilberto Freyre, e no 3º parágrafo, em que citou a obra de Zygmunt Bauman. Destaca-se que o participante fez *uso produtivo desse repertório sociocultural*, uma vez que as informações foram levadas ao texto com um propósito e estão articuladas à discussão apresentada. Mais adiante aprofundarei essa análise.

Percebeu-se, ao longo da redação, a presença de **projeto de texto estratégico**, que se configurou na organização e no desenvolvimento do texto. O participante apresentou informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada para defender seu ponto de vista de que, na prática, os brasileiros não possuem de fato o direito à liberdade religiosa e, para mudar esse contexto, seria necessário haver um diálogo entre sociedade e Estado.

Houve também, nesta redação, um **repertório diversificado de recursos coesivos**, sem inadequações. Houve **articulação entre os parágrafos** (“em primeiro plano”, “de outra parte”, “portanto”) e **entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo** (1º parágrafo: “entretanto”, “esse”, “com efeito”; 2º parágrafo: “no entanto”, “pois”; 3º parágrafo: “esse”, “onde”, “nesse sentido”; 4º parágrafo: “por sua vez”, “assim”; etc.).

Por fim, o participante elaborou excelente **proposta de intervenção**, concreta, detalhada e que respeitou os direitos humanos. As propostas apresentadas tiveram como agentes a sociedade e o Estado, como o participante já havia adiantado na apresentação de sua tese.

Repertório sociocultural legitimado pela Sociologia na Redação

O autor optou por uma **técnica de elaboração de parágrafo** muito comum na construção da argumentação: a **alusão**. Ao fazer alusão à obra de **Gilberto Freyre** e de **Zygmunt Bauman**, o autor escolheu como área do conhecimento legitimadora de seu repertório sociocultural a Sociologia, mais especificamente, seus representantes, isto é, dois sociólogos de grande importância, cada um em seu tempo. A maneira como o autor procedeu demonstra que possui um nível de letramento sociológico pertinente ao que se estudava de modo geral no Ensino Médio em meados de 2016.

Ao fazer alusão à **Casa-Grande & Senzala**, de **Gilberto Freyre**, o autor da redação dialoga com conceitos sociológicos importantes, como etnocentrismo, controle social e laicidade do Estado. A análise de Freyre sobre a casa-grande como centro de poder reflete a imposição cultural e religiosa dos colonizadores sobre os povos escravizados, um exemplo claro de dominação simbólica e intolerância religiosa. O sincretismo religioso, mencionado no texto,

⁹ Na **Seção Intolerância Religiosa: Acesse+**, você encontrará um link e um QR Code para baixar a Cartilha de Redação do Participante do ENEM 2017 e poderá ler outros exemplos de redação nota 1000.

pode ser compreendido como uma estratégia de resistência cultural dos africanos diante da coerção imposta pelo catolicismo.

Além disso, a defesa do Estado laico no trecho se relaciona com o conceito de neutralidade institucional, que visa garantir a liberdade religiosa e evitar a imposição de uma crença sobre outras. Dessa forma, o segundo parágrafo reforça a necessidade de combater o controle social religioso, promovendo a pluralidade e o respeito às diferenças, elementos fundamentais para a coesão social e a democracia.

O terceiro parágrafo também foi construído com a técnica da alusão. Dessa vez, o autor constrói uma argumentação que se relaciona diretamente com a análise de **Zygmunt Bauman** sobre a **modernidade líquida**, na qual o individualismo crescente fragiliza os laços sociais e compromete a aceitação da diversidade. No contexto da intolerância religiosa, isso se traduz na dificuldade de reconhecer e de respeitar crenças distintas, mesmo em **sociedades multiculturais**, como o Brasil.

Ademais, o trecho toca em um problema estrutural da pós-modernidade, em que a falta de vínculos sólidos e a ênfase na autonomia individual levam algumas pessoas a rejeitar a **alteridade**. Em termos sociológicos, essa postura pode estar associada ao **etnocentrismo** e à **falta de empatia social**, reforçando a ideia de que a intolerância não é apenas um problema religioso, mas também um fenômeno cultural e social.

A **desconstrução do individualismo extremo**, como sugere o trecho, pode ser vista como um caminho para fortalecer valores como **solidariedade**, **respeito** e **coletividade**, essenciais para o combate à intolerância e para a construção de uma sociedade mais plural e democrática.

Os dois argumentos demonstram um bom nível de articulação com conceitos sociológicos relevantes, como etnocentrismo, sincretismo religioso, individualismo e multiculturalismo, além de referenciar autores clássicos, como Gilberto Freyre, e contemporâneos, como Zygmunt Bauman. Isso indica que o autor tem familiaridade com a disciplina de Sociologia e compreende suas principais discussões, revelando seu nível de **letramento sociológico**.

Agora, vamos ver as **Contribuições da sociologia** para abordar esse tema que pode voltar a cair na prova de redação do ENEM de forma direta ou indireta. Em seguida, vamos conhecer as primeiras técnicas de redação que você usará para produzir introduções de um texto dissertativo-argumentativo com a **escrita sociológica**. Vamos lá?!

CONCEITOS IMPORTANTES

Para uma maior compreensão do tema intolerância religiosa à luz da sociologia, uma série de conceitos é de grande importância. Seleccionamos os principais conceitos abaixo para que você crie uma base de raciocínio mais sólida a fim de que sua análise sobre o tema seja mais assertiva. Vamos lá!

Religião – é um conjunto de crenças e práticas compartilhadas por uma coletividade, geralmente organizado em torno de uma ou mais divindades. Ela fornece princípios morais, interpretações sobre a vida e a morte, e promove coesão social. Segundo Durkheim, a religião distingue o sagrado do profano e ajuda a conectar esses domínios, oferecendo sentido e orientação moral à vida em comunidade.

Etnocentrismo – tendência de julgar outras culturas com base nos valores da própria, ignorando ou desvalorizando diferenças. Pode se manifestar como cegueira cultural ou julgamento negativo. Exemplo disso é considerar estrangeiros “bárbaros” ou definir cultura clássica apenas pela tradição europeia. Embora natural, torna-se problemático quando distorce a percepção das diferenças e justifica opressões. Assim como o egocentrismo no indivíduo, o etnocentrismo limita a compreensão da diversidade e dificulta a convivência entre grupos sociais.

Relativismo cultural – ideia de que crenças, valores e práticas variam entre sociedades e não são universais. Ele questiona a noção de que certos costumes são naturais ou moralmente superiores. Embora conhecer outras culturas não nos liberte das influências da nossa própria, essa compreensão reduz a arrogância e o dogmatismo, tornando-nos mais abertos à diversidade. Ao perceber que normas sociais mudam ao longo do tempo e entre sociedades, desenvolvemos uma visão mais humilde e tolerante.

Controle social – trata-se da regulação de pensamentos, sentimentos e comportamentos dentro de uma sociedade. Pode ocorrer por coerção, como punições legais, ou por socialização, em que normas e valores são internalizados. O medo do ridículo, da exclusão e o sentimento de culpa são mecanismos que incentivam a conformidade. A crença na legitimidade das normas reforça seu cumprimento. Assim, o controle social mantém a ordem, promovendo a aceitação das regras sem necessidade constante de coerção.

Identidade e alteridade – a religião é um elemento central na formação da identidade de muitas pessoas. Quando alguém é discriminado por sua fé, sua identidade é atacada. A intolerância religiosa também está ligada à construção do “outro” (alteridade), visto como diferente e, muitas vezes, como uma ameaça.

Coesão social – refere-se ao grau de união e integração entre os membros de uma sociedade. É a capacidade de um grupo social manter-se unido, compartilhando valores, normas e objetivos comuns, mesmo diante de diferenças e conflitos. Uma sociedade com alta coesão social é aquela em que as pessoas se sentem parte de um todo e trabalham juntas para o bem-estar coletivo.

Pluralismo religioso – Refere-se à coexistência de diferentes crenças e práticas religiosas em uma sociedade. No Brasil, o pluralismo é uma realidade, com a presença de católicos, evangélicos, espíritas, seguidores de religiões de matriz africana, entre outros. No entanto, a convivência nem sempre é pacífica, e o pluralismo pode ser ameaçado pela intolerância.

Secularização – é o processo de separação entre religião e Estado, em que as instituições públicas passam a ser neutras em relação às crenças religiosas. A secularização é importante para garantir a liberdade religiosa, mas, em muitos casos, a religião ainda influencia decisões políticas e sociais, o que pode gerar conflitos.

Violência simbólica (Pierre Bourdieu) – A intolerância religiosa muitas vezes se manifesta de forma sutil, por meio de piadas, estereótipos ou desvalorização de práticas religiosas. Isso é o que Bourdieu chama de “violência simbólica”, uma forma de dominação que não usa força física, mas que reforça desigualdades e preconceitos.

Multiculturalismo – trata-se da convivência de diferentes culturas, etnias, religiões e tradições em um mesmo espaço social. Ele reconhece e valoriza a diversidade cultural, promovendo o respeito e a igualdade entre os grupos. Em uma sociedade multicultural, as diferenças não são apenas toleradas, mas celebradas como parte da riqueza daquele grupo.

Intolerância religiosa: uma análise sociológica

Podemos entender a **intolerância religiosa** como sendo a discriminação, o preconceito ou a hostilidade direcionados a indivíduos ou grupos por causa de suas crenças, práticas ou pertencimento religioso. Esse **fenômeno social** pode se manifestar de diversas formas, desde ofensas verbais até atos violentos, como a destruição de templos e locais sagrados. No Brasil, a intolerância religiosa é um problema grave, principalmente contra **religiões de matriz africana**, como o **Candomblé** e a **Umbanda**.

Historicizando...

A Intolerância religiosa no Brasil: uma história de resistência

Todos sabem que a intolerância religiosa no Brasil não é um problema recente. Ela está ligada à nossa formação histórica, marcada pela colonização, escravidão e pela imposição de uma única religião como “verdadeira”. Vamos entender como isso aconteceu ao longo do tempo e como ainda afeta nossa sociedade hoje.

Quando os portugueses chegaram aqui, trouxeram não apenas navios e armas, mas também a religião católica. Para eles, os indígenas que aqui viviam e os africanos escravizados trazidos à força precisavam ser “convertidos”. As religiões desses povos – como o **Candomblé** e as **crenças indígenas** – foram chamadas de “coisas do diabo” e perseguidas. Quem praticasse esses cultos podia até ser punido pela **Inquisição**, um tribunal religioso que mandava pessoas para a fogueira na Europa e também agiu no Brasil. Entretanto, os escravizados eram resistentes e criaram formas de manter suas crenças escondidas sob imagens de santos católicos. Foi assim que nasceu o **sincretismo religioso** – como quando associaram Iemanjá a Nossa Senhora da Conceição.

Mesmo depois da **Independência** (1822), o Catolicismo continuou sendo a religião oficial do país. As leis da época tratavam as religiões africanas como “feitiçaria” e “curandeirismo”, crimes que davam cadeia. Nesse período, surgiram **teorias racistas** da Europa que diziam que os negros eram “atrasados” – e suas religiões foram usadas como “prova” disso. Terreiros de Candomblé na Bahia eram invadidos pela polícia, e objetos sagrados, destruídos.

Nos anos 1930, Getúlio Vargas usava símbolos das culturas africanas para dizer que o Brasil era um país misturado, mas, ao mesmo tempo, muitos terreiros ainda sofriam violência. A situação piorou quando, a partir dos anos 1950, igrejas evangélicas – principalmente as neopentecostais – começaram a chamar os **orixás** de “demônios” em seus cultos.

Foi só com a **Constituição de 1988** que o Brasil passou a garantir de verdade a **liberdade religiosa**. Mas isso não acabou com o problema: em 1999, um terreiro na Bahia foi invadido e destruído por seguidores de uma igreja evangélica. A mãe de santo Gilda, dona do terreiro, morreu de desgosto dias depois. Esse caso chocou o país e ajudou a criar o **Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa** (21 de janeiro).

Nos Dias de Hoje: Velhos Preconceitos, Novas Formas de Violência

Hoje, a lei pune a intolerância religiosa, mas os ataques continuam. Entre 2015 e 2022, mais de 3 mil casos foram denunciados, a maioria contra terreiros de **Candomblé** e **Umbanda**. Nas redes sociais, pastores famosos espalham mentiras sobre essas religiões, e isso já levou até a incêndios em casas de axé. Mas também há resistência! Movimentos sociais, grupos de jovens e até algumas igrejas têm trabalhado juntos para ensinar alguns princípios que julgam alicerçar a **tolerância religiosa**: ninguém é superior por sua fé; as religiões de matriz africana são parte importante da cultura brasileira; e criticar uma religião é diferente de ofender seus seguidores (o que é crime!).



Por Que Isso Importa Para Nós?

Entender essa história nos ajuda a:

1. **Desnaturalizar o preconceito:** Mostra que a intolerância foi construída ao longo do tempo, não é “normal”.
2. **Identificar o racismo por trás dela:** Quem mais sofre são as religiões de origem africana.
3. **Agir no presente:** Seja defendendo colegas que sofrem *bullying* por sua fé, seja denunciando ataques (Disque 100).



Para Refletir...

- Você já sofreu ou conhece alguém que já sofreu preconceito por causa da sua religião?
- Por que algumas religiões são mais atacadas que outras?
- Como sua comunidade escolar pode promover o respeito entre diferentes crenças?

O que dizem os Cientistas Sociais?¹⁰

A intolerância religiosa é um fenômeno social complexo que pode ser mais bem compreendido quando analisado a partir das contribuições de grandes pensadores da Sociologia. Neste texto, vamos explorar como as ideias de Émile Durkheim, Max Weber, Pierre Bourdieu e Reginaldo Prandi nos ajudam a entender as raízes, as manifestações e os impactos da intolerância religiosa na sociedade.

A intolerância religiosa no Brasil não pode ser compreendida como um simples desrespeito individual às crenças alheias, mas sim como **um fenômeno social complexo e estrutural**. Esse problema está profundamente enraizado em nossa formação histórica, sendo herdeiro direto do processo de **colonização e escravidão** que marcou o país. Desde os tempos coloniais, as religiões de matriz africana foram sistematicamente perseguidas e criminalizadas, enquanto o catolicismo era imposto como religião oficial. Esse histórico de violência e exclusão criou as bases para a intolerância que ainda hoje persiste, demonstrando como o preconceito religioso está intrinsecamente ligado ao **racismo estrutural** da sociedade brasileira.

Além disso, a intolerância religiosa não se manifesta apenas através de ataques físicos a terreiros ou agressões diretas. Como nos alerta o sociólogo Pierre Bourdieu com seu conceito de **violência simbólica**, ela opera também de forma sutil e cotidiana, através de piadas depreciativas, estereótipos na mídia ou mesmo no silenciamento dessas religiões nos espaços públicos. Essa violência simbólica é particularmente perigosa porque muitas vezes passa despercebida, naturalizando hierarquias que colocam algumas crenças como superiores e outras como inferiores. O resultado é um **processo constante de marginalização** que, embora menos visível que a agressão física, é igualmente danoso para as comunidades religiosas atingidas.

Diante desse cenário, é fundamental compreender as **funções sociais da religião**, como nos mostra Émile Durkheim. Originalmente, as religiões servem como poderosos mecanismos

¹⁰ Na **Seção Cientistas Sociais**, você poderá conhecer um pouco mais sobre os Sociólogos aqui trabalhados.

de **coesão social**, criando laços de solidariedade e identidade coletiva. No entanto, quando transformadas em **instrumentos de exclusão e preconceito**, elas perdem essa função integradora e passam a fragmentar o tecido social. Esse paradoxo fica evidente no Brasil contemporâneo, onde justamente as religiões que poderiam servir como espaços de acolhimento e resistência cultural – como o **Candomblé** e a **Umbanda** – tornam-se alvo preferencial de discriminação.

Nesse contexto, a perspectiva de Max Weber sobre os conflitos entre diferentes visões de mundo religiosas se mostra especialmente relevante. O crescimento das **denominações neopentecostais** nas últimas décadas acirrou as tensões com as **religiões afro-brasileiras**, criando um cenário onde visões religiosas antagônicas competem por espaço e reconhecimento social. Enquanto algumas igrejas evangélicas classificam os **orixás** como “demônios”, os praticantes de candomblé e umbanda defendem suas tradições como elementos centrais de sua **identidade cultural e religiosa**. Esse choque de **cosmovisões**, quando não mediado pelo diálogo e pelo respeito, gera os episódios de intolerância que frequentemente chegam às manchetes.

Portanto, compreender a intolerância religiosa como **um fenômeno multidimensional** – histórico, racial, simbólico e cultural – é essencial para enfrentá-la de maneira efetiva. A solução não está apenas na **punição legal** dos casos mais graves, mas na construção cotidiana de uma cultura de respeito e valorização da **diversidade religiosa**. Isso exige ações em múltiplas frentes: desde a **educação antirracista** nas escolas até a representação mais justa das religiões afro-brasileiras na mídia e nos espaços públicos.

Como reflexão final, cabe perguntar: de que forma cada um de nós pode contribuir para romper esse ciclo histórico de intolerância? A resposta certamente passa pelo exercício diário da empatia, pelo **questionamento de nossos próprios preconceitos** e pela valorização do rico **pluralismo religioso** que compõe a identidade brasileira. Afinal, em uma sociedade verdadeiramente democrática, a liberdade religiosa não pode ser um privilégio de alguns, mas um **direito fundamental** de todos.

Foto: AscomALBA/AgênciaALBA



Lideranças de diversas frentes ideológicas, parlamentares e representações governamentais participaram em setembro de 2019, em Salvador, de uma audiência pública que debateu o tema da intolerância religiosa. O evento foi realizado pela Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), através das comissões da Promoção da Igualdade e de Direitos Humanos e Segurança Pública, contando com participação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi). A Audiência Pública discutiu a urgência do combate à Intolerância Religiosa e ao Crime de Ódio.

Agora é hora de conhecer as *técnicas de introdução* na seção **Escrita Sociológica**. Vamos lá?!

Escrita Sociológica: como fazer uma introdução

ESTRATÉGIA DE TRABALHO

Depois de todo esse **percurso sociológico** na apresentação do tema intolerância religiosa, chegou a hora de apreender **técnicas de redação** que vão ajudar você a expor com maior objetividade e sistematização o seu pensamento. A ideia aqui é dar a você uma série de técnicas de redação, gradativamente, de modo que as próximas práticas de redação sempre encontrem alicerce nas práticas anteriores.

Por isso, em vez de trabalharmos com técnicas de redação voltadas a estruturação do texto dissertativo-argumentativo em sua totalidade agora, vamos trabalhar por partes. Assim, aqui no **capítulo Intolerância Religiosa**, primeiro vamos trabalhar com técnicas de elaboração de **parágrafos introdutórios**. No **capítulo Cidadania no Brasil**, vamos trabalhar técnicas de **parágrafos de desenvolvimento**. No **capítulo Relações Sociais**, vamos trabalhar o **parágrafo de conclusão-solução**. Somente no **capítulo Violência** é que vamos trabalhar o **texto dissertativo-argumentativo** em sua totalidade.

Paralelamente, vamos apresentar *formas ou técnicas de argumentação* que, sob o ponto de vista da **Competência III** da Prova de Redação do ENEM, vão ajudar você a desenvolver exercitar ainda mais o seu **pensamento crítico** e seu **letramento sociológico**.

Por fim, para facilitar nosso diálogo, vamos lembrar quais são as 5 competências que compõem a **Matriz de Correção da Prova de Redação** do Exame Nacional do Ensino Médio:

COMPETÊNCIA	DESCRIÇÃO
I	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
II	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
III	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
IV	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
V	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado que respeite os direitos humanos.

(INEP, Cartilha do Participante 2018).

Como escrever um bom parágrafo: estrutura e dicas

Os textos em prosa — sejam narrativos, descritivos ou dissertativos — são divididos em unidades menores chamadas **parágrafos**. Esses parágrafos são identificados por um pequeno espaço no início da primeira linha, conhecido como recuo. Eles podem ser longos ou curtos, mas o que define sua extensão é a **unidade temática**, ou seja, cada parágrafo deve desenvolver uma **ideia principal**.

O que é um parágrafo?

Um parágrafo é uma unidade de texto que desenvolve uma ideia central, chamada de **ideia nuclear**. Em torno dessa ideia, outras **ideias secundárias** são apresentadas para complementar ou explicar o tema principal. Como diz Othon Garcia no livro *Comunicação em Prosa Moderna*, o parágrafo é como uma “composição” em que a ideia central é o ponto de partida, e as ideias secundárias surgem para dar mais detalhes ou argumentos.

O parágrafo-padrão

Existe um modelo de parágrafo muito usado por bons escritores e que você pode (e deve!) aprender a usar, principalmente em textos dissertativos. Esse modelo é chamado de **parágrafo-padrão** e tem a seguinte estrutura:

a) **Introdução (tópico frasal) ou frase inicial:** É a primeira parte do parágrafo, onde você apresenta a ideia principal de forma clara e direta. Pode ser uma ou duas frases curtas que definem o tema do parágrafo.

b) **Frase(s) de desenvolvimento:** Aqui você amplia a ideia principal, apresentando argumentos, exemplos ou explicações que sustentam o tópico frasal. É a parte mais longa do parágrafo, onde você “desenvolve” sua ideia.

c) **Frase de conclusão (obrigatória apenas em parágrafos finais):** Nem sempre presente, a conclusão retoma a ideia central, reforçando o que foi dito ao longo do parágrafo. Em parágrafos mais curtos, essa parte pode ser dispensada.



OBSERVAÇÃO: Lembre que o parágrafo-padrão não é bem uma técnica de elaboração de parágrafo. É muito mais uma forma de estruturação do parágrafo. Existem, por outro lado, variadas técnicas de elaboração de parágrafo que se apoiam nessa estrutura.

Técnica de redação – elaboração de parágrafo a partir de pressuposto¹¹

Esta é uma das técnicas de elaboração de parágrafo mais simples de entender e de praticar. Entretanto, isso não significa que ela seja simplória, ou seja, boba, banal. Pelo contrário: trata-se de uma das formas mais completas e mais usadas para estruturar parágrafos introdutórios ou de desenvolvimento — serve até para a elaboração da redação inteira, como veremos mais adiante. Veja o **passo a passo** para a sua elaboração:

Primeiro passo: Dado um tema, elabore um pressuposto como **tópico frasal** usando uma **frase declarativa** (afirmativa ou negativa), cujo conteúdo expresse seu **ponto de vista**

¹¹ **Pressuposto** é uma ideia ou informação que não é explicitamente declarada, mas que está subentendida e serve de base para o entendimento de uma afirmação ou argumento. Ele é essencial para a coerência e o sentido do que é comunicado. No caso da redação dissertativo-argumentativa, ele tem a finalidade de ser a ideia preestabelecida que será justificada, que será detalhada no desenvolvimento do parágrafo-padrão.

sobre o tema. Para exemplificar essa técnica, vamos usar o tema que estamos discutindo exatamente como foi proposto na prova de redação do ENEM 2016: “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”.

Exemplo de pressuposto: *Em pleno século XXI, o brasileiro ainda trava uma batalha cruel contra uma das maiores mazelas sociais: a intolerância religiosa.*

Segundo passo: Transforme o pressuposto em uma pergunta, usando “por que” ou “como”. Nesse momento vamos colocar o cérebro para trabalhar com mais tranquilidade, afinal quantas vezes você já respondeu a perguntas iniciadas por “por que” ou “como”?! Utilizando o **operador argumentativo**¹² “por que”, buscam-se como respostas explicações, justificativas, causas para um possível problema. Já optando por fazer a pergunta usando “como”, busca-se descrever um processo, isto é, a maneira como algo ocorre.

POR QUE, *Em pleno século XXI, o brasileiro ainda trava uma batalha cruel contra uma das maiores mazelas sociais: a intolerância religiosa ?*

Terceiro passo: agora, elabore duas ou três respostas. Inicie-as com o operador argumentativo “porque”, cuja funcionalidade é exatamente iniciar explicações, justificativas ou apontar causas.

Exemplo de respostas:

... **porque** *o Brasil carrega uma herança colonial de imposição religiosa e racismo, que marginaliza religiões de matriz africana e fortalece preconceitos enraizados na sociedade.*

... **porque** *a ascensão de grupos religiosos extremistas e a disseminação de discursos de ódio nas redes sociais amplificam conflitos e intolerância.*

... **porque** *a ausência de políticas públicas eficazes de educação para a diversidade religiosa contribui para a perpetuação de estereótipos e discriminações.*

Quarto passo: reúna as frases em um parágrafo, usando a seguinte estrutura e os seguintes operadores argumentativos

PRESSUPOSTO, pois RESPOSTA 1 e RESPOSTA 2. Além disso, RESPOSTA 3.

Em pleno século XXI, o brasileiro ainda trava uma batalha cruel contra uma das maiores mazelas sociais: a intolerância religiosa, pois o Brasil carrega uma herança colonial de imposição religiosa e racismo, que marginaliza religiões de matriz

¹² **Operador argumentativo** é uma palavra ou expressão que conecta ideias, indicando relações lógicas de sentido entre elas, como causa, consequência, oposição ou reforço. Ele ajuda a organizar e dar fluidez ao texto, guiando o leitor na compreensão do raciocínio. Exemplo: “Portanto”, “no entanto”, “além disso” e “porque” são operadores argumentativos. Do **ponto de vista gramatical**, as classes de palavras que exercem essas funções são as **conjunções**, as **preposições**, alguns **advérbios** e, além das classes, as **palavras e expressões denotativas**.

africana e fortalece preconceitos enraizados na sociedade e a ascensão de grupos religiosos extremistas e a disseminação de discursos de ódio nas redes sociais amplificam conflitos e intolerância. Além disso, a ausência de políticas públicas eficazes de educação para a diversidade religiosa contribui para a perpetuação de estereótipos e discriminações.

E está pronto um parágrafo de introdução a partir da técnica do pressuposto, utilizando-se a estrutura de parágrafo-padrão, com tópico frasal, frase de desenvolvimento e frase de conclusão.

Alfabetização e letramento sociológico no parágrafo

O parágrafo acima demonstra um nível de **alfabetização sociológica**, pois utiliza conceitos importantes das Ciências Sociais, como **herança colonial**, **racismo**, **políticas públicas** e **extremismo religioso**, mostrando que o autor já domina a linguagem básica da área. Ao mesmo tempo, também revela indícios de **letramento sociológico**, já que esses conceitos não aparecem de forma isolada, mas articulados para explicar um fenômeno concreto: **a intolerância religiosa no Brasil**. Ao relacionar o passado colonial com o presente marcado pelas redes sociais, discursos de ódio e ausência de políticas públicas eficazes, o texto vai além da simples menção de termos, mobilizando-os para interpretar criticamente a realidade social.

Três técnicas de elaboração de parágrafos introdutórios

Um bom escritor não é necessariamente aquele que “nasce” com o dom de escrever, mas sobretudo aquele que possui uma técnica apurada e variada de escrever, o que lhe permite se expressar com certa facilidade, objetividade, clareza e técnica.

Para aumentar as suas habilidades linguísticas e a sua capacidade de se expressar, vamos apresentar outras três técnicas de elaboração de parágrafos comumente usadas em introduções de textos dissertativo-argumentativos: **definição**, **oposição** e **causa/consequência**. Usaremos o mesmo tema estudado neste capítulo: “*Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil*”.

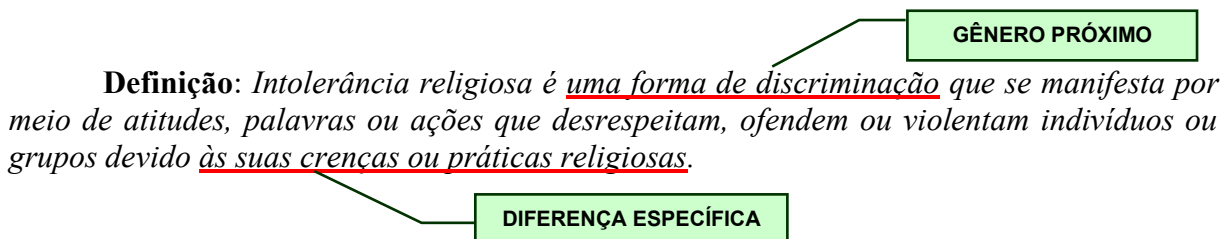
Técnica da Definição

A definição é uma forma simples e muito usada em parágrafo introdutório, sobretudo em textos dissertativos. Pode ocupar só a primeira frase ou todo o primeiro parágrafo. O ideal é que a definição não fique solta, que ela tenha uma razão de ser argumentativa dentro do projeto de texto. Por exemplo, se a definição ocupa a primeira parte do parágrafo, a segunda parte deve apresentar o ponto de vista do autor sobre o tema e a relação entre a definição e esse ponto de vista.

Vale lembrar que uma definição deve conter alguns elementos essenciais para ser clara e precisa. A saber: o *gênero próximo*, isto é, a categoria geral à qual o termo pertence (ex.: “*Cão é um animal...*”); a *diferença específica*, ou seja, as características que distinguem o termo dos demais dentro da mesma categoria (ex.: “*...doméstico da família dos canídeos*”); *clareza* e *objetividade*: linguagem simples e direta, sem ambiguidades; e, por fim, *precisão*, isto é, informações essenciais, como características e/ou funções que permitam entender o termo sem confusão. Vamos formular um exemplo simples, porém completo: “*Cão é um animal doméstico da família dos canídeos, conhecido por sua lealdade e capacidade de adaptação ao convívio humano*”.

Primeiro, vamos criar uma definição de intolerância religiosa com base em tudo o que foi estudado até agora e nos elementos essenciais de uma definição. Em seguida, apresentaremos como frase de conclusão o ponto de vista e sua relação com a definição apresentada. Por fim, elaboraremos o parágrafo. Observe como ficará estrutura do parágrafo abaixo:

Frase inicial (Definição). Nesse contexto, ponto de vista. Portanto, frase de conclusão.



Ponto de vista: *Nesse contexto, para que a sociedade brasileira seja mais igualitária, justa e democrática, mazelas sociais como esta precisam ser enfrentadas com leis mais rígidas e com educação voltada para o respeito às diferenças.*

Frase de conclusão: *Portanto, é urgente que a legislação brasileira seja revista e que os currículos educacionais incluam formação específica sobre o tema intolerância religiosa para escolas públicas e privadas.*

Reunindo tudo, teremos o seguinte parágrafo:

A intolerância religiosa é uma forma de discriminação que se manifesta por meio de atitudes, palavras ou ações que desrespeitam, ofendem ou violentam indivíduos ou grupos devido às suas crenças ou práticas religiosas. Nesse contexto, para que a sociedade brasileira seja mais igualitária, justa e democrática, mazelas sociais como esta precisam ser enfrentadas com leis mais rígidas e com educação voltada para o respeito às diferenças. Portanto, é urgente que a legislação brasileira seja revista e que os currículos educacionais incluam formação específica sobre o tema intolerância religiosa para escolas públicas e privadas.

Alfabetização e letramento sociológico no parágrafo

Este é um parágrafo de definição. Parágrafos de definição, em geral, são exemplos de manifestação de **alfabetização sociológica**. Por isso, esse parágrafo apresenta um bom nível de alfabetização sociológica, pois reconhece a intolerância religiosa como forma de discriminação, utiliza conceitos sociais importantes como igualdade, justiça e democracia e faz uso de uma linguagem própria das Ciências Sociais. No entanto, o texto ainda não alcança plenamente o **letramento sociológico**, já que sua abordagem é mais normativa, indicando soluções como leis mais rígidas e mudanças curriculares, mas sem mobilizar conceitos ou teorias sociológicas para explicar em profundidade o fenômeno. Assim, o parágrafo de definição demonstra domínio inicial da linguagem sociológica, mas ainda carece de maior articulação crítica para avançar no letramento, o que é característico de parágrafos de introdução.

Técnica da Oposição

A técnica da oposição de ideias é muito interessante para abrir uma introdução, principalmente se o tema proposto possui abordagens que se chocam, ou seja, se existem pontos de vista contrários. É a partir da oposição entre ideias seja em períodos diferentes, seja entre orações de um mesmo período, que o ponto de vista se manifesta.

Se se opta por trabalhar com a oposição entre períodos diferentes, as duas primeiras frases criam uma oposição que estabelecerá o rumo da argumentação.

Há muitos operadores argumentativos que podem ser usados para marcar a oposição de ideias: De um lado... / De outro lado...; Em contrapartida, ...; Contrariamente a isso, ...; Entretanto, ...; Todavia, ...etc..

Vamos elaborar o primeiro exemplo, que seguirá com a estrutura abaixo:

De um lado, frase inicial com o primeiro posicionamento. **De outro lado**, frase de desenvolvimento com o posicionamento contrário. **Portanto**, frase de conclusão com o ponto de vista do autor.

OPOSIÇÃO DE IDEIAS

***De um lado**, a laicidade do Estado no Brasil é garantida pela Constituição Federal de 1988, que, no Artigo 19, inciso I, proíbe o Estado de estabelecer, subsidiar ou privilegiar cultos religiosos, e no Artigo 5º, inciso VI, assegura a liberdade de crença e culto, mantendo a neutralidade em relação às religiões. **De outro**, observa-se o crescimento cada vez maior de líderes religiosos e grupos de pressão que frequentemente atuam no Congresso Nacional, defendendo interesses específicos que podem conflitar com a laicidade e fomentando na população em geral discursos contrários a manifestações religiosas de matrizes africanas. **Portanto**, apesar do marco legal, a laicidade no Brasil ainda enfrenta desafios para ser plenamente consolidada na prática, e um dos maiores é intolerância religiosa.*

PONTO DE VISTA

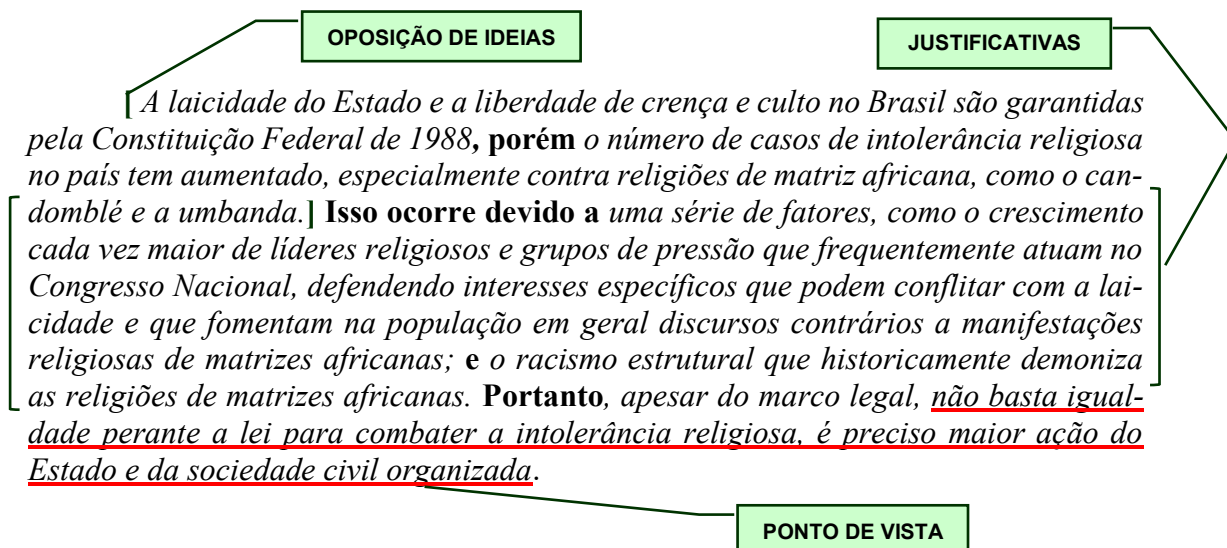
Alfabetização e letramento sociológico no parágrafo

O parágrafo demonstra **alfabetização sociológica**, pois utiliza conceitos importantes como laicidade do Estado, liberdade de crença e intolerância religiosa, além de recorrer à Constituição Federal para fundamentar a análise. Ao mesmo tempo, apresenta também **letramento sociológico**, já que não se limita a mencionar os conceitos, mas articula-os para explicar uma situação concreta: mesmo havendo um marco legal que garante a neutralidade religiosa, a atuação de líderes e grupos religiosos no Congresso desafia esse princípio e estimula discursos de intolerância, especialmente contra religiões de matriz africana. Assim, o parágrafo mostra capacidade de mobilizar o conhecimento sociológico de forma crítica e aplicada à realidade social.

Também se pode criar uma oposição dentro da frase. Nesse caso, usa-se a frase inicial com a oposição e, a(s) frase(s) de desenvolvimento apresentam justificativas para essa oposição ou seu detalhamento. Por fim, a frase de conclusão traz o ponto de vista. Observe como fica a estrutura do parágrafo:

Frase inicial (Ideia A, **porém** ideia B). **Isso ocorre devido a** [frase(s) de desenvolvimento]. **Portanto**, frase de conclusão (ponto de vista).

Vejam os este exemplo:



Alfabetização e letramento sociológico no parágrafo

O parágrafo com essa outra formatação continua apresentando um bom nível de **alfabetização sociológica**, pois permanece utilizando conceitos como laicidade do Estado, liberdade de crença, intolerância religiosa e racismo estrutural, além de citar a Constituição Federal como referência. Também demonstra **letramento sociológico**, já que esses conceitos não aparecem de forma isolada, mas são articulados para explicar o crescimento da intolerância religiosa no Brasil, relacionando fatores históricos e políticos, como o racismo estrutural e a atuação de líderes religiosos no Congresso. Além disso, o parágrafo propõe uma reflexão crítica ao destacar que o marco legal, por si só, não é suficiente para enfrentar o problema, sendo necessária maior ação do Estado e da sociedade civil.

Técnica de Causa/Consequência

A noção de causa / consequência é muito utilizada na elaboração de raciocínios lógicos. Como técnica de estruturação de parágrafos, esse raciocínio também é marcado por operadores argumentativos e segue uma organização muito específica. Mas, vale lembrar que essa técnica deve ser usada principalmente quando o tema sobre o qual se está escrevendo representa um problema. E, como é sabido por todos, todo problema possui causa(s) e consequência(s). Portanto, atente para o raciocínio:

Vamos pensar em 3 eventos que se estabelecem ao longo de uma ordem cronológica:



Se compreendermos corretamente o raciocínio, entenderemos que A causa B, e B causa C; ou dito de outra forma: B é consequência de A, e C é consequência de B. Logo, o único evento da sequência que, ao mesmo tempo é consequência e causa de outro é o evento B. É

exatamente aí que devemos colocar o problema que queremos analisar. Vamos pegar o tema da intolerância Religiosa como exemplo:



Dessa forma, pensamos de maneira lógica ao entendermos que há fatores que promovem a intolerância religiosa e esta, por sua vez, desencadeia uma série de consequências. Assim, poderíamos exemplificar da seguinte maneira:

CAUSA(S) do problema	o PROBLEMA	CONSEQUÊNCIA(S) do problema
<p>Herança histórica e cultural: O Brasil carrega uma tradição de imposição religiosa desde o período colonial, com marginalização das religiões de matriz africana e indígena.</p> <p>Falta de educação e conscientização: A ausência de políticas públicas eficazes para promover o respeito à diversidade religiosa perpetua estereótipos e preconceitos.</p> <p>Influência de discursos polarizados: A ascensão de grupos religiosos extremistas e a disseminação de discursos de ódio nas redes sociais amplificam conflitos e intolerância.</p>	INTOLERÂNCIA RELIGIOSA	<p>Violência e exclusão social: Ataques físicos e simbólicos a praticantes de religiões minoritárias, como o candomblé e a umbanda, geram medo e marginalização desses grupos.</p> <p>Fragilização da coesão social: A intolerância religiosa divide a sociedade, criando tensões e conflitos que prejudicam a convivência pacífica e o respeito mútuo.</p> <p>Prejuízos psicológicos e emocionais: Vítimas de intolerância religiosa sofrem com traumas, ansiedade e perda de autoestima, impactando sua qualidade de vida e bem-estar.</p>

Agora, como organizar essas informações em um parágrafo? Há duas maneiras de se fazer isso. Uma seguindo a mesma sequência dos eventos, cronologicamente, e a outra organizando-os a partir do problema. Vejamos as duas estruturas como seriam:

ESTRUTURA 1	ESTRUTURA 2
<p>Frase inicial com a apresentação da(s) causa(s). Consequentemente, frase de desenvolvimento com a apresentação do problema. Dessa forma, frase de desenvolvimento com a apresentação da(s) consequência(s). Portanto, frase de conclusão com o seu ponto de vista sobre a questão.</p>	<p>Frase inicial com a apresentação do problema, uma vez que frase de desenvolvimento apresentando a(s) causa(s) do problema. Consequentemente, frase de desenvolvimento apresentando a(s) consequência(s) do problema. Portanto, frase de conclusão com o seu ponto de vista sobre a questão.</p>



OBSERVAÇÃO: Quando analisamos um problema, buscamos elencar o maior número possível de suas causas e de suas consequências. No entanto, na hora de escrever o parágrafo, devemos nos ater àquelas que têm maior relevância para a discussão do tema.

Vamos ver como fica o parágrafo escrito com a **primeira estrutura**:

*O Brasil carrega uma tradição de imposição religiosa desde o período colonial, com marginalização de determinadas religiões. **Consequentemente**, a intolerância religiosa no país tem aumentado, especialmente contra as religiões de matriz africana e indígena. **Dessa forma**, tem sido comum assistir nos noticiários ao crescimento de ataques físicos e simbólicos a praticantes de religiões minoritárias, como o candomblé e a umbanda, gerando medo e marginalização desses grupos. **Portanto**, combater a intolerância religiosa não é apenas uma questão de respeito às crenças individuais, mas também um passo essencial para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.*

Alfabetização e letramento sociológico no parágrafo

O parágrafo revela **alfabetização sociológica**, pois utiliza conceitos como imposição religiosa, marginalização e intolerância religiosa para descrever situações vividas no Brasil, demonstrando domínio inicial da linguagem das Ciências Sociais. Também apresenta sinais de **letramento sociológico**, já que articula esses conceitos ao relacionar a herança colonial com os ataques físicos e simbólicos atuais contra religiões minoritárias, especialmente de matriz africana e indígena. Além disso, traz uma reflexão crítica ao afirmar que combater a intolerância é condição essencial para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. No entanto, esse letramento ainda se encontra em nível intermediário, pois poderia mobilizar teorias sociológicas de forma mais explícita para aprofundar a análise, o que se justifica por ser um parágrafo de introdução.

Agora vamos observar as mesmas informações concebidas na **segunda estrutura**:

*A intolerância religiosa no Brasil tem aumentado, especialmente contra as religiões de matriz africana e indígena, **uma vez que** o país carrega uma tradição de imposição religiosa desde o período colonial, com marginalização dessas religiões. **Consequentemente**, tem sido comum assistir nos noticiários ao crescimento de ataques físicos e simbólicos a praticantes de religiões minoritárias, como o candomblé e a umbanda, gerando medo e marginalização desses grupos. **Portanto**, combater a intolerância religiosa não é apenas uma questão de respeito às crenças individuais, mas também um passo essencial para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.*

Alfabetização e letramento sociológico no parágrafo

Este parágrafo também apresenta **alfabetização sociológica**, visto que utiliza conceitos como imposição religiosa, marginalização e intolerância religiosa para descrever a realidade brasileira, mostrando domínio inicial da linguagem sociológica. Também demonstra sinais de **letramento sociológico**, já que articula esses conceitos ao relacionar a herança colonial com os ataques físicos e simbólicos atuais contra religiões minoritárias, como candomblé e umbanda, e ao propor uma reflexão crítica sobre a necessidade de combater a intolerância para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. No entanto, vale lembrar que, por ser um parágrafo de introdução, esse letramento ainda é inicial.

Agora, é hora de praticar, de exercitar o estranhamento e a desnaturalização dos processos que desencadeiam a Intolerância Religiosa e manifestar seu ponto de vista de forma organizada e sistemática. Vamos praticar a **1ª Prática de escrita sociológica**?

EXERCÍCIO – ESCRITA DE INTRODUÇÃO¹³

Estranhamento e desnaturalização são conceitos importantes na Sociologia, usados para questionar e analisar criticamente as normas e práticas sociais que muitas vezes são vistas como “naturais” ou “óbvias”. Vamos a cada um deles:

a) **Estranhamento** - O estranhamento é uma ferramenta metodológica que consiste em olhar para algo familiar (como costumes, normas ou instituições) como se fosse estranho ou desconhecido. Isso permite questionar práticas sociais que são tidas como “normais” ou “naturais”, mas que, na verdade, são construções históricas e culturais.

b) **Desnaturalização** - A desnaturalização é o processo de mostrar que certas práticas, normas ou desigualdades sociais não são “naturais” ou inevitáveis, mas sim produtos de uma construção histórica, cultural e política. Esse conceito é fundamental para criticar ideias que justificam desigualdades (como racismo, machismo ou classismo) como se fossem “parte da natureza humana”.

Utilizando-se dessas duas formas de pensar, analise o conceito de religião apresentado na seção “Contribuições da Sociologia”, p. 28, e, com base em tudo o que foi estudando sobre o tema “intolerância religiosa”, realize as atividades de escrita de parágrafos de introdução a seguir, usando as técnicas propostas e seguindo as orientações.

01. Exercitando a técnica DEFINIÇÃO - Escreva um parágrafo sobre intolerância religiosa usando definição de etnocentrismo.

02. Exercitando a técnica OPOSIÇÃO – Escreva um parágrafo sobre intolerância religiosa opondo as seguintes ideias: liberdade de culto assegurada pela Constituição Federal brasileira de 1988 x demonização das religiões de matrizes africanas e indígenas.

¹³ Professor(a), ao final do e-book, na **Seção Respostas Sugeridas** você encontrará sugestões de parágrafos produzidos para subsidiar o trabalho do professor.

03. Exercitando a técnica CAUSA/CONSEQUÊNCIA – Escreva um parágrafo sobre intolerância religiosa a partir do seguinte raciocínio: o crescimento de grupos religiosos extremistas → promoção da intolerância religiosa → perseguição, exclusão social e violência. Use as duas estruturas que estudamos:

Primeira estrutura

Segunda estrutura



ORIENTAÇÕES

1. Compreendendo que a produção textual pode ser uma atividade grupal, o professor pode orientar os alunos a se reunirem em grupos de 3 ou 4 estudantes para discutirem o assunto antes das atividades de escrita.
2. Antes da escrita final dos parágrafos, sugere-se que os estudantes compartilhem seus textos entre os membros do grupo para uma primeira análise de suas produções textuais e para a adequação e reescrita dos textos, caso seja necessário.
3. Como sugestão, o grupo pode eleger um dos parágrafos produzidos para apresentação aos demais estudantes para apreciação.
4. As produções dos alunos podem ser compartilhadas em um drive ou em um *Padlet*¹⁴ para posterior consulta e aprendizagem colaborativa.

¹⁴ O **Padlet** é uma ferramenta online que permite criar murais virtuais colaborativos. É possível utilizá-lo para organizar ideias, rotinas, projetos, estudos e trabalhos em equipe. Segue o link para acessar e produzir um Padlet: <https://padlet.com/>

Construa seu Repertório! Pesquise!

Na redação do ENEM e dos Vestibulares, é preciso ter um diversificado Repertório Sociocultural.



Músicas: [Diferenças](#), Criolo ▪ [Povo de Santo](#), de Luciano Bom Cabelo e João Martins ▪ [Intolerância](#), Lenine ▪ [Ciência da Paz](#), de Diogo Nogueira ▪ [Macumbeiro](#), de Cláudio Fontana ▪ [Defesa do Alabê](#), de Altay Veloso ▪ [Crença](#), da banda Pedra Lética ▪ [Liberdade da Crença](#), de Serginho Beagá ▪ [Sincretismo](#), de Belchior ▪ [Querem Calar os Tambores](#), de Chalemarrom ▪ [2K35](#), de Igor Leandro ▪ [Povo de santo](#), de Luciano Bom Cabelo e João Martins ▪ [Defesa do Alabê de Jerusalém Contra A Intolerância Religiosa](#), de Wagner dos Santos Chagas ▪ [Guerra Santa](#), de Gilberto Gil ▪ [Desse Jeito](#), de Maria Rita ▪ [O Tudo É Uma Coisa Só](#), de O Teatro Mágico ▪ [Festa de Umbanda](#), de Martinho da Vila ▪ [Canto Das Três Raças](#), de Clara Nunes ▪ [No Tempo do Cativoiro \(Ao Vivo\)](#), de Mestre Toni Vargas (part. Boca Rica) ▪ [Brasil de Todos Os Deuses](#), Dominginhos Do Estácio e Imperatriz Leopoldinense



Livros: *Intolerância Religiosa*, de Sidnei Nogueira ▪ *Umbandas, uma história do Brasil*, de Luiz Antonio Simas ▪ *Migração e Intolerância*, de Umberto Eco ▪ *Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-brasileiro*, de Vagner Gonçalves da Silva ▪ *Umbanda, Religião Brasileira: Um Guia para Leigos e Iniciantes*, por Flavia Pinto ▪ *Mitologia dos Orixás*, por Reginaldo Prandi ▪ *As religiões no Rio*, João do Rio ▪ *O cuidado dos mortos: Uma história de condenação e legitimação do espiritismo*, de Emerson Giumbelli ▪ *História Social da Intolerância Religiosa no Brasil: Desafios na Contemporaneidade*, de Ivanir dos Santos e Maria Gino ▪ *Entre Ataques e Atabaques: Intolerância Religiosa e Racismo nas Escolas*, de Patricio Carneiro Araújo ▪ *Tenda dos Milagres*, de Jorge Amado ▪ *Macumba*, de Rodrigo Santos



Filmes: *Do meu lado* (2014), de Tarcísio Lara Puiati. ▪ *Ákará, no fogo da intolerância* (2020), dirigido por Cláudia Chávez. ▪ *O casamento de May* (2013), de Cherien Dabis. ▪ *Axé: Canto do Povo de um Lugar* (2016), dirigido por Chico Kertész. ▪ *Fé Vizinha* (2023), dirigido por Alisson Rodrigues. ▪ *O Olhar que Vem de Dentro* (2019), série dirigida por Sérgio de Carvalho, Pedro Sotero e Pedro Von Kruger ▪ *Amarração do amor* (2021), dirigido por Caroline Fioratti ▪ *Besouro*, dirigido por João Daniel Tikhomiroff



Podcast: [UmbandaCast – Intolerância Religiosa](#) ▪ [Mentes em Pauta – Intolerância Religiosa](#) ▪ [Falando em Umbanda – Intolerância Religiosa](#) ▪ [PodSer Espirita – Intolerância Religiosa Ep. 6](#) ▪ [PodCast da Semana - Sidnei Nogueira: Intolerância Religiosa](#) ▪ [Frequência UFLA – Intolerância Religiosa: o que é e como podemos combater-la](#) ▪ [Atina pra Isso – Racismo Religioso Parte I](#) ▪ [Atina pra Isso – Racismo Religioso Parte II](#) ▪ [G1 O Assunto – Racismo Religioso: o ódio para além do culto](#) ▪ [Justiça Racial: Temas Inadiáveis - #7 Racismo religioso e seu enfrentamento](#)



Sites: <https://site.mppr.mp.br/nupier/Pagina/Intolerancia-religiosa> ▪ <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/liberdade-religiosa> ▪ <https://www.conectas.org/noticias/dia-nacional-de-combate-a-intolerancia-religiosa/> ▪ <https://www.cnnbrasil.com.br/tudo-sobre/intolerancia-religiosa/> ▪ <https://pe.unit.br/blog/noticias/intolerancia-religiosa-o-que-e-e-como-combater/> ▪ <https://www.fundo-brasil.org.br/blog/intolerancia-religiosa-quando-o-odio-agride-a-fe/>

CIDADANIA NO BRASIL

■ CAPÍTULO 2

O QUE É?

A cidadania pode ser entendida como a condição de pertencimento a uma sociedade que garante a todos os indivíduos o exercício pleno de direitos, promovendo igualdade, participação ativa e respeito às diversidades. A cidadania inclui: Direitos civis: Liberdade de expressão, igualdade perante a lei e acesso à justiça. Direitos políticos: Participação em eleições, representação política e engajamento democrático. Direitos socioeconômicos: Acesso à educação, saúde, trabalho digno e segurança social. Direitos culturais e identitários: Respeito às diversidades étnicas, de gênero, religiosas e culturais. Direitos ambientais: Garantia de um meio ambiente equilibrado e sustentável. Direitos digitais: Privacidade, acesso à informação e participação no espaço virtual. A cidadania é um conceito dinâmico, que evolui conforme as transformações sociais, tecnológicas e políticas, visando sempre a construção de uma convivência justa, inclusiva e sustentável.

O que é cidadania e o que falta no Brasil?¹⁵

José Murilo de Carvalho adota em sua obra¹⁶ a teoria criada pelo sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall. Segundo este, a cidadania é uma condição na qual o indivíduo tem a posse de três tipos de direitos: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Segundo Marshall, existe uma ordem lógica na conquista desses três tipos de direitos. Os civis são os mais básicos, que possibilitam mais à frente a conquista dos políticos e, por meio da participação política, os sociais. Carvalho, por sua vez, investiga a história brasileira para entender como os direitos foram implantados por aqui. Vamos relembrar brevemente os principais acontecimentos para entender seu argumento.

O primeiro período analisado vai de 1822, na Independência, até o fim da Primeira República, em 1930. Nele, a cidadania foi muito incipiente, pois havia dois grandes obstáculos: a escravidão e o domínio dos grandes proprietários rurais. A escravidão colocava como subumanos grande parte da população e os donos de terras tinham poder maior do que a lei e o Estado em seus domínios. Portanto, a cidadania era totalmente suprimida.

Existiam eleições para cargos legislativos durante o período imperial, mas o direito ao voto começou limitado à elite. Ao longo das décadas e durante a República, ele foi estendido a mais pessoas, mas passava longe das mulheres e escravizados. Nesse contexto, os movimentos políticos eram quase sempre compostos por revoltas pontuais contra alguma medida do governo, e não por reivindicações de direitos.

O golpe que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930 mudou bastante esse cenário. Os direitos civis e políticos tiveram alguns avanços entre 1934 e 1937, principalmente com a expansão do voto às mulheres no começo da década. Depois disso, a ditadura do Estado Novo imprimiu muitos retrocessos, com repressão política e restrições de liberdades.

Por outro lado, os direitos sociais tiveram grande destaque. O governo passou a focar nos benefícios aos trabalhadores urbanos, concedendo a eles a possibilidade de se organizar em sindicatos,

reivindicar melhores condições, usufruir de aposentadorias e pensões. O Ministério do Trabalho foi criado em 1930 e a Justiça do Trabalho, em 1939.

Contudo, o Estado tinha grande influência nas relações trabalhistas e os sindicatos só poderiam existir com a sua permissão. Dessa forma, o gozo dos direitos sociais tinha um forte traço paternalista e autoritário. Não à toa, na propaganda oficial, Getúlio era retratado como “o pai dos pobres”.

Com a derrubada de Vargas, o Brasil viveu um período democrático, com avanços importantes nos direitos políticos. A cada eleição, o voto era concedido a mais e mais pessoas. Em 1962, havia 14,7 milhões de eleitores no país. Os partidos políticos começaram a se consolidar e ganhar a preferência da população, especialmente o PTB, o PSD e a UDN. A

¹⁵ Texto de Luiz Andreassa, colunista do site Politize!

¹⁶ Na **Seção Cidadania no Brasil: Acesse+**, você poderá baixar obra “Cidadania no Brasil. O longo Caminho.” e se aprofundar ainda mais sobre a visão do autor sobre cidadania.

efervescência política ofuscou o desenvolvimento dos direitos sociais e ajudou a criar o ambiente de polarização e antagonismo que culminou no golpe militar de 1964.

Na nova ditadura, houve eleições regulares para diversos cargos e novos eleitores foram incorporados a elas. Entretanto, a participação política acontecia de forma muito limitada, uma vez que não era possível eleger o presidente, políticos opositores foram cassados e o sistema de dois partidos (ARENA e MDB) tornava praticamente impossível diminuir o poder dos militares.

O maior retrocesso do período aconteceu nos direitos civis, com o Ato Institucional Nº 5, o famoso AI-5, durante o governo de Costa e Silva. O decreto fechou o Congresso, instituiu a censura prévia à imprensa, suspendeu o habeas corpus, possibilitou a perseguição e cassação de opositores, entre outras medidas repressivas.

Por fim, o último período analisado por José Murilo de Carvalho começa em 1985 e termina em 2013, data da última atualização do livro. A Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, consolidou conquistas anteriores e oficializou os direitos civis, com a promessa de dar um fim aos abusos do Estado e às ameaças às liberdades individuais. Houve avanços nos direitos sociais, principalmente com a estabilização da economia e os programas sociais que ela possibilitou. O acesso à educação cresceu e o analfabetismo minguou. Por meio do SUS, o Estado passou a prover, pelo menos em teoria, saúde universal.

Em relação à participação política, as eleições diretas e regulares voltaram a fazer parte da vida dos brasileiros. O multipartidarismo voltou com tudo e houve uma multiplicação no número de legendas. Porém, os protestos de junho de 2013 mostraram que os inegáveis passos para a frente não resolveram problemas estruturais. A desigualdade, a pobreza e a corrupção seguem como parte integrante do país. A sensação de distanciamento entre sociedade civil e classe política ainda é onipresente.

Já os direitos civis ainda têm aplicação desigual e limitada. O acesso à justiça é precário para a maior parte da população. O número de homicídios disparou e fez da segurança pública uma das maiores preocupações nacionais. A violência policial faz vítimas nas periferias, principalmente a população negra. Segundo pesquisas citadas no livro, boa parte das pessoas desconhece a maioria dos seus direitos e os limites do Estado.

Marshall afirmou que o desenvolvimento lógico da cidadania acontece na sequência vista na história inglesa: primeiro vêm os direitos civis, depois os políticos e, em seguida, os sociais. No Brasil, aconteceu o contrário. O primeiro tipo de direitos a ser praticado verdadeiramente foram os sociais, principalmente na Era Vargas. Enquanto isso, os civis e os políticos eram atacados.

Não existe apenas um caminho certo na implantação da cidadania, como o próprio Marshall reconhece, mas o modo como isso acontece dá origem a diferentes tipos de cultura cidadã. Em nosso país, essa mistura de um Estado provedor e autoritário criou uma relação paternalista, em que direitos não são universais, mas dados como favores. *“O Estado é sempre visto como todo-poderoso, na pior hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor, como um distribuidor paternalista de empregos e favores. [...] Essa cultura orientada mais para o Estado do que para a representação é o que chamamos de ‘estadania’, em contraste com a cidadania.”*

Como a provisão vem do poder Executivo, este também passou a ter mais destaque e visibilidade que o Legislativo e o Judiciário. A figura do presidente é extremamente poderosa no imaginário popular, o que aumenta a busca por um salvador que resolva todos os problemas rapidamente. Durante outro período autoritário, a ditadura militar, houve o paradoxo da participação política: o direito ao voto foi ampliado enquanto instituições, como o Congresso e o judiciário, e a oposição eram esvaziadas.



Amazon, reprodução.

Tudo isso gerou, segundo José Murilo de Carvalho, uma cultura política de pouca organização civil e de busca por privilégios, ou seja, a demanda por benefícios apenas para determinados grupos. É um cenário que atrapalha a consolidação universal dos direitos e causa essa enorme frustração entre a população. Por isso, ele argumenta que é necessária a participação ativa do povo para conquistar a cidadania plena e resolver a “incapacidade do sistema representativo de produzir resultados que impliquem a redução da desigualdade e o fim da divisão dos brasileiros em castas separadas pela educação, pela renda, pela cor”.

Disponível em: <https://www.politize.com.br/cidadania-o-que-e/>

Acesso em: 22 jan. 2025.

Comentando o texto

Este é o segundo tema: cidadania no Brasil. Muito recorrente (direta e indiretamente) nas redações do ENEM, é apresentado aqui a partir de uma interpretação sociológica da cidadania no Brasil a partir da obra de **José Murilo de Carvalho**, que dialoga com a teoria clássica de **T.H. Marshall**. Marshall define a cidadania como o conjunto de **direitos civis, políticos e sociais**, adquiridos de forma progressiva. Já Carvalho demonstra que, no Brasil, essa sequência foi invertida: **os direitos sociais vieram antes dos civis e políticos**, o que gerou consequências importantes para nossa cultura política.

No lugar de uma cidadania construída por meio da luta coletiva e da organização social, como ocorreu em países da Europa, no Brasil predominou um modelo **paternalista e autoritário**, no qual o Estado se colocou como “pai dos pobres” e distribuidor de favores, não como garantidor de direitos universais. Essa forma de relação política, chamada por Carvalho de “**estadania**”, revela uma sociedade marcada por **dependência do Estado, baixa participação popular e falta de consciência de direitos**.

Além disso, o texto mostra que, apesar de termos uma Constituição que garante direitos formais, como os da “Constituição Cidadã” de 1988, **a prática desses direitos é desigual e limitada**, principalmente entre os mais pobres, negros e periféricos. Isso evidencia a **violência estrutural** (conceito de Johan Galtung), que atua ao negar a determinados grupos o acesso pleno aos direitos garantidos por lei.

Outro ponto importante do texto é mostrar como a democracia brasileira vive **tensões entre participação política e autoritarismo**, com períodos de expansão do voto convivendo com repressão e exclusão. A falta de confiança nas instituições políticas e o descrédito nos representantes geram a sensação de que a política não representa o povo, o que estimula o desejo por “salvadores da pátria” – fenômeno que a Sociologia reconhece como traço de sistemas políticos frágeis e populistas.

Assim, o texto ajuda o estudante a **compreender a cidadania não como algo dado, mas como uma construção social e histórica**, marcada por conflitos, disputas e exclusões. Também reforça a importância da **organização popular e da luta coletiva** como caminhos para a efetivação dos direitos e para o combate às desigualdades que persistem no país.

Outra linguagem

Téo & O Mini Mundo – Tirinhas de Caetano Cury



O personagem Pança expressa uma concepção de cidadania que tem se manifestado com muita frequência nos dias de hoje. Será que ser cidadão é apenas isso?

Comentando o texto

Nessa tirinha, Caetano Cury estabelece uma relação direta com a análise de José Murilo de Carvalho sobre a cidadania no Brasil. Nela, vemos o personagem Pança revoltado, criticando o governo, os deputados e a situação do país, e encerrando sua participação com a frase: “*Pronto! Já fiz meu papel de cidadão por hoje!*”. Essa cena ilustra uma visão superficial e distorcida de cidadania, reduzida ao desabafo e à crítica vazia, sem qualquer ação efetiva ou engajamento real. Essa postura reflete aquilo que José Murilo de Carvalho chama de “**estadania**”, ou seja, uma cultura política marcada pela passividade e pela expectativa de que o Estado resolva todos os problemas. No lugar de uma **cidadania ativa**, construída pela luta coletiva e pela organização da sociedade civil, predomina uma **relação paternalista**, em que os direitos são vistos como favores e não como conquistas universais. Além disso, a tirinha revela uma crítica sem engajamento. Pança reclama, mas não participa, não propõe soluções, não cobra representantes e tampouco se envolve em ações políticas concretas. Isso reflete a frágil consolidação da cidadania brasileira, que, segundo o autor, foi construída de forma invertida e incompleta, com a antecipação de direitos sociais em detrimento dos civis e políticos.

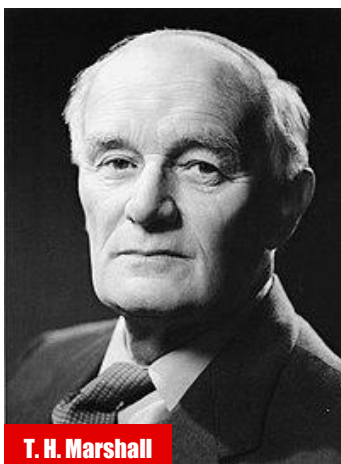
Por fim, a tirinha nos convida a pensar sobre o **papel da educação para a cidadania**. Como aponta o texto de Andreassa, muitos brasileiros desconhecem seus direitos e os limites do Estado, o que reforça comportamentos como o do personagem da tirinha. Para superar esse cenário, é necessário promover uma formação cidadã que estimule a participação ativa, crítica e transformadora da sociedade.

Foto de Nothing Ahead:



Muito se discute, quando falamos sobre cidadania, sobre o papel do Estado, mas e os direitos e deveres do cidadão? Como fica o papel de cada um em meio a uma sociedade tão complexa e diversificada?

Vamos nos aprofundar mais sobre esse tema tão importante vendo a seção **Quem fala sobre esse tema?**



T. H. Marshall

O sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall (1893-1981) estudou na Universidade de Cambridge e, a partir de 1919, passou a lecionar na *London School of Economics* (LSE), onde dirigiu o Departamento de Ciências Sociais entre 1939 e 1944. Além disso, trabalhou na Unesco como diretor do Departamento de Ciências Sociais de 1956 a 1960. Marshall tornou-se conhecido principalmente por seus ensaios, entre os quais se destaca “Cidadania e Classe Social” (*Citizenship and Social Class*), publicado em 1950. Marshall foi pioneiro ao introduzir o conceito de direitos sociais, defendendo que a cidadania só é plena quando inclui esses três tipos de direitos. Um dos aspectos mais importantes do trabalho de Marshall é a ideia de que as sociedades modernas são moldadas por duas forças em constante tensão. De um lado, a economia de mercado tende a aumentar as desigualdades sociais, concentrando riqueza e poder. De outro, a luta pela cidadania busca reduzir essas desigualdades, garantindo direitos e oportunidades para todos. É nesse equilíbrio (ou desequilíbrio) entre a desigualdade gerada pelo mercado e a busca por igualdade por meio da cidadania que a política moderna se desenvolve.

diferenciação”. Maitland se refere aqui à fusão das instituições e dos direitos políticos e civis. Mas os direitos sociais de uma pessoa também faziam parte dessa mesma amalgama e dependiam do status que determinava o tipo de justiça que ela desfrutava e onde podia encontrá-la, bem como a forma de participar na administração dos assuntos da comunidade à qual pertencia.

Quem fala
sobre esse
tema?

CIDADANIA E CLASSE SOCIAL¹⁷

Correndo o risco de parecer um sociólogo típico, começarei propondo uma divisão da cidadania em três partes, mas a análise não é imposta, neste caso, pela lógica, e sim pela história. Chamarei cada uma dessas três partes ou elementos de civil, político e social.

O elemento civil é composto pelos direitos necessários para a liberdade individual: liberdade da pessoa, de expressão, de pensamento e religião, direito à propriedade e a estabelecer contratos válidos e direito à justiça. Este último é de natureza diferente dos demais, porque se trata do direito de defender e fazer valer todos os direitos de uma pessoa em igualdade com os outros, por meio dos devidos procedimentos legais. Isso nos ensina que as instituições diretamente relacionadas aos direitos civis são os tribunais de justiça.

Por elemento político, entendo o direito de participar no exercício do poder político como membro de um corpo investido de autoridade política ou como eleitor de seus membros. As instituições correspondentes são o parlamento e as juntas do governo local.

O elemento social abrange todo o espectro, desde o direito à segurança e a um mínimo bem-estar econômico até o direito de compartilhar plenamente a herança social e viver a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões predominantes na sociedade. As instituições diretamente relacionadas são, neste caso, o sistema educacional e os serviços sociais.

Em outros tempos, esses três elementos eram como fios da mesma corda. Os direitos se entrelaçavam porque as instituições se amalgamavam. Nas palavras de Maitland¹⁸: “*Quanto mais retrocedemos na história, mais difícil é traçar linhas estritas de demarcação entre as funções estatais: a mesma instituição é uma assembleia legislativa, um conselho de ministros e um tribunal [...] Ao passar do antigo para o moderno, encontramos em toda parte o que a filosofia predominante chama de*

¹⁷ Trecho do texto “O Desenvolvimento da Cidadania até o Final do Século XIX”, da obra *Cidadania, Classe Social e Status*, de T. H. Marshall.

¹⁸ Frederic William Maitland FBA (1850-1906) foi um historiador e jurista inglês que é considerado o pai moderno da história jurídica inglesa.

No entanto, não se tratava de um status de cidadania no sentido moderno. O *status* da sociedade feudal era a marca da classe e a medida da desigualdade. Não havia um conjunto uniforme de direitos e obrigações para todos — nobres e plebeus, livres e servos — em virtude de sua pertença à sociedade. Nesse sentido, não havia um princípio de igualdade dos cidadãos para contrabalançar o princípio de desigualdade das classes. Por outro lado, nas cidades medievais, podiam-se encontrar exemplos de cidadania autêntica e igual, mas, enquanto seus deveres e obrigações característicos eram estritamente locais, a cidadania cuja história desejo traçar aqui é nacional por definição.

A evolução da cidadania implicou um duplo processo de fusão e separação. A fusão foi geográfica; a separação, funcional. O primeiro passo importante data do século XII, quando a justiça real adquiriu o poder efetivo de definir e defender os direitos civis do indivíduo — os correspondentes à época — com base não nos costumes locais, mas no direito comum do país. Os tribunais eram instituições de caráter nacional, mas especializadas. Depois, veio o parlamento, concentrando em si os poderes políticos do governo da nação e desprendendo-se de tudo, exceto de um pequeno resquício de funções judiciais que antes pertenciam à *curia regis*¹⁹, essa “espécie de protoplasma constitucional a partir do qual evoluíram, com o tempo, os distintos conselhos da coroa, as câmaras parlamentares e os tribunais de justiça”. Finalmente, a mudança econômica destruiu gradualmente os direitos sociais enraizados na pertença à comunidade da aldeia, da cidade e da guilda, até que só restou a Lei dos Pobres (*Poor Law*), novamente uma instituição especializada que adquiriu um fundamento nacional, embora continuasse sob administração local.

Tudo isso teve duas consequências importantes. Em primeiro lugar, quando as instituições das quais dependiam os três elementos da cidadania se separaram, cada um deles seguiu seu próprio caminho, avançando em seu próprio ritmo e na direção de seus princípios característicos. Pouco tempo depois, eles se dispersaram ao longo do trajeto, e só neste século — embora deva dizer só nos últimos meses — os três corredores marcharam lado a lado.

Em segundo lugar, as instituições nacionais e especializadas não podiam se envolver da mesma forma na vida dos grupos sociais a que serviam, como aquelas que eram locais e de caráter geral. A distância do parlamento dependia do tamanho de seu distrito eleitoral; a dos tribunais, dos tecnicismos de suas leis e procedimentos, que obrigavam o cidadão a contratar especialistas em leis para que os assessorassem sobre a natureza de seus direitos e os ajudassem a obtê-los. Muitas vezes se observou que, na Idade Média, a participação nos assuntos públicos não era tanto um direito quanto uma obrigação. Os homens se submetiam ao tribunal apropriado à sua classe e ao seu bairro. O tribunal pertencia a eles, e eles pertenciam ao tribunal, e tinham acesso a ele porque ele os necessitava e porque eles conheciam seus assuntos. Mas o resultado do duplo processo de fusão e separação foi que a máquina que dava acesso às instituições das quais dependia os cidadãos teve que ser reconfigurada. No caso dos direitos políticos, trata-se da conhecida história do sufrágio e das qualificações para ser membro do parlamento.

No caso dos direitos civis, a questão depende da jurisdição de cada tribunal, dos privilégios da profissão legal e, sobretudo, da possibilidade de pagar os custos do litígio. No caso dos direitos sociais, o que encontramos no centro da cena é a Lei de Assentamento e Remoção (*Law of Settlement and Removal*) e as distintas formas de comprovar os recursos. Todo esse aparato se combina para decidir não apenas quais direitos eram reconhecidos em princípio, mas também até que ponto os direitos reconhecidos podiam ser desfrutados na prática.

(MARSHALL. T. H. Cidadania, **Classe Social e Status**. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, pp. 63-66)

¹⁹ A expressão latina *curia regis* pode ser traduzida para o português brasileiro como “Corte do Rei” ou “Conselho do Rei”. Ela se refere ao conselho de nobres e assessores que auxiliavam o rei na administração do reino durante a Idade Média. Era uma instituição central no governo monárquico, responsável por questões políticas, judiciais e administrativas.

Comentando o texto

O texto de Thomas H. Marshall, escrito em 1950, é uma das bases mais importantes para entender o conceito de cidadania. Ele divide a cidadania em **três elementos principais: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais**. Vamos destacar os pontos principais e refletir sobre o que mudou desde então. Para facilitar a compreensão da visão do sociólogo, apontamos cinco pontos principais do texto a que você deve estar mais atento. Vejamos:

a) **Direitos civis** – Marshall define os direitos civis como aqueles que garantem a liberdade individual, como a liberdade de expressão, de pensamento, de religião, o direito à propriedade e o acesso à justiça. Esses direitos são essenciais para proteger o indivíduo contra abusos e garantir sua autonomia.

b) **Direitos políticos** – Os direitos políticos permitem a participação no governo, seja votando, seja sendo votado. Eles são fundamentais para a democracia, pois garantem que os cidadãos tenham voz nas decisões que afetam suas vidas.

c) **Direitos sociais** – Marshall introduz o conceito de direitos sociais, que incluem o acesso à educação, à saúde, ao bem-estar econômico e a uma vida digna. Para ele, a cidadania só é plena quando esses três tipos de direitos estão garantidos.

d) **Evolução histórica** – Marshall explica que a cidadania evoluiu ao longo do tempo. No século XVIII, os direitos civis foram conquistados; no século XIX, os direitos políticos; e no século XX, os direitos sociais. Ele também destaca que, no passado, esses direitos estavam interligados, mas, com o tempo, foram se separando e se especializando.

e) **Tensão entre desigualdade e cidadania** – Um dos pontos mais importantes do texto é a ideia de que a sociedade moderna vive uma tensão entre a economia de mercado, que gera desigualdades, e a luta pela cidadania, que busca reduzir essas desigualdades por meio de direitos e políticas públicas.

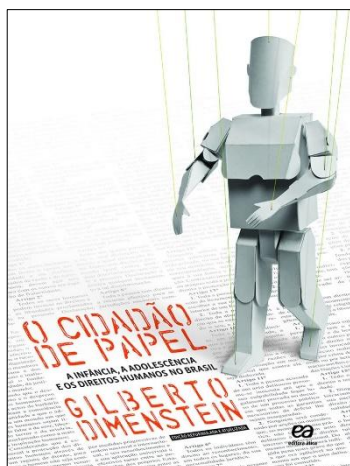
Outra linguagem



A charge de Miguel Paiva, publicada em 1988 (ano de promulgação da chamada **Constituição Cidadã**) ironiza o abismo entre os direitos garantidos na lei e as condições reais de vida da população brasileira. Enquanto o personagem lê que “*todo brasileiro tem direito à moradia*”, ele e sua família estão justamente morando na rua, sem acesso à casa, à alimentação adequada ou à saúde — exatamente os direitos sociais proclamados na nova Constituição.

Esse contraste evidencia o que José Murilo de Carvalho chama de **cidadania incompleta**, marcada pela formalidade dos direitos, mas pela ausência de mecanismos efetivos para que eles sejam universalizados. A situação retratada na charge revela, ainda, a

persistência de desigualdades estruturais que impedem o acesso pleno à cidadania, especialmente para os grupos mais vulneráveis.



Além disso, a fala da mulher denuncia com sarcasmo a frustração de milhões de brasileiros que veem seus direitos existirem apenas no papel, o que nos remete à obra de Gilberto Dimenstein, **Cidadão de Papel**²⁰. Paiva também questiona o **caráter simbólico da Constituição** diante de uma realidade social marcada pela **violência estrutural**, como diria Galtung, e pelo paternalismo estatal criticado por Carvalho.

Publicada originalmente em 1993, **Cidadão de Papel** trata-se de um livro fundamental para a discussão sobre cidadania no Brasil, especialmente no contexto da Constituição de 1988. A obra é amplamente utilizada em escolas e vestibulares, pois apresenta uma linguagem acessível e crítica, com foco em formar leitores reflexivos e cidadãos conscientes.

O que mudou desde Marshall?

Desde que Marshall escreveu esse texto, o conceito de cidadania evoluiu e se expandiu. Aqui estão algumas mudanças importantes:

Ampliação dos Direitos Sociais - Hoje, os direitos sociais são mais abrangentes e incluem não apenas educação e saúde, mas também acesso à moradia, à cultura, ao lazer e à proteção social em situações de desemprego ou velhice. Além disso, muitos países adotaram políticas de Estado de bem-estar social, que garantem um mínimo de qualidade de vida para todos.

Inclusão de Novos Grupos - Na época de Marshall, a cidadania era vista principalmente como um conceito ligado aos homens adultos. Hoje, há uma maior conscientização sobre a necessidade de incluir mulheres, minorias étnicas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outros grupos que historicamente foram excluídos.

Cidadania Global - Com a globalização, surgiu o conceito de cidadania global, que vai além das fronteiras nacionais. Questões como mudanças climáticas, migração e direitos humanos exigem uma visão mais ampla de cidadania, que envolve cooperação internacional e responsabilidade coletiva.

Tecnologia e Direitos Digitais - A era digital trouxe novos desafios e direitos, como o acesso à internet, a privacidade online e a liberdade de informação. Esses direitos digitais são cada vez mais importantes para garantir a participação plena na sociedade.

Desafios Contemporâneos - Apesar dos avanços, ainda enfrentamos desafios, como a desigualdade social, o racismo estrutural, a discriminação de gênero e a exclusão de migrantes e refugiados. A luta por uma cidadania plena e inclusiva continua.



Foto de Ronê Ferreira / pexels.com

O papel dos movimentos sociais como agentes da arena política mundial tem sido decisivo na conquista de direitos junto ao Estado. Um dos movimentos que mais se destacam é o **movimento LGBTQIA+**, como a expressão diversidade nas relações e expressões humanas e na conquista de direitos que têm sido ameaçados nos dias de hoje.

²⁰ Gilberto Dimenstein propõe a metáfora do "cidadão de papel" para criticar a distância entre os direitos garantidos nas leis brasileiras e a realidade concreta vivida pela população, sobretudo os mais pobres, as crianças, os jovens e os moradores das periferias. A Constituição promete direitos como moradia, educação, saúde e segurança — mas, na prática, grande parte da população não consegue exercê-los. Dimenstein denuncia a existência de uma cidadania formal, escrita nas leis, mas não efetivada no cotidiano. A cidadania, nesse caso, está no papel, mas não na vida das pessoas. Essa crítica se conecta fortemente com a charge de Miguel Paiva e com a análise de José Murilo de Carvalho, que também destacam o hiato entre a letra da lei e a aplicação dos direitos.

Convém lembrar ainda que Marshall nos ajuda a entender que **a cidadania é um processo em constante evolução**. Desde 1950, conquistamos muitos avanços, mas ainda há muito a ser feito para garantir que todos tenham acesso pleno aos direitos civis, políticos e sociais. A cidadania não é apenas um conjunto de leis ou normas, mas uma luta contínua por igualdade, justiça e dignidade para todos.



Foto Acervo Bdf

Outro movimento histórico é o **movimento negro** que começou a surgir no Brasil durante o período da escravidão e até hoje tem sido fundamental na conquista de garantia dos direitos da população negra de parda no país.

Agora vamos ver a seção **Como esse tema caiu no ENEM?**

Como esse tema caiu no ENEM?



INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente";
 - 4.2. fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto;
 - 4.4. apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

Toda sexta-feira, o ônibus azul e branco estacionado no pátio da Vara da Infância e da Juventude, na Praça Onze, Centro do Rio, sacoleja com o entra e sai de gente a partir das 9h. Do lado de fora, nunca menos de 50 pessoas, todas pobres ou muito pobres, quase todas negras, cercam o veículo, perguntam, sentam e levantam, perguntam de novo e esperam sem reclamar o tempo que for preciso. Adultos, velhos e crianças estão ali para conseguir o que, no Brasil, é oficialmente reconhecido como o primeiro documento da vida — a certidão de nascimento. [...]

Ao longo do discurso desses entrevistados, fica clara a forma como os usuários se definem: "zero à esquerda", "cachorro", "um nada", "pessoa que não existe", entre outras, todas são expressões que conformam claramente a ideia da pessoa sem registro de nascimento sobre si mesma como uma pessoa sem valor, cuja existência nunca foi oficialmente reconhecida pelo Estado.

ESCÓSSIA, F. M. *Invisíveis: uma etnografia sobre identidade, direitos e cidadania nas trajetórias de brasileiros sem documento*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2019.

TEXTO II

A Lei nº 9 534 de 1997 tornou o registro de nascimento gratuito no Brasil. Só que o problema persiste, mostrando que essa exclusão é complexa e não se explica apenas pela dificuldade financeira em pagar pelo registro, por exemplo.



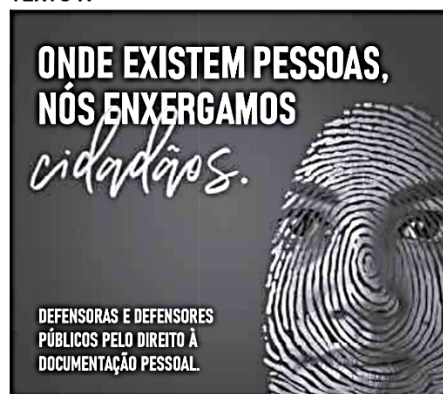
Disponível em: <https://estudo.r7.com/>. Acesso em: 22 jul. 2021 (adaptado).

TEXTO III

A certidão de nascimento é o primeiro e o mais importante documento do cidadão. Com ele, a pessoa existe oficialmente para o Estado e a sociedade. Só de posse da certidão é possível retirar outros documentos civis, como a carteira de trabalho, a carteira de identidade, o título de eleitor e o Cadastro de Pessoa Física (CPF). Além disso, para matricular uma criança na escola e ter acesso a benefícios sociais, a apresentação do documento é obrigatória.

Disponível em: <http://www.senado.leg.br/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

TEXTO IV



Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista>. Acesso em: 26 jul. 2021 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

A PROVA DE REDAÇÃO DO ENEM 2021

Para iniciar a nossa conversa sobre o tema proposto, vamos ler a expectativa do INEP sobre o que se esperava dos estudantes em termos de produção textual:

Com base no recorte temático definido pela proposta, o participante precisaria considerar as várias dimensões do tema contidas nos textos motivadores. O Texto I é o trecho de uma tese de doutorado, em que há a narrativa sobre a rotina de pessoas em busca do primeiro registro de nascimento na Vara da Infância e Juventude da cidade do Rio de Janeiro, com citação de depoimentos pessoais; o Texto II trata da Lei nº 9.534/1997, que instituiu a gratuidade do registro de nascimento no Brasil, seguida de um infográfico em forma de mapa do Brasil com o título "Mapa da Invisibilidade no

Brasil”, no qual consta a estimativa de pessoas sem o registro de nascimento no país, dividida por região; o Texto III é uma definição sobre a certidão de nascimento como documento inicial na vida do cidadão, que possibilita acesso a outros documentos ao longo da vida, à educação escolar e a benefícios sociais; por fim, o Texto IV é um cartaz de uma campanha dos defensores públicos na defesa pelo direito à documentação pessoal dos indivíduos. A partir dessas informações, esperava-se que, no Enem 2021, os textos produzidos se direcionassem para uma discussão a respeito da invisibilidade social causada pela falta de registro civil, ou seja, as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos sem documentação para obtenção de seus direitos como cidadãos. (Brasil, 2022, p. 14)

A prova de 2021 trouxe como tema “**Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil**”. Trata-se de uma proposta de redação muito interessante porque nos faz refletir sobre um problema grave no Brasil: a invisibilidade social causada pela falta de registro civil. Vamos analisar os pontos principais e entender por que esse tema é tão importante.

A **falta de registro civil** é um problema que afeta milhões de pessoas no Brasil, especialmente nas regiões mais pobres. Sem documentos, essas pessoas ficam invisíveis para o Estado e para a sociedade. Isso significa que elas não podem:

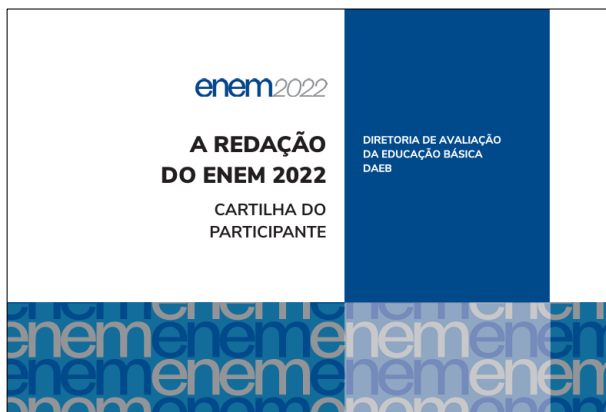
- a) Matricular-se em escolas;
- b) Acessar serviços de saúde;
- c) Conseguir um emprego formal;
- d) Receber benefícios sociais, como o Bolsa Família.

Essa invisibilidade gera um **ciclo de pobreza e exclusão**, pois, sem documentos, as pessoas não conseguem melhorar suas condições de vida. Para isso, o registro civil é o primeiro passo para garantir a cidadania. Sem ele, as pessoas não têm acesso aos **direitos básicos** que deveriam ser garantidos a todos.

Nesse contexto, a falta de documentação é um reflexo das desigualdades sociais no Brasil. Na maioria das vezes, as pessoas mais pobres são as que mais sofrem com esse problema. Nesse sentido, há necessidade de políticas públicas, como a **Lei nº 9.534/1997**, que dispõe sobre os registros públicos e que foi um avanço importante, mas ainda há muito a ser feito para garantir que todas as pessoas tenham acesso ao registro civil. Campanhas de conscientização e ações do governo são essenciais para resolver esse problema.

A própria ideia de cidadania participativa tem exigido de todos uma forma de responsabilidade social, uma vez que todos nós podemos contribuir para mudar essa realidade, seja divulgando informações sobre a importância do registro civil, seja apoiando organizações que lutam por esse direito.

Cartilha de redação do Inep – Foto: Divulgação



O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publica desde 2021 a Cartilha do Participante com as orientações para a Redação do Enem. A cartilha explica como deve ser a estrutura da redação, informa o método de correção da prova e traz exemplos de textos que tiraram nota mil no Enem 2021. A produção textual é a única parte dissertativa do Enem e tem peso muito importante para a nota.

Redação Nota 1000

Vamos agora ler e analisar uma das redações nota 1000 divulgadas no Caderno de Redação do Participante de 2022 pelo INEP.

Redação de Mariana Mariah Idalgo da Costa

Sob a perspectiva sociológica de Jessé Souza, o Brasil é majoritariamente formado por subcidadãos, visto que uma ampla parcela da população não usufrui plenamente de seus direitos. Essa subcidadania criticada pelo sociólogo é facilmente observada na invisibilidade de um vasto contingente de brasileiros que não possuem certidão de nascimento. Tal contexto excludente é motivado, sobretudo, pelo desconhecimento acerca das formas de obtenção do registro civil, resultando na restrição de um conjunto de garantias constitucionais. Assim, é fundamental a atuação governamental para o combate a esse atentado à cidadania.

Convém ressaltar, inicialmente, a influência da falta de informações na manutenção do grande número de brasileiros sem documentação pessoal. Nesse sentido, segundo o filósofo Immanuel Kant, a ausência de saberes configura um estado de “menoridade”, no qual os indivíduos não possuem autonomia para agir individualmente. Consoante esse pensamento, como uma significativa parcela da população desconhece as alternativas para a formulação de seu registro civil, ela se torna incapaz de buscar a posse dessa garantia fundamental. Tendo isso em vista, fica evidente que o enfrentamento à desinformação é crucial para a democratização das certidões de nascimento no Brasil e, consequentemente, para erradicar a subcidadania.

Por conseguinte, a inexistência da identificação pessoal limita a consolidação de outros direitos imprescindíveis, perpetuando a invisibilidade e a supressão da cidadania de muitos habitantes do país. Nessa perspectiva, é lícito citar que, de acordo com o sociólogo Thomas Marshall, um verdadeiro cidadão deve exercer efetivamente suas garantias civis, sociais e políticas previstas constitucionalmente. Contudo, indo de encontro à definição de Marshall, a ausência do registro civil priva o indivíduo de gozar dos dois últimos direitos descritos, uma vez que, sem esse documento, ele não pode se cadastrar em programas de cunho social nem obter o título de eleitor. Dessa forma, é imperiosa a expansão do acesso a certidão de nascimento para que a condição cidadão efetivamente vigore no Brasil.

Portanto, urge que medidas de esclarecimento sejam tomadas pelo governo federal a fim de combater esse panorama de “pessoas invisíveis” no país. Para isso, com o objetivo de informar a população carente sobre as formas de receber seu registro civil, cabe ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – órgão responsável pela implementação de políticas referentes às minorias sociais – organizar comitês de funcionários para visitar as casas dessa parcela populacional e abordar os caminhos de se obter essa documentação. Isso deve ser feito por meio de pesquisas que localizem as principais áreas onde há carência de certidões e os visitantes devem ser psicólogos que trabalhem com grupos sociais com poucos recursos financeiros, para que saibam usar uma linguagem adequada para informá-los. A partir disso, será possível alcançar a cidadania descrita por Marshall.

Comentando o texto

A participante demonstra um **excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa**, com uma estrutura sintática bem construída e apenas um desvio de regência no segundo parágrafo, no trecho “**o enfrentamento à [da] desinformação é crucial para a democratização**”. Além disso, ela apresenta um **domínio notável do texto dissertativo-argumentativo**, com uma introdução que inicia a discussão, um desenvolvimento que justifica seu ponto de vista e uma conclusão que encerra o tema de forma clara e coerente.

No **primeiro parágrafo**, a participante aborda o tema de forma completa, afirmando que uma grande parcela da população brasileira não usufrui de seus direitos por não possuir certidão de nascimento. Ela utiliza o pensamento do sociólogo **Jessé Souza** para introduzir o conceito de **subcidadania**, destacando que, sem o registro civil, milhões de pessoas são excluídas do exercício pleno da cidadania.

No **segundo parágrafo**, a participante recorre ao filósofo **Immanuel Kant** para discutir como a falta de informação sobre a importância do registro civil impede que as pessoas tenham autonomia para agir. Ela argumenta que, sem conhecimento sobre seus direitos, a população não consegue buscar a documentação necessária para garantir sua inclusão social.

No **terceiro parágrafo**, a participante utiliza o pensamento do sociólogo **Thomas Marshall** para contrapor a teoria clássica da cidadania à realidade brasileira. Marshall defende que a cidadania plena inclui direitos civis, políticos e sociais, mas, no Brasil, a falta de registro civil impede que muitas pessoas acessem esses direitos. A participante reforça que, sem a certidão de nascimento, os indivíduos ficam excluídos de serviços básicos, como educação, saúde e trabalho formal.

Ao longo da redação, a participante demonstra um **projeto de texto estratégico e bem-organizado**, com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, desenvolvidos de forma consistente. Ela inicia apresentando o problema — a subcidadania causada pela falta de registro civil —, discute suas causas — como o desconhecimento sobre como obter o documento — e propõe soluções — como a atuação governamental para garantir o acesso à documentação.

A **coesão** do texto é outro ponto forte, com um repertório diversificado de recursos coesivos, como “**Por conseguinte**”, “**Portanto**”, “**visto que**”, “**Nesse sentido**”, “**Consoante esse pensamento**”, “**Dessa forma**”, entre outros. Esses conectivos garantem a fluidez e a articulação entre as ideias, tanto dentro dos parágrafos quanto entre eles.

Por fim, a participante elabora uma **proposta de intervenção muito boa**, concreta e detalhada, que respeita os direitos humanos e está articulada à discussão desenvolvida no texto. Ela sugere que o **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos** organize comitês para visitar as comunidades e informar a população sobre como obter o registro civil. Essa proposta visa garantir que todas as pessoas, especialmente as mais vulneráveis, tenham acesso à documentação básica e, consequentemente, aos seus direitos de cidadania.

Repertório sociocultural legitimado pela Sociologia

A estudante fez um uso **muito eficiente** da Sociologia e de seus representantes — os sociólogos — para embasar seus argumentos, demonstrando como a teoria pode ser aplicada para analisar problemas sociais concretos, o que demonstra certo nível de letramento sociológico. A participante utiliza conceitos e ideias de **Jessé Souza**, **Thomas Marshall** e **Immanuel Kant** (embora Kant seja filósofo, sua ideia é aplicada de forma sociológica) para construir uma argumentação sólida e coerente.

A participante começa o texto com uma referência ao sociólogo **Jessé Souza**, que critica a existência de **subcidadãos** no Brasil — pessoas que não usufruem plenamente de seus direitos. Essa ideia é usada para introduzir o problema central da redação: a **invisibilidade** de milhões de brasileiros que não possuem certidão de nascimento, conforme se observa no trecho “*Sob a perspectiva sociológica de Jessé Souza, o Brasil é majoritariamente formado por subcidadãos, visto que uma ampla parcela da população não usufrui plenamente de seus direitos*”. Esse trecho contextualiza o problema e o conecta a uma teoria sociológica reconhecida, dando credibilidade ao argumento.

Embora Kant seja um filósofo, sua ideia de “**menoridade**” — a falta de autonomia para agir devido à ausência de conhecimento — é aplicada de forma sociológica para explicar por

que muitas pessoas não buscam o registro civil, como se vê no trecho: “*Segundo o filósofo Immanuel Kant, a ausência de saberes configura um estado de ‘menoridade’, no qual os indivíduos não possuem autonomia para agir individualmente*”. A participante usa essa ideia para argumentar que a **desinformação** é uma das causas da falta de registro civil, reforçando a necessidade de ações governamentais para combater esse problema.

O sociólogo **Thomas Marshall** é citado para definir o que é a **cidadania plena** — o exercício efetivo de direitos civis, políticos e sociais. A participante contrasta essa definição com a realidade brasileira, onde a falta de registro civil impede o acesso a direitos básicos. Observe mais atentamente o trecho: “*De acordo com o sociólogo Thomas Marshall, um verdadeiro cidadão deve exercer efetivamente suas garantias civis, sociais e políticas previstas constitucionalmente*”. Esse trecho serve para reforçar a gravidade do problema, mostrando como a falta de registro civil nega a milhões de pessoas a condição de cidadãos plenos.

Por fim, é feita com a devida atenção a articulação entre teoria e realidade. A participante não apenas cita os sociólogos, mas também **aplica suas ideias** à realidade brasileira, mostrando como a falta de registro civil gera exclusão social e impede o próprio exercício da cidadania, como se lê no trecho: “*Contudo, indo de encontro à definição de Marshall, a ausência do registro civil priva o indivíduo de gozar dos dois últimos direitos descritos, uma vez que, sem esse documento, ele não pode se cadastrar em programas de cunho social nem obter o título de eleitor*”. Nesse contexto, a participante usa a teoria de Marshall para criticar a realidade brasileira, demonstrando como a falta de documentação viola os princípios da cidadania plena.

Com tudo isso, a utilização da Sociologia e dos sociólogos como material argumentativo é um dos pontos fortes da dissertação. A participante não apenas cita pensadores reconhecidos, mas também **articula suas ideias** de forma clara e coerente, aplicando-as ao contexto brasileiro. Isso enriquece o texto, dando profundidade à análise e mostrando como a teoria sociológica pode ser usada para entender e combater problemas sociais reais.



OBSERVAÇÃO:

O tema cidadania já apareceu em outras edições do ENEM de forma direta e indireta. Em 1999, em sua 2ª edição, o tema proposto na prova de redação do ENEM foi “Cidadania e Participação Social”. Em 2002, a relação com o tema foi mais indireta: “O direito de votar: como fazer dessa conquista um meio para promover as transformações sociais de que o Brasil necessita?”. Vá à **Seção Cidadania no Brasil: Acesse+**, no final do seu e-book para acessar essas provas

CONCEITOS IMPORTANTES

Para entender melhor esse tema com a ajuda da sociologia, é importante conhecer alguns conceitos básicos. Eles vão ajudar você a pensar com mais clareza e a fazer uma análise mais segura e bem organizada. Abaixo, selecionamos os principais para que você possa começar com uma boa base. Vamos lá?

Cidadania – é o conjunto de direitos e deveres que permitem a participação plena do indivíduo na vida social, política e econômica de uma sociedade. Thomas H. Marshall divide a cidadania em três dimensões: direitos civis (liberdades individuais), direitos políticos (participação no governo) e direitos sociais (acesso ao bem-estar). A cidadania só é plena quando esses três tipos de direitos são garantidos.

Cidadania global – é um conceito que amplia a ideia de cidadania para além das fronteiras nacionais, enfatizando a responsabilidade coletiva em questões como migração, mudanças climáticas e direitos humanos. Boaventura de Sousa Santos defende que, em um mundo globalizado, a cidadania deve incluir a cooperação internacional e o respeito aos direitos de imigrantes e refugiados.

Desigualdade social – é a distribuição desigual de recursos, oportunidades e direitos entre diferentes grupos de uma sociedade. Florestan Fernandes analisou como a herança colonial e escravista no Brasil criou uma estrutura social profundamente desigual, onde negros, indígenas e pobres são sistematicamente excluídos dos benefícios da cidadania.

Direitos humanos – são os direitos fundamentais inerentes a todos os seres humanos, independentemente de nacionalidade, etnia, gênero ou condição social. Norberto Bobbio argumenta que esses direitos são essenciais para a construção de uma sociedade justa e democrática. O registro civil, por exemplo, é um direito humano básico que garante a identidade legal e o acesso a outros direitos.

Estado e burocracia – Estado é a instituição responsável pela organização política e administrativa de uma sociedade. Burocracia, segundo Max Weber, é o sistema de regras e procedimentos que o Estado usa para garantir a ordem e a eficiência. No entanto, a burocracia pode se tornar um obstáculo quando dificulta o acesso a direitos básicos, como o registro civil.

Exclusão social – refere-se aos processos que impedem indivíduos ou grupos de participar plenamente da vida em sociedade. Pode ocorrer por falta de acesso a recursos materiais, educação, saúde ou direitos básicos. Pierre Bourdieu destaca que a exclusão é perpetuada por meio de violência simbólica, onde normas e instituições reforçam desigualdades de forma invisível, como a falta de registro civil.

Identidade – é a forma como um indivíduo ou grupo se define e é reconhecido pela sociedade. Charles Taylor destaca que o reconhecimento é fundamental para a dignidade humana e a participação plena na vida social. A falta de registro civil nega o reconhecimento legal e social, tornando indivíduos "invisíveis" perante o Estado e a sociedade.

Marginalização – é o processo pelo qual indivíduos ou grupos são excluídos dos benefícios da vida em sociedade, como acesso a direitos, recursos e oportunidades. Vulnerabilidade social refere-se à condição de grupos que, devido à pobreza, discriminação ou falta de acesso a direitos básicos, estão mais expostos a riscos como violência, exploração e exclusão.

Movimentos sociais – são ações coletivas organizadas por grupos da sociedade civil para lutar por direitos, justiça social e mudanças políticas. Eles são fundamentais para pressionar o Estado a garantir direitos básicos, como o registro civil, e para ampliar a cidadania de grupos marginalizados, como indígenas, quilombolas e populações em situação de rua.

Subcidadania – Segundo Jessé Souza é a condição de indivíduos ou grupos que vivem à margem da sociedade, sem acesso a direitos básicos como educação, saúde e trabalho digno. Jessé Souza usa esse termo para descrever a realidade de milhões de brasileiros que, embora formalmente cidadãos, são tratados como "subcidadãos" devido à exclusão social e econômica.

Cidadania: uma análise sociológica

A **cidadania** é um dos conceitos mais importantes estudados pela sociologia, pois está diretamente ligada à forma como os indivíduos participam da vida em sociedade e acessam seus direitos. Ao longo da história, diversos sociólogos e antropólogos contribuíram para entender como a cidadania se desenvolveu, quais desafios ela enfrenta e como pode ser ampliada para garantir uma sociedade mais justa e igualitária. Vamos conhecer algumas dessas contribuições.

Historicizando...

A Construção da Cidadania no Brasil: Uma História de Conquistas e Desafios

A cidadania que conhecemos hoje no Brasil **não surgiu do nada**. Ela foi construída aos poucos, marcada por **exclusões, lutas, avanços e retrocessos** ao longo do tempo. Compreender essa trajetória é fundamental para perceber que os direitos que temos hoje **foram conquistados por meio de resistência social e participação popular**, e que **a cidadania ainda precisa ser ampliada para todos**.

Durante os tempos coloniais, a cidadania era **um privilégio de poucos**. Apenas homens brancos, ricos e católicos tinham algum acesso ao poder e aos direitos. Indígenas, africanos escravizados, mulheres e pobres eram **completamente excluídos** da vida política e social. No entanto, **a resistência existia**, como mostram os quilombos, as revoltas de escravizados e movimentos populares que denunciavam a desigualdade e a opressão.

Com a Independência, o Brasil passou a ter sua primeira Constituição (1824), mas **o direito ao voto era censitário** – só podia votar quem tinha alta renda. Estima-se que apenas **1,5% da população** podia votar. Os escravizados, que só seriam libertos em 1888, **não tinham qualquer direito**. Mesmo com a Proclamação da República em 1889, a maioria da população continuava excluída: analfabetos não podiam votar, e o chamado **coronelismo** controlava a política local por meio de fraudes e violência.

A abolição da escravidão foi um passo importante, mas **não garantiu cidadania plena** aos negros libertos. Sem acesso à terra, à escola ou a trabalho digno, eles continuaram à margem da sociedade. A chamada **República Velha** manteve a exclusão política, com eleições manipuladas, "voto de cabresto" e domínio das elites agrárias.

A partir de 1930, surgiram **mudanças significativas**, especialmente com Getúlio Vargas. Foi nesse período que os **direitos trabalhistas** começaram a ser reconhecidos: salário mínimo, férias remuneradas, carteira de trabalho. Em 1932, as **mulheres conquistaram o direito ao voto**, um marco fundamental para a cidadania feminina. Apesar disso, o regime de Vargas também foi autoritário, e os direitos eram garantidos apenas a quem estava inserido no trabalho formal.

Esse foi um período de **grande retrocesso**. O país viveu sob censura, perseguição política e repressão. As eleições diretas para presidente foram suspensas e os cidadãos perderam o direito de se manifestar livremente. A cidadania, nesse contexto, foi severamente limitada.

Com a **redemocratização**, o Brasil aprovou a **Constituição de 1988**, conhecida como **"Constituição Cidadã"**. Ela trouxe **grandes avanços**: garantiu direitos sociais como saúde, educação, moradia, trabalho e lazer; estendeu o direito ao voto aos **analfabetos e jovens a partir de 16 anos**; e reconheceu os **direitos de povos indígenas e quilombolas**.

Apesar dos avanços, **a cidadania plena ainda não é uma realidade para todos os brasileiros**. A desigualdade social, o racismo estrutural, a violência contra minorias e a falta de acesso a direitos básicos continuam sendo grandes obstáculos. Por isso, **os movimentos sociais continuam ativos**, lutando para que a cidadania seja cada vez mais inclusiva e democrática.



Por Que Isso Importa Para Nós?

Entender essa história nos ajuda a:

1. **Nenhum direito foi “dado”**, todos foram conquistados com muita luta.
2. A **cidadania plena** ainda não é realidade para todos os brasileiros.
3. **Cada geração** tem a responsabilidade de ampliar esses direitos.



Para Refletir...

- Como a história da cidadania no Brasil se relaciona com as desigualdades que vemos hoje?
- Que grupos sociais ainda precisam lutar por reconhecimento e direitos?
- De que formas nós, como cidadãos, podemos participar ativamente da construção de uma sociedade mais justa?

O que dizem dos Cientistas Sociais?

O sociólogo britânico **Thomas H. Marshall** é uma das principais referências para o estudo da cidadania. Em sua obra “**Cidadania e Classe Social**” (1950), ele divide a cidadania em três elementos: **Direitos civis**: Liberdades individuais, como liberdade de expressão, de pensamento e de propriedade. **Direitos políticos**: Direito de participar do governo, votar e ser votado. **Direitos sociais**: Direito ao bem-estar social, como educação, saúde e segurança econômica. Marshall argumenta que a cidadania só é plena quando esses três tipos de direitos estão garantidos. Ele também mostra que a cidadania evoluiu historicamente: os direitos civis foram conquistados no século XVIII, os políticos no século XIX e os sociais no século XX. No Brasil, a Constituição de 1988 é um marco importante na garantia desses direitos, especialmente os sociais, ao estabelecer o direito à saúde, educação e assistência social para todos os cidadãos.

Outro nome importante é o do sociólogo francês **Pierre Bourdieu** que contribuiu para o estudo da cidadania ao analisar como as desigualdades sociais e a exclusão impedem que muitos indivíduos exerçam plenamente seus direitos. Em obras como “**A Distinção**” (1979), Bourdieu mostra que o acesso à educação, à cultura e aos recursos materiais é desigual, o que reforça a exclusão de grupos marginalizados. Bourdieu também introduz o conceito de **violência simbólica**, que ocorre quando as instituições e as normas sociais perpetuam a dominação de uns sobre outros, muitas vezes de forma invisível. No caso da cidadania, a falta de acesso ao registro civil e a documentos básicos é uma forma de violência simbólica que exclui milhões de pessoas. No Brasil, muitas pessoas não têm acesso a documentos básicos, como certidão de nascimento, o que as impede de acessar serviços públicos, como saúde e educação.

O sociólogo português **Boaventura de Sousa Santos** cujo trabalho traz uma perspectiva mais ampla sobre a cidadania, discutindo o conceito de **cidadania global**, em obras como “**A Crítica da Razão Indolente**” (2000), argumenta que, em um mundo globalizado, os desafios

da cidadania vão além das fronteiras nacionais. Boaventura defende que questões como migração, mudanças climáticas e direitos humanos exigem uma visão de cidadania que inclua a cooperação internacional e a responsabilidade coletiva. Ele também critica a forma como os Estados nacionais muitas vezes excluem imigrantes e refugiados, negando-lhes o acesso a direitos básicos. A crise dos refugiados sírios na Europa é um exemplo de como a cidadania global é necessária para garantir os direitos de pessoas que fogem de conflitos e perseguições.

Numa perspectiva mais clássica, **Karl Marx**, filósofo e sociólogo alemão, também contribuiu para o debate sobre cidadania, e também de forma crítica. Em obras como “**O Capital**” (1867), Marx sustenta que, na sociedade capitalista, a cidadania formal muitas vezes esconde desigualdades profundas. Para ele, a garantia de direitos civis e políticos não é suficiente se a maioria da população não tiver acesso aos meios de produção e aos recursos econômicos. Ele defende que a verdadeira cidadania só será alcançada com a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade mais igualitária. A luta por melhores condições de trabalho e salários justos é um exemplo de como a cidadania pode ser ampliada para garantir os direitos econômicos dos trabalhadores.

No contexto da visão de Marshall, **José Murilo de Carvalho**, um dos mais importantes historiadores brasileiros, tem uma visão crítica diferente sobre a **cidadania no Brasil**. Em sua obra “**Cidadania no Brasil: O longo caminho**”, ele argumenta que a cidadania no país se desenvolveu de forma invertida em relação ao modelo europeu proposto por T. H. Marshall. Enquanto na Europa os direitos civis vieram primeiro, seguidos pelos direitos políticos e depois pelos sociais, no Brasil ocorreu o contrário: os direitos sociais foram reconhecidos antes dos direitos políticos, e os direitos civis ficaram fragilizados.

Carvalho ainda destaca que, no Brasil, o Estado sempre teve um **papel centralizador na concessão de direitos**, e a participação popular na conquista da cidadania foi limitada. O voto, por exemplo, foi historicamente concedido de maneira restrita e ampliado sem uma cultura política forte, resultando em uma democracia frágil e pouco participativa. Ele também aponta que o país teve avanços na garantia de direitos sociais, como educação e saúde pública, mas sem uma base sólida de **participação política e engajamento cívico**.

Para entender ainda mais a cidadania no contexto brasileiro, o sociólogo brasileiro **Florestan Fernandes** é uma figura central. Em obras como “**A Revolução Burguesa no Brasil**” (1975), ele analisa como a herança colonial e escravista criou uma sociedade profundamente desigual, onde muitos grupos foram historicamente excluídos dos direitos básicos. Florestan argumenta que a cidadania no Brasil é incompleta, pois grandes parcelas da população, especialmente negros e pobres, ainda não têm acesso pleno aos direitos civis, políticos e sociais. Ele defende que a luta por cidadania no país deve incluir a superação das desigualdades raciais e de classe. A luta pelos direitos dos negros no Brasil, como as cotas raciais em universidades, é um exemplo de como a cidadania pode ser ampliada para grupos historicamente excluídos.

Outro nome importante é **Jessé Souza**, sociólogo brasileiro, que, em obras como “**A Tolice da Inteligência Brasileira**” (2015), critica a existência de **subcidadãos** no Brasil. Segundo ele, milhões de brasileiros vivem em condições de exclusão social, sem acesso a direitos básicos como educação, saúde e trabalho digno. Jessé Souza argumenta que a subcidadania é resultado de uma estrutura social que privilegia uma elite e marginaliza a maioria da população. Para ele, a garantia do registro civil e de documentos básicos é o primeiro passo para combater essa exclusão e promover a cidadania plena. A falta de acesso a serviços básicos, como saneamento e água potável, em muitas comunidades pobres do Brasil, é um exemplo de subcidadania.

Por fim, mas sem ter a pretensão de esgotar a discussão sobre o tema, temos o antropólogo brasileiro **Darcy Ribeiro** que também contribuiu para o estudo da cidadania ao destacar a importância de incluir os **povos indígenas** na sociedade brasileira. Em obras como “**Os Índios e a Civilização**” (1970), ele mostra como os indígenas foram historicamente marginalizados e excluídos dos direitos básicos. Darcy Ribeiro defende que a cidadania no Brasil só será plena

quando os direitos dos povos indígenas forem respeitados, incluindo o direito à terra, à cultura e à participação política. A demarcação de terras indígenas é um exemplo de como a cidadania pode ser ampliada para garantir os direitos desses povos.²¹



OBSERVAÇÃO:

No Brasil, a luta pela cidadania plena ainda é urgente, especialmente para grupos historicamente excluídos, como negros, indígenas, mulheres e populações pobres. Garantir o acesso ao registro civil, à educação, à saúde e ao trabalho digno é essencial para que todos possam exercer seus direitos e participar plenamente da vida em sociedade.

Agora, com toda essa bagagem de informações, você vai aprender como escrever parágrafos de desenvolvimento com a **Escrita Sociológica**. Vamos lá?

²¹ Na **Seção Cidadania no Brasil: Acesse+**, você vai encontrar uma série de **Mapas Conceituais sobre Cidadania**. Vale a pena consultar para aprofundar seus conhecimentos sobre o assunto.

O ATO DE DISSERTAR NO DIA A DIA

No cotidiano, estamos constantemente expondo ideias, opiniões e pontos de vista. Seja em conversas com familiares, amigos, professores ou vizinhos, precisamos organizar nossas palavras e argumentos para expressar o que pensamos e, muitas vezes, convencer os outros a aceitar nossa forma de ver as coisas. Essa habilidade de organizar ideias e argumentos é chamada de **dissertação**, e ela está presente em textos escritos e falados. Diariamente, recebemos mensagens que tentam nos convencer sobre algo: propagandas de produtos, discursos políticos, notícias, entre outros. Esses textos usam a linguagem de forma argumentativa, ou seja, buscam não apenas informar, mas também persuadir. Por exemplo, um anúncio de carro quer nos convencer de que aquele modelo é o melhor, assim como um político tenta mostrar que suas propostas são as mais vantajosas.

A dissertação é justamente a atitude de **expor pontos de vista, organizar ideias, apresentar argumentos e chegar a conclusões**. Quando escrevemos ou falamos de forma dissertativa, estamos usando a linguagem para defender um posicionamento de maneira clara e convincente. Por isso, para escrever um bom texto dissertativo, é preciso conhecer o assunto, tomar uma posição, organizar as ideias e usar a língua escrita adequadamente ao contexto de comunicação. Além disso, é fundamental estar sempre bem informado, ser crítico em relação às informações recebidas e praticar a escrita e a fala de forma organizada e clara.

É nesse contexto que a dissertação argumentativa produzida na escola pode ser considerada uma atividade que revela o **nível de letramento sociológico** do estudante. O letramento sociológico refere-se à capacidade de compreender, analisar e refletir criticamente sobre os fenômenos sociais, utilizando conceitos e ferramentas da sociologia para interpretar a realidade. A dissertação argumentativa, por sua natureza, exige que o estudante mobilize conhecimentos, argumentos e reflexões sobre temas sociais, políticos, culturais e econômicos, por exemplo, o que está diretamente relacionado ao letramento sociológico. Essa habilidade não se limita à exposição de ideias; ela envolve a contextualização do tema, a percepção do tema ao longo da história, a aplicação de conceitos sociológicos, a análise crítica e a argumentação embasada em dados e teorias.

Crédito: imagem / youtube / reprodução



O programa Roda Viva, exibido na TV Cultura, é um exemplo de exercício do discurso dissertativo-argumentativo, pois o entrevistado é convidado a expor pontos de vista sobre variados temas correlatos entre si e apresentar argumentos que deem sustentação ao que diz. É um momento de exposição do nível de letramento linguístico e de conhecimento sobre esses temas.

O **texto dissertativo-argumentativo escolar**, portanto, é uma ferramenta pedagógica poderosa para o estudante exercitar e desenvolver o seu letramento sociológico, visto que ela promove a reflexão crítica, amplia o repertório sociocultural e teórico, prepara para a cidadania e desenvolve a empatia e a consciência social. Ao escrever uma dissertação, o estudante demonstra sua compreensão dos fenômenos sociais, sua capacidade de utilizar conceitos sociológicos e sua habilidade de argumentar de forma crítica. Por exemplo, ao dissertar sobre “A invisibilidade social no Brasil”, o estudante pode demonstrar letramento sociológico ao discutir a falta de acesso ao registro civil, relacionando-a com conceitos como exclusão social, subcidadania e violência simbólica.

Existem muitas formas de demonstrar a **habilidade de argumentar no texto dissertativo**, porém vamos trabalhar aqui com algumas delas com o intuito de aprender e aprofundar a sua utilização. São elas: a **alusão** e a **citação**. Estas têm sido técnicas de elaboração de parágrafos de desenvolvimento recorrentemente usadas nas redações de vestibulares e do ENEM e se consagram assim exatamente por permitirem ao estudante fazer uso das informações com que tem contato seja por meios físicos, seja por meios digitais. É possível fazer alusão a obras filosóficas, sociológicas, literárias, a letras de músicas, a filmes e séries televisivas, a fatos históricos; como também é possível citar, direta ou indiretamente, o que foi dito por filósofos, sociólogos, escritores, antropólogos, cientistas políticos etc. A partir de agora, vamos entender como essas técnicas são desenvolvidas.



OBSERVAÇÃO:

Nas redações nota 1000 do ENEM, divulgadas pelo INEP, é frequente a citação de filósofos como Hanna Arendt, Michel Foucault, John Locke, Thomas Hobbes, Karl Marx, e de sociólogos, como Pierre Bourdieu, Émile Durkheim, Max Weber, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Zygmunt Bauman, entre outros. Além disso, são a filosofia e a sociologia as áreas do conhecimento a que os estudantes mais recorrem para apresentar repertórios socioculturais legitimados.

Técnica de redação – alusão e citação

O desenvolvimento é um dos três elementos principais da redação, seja ela narrativa, descritiva, dissertativo-argumentativa ou dissertativo-explicativa. No entanto, em qualquer uma das formas é preciso estar atento a quatro pontos: expressar-se com eficácia; de maneira gramaticalmente adequada; usar de originalidade e criatividade; e, por fim, seguir o contexto do tema.

Para que isso ocorra, não basta ter o que dizer, é preciso saber como dizer o que se sabe. É nessa hora que a técnica de redação bem treinada faz toda a diferença. Quantas vezes somos pegos de surpresa com a seguinte situação: “eu sei o que é que eu quero dizer, mas não sei como dizer isso”? Então, sem mais delongas, vamos entender o que é uma **alusão** e o que é uma **citação**.

a) Alusão – Trata-se de uma **técnica de argumentação** que consiste em fazer referência a fatos, personagens, obras, eventos históricos, citações ou conceitos conhecidos para sustentar ou ilustrar uma ideia. Essa referência pode ser direta ou indireta e serve para enriquecer o texto,

conferindo maior autoridade e profundidade ao argumento. A alusão é eficaz porque recorre a elementos que já possuem um significado consolidado no imaginário coletivo, facilitando a compreensão e a persuasão. Em essência, pode-se dizer que a alusão é uma referência. Vejamos alguns exemplos de alusões extraídas de redações nota 1000 sobre o tema do ENEM 2021:

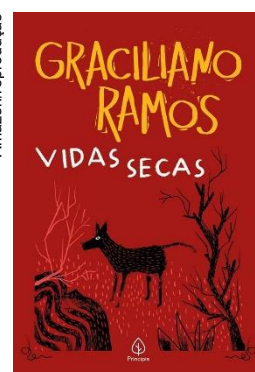
Exemplo 1

Além disso, nota-se que esse processo injusto cria chagas profundas na democracia nacional. No livro “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, é apresentada a história de uma família sertaneja que luta para sobreviver sem apoio estatal. Nesse contexto, os personagens Fabiano e Sinhá Vitória têm dois filhos que não possuem certidão de nascimento. Por conta dessa situação de registro irregular, os dois meninos sequer apresentam nomes, o que é impensável na sociedade contemporânea, uma vez que o nome de um indivíduo faz parte da construção integral da sua identidade. Ademais, as crianças retratadas na obra são semelhantes a muitas outras do Brasil que não usufruem de políticas públicas da infância e da adolescência devido à falta de documentos, o que precisa ser modificado urgentemente para que se estabeleça uma democracia realmente participativa tal qual aquela prevista por Bobbio.

(Trecho da redação de Gabriel Borges – INEP, 2022, p. 29)

Neste primeiro exemplo, a autora da redação faz **alusão ao romance Vidas Secas**, do escritor modernista Graciliano Ramos, escrito entre 1937 e 1938, bem como aos personagens Fabiano, Sinhá Vitória e seus dois filhos. A alusão se justifica na medida em que o tema da redação proposto em 2021 (Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil), uma questão de grande relevância social no Brasil, pode ser ilustrado pela ausência de nome dos filhos dos personagens, uma metáfora que se transfigura em realidade cruel de abandono e de invisibilidade social. Isso demonstra que, além da leitura do aspecto literário da obra, que pertence à segunda fase do Modernismo no Brasil, a estudante estabelece adequada conexão com o problema social evocado pelo tema proposto.

Amazon/reprodução



Exemplo 2

Em sua obra “Os Retirantes”, o artista expressionista Cândido Portinari faz uma denúncia à condição de desigualdade compartilhada por milhões de brasileiros, os quais, vulneráveis socioeconomicamente, são invisibilizados enquanto cidadãos. A crítica de Portinari continua válida nos dias atuais, mesmo décadas após a pintura ter sido feita, como se pode notar a partir do alto índice de brasileiros que não possuem registro civil de nascimento, fator que os invisibiliza. Com base nesse viés, é fundamental discutir a principal razão para a posse do documento promover a cidadania, bem como o principal entrave que impede que tantas pessoas não se registrem.

(Trecho da redação de Giovanna da Silva Gamba Dias – INEP, 2022, p. 33)

Neste segundo exemplo, a estudante faz **alusão ao painel Retirantes (óleo sobre tela)**, pintado pelo artista modernista Cândido Portinari, em 1944. Trata-se de uma obra expressionista, cuja técnica sugere a distorção e a desfiguração dos elementos retratados, representando

a angústia e a Violência a que são submetidos os retirantes. A alusão se justifica pela relação que se estabelece entre a ideia de invisibilidade, problemática do tema proposto, e aquela a que muitos retirantes estão sujeitos quer pelo governo que não os enxerga o seu sofrimento, quer pela sociedade dos grandes centros urbanos que exotiza a sua situação e abandono. Interessantes é perceber a relação temática entre o romance *Vidas Secas* e o painel *Retirantes*.



Pedro Campos/ Elizabeth Kaijya/ Marcia Rizzuto (IFUSP)

Exemplo 3

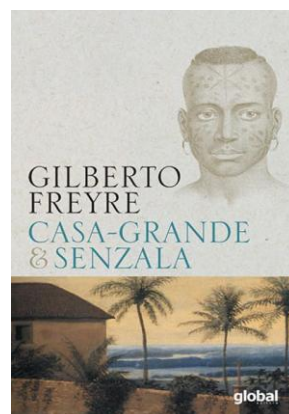
Diante desse cenário, é válido retomar o aspecto supracitado quanto à precarização do trabalho laboral. Nesse contexto, é indiscutível que a ausência do registro civil primordial – a certidão de nascimento – impossibilita a pessoa de possuir outros documentos necessários para a vivência social, como, por exemplo, a carteira de trabalho. Dessa forma, é afirmativo que tal lacuna incorre na precarização do trabalho, uma vez que inviabiliza a efetivação dos direitos laborais, como férias remuneradas, ou, em casos mais extremos, torna o indivíduo vulnerável a trabalhos análogos à escravidão. Em consonância com tal tese, é possível citar a obra “Casa-grande e Senzala”, do autor Gilberto Freyre, na qual ele realiza uma comparação entre o Brasil hodierno e o Brasil Colônia, em que o trabalho escravo – ou seja, o ato laboral precarizado – é um instrumento de invisibilidade social. Sendo assim, torna-se evidente a essencialidade dos registros civis na garantia dos direitos trabalhistas para todos os brasileiros, o que, por sua vez, coopera em promover a visibilidade cidadã.

(Trecho da redação de Alice Souza Moreira – INEP, 2022, p. 37)

Por fim, neste terceiro exemplo, a autora alude a obra de Gilberto Freyre para estabelecer uma comparação entre o Brasil Colônia e o Brasil contemporâneo, visto que, em “Casa-Grande e Senzala”, Freyre analisa a estrutura social colonial, marcada pela escravidão e pela divisão entre a casa-grande (senhores) e a senzala (escravos). A autora usa essa referência para destacar que a precarização do trabalho, assim como a escravidão no passado, é um mecanismo de invisibilidade social.

Nos três exemplos, a alusão, enquanto estratégia argumentativa, cumpre suas funções essenciais: a) estabelecer um paralelo histórico; b) dar autoridade ao argumento; e c) ampliar a reflexão. A alusão à obra de Graciliano Ramos, de Portinari e de Freyre é pertinente ao tema da redação, pois relaciona passado e presente, mostrando que a falta de registro civil, ao impedir o acesso a vida digna e a direitos trabalhistas, cria uma forma moderna de exclusão semelhante ao êxodo rural e à escravidão colonial. Outra justificativa é a abordagem à invisibilidade social, uma vez que a obra de Graciliano e a de Portinari ilustram a invisibilidade social e a de Freyre ajuda a ilustrar como a precarização do trabalho e a falta de documentos perpetuam a marginalização de grupos sociais, tornando-os “imperceptíveis” perante o Estado e a sociedade. Por fim, as três alusões reforçam a tese de que o registro civil é essencial para garantir direitos e promover a cidadania.

Livros & Livros/reprodução



b) Citação - A citação é a reprodução direta e literal de uma frase, trecho ou ideia de outra pessoa, obra ou fonte. Ela é utilizada para embasar argumentos, ilustrar pontos de vista ou conferir autoridade a um texto, sempre mantendo a fidelidade ao original. As citações são marcadas por aspas ou por um formato específico (como blocos de texto) e devem ser acompanhadas de uma referência à fonte (autor, obra, página etc.) para evitar plágio e garantir a credibilidade do texto. A citação tem um valor estratégico significativo como técnica argumentativa. Quando usada de forma adequada, ela pode fortalecer um texto, conferindo-lhe credibilidade, profundidade e persuasão.

Tipos de citação

1. Citação direta: reprodução exata das palavras do autor, entre aspas.

Exemplo: Como disse Machado de Assis, “A vida não é mais que um sonho; mas nesse sonho não há nada mais real do que a dor.”

2. Citação indireta: reprodução das ideias do autor com as próprias palavras, sem aspas, mas ainda com referência à fonte.

Exemplo: Segundo Machado de Assis, a vida é como um sonho, mas a dor é a única realidade incontestável.

Vamos usar como exemplos, trechos das redações nota 1000 extraídos da Cartilha de Redação do Participante do ENEM de 2021.

Exemplo 1

Primeiramente, vê-se que o apagamento social gerado pela falta de registro civil apresenta suas origens no passado. Para o sociólogo Karl Marx, as desigualdades são geradas por condições econômicas anteriores ao nascimento de cada ser, de forma que, infelizmente, nem todos recebam as mesmas oportunidades financeiras e sociais ao longo da vida. Sob esse viés, o materialismo histórico de Marx é válido para analisar o drama dos que vivem sem certificado de nascimento no Brasil, pois é provável que eles pertençam a linhagens familiares que também não tiveram acesso ao registro. Assim, a desigualdade social continua sendo perpetuada, afetando grupos que já foram profundamente atingidos pelas raízes coloniais e patriarcais da nação. Dessa forma, é essencial que o governo quebre esse ciclo que exclui, sobretudo, pobres, mulheres, indígenas e pretos.

(Trecho da redação de Gabriel Borges – INEP, 2022, p. 29)

O uso da citação de **Karl Marx** no trecho foi **estratégico** e **eficaz**, pois a estudante recorreu ao **materialismo histórico** para embasar o argumento sobre a falta de registro civil e suas raízes na desigualdade social. A referência a Marx conferiu **autoridade teórica** ao texto, contextualizando o problema como parte de um ciclo de exclusão que afeta gerações. A conexão entre a teoria e a realidade atual também foi pertinente, porquanto mostrou como a falta de documentos perpetua a marginalização de grupos vulneráveis, como pobres, mulheres, indígenas e negros. No entanto, o texto poderia ser mais preciso se incluísse uma **citação direta** de Marx ou uma referência específica a suas obras, como *O Capital*. Além disso, a explicação sobre como a falta de registro civil impacta direitos básicos poderia ser mais detalhada, evitando generalizações. Apesar disso, a citação cumpriu seu papel de enriquecer o argumento, demonstrando por parte da estudante o seu **repertório sociológico** e **capacidade de relacionar teoria e prática**, elementos essenciais para uma redação nota 1000.

Exemplo 2

Por conseguinte, a inexistência da identificação pessoal limita a consolidação de outros direitos imprescindíveis, perpetuando a invisibilidade e a supressão da cidadania de muitos habitantes do país. Nessa perspectiva, é lícito citar que, de acordo com o sociólogo Thomas Marshall, um verdadeiro cidadão deve exercer efetivamente suas garantias civis, sociais e políticas previstas constitucionalmente. Contudo, indo de encontro à definição de Marshall, a ausência do registro civil priva o indivíduo de gozar dos dois últimos direitos descritos, uma vez que, sem esse documento, ele não pode se cadastrar em programas de cunho social nem obter o título de eleitor. Dessa forma, é imperiosa a expansão do acesso a certidão de nascimento para que a condição cidadão efetivamente vigore no Brasil.

(Trecho da redação de Mariana Mariah Idalgo da Costa – INEP, 2022, p. 39)

O uso da citação de **Thomas Marshall** no trecho também foi **muito eficaz**. A estudante recorreu a um conceito central da sociologia — a **cidadania** — para fortalecer o argumento sobre a importância do registro civil. Marshall, ao definir cidadania como o exercício de direitos civis, políticos e sociais, oferece uma base teórica sólida para discutir como a falta de documentos impede o acesso a esses direitos. A citação foi **bem contextualizada**, porque a autora explicou claramente que, sem o registro civil, os direitos sociais (como programas de assistência) e políticos (como o título de eleitor) ficam inacessíveis, perpetuando a exclusão. Além disso, a referência a Marshall demonstrou o **repertório sociológico** da estudante, valorizando o texto. No entanto, o trecho também poderia ser ainda mais impactante se incluísse uma **citação direta** de Marshall ou uma menção específica à sua obra *Cidadania e Classe Social*. Mesmo assim, a citação cumpriu seu papel de embasar o argumento e reforçar a necessidade de expandir o acesso ao registro civil, mostrando que a autora domina técnicas argumentativas e sabe relacionar teoria e prática.

Como produzir o parágrafo usando Alusão ou Citação?

Vamos continuar utilizando a estrutura de parágrafo-padrão, isto é, um parágrafo com começo, meio e fim. Dessa forma, estruturalmente, devemos proceder da seguinte forma:

a) Usando alusão

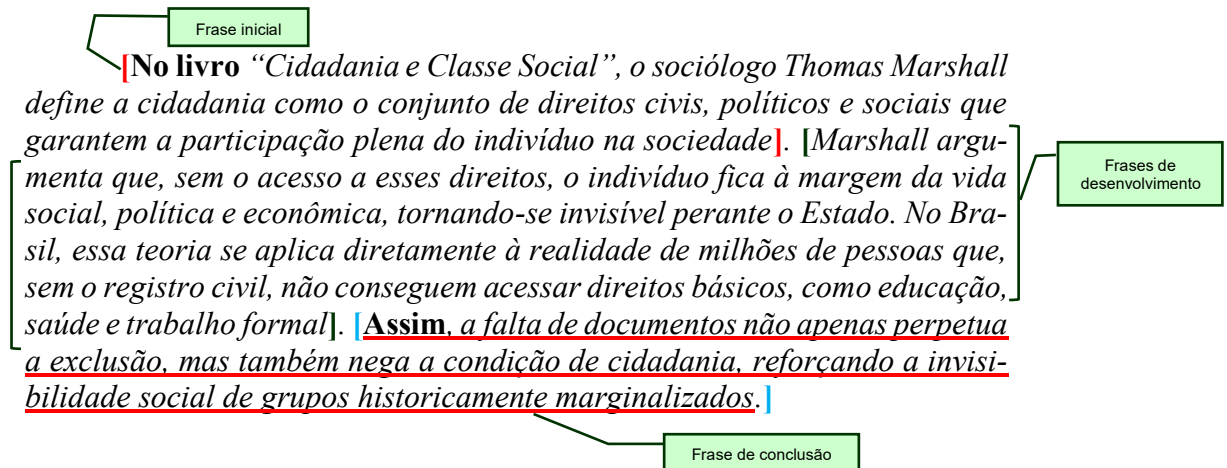
A **frase inicial** deve apresentar a alusão à obra ou ao que se deseja aludir, de modo objetivo, conciso e claro, preferencialmente explicitando o título do elemento discursivo aludido: se for um poema, o título do poema; se for um romance, o título do romance; se for uma música, o título da música; e assim por diante. A(s) **frase(s) de desenvolvimento** deve(m) trazer detalhes do elemento aludido, ou seja, apresentar uma breve descrição do conteúdo da obra. A **frase de conclusão** deve estabelecer a relação entre a obra aludida e o tema que se está discutindo. Vejamos o **planejamento do parágrafo** a seguir, para o tema invisibilidade social e cidadania:

Frase inicial: Apresentação da alusão à obra “Cidadania e Classe Social”, de Thomas Marshall, de forma clara e objetiva.

Frase de desenvolvimento: Detalhamento do conceito de cidadania proposto por Marshall, explicando sua relação com a inclusão social.

Frase de conclusão: Estabelecimento da conexão entre a teoria de Marshall e o tema da invisibilidade social no Brasil, mostrando como a falta de registro civil impede o acesso à cidadania plena.

Agora, vamos ver como ficaria o parágrafo pronto:



Alfabetização e letramento sociológico no parágrafo

O parágrafo apresenta **alfabetização sociológica**, pois utiliza corretamente conceitos de cidadania e direitos civis, políticos e sociais a partir do pensamento do sociólogo Thomas Marshall. Mas vai além, alcançando também um nível elevado de **letramento sociológico**, já que aplica a teoria à realidade brasileira ao relacionar a falta de registro civil com a exclusão social e a negação de direitos básicos. Ao articular teoria e prática social, o parágrafo mostra capacidade crítica de mobilizar referenciais sociológicos para interpretar fenômenos concretos, demonstrando um uso autônomo e consistente do conhecimento sociológico.

b) Usando a citação

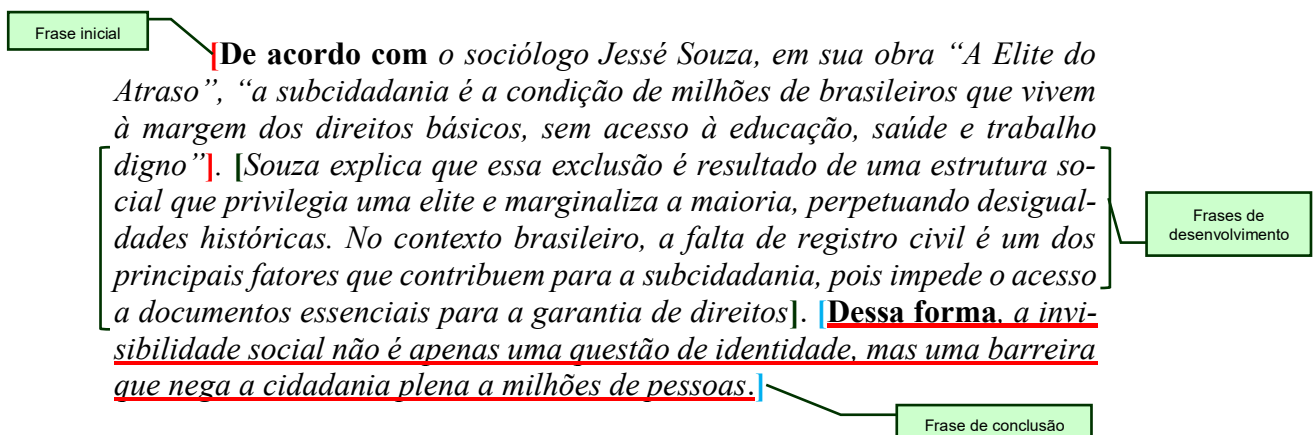
A **frase inicial** deve apresentar o nome da autoridade citada, seguida da citação direta ou indireta. A(s) **frase(s) de desenvolvimento** deve(m) explicar a citação com detalhamento. A **frase de conclusão** relaciona a citação com o tema discutido. Vamos observar a seguir como planejar um parágrafo-padrão com essa técnica.

Frase inicial: Apresentação da autoridade citada (Jessé Souza) e a citação direta ou indireta sobre a subcidadania.

Frase de desenvolvimento: Explicação da citação, detalhando como a exclusão social é perpetuada no Brasil.

Frase de conclusão: Relação entre a citação e o tema da invisibilidade e cidadania, mostrando como a falta de registro civil contribui para a subcidadania.

Vejamos a escrita do parágrafo primeiro com a citação direta:



Agora com a citação indireta:

Frase inicial

[Segundo o sociólogo Jessé Souza, em sua obra “A Elite do Atraso”, a subcidadania é a realidade de milhões de brasileiros que vivem excluídos dos direitos básicos, como educação, saúde e trabalho digno]. [Ele argumenta que essa condição é resultado de uma estrutura social que beneficia uma elite e marginaliza a maioria, perpetuando desigualdades históricas. No Brasil, a falta de registro civil é um dos principais obstáculos para superar a subcidadania, pois impede o acesso a documentos essenciais para a garantia de direitos]. [Dessa forma, a invisibilidade social não é apenas uma questão de identidade, mas uma barreira que nega a cidadania plena a milhões de pessoas.]

Frases de desenvolvimento

Frase de conclusão

Alfabetização e letramento sociológico no parágrafo

O parágrafo (nas duas estruturas) revela tanto **alfabetização sociológica** quanto **letramento sociológico**. A **alfabetização** se evidencia no uso adequado de conceitos como *subcidadania*, *exclusão*, *desigualdades históricas* e *cidadania plena*, além da referência a um autor contemporâneo importante, Jessé Souza. Já o **letramento sociológico** se manifesta quando o texto vai além da citação do autor e aplica sua teoria à realidade brasileira, mostrando como a falta de registro civil contribui diretamente para a condição de subcidadania e reforça a invisibilidade social. Essa articulação entre conceito, teoria e fenômeno concreto demonstra uma capacidade crítica mais avançada, em que o estudante mobiliza o pensamento sociológico para interpretar a realidade. Assim, o parágrafo mostra domínio inicial da linguagem das Ciências Sociais, mas também a competência de relacionar teoria e prática social, caracterizando um letramento sociológico consistente.

Agora que você estudou duas técnicas muito usadas nas redações do ENEM, principalmente nas redações nota 1000, é hora de você realizar a sua **2ª Prática de escrita sociológica**. Vamos lá?

EXERCÍCIO – ESCRITA DE PARÁGRAFOS DE DESENVOLVIMENTO²²

NOTA → Todos os exercícios que você irá realizar aqui terão como tema a proposta do ENEM 2021: “Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”. Dois exercícios focarão na técnica da alusão (com referências a filmes, músicas, obras literárias ou obras de artes), e os outros dois na técnica da citação (com referências a sociólogos ou antropólogos). Vamos lá!?

01. Primeiro exercício: alusão a um filme

Instrução: Elabore um parágrafo de desenvolvimento utilizando a técnica da alusão. Faça referência ao filme “Cidadão Kane”, de Orson Welles, que retrata a vida de um homem poderoso, mas que, no fim, se vê isolado e incompreendido. Relacione a ideia de invisibilidade social com a falta de registro civil no Brasil.

Estrutura sugerida:

Frase inicial: Apresente a alusão ao filme.

Frase(s) de desenvolvimento: Descreva brevemente o filme e sua mensagem.

Frase de conclusão: Relacione o filme ao tema da invisibilidade e cidadania.

02. Segundo exercício: alusão a uma música

Instrução: Elabore um parágrafo de desenvolvimento utilizando a técnica da alusão. Faça referência à música “Índios”, de Legião Urbana, que critica a invisibilidade e a marginalização dos povos indígenas no Brasil. Relacione a letra da música com a falta de registro civil e a exclusão de grupos vulneráveis.

²² Ao final do e-book, na **Seção Respostas Sugeridas** há material para subsidiar o trabalho do professor.

Estrutura sugerida:

Frase inicial: Apresente a alusão à música.

Frase(s) de desenvolvimento: Explique a mensagem da música.

Frase de conclusão: Relacione a música ao tema da invisibilidade e cidadania.

03. Terceiro exercício: citação de um sociólogo

Instrução: Elabore um parágrafo de desenvolvimento utilizando a técnica da citação. Faça referência ao sociólogo Thomas H. Marshall, que define cidadania como o conjunto de direitos civis, políticos e sociais. Relacione essa definição com a importância do registro civil para a garantia da cidadania no Brasil.

Estrutura sugerida:

Frase inicial: Apresente a autoridade citada e a citação (direta ou indireta).

Frase(s) de desenvolvimento: Explique a citação com detalhes.

Frase de conclusão: Relacione a citação ao tema da invisibilidade e cidadania.

04. Quarto exercício: citação de um antropólogo

Instrução: Elabore um parágrafo de desenvolvimento utilizando a técnica da citação. Faça referência ao antropólogo Darcy Ribeiro, que em sua obra “O Povo Brasileiro” discute as desigualdades sociais e a exclusão de grupos marginalizados no Brasil. Relacione suas ideias com a falta de registro civil e a invisibilidade social.

Estrutura sugerida:

Frase inicial: Apresente a autoridade citada e a citação (direta ou indireta).

Frase(s) de desenvolvimento: Explique a citação com detalhes.

Frase de conclusão: Relacione a citação ao tema da invisibilidade e cidadania.



ORIENTAÇÕES

1. Compreendendo que a produção textual pode ser uma atividade grupal, o professor pode orientar os alunos a se reunirem em grupos de 3 ou 4 estudantes para discutirem o assunto antes das atividades de escrita.
2. Antes da escrita final dos parágrafos, sugere-se que os estudantes compartilhem seus textos entre os membros do grupo para uma primeira análise de suas produções textuais e para a adequação e reescrita dos textos, caso seja necessário.
3. Como sugestão, o grupo pode eleger um dos parágrafos produzidos para apresentação aos demais estudantes para apreciação.
4. As produções dos alunos podem ser compartilhadas em um drive ou em um *Padlet*²³ para posterior consulta e aprendizagem colaborativa.

²³ O **Padlet** é uma ferramenta online que permite criar murais virtuais colaborativos. É possível utilizá-lo para organizar ideias, rotinas, projetos, estudos e trabalhos em equipe. Segue o link para acessar e produzir um Padlet: <https://padlet.com/>

Construa seu Repertório! Pesquise!

Na redação do ENEM e dos Vestibulares, é preciso ter um diversificado Repertório Sociocultural.



Músicas: *Ê*, de Gonzaguinha ▪ *Cidadão*, de Zé Geraldo ▪ *Senhor Cidadão*, de Tom Zé ▪ *Cidadania*, Câmbio Negro ▪ *Cidadania*, de Marcelo Serralva ▪ *Comida*, da Banda Titãs ▪ *Cidadania*, de Walter Giannini ▪ *Cidadania*, da Banda Força Viva Riddim ▪ *Cidadão*, de Emicida ▪ *Cidadão do Mundo*, de Chico Science e Nação Zumbi ▪ *Cidadão de Papelão*, da Banda Teatro Mágico ▪ *Invisível*, da banda BaianaSystem ▪ *Clandestino*, de Mano Chao ▪ *Índios*, da Banda Legião Urbana ▪ *Não Existe Amor em SP*, de Criolo ▪ *Até Quando*, de Gabriel, O Pensador ▪ *Inclassificáveis*, de Arnaldo Antunes (part. Chico Science) ▪ *O Morro Não Tem Vez*, de Tom Jobim.



Livros: *O Cidadão Invisível*, de Gilberto Dimenstein ▪ *O Cidadão de Papel*, de Gilberto Dimenstein e Pasquale Cipro Neto ▪ *Do Cidadão*, de Thomas Hobbes ▪ *Cidadão*, de Tatiana Belenky ▪ *Educação, Exclusão e Cidadania*, de Lindomar Wessler Boneti ▪ *Cidadania: o remédio para as doenças culturais brasileiras*, de Ênio Resende ▪ *Cidadania Cultural*, de Marilena Chaui ▪ *Cidadania e Racismo*, de Otavio Henrique Ferreira da Silva ▪ *O Que é Cidadania*, de Maria de Lourdes Manzini Covre ▪ *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, de José Murilo de Carvalho ▪ *Cidadania, a fome das fomes*, de Plínio Fraga e Ana Redig ▪ *A construção social da subcidadania: uma leitura alternativa do Brasil moderno*, de Jessé Souza ▪ *Invisíveis: uma etnografia sobre brasileiros sem documento*, de Fernanda da Escóssia



Filmes: *Cidadão Kane*, dirigido por Orson Welles ▪ *Que horas ela volta?*, dirigido por Anna Muylaert ▪ *Invisíveis da Silva*, reportagem-documentário dos jornalistas Maurício de Santi e Rodrigo Resende ▪ *À Margem do Lixo*, documentário dirigido por Evaldo Mocarzel ▪ *Boca de Lixo*, documentário dirigido por Eduardo Coutinho ▪ *Corumbiara*, documentário dirigido por Vincent Carrelli ▪ *O Esquecimento*, documentário dirigido por Heddy Honigmann



Podcast: *(In)visibilizadas #08 - Crianças e adolescentes em situação de rua* ▪ *Ep013-Cidadania-Café com Sociologia* ▪ *1.7 Cidadania – Simplificando Política* ▪ *#584 – Reflexões sobre Cidadania – Como se forma um bom cidadão – Nova Acrópole* ▪ *EP 40 – Zé Geraldo – Cidadão – Clube da Música Autoral* ▪ *Os desafios do Exercício da Cidadania entre os brasileiros – RedaçãoCast* ▪ *Desafios para o pleno exercício da cidadania a partir do voto no Brasil – RedaçãoCast* ▪ *#12 O Registro Civil de Pessoas Naturais – Papo de Cartório* ▪ *#13 Invisibilidade social – Nzingapodcast* ▪ *#02 – Repertório sociocultural para o tema - o problema da invisibilidade social no Brasil – ProDICast* ▪ *#39 Invisibilidade e registro civil – PodCássio* ▪ *Acesso à cidadania no Brasil – entre a invisibilidade e o registro civil – ENEM 2021 – Redação e Dialogia* ▪



Sites: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-11-28/invisiveis-no-brasil-sem-documento-e-dignidade-eu-nem-no-mundo-existo.html> ▪ <https://portal.unit.br/blog/noticias/falta-do-registro-civil-atinge-cerca-de-tres-milhoes-de-brasileiros/> ▪ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2021-11/3-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-registro-civil-de-nascimento> ▪ <https://www.contabeis.com.br/noticias/49511/invisibilidade-e-registro-civil-entenda-a-importancia-do-cadastro-que-foi-destaque-no-enem-2021/> ▪ <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/livro-de-jornalista-aborda-questao-dos-indocumentados-e-a-negativa-de-direitos-basicos>

RELAÇÕES SOCIAIS

■ CAPÍTULO 3

O QUE É?

Relações sociais são as interações, conexões e vínculos estabelecidos entre indivíduos ou grupos em um contexto social. Essas relações envolvem trocas simbólicas, materiais e afetivas, sendo fundamentais para a organização, coesão e transformação da sociedade. Elas podem ser formais, quando reguladas por normas e instituições (como relações de trabalho ou políticas), ou informais, quando baseadas em laços afetivos e comunitários (como amizades ou relações familiares). Os elementos-chave das relações sociais incluem a interação, que se refere à comunicação e influência mútua entre indivíduos; os papéis sociais, que são as funções desempenhadas de acordo com normas e expectativas (ex.: professor/aluno, pai/filho); as normas e valores, que são as regras e princípios que guiam as relações (ex.: respeito, reciprocidade); o poder e a hierarquia, que refletem desigualdades e estruturas de dominação (ex.: relações entre patrão e empregado); e a identidade e o pertencimento, que envolvem a construção de identidades individuais e coletivas (ex.: pertencer a uma família ou comunidade).

SOCIEDADE: RELAÇÕES SOCIAIS, DIVERSIDADE E CONFLITOS²⁴

No filme “Náufrago”, Chuck Noland, interpretado por Tom Hanks, sobrevive isolado em uma ilha deserta. Para lidar com a solidão, ele cria Wilson, uma bola de vôlei que se torna seu “companheiro”. Durante o isolamento, Chuck desenvolve habilidades para coletar alimentos, pescar e fazer fogueiras. Esse cenário levanta questões sobre nossa capacidade de suportar o isolamento: conseguiríamos viver sem interações sociais? Aprenderíamos a sobreviver sozinhos? E se ficássemos doentes?

As relações sociais são fundamentais para a vida humana. Desde o nascimento, começamos a nos relacionar com o mundo externo, primeiro na família, nosso primeiro grupo social, e depois na escola. Esses grupos influenciam profundamente nossa formação. Ao longo da vida, estabelecemos diversos tipos de relações: por amizade, estudo, trabalho ou participação em associações, como grupos de moradores ou clubes.

A sociedade é formada por essas relações entre indivíduos e grupos. O termo **sociedade civil** refere-se ao conjunto de pessoas e grupos sociais de um país, sujeitos a normas e regras que compõem sua cultura. A cultura inclui crenças, artes, música, modos de produção, culinária e formas de transmitir conhecimento. Esses elementos estão presentes no espaço geográfico, que reflete as características culturais de uma sociedade.

Nas relações sociais, coexistem **solidariedade** e **conflitos**. Os conflitos surgem devido a diferenças entre pessoas ou grupos, seja por objetivos distintos, desrespeito às diferenças ou intolerância. Ao longo da história, muitos conflitos ocorreram porque sociedades buscaram se sobrepor ou explorar outras.

A diversidade sociocultural é marcante. Por exemplo, o povo Massai, do Quênia, vive em aldeias, dedica-se à criação de gado e tem costumes muito diferentes das sociedades urbano-industriais, onde predomina o consumo de produtos industrializados, o uso de energia elétrica e a dependência de meios de comunicação como televisão, rádio e internet. Esses meios influenciam hábitos, costumes, lazer e até a formação profissional.

Dentro de cada sociedade, há também diferenças internas, especialmente nas sociedades urbano-industriais. Uma das principais é a

divisão em classes sociais, determinada pelas condições socioeconômicas. Em países subdesenvolvidos, como o Brasil, as desigualdades são acentuadas: os mais pobres muitas vezes não têm acesso a necessidades básicas como alimentação, saúde e educação. Já em países desenvolvidos, como a França, essas diferenças são menores, e mesmo os menos favorecidos conseguem atender às suas necessidades básicas.

²⁴ O texto de Anselmo Lázaro Branco, colunista do UOL Educação, nos coloca dentro do nosso terceiro tema: relações sociais. Um dos pontos mais importantes das Ciências Sociais, as relações sociais são estruturadas por posições e papéis sociais, refletindo desigualdades de poder, classe, gênero, raça e outros marcadores. As relações sociais sustentam a organização da vida em sociedade e são fundamentais para a análise sociológica. Vamos nos aprofundar nesse assunto?

Por tudo isso, convém reforçar que as relações sociais, a diversidade cultural e os conflitos são elementos centrais da vida em sociedade. Eles moldam nossa identidade, influenciam nossa capacidade de cooperação e refletem as desigualdades que precisam ser enfrentadas para construir sociedades mais justas e inclusivas.

Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/sociedade-relacoes-sociais-diversidade-e-conflitos.htm>

Acesso em: 22 mar. 2025.

Comentando o texto

Anselmo Lázaro Branco apresenta nesse texto uma abordagem introdutória clara e didática sobre temas centrais das Ciências Sociais, como relações sociais, sociedade, cultura, diversidade sociocultural e conflitos sociais. A partir da metáfora do isolamento no filme *Náufrago*, ele evidenciou a natureza intersubjetiva e relacional do ser humano, tema fundamental na Sociologia. Nesse contexto, autores como **Émile Durkheim** destacam que a sociedade precede o indivíduo e molda seu comportamento, enquanto **Karl Marx** e **Max Weber** enfatizam que as relações sociais são estruturadas por interesses econômicos, poder e significados compartilhados.

Assim, ao destacar a família e a escola como grupos primários de socialização, o texto remete à noção de **instituições sociais**, que são estruturas que organizam e normatizam as práticas coletivas. A ideia de sociedade civil como conjunto de grupos sociais que seguem normas também dialoga com as concepções contemporâneas de participação e cidadania. Já a menção à **diversidade cultural** e às **classes sociais** permite discutir **desigualdade**, **etnocentrismo** e **pluralismo cultural**, refletindo o olhar antropológico e sociológico para as diferenças humanas. A comparação entre o Brasil e países desenvolvidos sugere uma leitura crítica das estruturas econômicas e das condições de vida, apontando para a noção de estratificação social.

Do **ponto de vista da redação no ENEM**, esse conjunto temático é extremamente relevante. A prova frequentemente explora problemáticas sociais que têm como pano de fundo **relações desiguais**, **exclusões históricas** e **intolerâncias** que atravessam a diversidade cultural brasileira. Temas, como “Viver em rede no século 21: os limites entre o público e o privado” (2011), “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil” e “Caminhos para combater o racismo no Brasil” (2016) e “Os desafios para a valorização das comunidades e povos tradicionais do Brasil” (2022), podem ser interpretados à luz das **relações sociais** e dos conflitos que delas emergem. Assim, compreender esses conceitos amplia o repertório sociocultural do candidato e fortalece seu poder de argumentação crítica, além de possibilitar o uso pertinente de autores como Bourdieu, Goffman, Giddens, entre outros, como recurso legitimador da tese, abrindo espaço para o exercício de seu letramento sociológico.

Outras linguagens



Comentando o texto

Nesta tirinha, Bill Watterson apresenta uma crítica ácida e irônica ao papel da mídia de massa nas sociedades contemporâneas, simbolizada pela devoção de Calvin à televisão. Ao agradecer por “reduzir o pensamento” e “aniquilar a imaginação”, o personagem revela o potencial alienante da mídia, que ocupa um lugar central na formação de relações sociais, culturais e subjetivas.

Na perspectiva das Ciências Sociais, a cena pode ser analisada à luz de autores como **Theodor Adorno** e **Max Horkheimer**, que denunciaram a **indústria cultural** como um mecanismo de padronização e manipulação das consciências, promovendo entretenimento superficial e reforçando a passividade social. A televisão, nesse contexto, torna-se um meio de dominação simbólica, moldando gostos, opiniões e hábitos.

Pierre Bourdieu complementa essa crítica ao destacar que os meios de comunicação exercem violência simbólica, influenciando a construção da realidade social sem que os indivíduos percebam essa imposição. Já **Guy Debord**, ao propor a ideia de sociedade do espetáculo, argumenta que as relações sociais passam a ser mediadas por imagens e aparências, em que o consumo substitui a experiência real.

O gesto final de Calvin (oferecer seu “cérebro” em forma de uma tigela de tapioca morna) simboliza a renúncia à autonomia crítica diante da sedução constante da mídia. Essa representação revela como a socialização contemporânea, fortemente mediada por dispositivos midiáticos, pode fragilizar a capacidade de análise, questionamento e construção de relações mais autênticas e conscientes.

Sob essa análise, a tirinha dialoga diretamente com os temas abordados por Anselmo Lázaro Branco, especialmente ao tratar **do papel das relações sociais na formação dos indivíduos**. Enquanto Anselmo ressalta que as interações sociais — família, escola, grupos de convivência — moldam nossa identidade e inserção social, a tirinha mostra como essas relações podem ser impactadas pela presença dominante da mídia, que passa a ocupar o lugar de mediadora simbólica da realidade.

Ambos os textos, portanto, convergem ao apontar que **as relações sociais são construídas historicamente e atravessadas por conflitos**, entre eles o da imposição simbólica de valores da mídia frente à diversidade sociocultural. Nesse sentido, a crítica presente na tirinha reforça a importância da educação crítica e da consciência cidadã como formas de resistência à padronização e à alienação nas relações sociais contemporâneas.

Texto de Jornal

Estudos revelam o assustador impacto da tecnologia nas relações sociais

Isolamento e falta de contato físico: um fenômeno acelerado pela pandemia das redes sociais

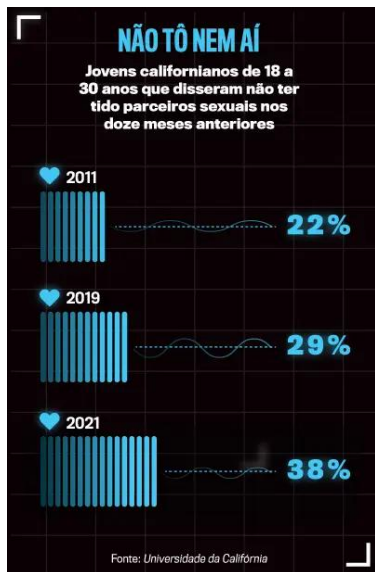
A solidão, sabemos todos, é parte indissociável do cotidiano humano desde sempre. Não se trata, é natural, de condição recente — se nascemos como seres gregários, se vivemos para nos juntar em famílias e grupos, na paz e na guerra, é certo que viemos ao mundo também para sofrer com o afastamento do outro. De Rainer Maria Rilke (1875-1926), poeta e romancista austríaco de coração despedaçado: “A solidão é como chuva (...) cai como chuva nas horas ambíguas, quando todas as velas se voltam para a manhã e quando os



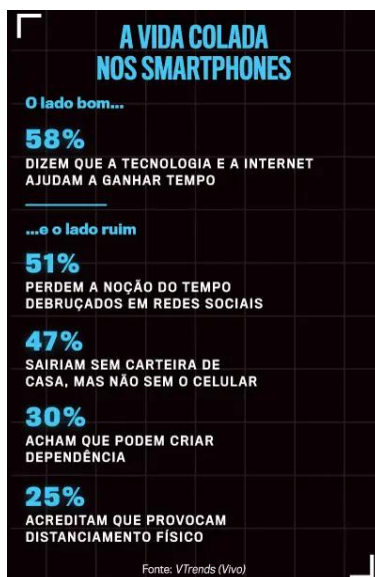
Crédito: A. J. Watt / Getty Images

DE COSTAS - O smartphone como parede: falta de traquejo com o companheiro ao lado.

corpos, que nada encontraram, desiludidos e tristes se separam; e quando aqueles que se odeiam têm de dormir juntos na mesma cama”. A novidade é que a tecnologia, joia da civilização afeita a unir, tem produzido desunião. A internet — e talvez não caiba aqui nenhuma sensação de estupor, em filme que se desenrola já há algum tempo — afasta amigos e cancela amores. Deu ruim, como se diz por aí.



O extraordinário, agora: estudos robustos têm revelado o tamanho do dano. Os smartphones e as redes sociais estimulam o comportamento individualista e relações superficiais. Essa realidade foi ainda mais afetada pelo isolamento da pandemia e pela adoção de regimes de trabalho em home office. Um levantamento recente da Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos, iniciado em 2021, mostra que quatro em cada dez jovens de 18 a 30 anos não tiveram parceiros sexuais no decorrer de um ano — índice que dobrou na comparação com a década passada. No Japão, a questão virou problema de saúde pública, com a queda da natalidade, preocupação constante do governo. O número de homens que admitem não saber conversar com mulheres aumentou, nos últimos dois anos, de 14% para 20%. Já o índice de mulheres que dizem não ter traquejo para falar com eles subiu um pouco menos, de 16% para 18%.



Tendo a tela como escudo, contudo, no mar do Facebook, do Instagram, do X (que já foi Twitter) e do WhatsApp, a comunicação segue firme. “Nas redes, interagimos por meio de um filtro, o que constantemente causa a confusão entre interação e socialização”, diz o psicólogo Francisco Nogueira. “Parece estarmos nos socializando, mas a capacidade de resposta e de construção de vínculos cai muito”. O resultado, inesperado: o isolamento, apesar do pipocar frenético de mensagens e alertas. Não é preciso, resume-se, estar sozinho para se sentir só. E não por acaso, 25% de jovens brasileiros ouvidos em uma pesquisa da *VTrends* (veja no quadro), braço da operadora Vivo, acreditam que os aparelhos eletrônicos, ali onde vivemos, provocam distanciamento físico.

Estique-se um pouco a corda e o retrato é preocupante: trabalho da empresa de tecnologia Telstra australiana — cujos dados podem ser transportados para o Brasil, inclusive — indica que 54% de pessoas da dita geração Z, de 8 a 23 anos, se auto-denominam solitárias. Entre os *millennials*, que chegam aos 40

anos, o nó é pouca coisa menos apertado, está na casa dos 51%. “Fomos ficando preguiçosos para relacionamentos”, diz a psicóloga clínica, terapeuta familiar e pesquisadora Ilana Pinsky, colaboradora do site de VEJA. “Os relacionamentos são muito compensadores, mas são também cansativos. A maioria das pessoas tem de fazer um certo esforço para a manutenção das relações”.

Texto de Marília Monitchele, publicado em VEJA de 1º de setembro de 2023, edição nº 2857. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/comportamento/estudos-revelam-a-dimensao-do-isolamento-social-estimulado-pela-tecnologia>

Acesso em: 22 mar. 2025

Comentando o texto

O texto publicado na Revista VEJA revela, com base em estudos recentes, um dado sociologicamente alarmante: **a tecnologia, concebida como instrumento de conexão social, tem contribuído significativamente para o aumento do isolamento e da solidão**, especialmente entre os jovens. Esse fenômeno contemporâneo pode ser compreendido à luz de uma análise mais ampla das relações sociais, como propõe o texto didático de Anselmo, e é satirizado com agudeza na tirinha de Bill Watterson.

O texto de Anselmo, ao apresentar **as relações sociais como o tecido que sustenta a vida em sociedade**, enfatiza que elas são mediadas por instituições como família, escola, trabalho e grupos de convivência. Destaca, ainda, os conflitos e as desigualdades que atravessam essas relações, bem como a importância da diversidade sociocultural na construção de identidades e vínculos sociais. No entanto, essa construção encontra obstáculos no cenário descrito pela reportagem da VEJA, que denuncia a fragilização das relações humanas em tempos de **hiperconectividade digital**.

A sociologia nos ajuda a entender que, embora estejamos inseridos em redes sociais virtuais, o simples fluxo de interações digitais não garante socialização autêntica. Como aponta o psicólogo citado na reportagem, a mediação da tela gera uma falsa sensação de interação. Essa ideia pode ser articulada com o conceito de relações sociais mediadas simbolicamente, discutido por autores como **Pierre Bourdieu**, que trata da influência da mídia na construção das percepções sociais, e **Zygmunt Bauman**, com sua noção de relações líquidas, marcadas pela fragilidade, superficialidade e constante descartabilidade.

Assim, os três textos convergem ao expor uma realidade em que as relações sociais estão sendo reconfiguradas pela mediação tecnológica, revelando o paradoxo de uma era que, embora hiperconectada, produz solidão, esvaziamento dos laços e dificuldade de convivência. A socialização, núcleo vital da vida em sociedade, exige presença, escuta e esforço contínuo — algo que os dispositivos não substituem.

REALIDADE - Em museus no mundo todo: a arte nas paredes e os jovens absortos nos reles (Jay Shaw Baker/NurPhoto/Getty Images)



Conectados, mas desconectados? Enquanto as obras de arte contam histórias intemporais, a atenção se volta para as telas digitais. O celular nos museus pode ser ferramenta ou distração – tudo depende do uso!

Vamos ver a seção **Quem fala sobre esse tema** com mais profundidade? No entanto, faremos um recorte: trabalharemos as relações sociais no contexto das redes sociais, da era da informação e do mundo hiperconectado. Vamos lá?



Manuel Castells

Manuel Castells (nascido em 1942, na Espanha) é um dos mais influentes sociólogos contemporâneos no campo da comunicação e das tecnologias da informação. Professor-emérito da Universidade da Califórnia, Berkeley, destacou-se por sua análise das transformações sociais provocadas pela revolução digital. Sua obra mais conhecida é a trilogia “A Era da Informação”, na qual desenvolve o conceito de sociedade em rede, que descreve como as novas tecnologias reconfiguram o poder, a economia, a cultura e as relações sociais. Castells também foi ministro da Universidade na Espanha e continua sendo uma referência nos debates sobre globalização, internet e democracia.

marcado pela compressão do tempo devido à velocidade das tecnologias digitais. Juntos, esses conceitos ajudam a entender como as relações sociais se deslocam do espaço físico para o virtual, criando novas dinâmicas de interação e organização.

Em “Comunicação e Poder” (2009), Castells analisa como o poder é exercido na sociedade em rede. Ele destaca o papel das mídias e das redes digitais na formação da opinião pública e na mobilização política. Segundo ele, as redes sociais digitais se tornaram ferramentas poderosas para a organização de movimentos sociais, como os **indignados** na Espanha e a **Primavera Árabe**. Esses movimentos mostram como as relações sociais na era digital podem ser usadas para desafiar estruturas de poder e promover mudanças sociais.

Além disso, Castells também explora como as relações sociais se refletem nas cidades. Em obras como “A Questão Urbana” (1972), ele analisa o surgimento das **cidades globais**, que são centros de poder econômico e cultural conectados por redes digitais. No entanto, ele também chama a atenção para a **fragmentação urbana**, onde as desigualdades sociais se refletem na organização do espaço, com áreas de riqueza e desenvolvimento contrastando com regiões de pobreza e exclusão.

Quem fala
sobre
esse
tema?

CASTELLS E AS RELAÇÕES SOCIAIS NA ERA DIGITAL

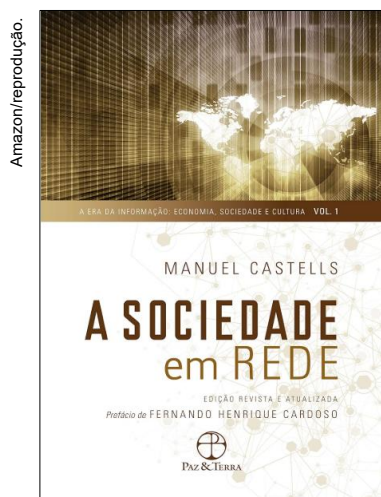
Manuel Castells é um dos sociólogos mais influentes da atualidade, e suas análises sobre as relações sociais na era digital são fundamentais para entender as transformações que a globalização e as tecnologias de comunicação trouxeram para a sociedade. Em suas obras, Castells argumenta que as relações sociais foram profundamente reconfiguradas com o advento da internet e das redes digitais, criando novas formas de conexão, organização e poder.

Uma das principais contribuições de Castells é o conceito de **sociedade em rede**, apresentado em sua obra “A Sociedade em Rede” (1996). Ele descreve como as redes de informação e comunicação se tornaram a base da organização social, econômica e política no mundo contemporâneo. Nessas redes, as relações sociais não estão mais limitadas ao espaço físico; elas se expandem para o ambiente virtual, permitindo conexões globais em tempo real. No entanto, Castells alerta que, embora as redes digitais promovam a inclusão e a democratização da informação, elas também podem gerar exclusão e desigualdades, especialmente para aqueles que não têm acesso à tecnologia.

Outro conceito central na obra de Castells é o **espaço de fluxos**, que se refere às redes globais de informação e comunicação que conectam pessoas, instituições e lugares em todo o mundo. Esse espaço coexiste com o **tempo atemporal**, mar-

Castells oferece, portanto, uma visão abrangente de como as relações sociais foram transformadas na era digital. Suas ideias mostram que, embora as tecnologias de comunicação tenham criado novas oportunidades para conexão e mobilização, elas também apresentam desafios, como a exclusão digital e a fragmentação social. Compreender essas dinâmicas é essencial para navegar no mundo contemporâneo e construir sociedades mais justas e inclusivas.

Nas palavras do sociólogo: Sociedade em Rede



Como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura.

Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social. Além disso, essa lógica de redes gera uma determinação social em nível mais alto que a dos interesses sociais específicos expressos por meio das redes: o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder.

A presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, portanto, podemos apropriadamente chamar de sociedade em rede, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social. Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos.

São mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados na rede dos fluxos financeiros globais. São conselhos nacionais de ministros e comissários europeus da rede política que governa a União Europeia. São campos de coca e de papoula, laboratórios clandestinos, pistas de aterrissagem secretas, gangues de rua e instituições financeiras para lavagem de dinheiro na rede de tráfico de drogas que invade as economias, sociedades e Estados no mundo inteiro. São sistemas de televisão, estúdios de entretenimento, meios de computação gráfica, equipes para cobertura jornalística e equipamentos móveis gerando, transmitindo e recebendo sinais na rede global da nova mídia no âmago da expressão cultural e da opinião pública, na era da informação.

A topologia definida por redes determina que a distância, ou intensidade e frequência da interação, entre dois pontos, ou posições sociais, é menor, ou mais frequente, ou mais intensa, se ambos os pontos forem nós de uma rede do que se não pertencerem à mesma rede.

Por sua vez, dentro de determinada rede os fluxos não têm nenhuma distância, ou a mesma distância, entre os nós. Portanto, a distância — física, social, econômica, política, cultural — para um determinado ponto ou posição varia entre zero, para qualquer nó da mesma rede, e infinito, para qualquer ponto externo à rede.

A inclusão/exclusão em redes e a arquitetura das relações entre redes, possibilitadas por tecnologias da informação que operam à velocidade da luz, configuram os processos e funções predominantes em nossas sociedades.

Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os

mesmos códigos de comunicação — por exemplo, valores ou objetivos de desempenho. Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio.

Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e invalidação do tempo.

Mas a morfologia da rede também é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder. As conexões que ligam as redes — por exemplo, fluxos financeiros assumindo o controle de impérios da mídia que influenciam os processos políticos — representam os instrumentos privilegiados do poder. Assim, os conectores são os detentores do poder.

Uma vez que as redes são múltiplas, os códigos interoperacionais e as conexões entre redes tornam-se as fontes fundamentais da formação, orientação e desorientação das sociedades. A convergência da evolução social e das tecnologias da informação criou uma nova base material para o desempenho de atividades em toda a estrutura social. Essa base material construída em redes define os processos sociais predominantes, consequentemente dando forma à própria estrutura social.

A nova economia está organizada em torno de redes globais de capital, gerenciamento e informação cujo acesso a saber-fazer tecnológico é importantíssimo para a produtividade e competitividade. Empresas comerciais e, cada vez mais, organizações e instituições são estabelecidas em redes de geometria variável cujo entrelaçamento suplanta a distinção tradicional entre empresas e pequenos negócios, atravessando setores e espalhando-se por diferentes agrupamentos geográficos de unidades econômicas.

Assim, o processo de trabalho é cada vez mais individualizado e a mão de obra está desagregada no desempenho e reintegrada no resultado através de uma multiplicidade de tarefas interconectadas em diferentes locais, introduzindo uma nova divisão de trabalho mais baseada nos atributos/capacidades de cada trabalhador que na organização da tarefa.²⁵

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Comentando o texto

Nesse texto, o sociólogo espanhol Manuel Castells, demonstra que vivemos hoje em uma “sociedade em rede”, ou seja, uma forma de organização social em que as conexões entre pessoas, instituições e empresas funcionam como nós interligados por fluxos de informação, poder, dinheiro, cultura e valores. É como se o mundo inteiro estivesse conectado por fios invisíveis: os dados, a internet, os sistemas globais de comunicação. Castells reconhece que as redes sociais não são novas. Elas sempre existiram, como por exemplo em redes de parentesco ou de comércio. O que mudou foi a tecnologia: agora temos uma infraestrutura digital (como computadores, celulares e internet) que permite que essas redes se expandam globalmente e operem em altíssima velocidade, quase em tempo real.

Em vez de pensar no poder como algo que vem de quem manda, o sociólogo espanhol propõe um novo olhar: o “poder dos fluxos”. Quem controla os fluxos de informação, de capital,

²⁵ Vá até a **Seção Relações Sociais: Aceso+** para se aprofundar mais sobre o pensamento do sociólogo espanhol Manuel Castells assistindo aos vídeos “Ideias que Colam | Manuel Castells - Liquid Media Lab”, “A SOCIEDADE EM REDE - MANUEL CASTELLS - MOTOR DE LEITURA” e “Castells e o Capitalismo Informacional – Professor Krauss”.

de mídia e de conhecimento controla a rede e, por consequência, a sociedade. Assim, quem está conectado tem poder, quem está fora da rede está excluído. Nesse sentido, estar dentro de uma rede ou fora dela não é apenas uma questão tecnológica, mas também uma questão de poder, cidadania e justiça social, uma vez que pessoas sem acesso à internet ou sem habilidades digitais estão excluídas dos processos decisórios, produtivos e culturais da sociedade atual.

O texto esclarece que, na sociedade em rede, o poder não está mais centralizado em governos ou grandes chefes, mas nos “conectores”, isto é, aqueles que fazem as pontes entre redes diferentes, como, por exemplo, as grandes corporações, que controlam tanto bancos quanto redes de comunicação ou plataformas digitais, moldam comportamentos, influenciam eleições, modas, valores e opiniões públicas.

Nesse contexto, o trabalho também mudou. Agora, tarefas são distribuídas entre pessoas e lugares diferentes, mas conectadas digitalmente. O trabalhador precisa ser mais flexível, criativo e adaptável, pois o trabalho se tornou mais individualizado e fragmentado, e depende de competências pessoais e tecnológicas, não apenas de funções repetitivas.

Por fim, Castells mostra que a sociedade em rede desafia as noções tradicionais de tempo e espaço. Com a internet e a comunicação instantânea, pessoas distantes podem trabalhar juntas, tomar decisões, consumir conteúdos ou exercer influência de forma simultânea, mesmo estando em países diferentes. Isso cria novas dinâmicas sociais, culturais e econômicas.

Outra linguagem



A tirinha de João Montanaro ilustra a dependência das redes digitais, como o Google, para resolver problemas cotidianos, refletindo a centralidade das redes na vida moderna, conforme discutido por Manuel Castells em “A Sociedade em Rede”. Ela exemplifica como as redes digitais transformam as relações sociais, substituindo interações diretas por consultas a ferramentas digitais. Isso ressalta a cultura da instantaneidade e a individualização, onde o poder está ligado ao controle dos fluxos de informação, como o Google, que se tornou um nó central na rede de informação. A tirinha captura a essência de como as redes digitais redefinem as dinâmicas sociais e culturais na era da informação.

Agora, você vai poder ampliar ainda mais o seu olhar na seção **Como esse tema caiu no ENEM**. Vamos à leitura!

Como esse tema caiu no ENEM?

enem2018



INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
 - 4.2. fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
 - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

Às segundas-feiras pela manhã, os usuários de um serviço de música digital recebem uma lista personalizada de músicas que lhes permite descobrir novidades. Assim como os sistemas de outros aplicativos e redes sociais, este cérebro artificial consegue traçar um retrato automatizado do gosto de seus assinantes e constrói uma máquina de sugestões que não costuma falhar. O sistema se baseia em um algoritmo cuja evolução e usos aplicados ao consumo cultural são infinitos. De fato, plataformas de transmissão de vídeo *on-line* começam a desenhar suas séries de sucesso rastreando o banco de dados gerado por todos os movimentos dos usuários para analisar o que os satisfaz. O algoritmo constrói assim um universo cultural adequado e complacente com o gosto do consumidor, que pode avançar até chegar sempre a lugares reconhecíveis. Dessa forma, a filtragem de informação feita pelas redes sociais ou pelos sistemas de busca pode moldar nossa maneira de pensar. E esse é o problema principal: a ilusão de liberdade de escolha que muitas vezes é gerada pelos algoritmos.

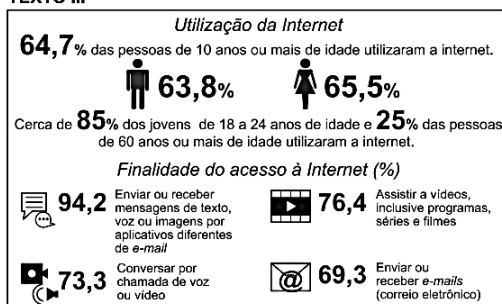
VERDÚ, Daniel. *O gosto na era do algoritmo*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com>. Acesso em: 11 jun. 2018 (adaptado).

TEXTO II

Nos sistemas dos gigantes da internet, a filtragem de dados é transferida para um exército de moderadores em empresas localizadas do Oriente Médio ao Sul da Ásia, que têm um papel importante no controle daquilo que deve ser eliminado da rede social, a partir de sinalizações dos usuários. Mas a informação é então processada por um algoritmo, que tem a decisão final. Os algoritmos são literais. Em poucas palavras, são uma opinião embulhada em código. E estamos caminhando para um estágio em que é a máquina que decide qual notícia deve ou não ser lida.

PEPE ESCOBAR. *A silenciosa ditadura do algoritmo*. Disponível em: <http://outraspalavras.net>. Acesso em: 5 jun. 2017 (adaptado).

TEXTO III



Internet no Brasil em 2016. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 18 jun. 2018 (adaptado).

TEXTO IV

Mudanças sutis nas informações às quais somos expostos podem transformar nosso comportamento. As redes têm selecionado as notícias sob títulos chamativos como "*trending topics*" ou critérios como "relevância". Mas nós praticamente não sabemos como isso tudo é filtrado. Quanto mais informações relevantes tivermos nas pontas dos dedos, melhor equipados estamos para tomar decisões. No entanto, surgem algumas tensões fundamentais: entre a conveniência e a deliberação; entre o que o usuário deseja e o que é melhor para ele; entre a transparência e o lado comercial. Quanto mais os sistemas souberem sobre você em comparação ao que você sabe sobre eles, há mais riscos de suas escolhas se tornarem apenas uma série de reações a "cutucadas" invisíveis. O que está em jogo não é tanto a questão "homem versus máquina", mas sim a disputa "decisão informada versus obediência influenciada".

CHATFIELD, Tom. *Como a internet influencia secretamente nossas escolhas*. Disponível em: www.bbc.com. Acesso em: 3 jun. 2017 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

LC - 1º dia | Caderno 1 - AZUL - Página 19

A PROVA DE REDAÇÃO DO ENEM 2018

A prova de redação do ENEM 2018, com o tema "Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet", demonstrou uma escolha extremamente pertinente e atual, que continua a ser relevante nos dias de hoje. O recorte proposto exigia que os participantes considerassem as várias dimensões do problema apresentadas nos textos motivadores, que abordavam desde o funcionamento de algoritmos até o controle de conteúdo informacional e as estatísticas de acesso à internet no Brasil. Esses textos ofereciam uma base sólida para que os candidatos refletissem sobre como o controle de dados pode influenciar o comportamento dos usuários, limitando sua liberdade de escolha e criando bolhas informacionais.

O **Texto I** destacava o papel dos algoritmos na criação de universos culturais personalizados, enquanto o **Texto II** discutia o controle de conteúdo mediado por moderadores e algoritmos. Já o **Texto III**, por meio de um infográfico, apresentava dados sobre o acesso à internet no Brasil, mostrando como diferentes grupos demográficos interagem com a rede. Por fim, o **Texto IV** alertava para a ilusão de liberdade de escolha gerada pela filtragem de informações, um fenômeno que pode levar à manipulação do comportamento do usuário.

A partir desses textos, esperava-se que os participantes desenvolvessem uma argumentação crítica sobre como o controle de dados na internet pode ser usado para manipular comportamentos, influenciar opiniões e até mesmo interferir em processos democráticos. Além disso, era necessário propor soluções para mitigar esses efeitos, como a regulamentação do uso de dados, a transparência dos algoritmos e a educação digital para conscientizar os usuários sobre os riscos da manipulação.

A atualidade do tema é inegável. Desde 2018, questões como a privacidade de dados, a influência das redes sociais e o poder dos algoritmos ganharam ainda mais destaque. Escândalos como o caso *Cambridge Analytica*, que revelou como dados pessoais foram usados para manipular eleições, e a implementação de leis de proteção de dados, como a LGPD no Brasil, evidenciam a importância de discutir o controle de dados na internet. Além disso, a pandemia de COVID-19 acelerou a digitalização de diversas esferas da vida, aumentando a dependência de plataformas digitais e, consequentemente, a exposição de dados pessoais. Ao tratar da manipulação de comportamento por meio de dados, ou seja, da transformação da informação pessoal em ferramenta de controle social invisível, o tema se aproxima da compreensão de Castells, pois, para ele, isso se dá por meio da sociedade em rede, onde quem controla os fluxos de informação controla os comportamentos sociais.

Podemos afirmar seguramente que a prova de redação do ENEM 2018 foi visionária ao abordar um tema que se tornou ainda mais relevante com o passar dos anos. Ela não apenas testou a capacidade dos estudantes de argumentar e propor soluções, mas também os incentivou a refletir sobre questões que afetam diretamente a sociedade contemporânea. A escolha do tema reflete a necessidade de uma educação que prepare os jovens para lidar com os desafios de um mundo cada vez mais conectado e digital, onde a privacidade e a autonomia individual estão constantemente em jogo. A prova, portanto, cumpriu um papel importante ao fomentar o pensamento crítico e a conscientização sobre os impactos da tecnologia na vida das pessoas.

"MANIPULAÇÃO DO COMPORTAMENTO NA INTERNET", FOI O TEMA DA REDAÇÃO DO ENEM ...

© Cazu.



No Enem 2018, o tema se referia à discussão sobre a Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet, uma questão de grande relevância social não apenas para o Brasil, mas também para o mundo. Na era digital, a internet e os sistemas de informação interferem no funcionamento da sociedade de diferentes formas, positivas ou não.

Redação Nota 1000²⁶

Agora vamos ler uma das redações Nota 1000 publicadas na Cartilha de Redação do Participante do ENEM 2019 sobre o tema “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”.

Redação de Natália Cristina Patrício da Silva

A utilização dos meios de comunicação para manipular comportamentos não é recente no Brasil: ainda em 1937, Getúlio Vargas apropriou-se da divulgação de uma falsa ameaça comunista para legitimar a implantação de um governo ditatorial. Entretanto, os atuais mecanismos de controle de dados, proporcionados pela internet, revolucionaram de maneira negativa essa prática, uma vez que conferiram aos usuários uma sensação ilusória de acesso à informação, prejudicando a construção da autonomia intelectual e, por isso, demandam intervenções. Ademais, é imperioso ressaltar os principais impactos da manipulação, com destaque à influência nos hábitos de consumo e nas convicções pessoais dos usuários.

Nesse contexto, as plataformas digitais, associadas aos algoritmos de filtragem de dados, proporcionaram um terreno fértil para a evolução dos anúncios publicitários. Isso ocorre porque, ao selecionar os interesses de consumo do internauta, baseado em publicações feitas por este, o sistema reorganiza as informações que chegam até ele, de modo a priorizar os anúncios complacentes ao gosto do usuário. Nesse viés, há uma pretensa sensação de liberdade de escolha, teorizada pela Escola de Frankfurt, já que todos os dados adquiridos estão sujeitos à coerção econômica. Dessa forma, há um bombardeio de propagandas que influenciam os hábitos de consumo de quem é atingido, visto que, na maioria das vezes, resultam na aquisição do produto anunciado.

Somado a isso, tendo em vista a capacidade dos algoritmos de selecionar o que vai ou não ser lido, estes podem ser usados para moldar interesses pessoais dos leitores, a fim de alcançar objetivos políticos e/ou econômicos. Nesse cenário, a divulgação de notícias falsas é utilizada como artifício para dispersar ideologias, contaminando o espaço de autonomia previsto pelo sociólogo Manuel Castells, o qual caracteriza a internet como ambiente importante para a amplitude da democracia, devido ao seu caráter informativo e deliberativo.

Desse modo, o controle de dados torna-se nocivo ao desenvolvimento da consciência crítica dos usuários, bem como à possibilidade de uso da internet como instrumento de politização. Evidencia-se, portanto, que a manipulação advinda do controle de dados na internet é um obstáculo para a consolidação de uma educação libertadora. Por conseguinte, cabe ao Ministério da Educação investir em educação digital nas escolas, por meio da inclusão de disciplinas facultativas, as quais orientarão aos alunos sobre as informações pessoais publicadas na internet, a fim de mitigar a influência exercida pelos algoritmos e, conseqüentemente, fomentar o uso mais consciente das plataformas digitais. Além disso, é necessário que o Ministério da Justiça, em parceria com empresas de tecnologia, crie canais de denúncia de “fake news”, mediante a implementação de indicadores de confiabilidade nas notícias veiculadas – como o projeto “The Trust Project” nos Estados Unidos – com o intuito de minimizar o compartilhamento de informações falsas e o impacto destas na sociedade. Feito isso, a sociedade brasileira poderá se proteger contra a manipulação e a desinformação.

Comentando o texto

A participante demonstra excelente **domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa**, com estrutura sintática impecável, apresentando apenas um desvio de acentuação em “notícia” no último parágrafo. Em relação à estrutura do texto dissertativo-argumentativo, ela apresenta uma tese clara, desenvolve justificativas consistentes que comprovam sua argumentação e conclui de forma coesa, encerrando a discussão de maneira satisfatória.

²⁶ Na **Seção Relações Sociais Acesse+**, você encontrará um QR Code que levará à Cartilha de Redação do Participante do ENEM 2019 e poderá acessar outras redações Nota 1000 sobre o tema Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet

O tema é abordado de forma completa, evidenciando uma leitura cuidadosa da proposta de redação. Já no primeiro parágrafo, a participante trata do controle de dados na internet e da manipulação dos usuários, destacando como eles são influenciados tanto em seus hábitos de consumo quanto em suas convicções pessoais. Além disso, ela utiliza **repertório sociocultural pertinente** em mais de um momento do texto: no primeiro parágrafo, ao mencionar a manipulação durante a Era Vargas, mesmo sem internet; no segundo, ao relacionar a teoria da Escola de Frankfurt com a falsa liberdade de escolha gerada pelo controle de dados; e no terceiro, ao contrapor a ideia de Manuel Castells à disseminação de notícias falsas, que impede a internet de ser um ambiente verdadeiramente democrático.

Ao longo da redação, percebe-se **um projeto de texto estratégico**, com informações, fatos e opiniões bem organizados e articulados em defesa do ponto de vista. No primeiro parágrafo, a participante introduz a questão do controle de dados, que prejudica a autonomia intelectual, gerando dois impactos principais: a influência nos hábitos de consumo e nas convicções dos usuários. Nos parágrafos seguintes, ela desenvolve essas duas formas de controle: primeiro, o controle relacionado à divulgação de anúncios publicitários, que influencia o consumo; e, depois, o controle que seleciona o conteúdo acessível aos usuários, além da disseminação de notícias falsas, que moldam interesses pessoais. Por fim, são apresentadas **propostas de intervenção articuladas ao problema discutido**.

Em relação à coesão, a redação apresenta um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação tanto entre os parágrafos, com expressões como “Nesse contexto”, “Somado a isso” e “portanto”, quanto dentro dos parágrafos, com conectivos como “Entretanto”, “uma vez que”, “Ademais”, “Isso”, “porque”, “Nesse viés”, “Dessa forma”, “visto que”, “a fim de”, “Nesse cenário”, “a qual”, “Desse modo”, “Por conseguinte”, “as quais” e “Além disso”. Por fim, a participante elabora uma excelente proposta de intervenção, concreta, detalhada e alinhada aos direitos humanos: sugere que o Ministério da Educação invista em educação digital nas escolas, orientando os alunos sobre a divulgação de dados pessoais na internet, e que o Ministério da Justiça crie canais de denúncia de notícias falsas.

Repertório sociocultural legitimado pela Sociologia na Redação

O tema da redação do ENEM 2018, “**Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet**”, tem uma relação profunda e direta com o conceito de Relações Sociais. Essa conexão pode ser explorada em 7 dimensões principais, refletindo como a tecnologia e o controle de dados estão transformando a maneira como as pessoas interagem, se comunicam e se relacionam.

Em primeiro lugar, pode-se destacar a **transformação das interações sociais**. A internet e as redes sociais redefiniram as relações sociais, permitindo conexões globais e instantâneas. No entanto, o controle de dados e a manipulação algorítmica podem influenciar como essas interações ocorrem. Por exemplo, os algoritmos das redes sociais filtram o conteúdo que os usuários veem, criando bolhas informacionais que reforçam certas visões de mundo e limitam a exposição a perspectivas diversas. Isso pode afetar a maneira como as pessoas se relacionam, polarizando opiniões e reduzindo o diálogo entre grupos com visões diferentes.

Em segundo lugar, destaca-se a **influência sobre comportamentos e decisões**. O controle de dados permite que empresas e plataformas influenciem o comportamento dos usuários, desde escolhas de consumo até decisões políticas. Isso afeta as relações sociais porque as interações humanas passam a ser mediadas por interesses comerciais ou ideológicos. Por exemplo, anúncios personalizados e notícias direcionadas podem moldar as preferências e opiniões dos indivíduos, impactando suas relações com familiares, amigos e colegas.

Em terceiro, destacam-se as ideias de **privacidade e confiança**, pois a coleta e o uso de dados pessoais levantam questões sobre privacidade e confiança, elementos fundamentais nas relações sociais. Quando os usuários percebem que suas informações estão sendo usadas para manipulação, isso pode gerar desconfiança em relação às plataformas digitais e até mesmo em relação a outras pessoas. A falta de transparência sobre como os dados são coletados e utilizados pode corroer a confiança, que é a base de qualquer relação social saudável.

Em quarto lugar, tem-se a **dualidade individualização e fragmentação**. Nesse contexto, a personalização de conteúdo e a filtragem algorítmica podem levar à individualização das experiências online. Cada usuário passa a viver em uma "bolha" digital, onde suas preferências e crenças são constantemente reforçadas. Isso pode fragmentar as relações sociais, pois as pessoas tendem a se conectar apenas com aqueles que compartilham das mesmas visões, reduzindo a diversidade de interações e o contato com perspectivas diferentes.

Em quinto lugar, destaca-se a **dimensão poder e desigualdade nas relações sociais**, uma vez que o controle de dados concentra poder nas mãos de grandes corporações e plataformas digitais, que decidem o que os usuários veem e como se comportam. Isso cria uma assimetria de poder nas relações sociais, onde os indivíduos têm menos controle sobre suas próprias informações e são influenciados por entidades que operam de forma opaca. Essa dinâmica pode reforçar desigualdades sociais, já que nem todos têm o mesmo acesso a informações ou a capacidade de se proteger da manipulação.

Em sexto lugar, deve-se observar o **impacto nas comunidades e identidades**. Convém lembrar que as redes sociais e a internet permitem a formação de comunidades online baseadas em interesses comuns, o que pode fortalecer identidades coletivas. No entanto, a manipulação de dados pode distorcer essas comunidades, criando divisões artificiais ou exacerbando conflitos. Por exemplo, a disseminação de desinformação pode polarizar grupos e prejudicar a coesão social.

Por fim, é de suma importância evidenciar a dimensão das relações sociais na Era da Informação, como já observamos anteriormente analisada por Manuel Castells. O sociólogo espanhol, como vimos, já apontava em sua obra “A Sociedade em Rede” que as tecnologias da informação estão redefinindo as relações sociais, criando novas formas de interação e organização. O controle de dados e a manipulação do comportamento são exemplos claros de como a lógica das redes está moldando as relações sociais na era digital. Castells destaca que o poder nas sociedades contemporâneas está cada vez mais ligado ao controle dos fluxos de informação, o que se reflete diretamente no tema da redação do ENEM 2018.

© Jean Galvão: acervo.



A charge de Jean Galvão ironiza a dependência de aparelhos para a comunicação, refletindo a transformação das relações sociais na era digital. Relaciona-se ao tema da manipulação do comportamento pelo controle de dados, destacando como a tecnologia media interações humanas, podendo fragmentar conexões autênticas e reforçar a individualização nas relações sociais.

Vamos aprofundar essa discussão estudando a seção **Contribuições da Sociologia** para a compreensão desse tema?

CONCEITOS IMPORTANTES

Um dos temas mais importantes para a sociologia são as relações sociais. Elas estão na essência da análise sociológica, pois constituem a malha das tensões do poder na relação entre os indivíduos numa sociedade. Para compreender esse assunto, é essencial o entendimento sobre uma série de conceitos importantes. Vamos a eles?!

Alienação – Para Karl Marx, alienação (ou “estranhamento”) é o processo em que o trabalhador perde o controle sobre seu trabalho, seu produto e até sobre si mesmo dentro do sistema capitalista. Isso ocorre porque o trabalho, que deveria ser uma expressão da criatividade humana, torna-se apenas um meio de sobrevivência, gerando uma sensação de desconexão e impotência.

Ação Social – Para Max Weber, ação social é qualquer comportamento humano que possui um significado subjetivo e é orientado pelas ações de outros indivíduos. Ou seja, não basta agir – é preciso que a ação leve em conta como os outros podem interpretá-la ou reagir a ela.

Anomia – Anomia (do grego a-, “sem” + nomos, “norma”) é um estado de desregulação social em que as normas coletivas perdem força, deixando os indivíduos sem orientação clara para suas ações. Isso gera crise, conflitos e sofrimento psicológico, pois as pessoas não sabem mais o que é esperado delas pela sociedade.

Capitalismo de Vigilância – O capitalismo de vigilância é um sistema econômico no qual grandes empresas de tecnologia coletam, analisam e monetizam dados pessoais em massa para prever e influenciar comportamentos humanos — transformando a privacidade em commodity e o livre-arbítrio em um produto negociável. Cunhado pela professora Shoshana Zuboff (Harvard) em seu livro “A Era do Capitalismo de Vigilância” (2019), o termo descreve uma lógica perversa: “Nós somos o produto, não o cliente”.

Coesão social – Ver Conceitos Importantes no capítulo Intolerância Religiosa.

Controle Social – Ver Conceitos Importantes no capítulo Intolerância Religiosa.

Esfera Pública – A esfera pública, para Jürgen Habermas (filósofo e sociólogo alemão), é um espaço social de debate livre e racional, onde cidadãos discutem questões de interesse comum, formam opiniões e influenciam decisões políticas. Ela não é um lugar físico, mas uma rede de diálogos (em cafés, jornais, assembleias ou redes sociais) que medeia entre a sociedade e o Estado.

Habitus – O habitus é um conceito central na sociologia de Pierre Bourdieu (1930-2002) que descreve o conjunto de disposições, hábitos, gostos e valores que uma pessoa internaliza ao longo da vida, a partir de sua experiência social (classe, educação, família, cultura). Ele funciona como um “sistema de esquemas inconscientes” que orienta nossas ações, percepções e escolhas no mundo.

Interacionismo Simbólico – O interacionismo simbólico é uma corrente da sociologia e da psicologia social que estuda como as pessoas criam e negociam significados através da interação social. Seu foco está nos símbolos (palavras, gestos, objetos) que usamos para comunicar e interpretar o mundo.

Sociedade em Rede (em Manuel Castells) – Para o sociólogo espanhol Manuel Castells, a sociedade em rede é uma nova estrutura social emergente na era da informação, onde as relações de poder, trabalho e comunicação são reorganizadas globalmente por meio de redes digitais. Nesse modelo, a tecnologia não é apenas uma ferramenta, mas a base material que redefine a economia, a cultura e a política.

Relações de Poder – Estruturas dinâmicas que organizam hierarquias sociais, determinando acesso a recursos, tomada de decisões e imposição de normas. Envolvem dominação, resistência e negociação contínuas entre indivíduos e grupos, atravessadas por classe, raça, gênero e outras categorias. Foucault destacou seu caráter difuso e produtivo (não apenas repressivo), enquanto Weber analisou sua legitimação (tradicional, legal e carismática). Manifestam-se tanto em macroestruturas (Estado, mercado) quanto em micropolíticas (escola, família). Sua análise revela desigualdades e possibilidades de transformação social.

Relações sociais²⁷: por que elas importam?

Você já parou para pensar em como as pessoas se conectam no dia a dia? Desde conversas com amigos até a forma como nos relacionamos com professores, familiares ou até mesmo desconhecidos, tudo isso faz parte das **relações sociais** – um conceito fundamental da Sociologia. Elas são a base da vida em sociedade, influenciando como nos comportamos, nos organizamos e até mesmo como entendemos o mundo ao nosso redor.

Historicizando...

Relações sociais: como a história molda nossas interações

Ao longo da história, a forma como as pessoas se relacionam tem mudado profundamente, refletindo as transformações nas sociedades. Nas comunidades tradicionais, antes da modernidade, as relações eram baseadas principalmente em **laços familiares, religiosos e de vizinhança**. A vida social girava em torno da aldeia ou do feudo, onde todos se conheciam e as posições sociais eram definidas pelo nascimento.

Com a chegada da **Revolução Industrial** no século XVIII, tudo começou a mudar. As pessoas migraram em massa para as cidades, onde passaram a conviver com desconhecidos. Nas fábricas e escritórios, as relações se tornaram mais impessoais – agora o que importava não era quem você era, mas o trabalho que realizava. O **dinheiro** passou a mediar cada vez mais as interações entre as pessoas.

No século XX, essas transformações se aceleraram. As **guerras mundiais**, o **crescimento das cidades** e o **surgimento dos meios de comunicação de massa** criaram formas de relacionamento. A televisão e o rádio passaram a influenciar como as pessoas pensavam e se comportavam. Ao mesmo tempo, **movimentos sociais** como o **feminismo** e os **direitos civis** começaram a questionar as relações de poder tradicionais, lutando por maior igualdade.

Hoje, na **era digital**, vivemos outra revolução nas relações sociais. As **redes sociais** nos permitem conectar com pessoas do mundo todo, mas também trazem novos desafios. Muitos se sentem sozinhos mesmo cercados de “amigos virtuais”. O trabalho se tornou mais instável, com aplicativos substituindo empregos tradicionais. A política e os debates sociais agora acontecem tanto nas ruas quanto nas **timelines** do Twitter e Instagram.

Acervo do autor / Canva



Por Que Isso Importa Para Nós?

Entender essa história nos ajuda a:

1. **Compreender** que a forma como nos relacionamos hoje não é natural, mas resultado de processos históricos.
2. **Identificar** os desafios específicos que enfrentamos em nossa época.
3. **Reconhecer** que podemos transformar as relações sociais para torná-las mais justas e humanas.

²⁷ Na **Seção Relações Sociais Acesse+**, você vai encontrar um vídeo muito interessante para refletir sobre o impacto da internet nas relações sociais.



Para Refletir...

- Como a tecnologia está transformando suas próprias relações com familiares e amigos?
- Você acha que as redes sociais estão aproximando ou afastando as pessoas? Por quê?
- Que tipo de relações sociais você gostaria de ver no futuro?

O que dizem os Cientistas Sociais?

A Sociologia surgiu no século XIX, em meio às profundas transformações provocadas pela **Revolução Industrial** e pela **Revolução Francesa**, que alteraram as estruturas econômicas, políticas e sociais da Europa. Influenciada pelo **Iluminismo**, que defendia a razão e a análise crítica da sociedade, a Sociologia consolidou-se como ciência com os trabalhos de pensadores como **Auguste Comte** (que cunhou o termo “Sociologia” e propôs o método positivista), **Emile Durkheim** (que estudou os fatos sociais e a coesão social), **Karl Marx** (que analisou as lutas de classes e o capitalismo) e **Max Weber** (que destacou a ação social e a cultura). Seu objetivo era compreender cientificamente os fenômenos sociais em um mundo em rápida mudança, marcado pela industrialização, urbanização e conflitos de classe.

Durkheim-Marx-Weber/iranacademia.com



Nesse contexto, a Sociologia se estabelece como uma ciência dedicada a compreender as dinâmicas das **relações sociais**, investigando especialmente aquelas que apresentam **padrões e regularidades** ao longo do tempo. Diferente de uma visão que enxerga a vida em sociedade como um conjunto de eventos aleatórios, a perspectiva sociológica demonstra que os comportamentos humanos, as estruturas coletivas e as interações sociais seguem certas **lógicas históricas e culturais**. Isso significa que os modos de agir, pensar e organizar-se não surgem do acaso, mas são fruto de um processo contínuo, no qual as experiências passadas moldam as realidades presentes.

Nesse contexto, a Sociologia se estabelece como uma ciência dedicada a compreender as dinâmicas das **relações sociais**, investigando especialmente aquelas que apresentam **padrões e regularidades** ao longo do tempo. Diferente de uma visão que enxerga a vida em sociedade como um conjunto de eventos aleatórios, a perspectiva sociológica demonstra que os comportamentos humanos, as estruturas coletivas e as interações sociais seguem certas **lógicas históricas e culturais**. Isso significa que os modos de agir, pensar e organizar-se não surgem do acaso, mas são fruto de um processo contínuo, no qual as experiências passadas moldam as realidades presentes.

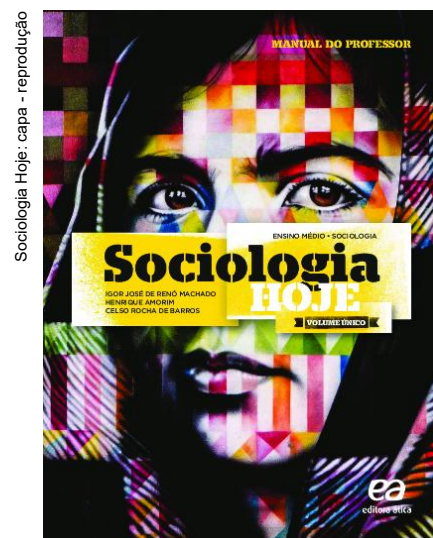
Na escola, no trabalho ou nas redes sociais, estamos sempre criando e mantendo vínculos com outras pessoas. Algumas dessas relações são mais próximas, como as de família, enquanto outras são mais distantes, como as que temos com vendedores ou colegas de turma. Mas todas elas seguem regras, expectativas e, muitas vezes, refletem desigualdades e conflitos. Grandes pensadores da Sociologia, como **Karl Marx**, **Émile Durkheim** e **Max Weber**, estudaram como essas interações moldam a sociedade – seja através da cooperação, do poder ou dos valores compartilhados.

Ao analisar essas regularidades, a Sociologia busca identificar como certas práticas, normas e instituições se reproduzem em diferentes contextos, revelando que a sociedade opera a partir de **mecanismos estruturados e previsíveis**. Seja nas formas de trabalho, nas relações de poder ou nas expressões culturais, há sempre uma base histórica que sustenta as dinâmicas sociais. Dessa forma, o estudo sociológico não apenas descreve a realidade, mas também **explica suas origens e transformações**, mostrando como o passado influencia o presente e como as ações humanas coletivas constroem o futuro. Assim, a Sociologia se consolida como uma ciência essencial para decifrar os fenômenos sociais, oferecendo ferramentas para entender

tanto a estabilidade quanto as mudanças que definem a vida em sociedade. Vejamos abaixo o que se diz sobre isso no livro didático Sociologia Hoje, de Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim e Celso Rocha de Barros (Editora Ática).

A Sociologia é uma ciência que se concentra no estudo das relações sociais. Mais especificamente, ela se volta às relações sociais que apresentam regularidade. O estudo sociológico entende que há determinados modos de vida, de comportamento e de conduta que se reproduzem e aparecem na História com frequência. A vida em sociedade não é um processo aleatório, no qual tudo pode acontecer. Pelo contrário, as relações sociais são sempre resultado de processos históricos, têm sua base em um passado de outras relações sociais. Para explicitar essas regularidades, a Sociologia tem como base a história humana.

(Amorim, Barros e Machado. Sociologia Hoje. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 2016, p. 132)



Sociologia Hoje: capa - reprodução

Por tudo isso, a Sociologia compreende que a sociedade não é simplesmente a soma de indivíduos isolados, mas sim um **tecido complexo de relações sociais** que dão significado às ações humanas. Nessa perspectiva, um indivíduo, um grupo ou uma classe social só adquirem real relevância sociológica quando analisados dentro da **estrutura maior** que os integra e os define. Isso porque nossas identidades, comportamentos e posições sociais não existem de forma autônoma – elas são moldadas por sistemas de interação, instituições e histórias coletivas. Um operário, por exemplo, só pode ser entendido plenamente em relação ao sistema fabril, às relações de produção e à divisão de classes; da mesma forma, um jovem só tem seu comportamento socialmente decifrado quando visto à luz de sua geração, cultura e contextos institucionais (como escola e família). Assim, a Sociologia revela que **o social precede o individual**, demonstrando como até nossas escolhas mais pessoais são, em última análise, produtos de forças e estruturas que nos transcendem.

As Relações Sociais na Era Digital: entre Conexões e Controle

A internet revolucionou a forma como nos relacionamos, criando um paradoxo: ao mesmo tempo que nos conecta globalmente, submete nossas interações a lógicas invisíveis de controle. Nas redes sociais, as relações são mediadas por algoritmos que filtram com quem nos conectamos e o que vemos, transformando plataformas digitais em poderosos mecanismos de influência. Esse novo tipo de controle social opera de forma sutil: nossos dados são coletados, analisados e usados para guiar nossas escolhas, desde o que compramos até em quem votamos. O resultado é um cenário complexo, onde a tecnologia amplifica nossas capacidades de comunicação, mas também introduz riscos profundos à autonomia e à democracia.

O uso excessivo dessas plataformas pode levar à **alienação digital** – um estado em que, imersos em *likes* e compartilhamentos, sequer percebemos como nossos comportamentos são moldados por interesses alheios. Curtidas e comentários, que parecem ações espontâneas, são na verdade **ações sociais digitais** carregadas de significado, mas frequentemente direcionadas por algoritmos que priorizam engajamento em vez de diálogo genuíno. Esse ambiente favorece a **anomia**: a desregulação de normas sociais, onde discursos de ódio e desinformação se espalham sem freios, e a falta de limites claros sobre o uso de dados pessoais gera uma sensação de impunidade.

Grandes corporações como Google, Facebook e Tick Tock capitalizam essa dinâmica, transformando nossa atenção em *commodity*. Seus algoritmos não apenas refletem nossas preferências, mas as reforçam, criando um **habitus digital** – um círculo vicioso em que só consumimos conteúdos que confirmam nossas visões de mundo, aprofundando bolhas ideológicas e polarização. Essa distorção afeta diretamente a **esfera pública**, espaço que deveria ser de debate racional, mas se fragmenta em disputas inflamadas e superficialidade. *Emojis*, *memes* e vídeos virais tornam-se **símbolos digitais** que condensam significados complexos, mas também simplificam discussões necessárias.

Convém lembrar, ainda, que a promessa de inclusão da sociedade em rede esbarra em uma dura realidade: quem não tem acesso à tecnologia ou não domina suas linguagens fica à margem, excluído não só das conexões, mas das oportunidades que elas geram. Assim, enquanto a internet redefine noções de tempo, espaço e poder, cabe a nós questionar: como aproveitar seu potencial sem abrir mão da crítica, da privacidade e das relações autênticas? A resposta passa por entender essas dinâmicas – e exigir transparência e regulamentação para que as redes sirvam às pessoas, e não o contrário.

A ascensão da **era digital** reconfigurou profundamente as **relações sociais**, criando novas formas de interação, mas também de controle. Na perspectiva sociológica, essas transformações podem ser analisadas à luz das ideias de **Manuel Castells**, que – como já discutimos – destacou o surgimento da “**sociedade em rede**” como um paradigma no qual as conexões digitais se tornam centrais para a organização social, econômica e política.

Vale lembrar que Castells sustenta que as tecnologias digitais não apenas facilitam a comunicação, mas também **reestruturam as relações de poder**. Recentemente, vimos que plataformas como redes sociais e aplicativos de mensagens ampliaram a capacidade de conexão, permitindo a formação de comunidades virtuais que transcendem fronteiras geográficas. No entanto, essas mesmas ferramentas são controladas por corporações que coletam dados, moldam comportamentos e influenciam decisões, criando uma **forma de controle social**.

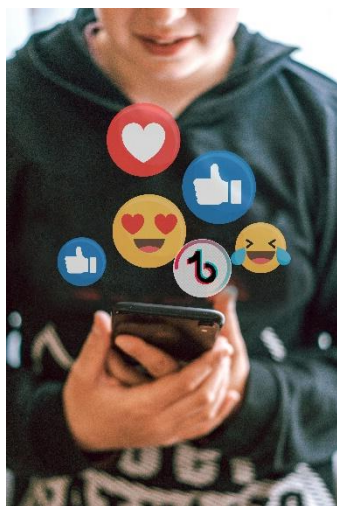
Essa dualidade – entre **conexão e vigilância** – reflete a natureza complexa das relações sociais contemporâneas. Se, por um lado, a digitalização democratizou o acesso à informação e

© Steve Cutts – acervo.



Conectados, mas desconectados: a ilustração impactante de Steve Cutts retrata uma sociedade hipnotizada pelos celulares, caminhando como zumbis em meio à escuridão da alienação digital.

Foto de Alex P. /pexels.com



Hoje o uso de emojis sofre ressignificações o tempo todo, o que demonstra a inconstância das ideias.

fortaleceu movimentos sociais (como primaveras árabes ou protestos globais), por outro, ela também **fragmentou identidades** e ampliou desigualdades. A sociabilidade on-line, muitas vezes mediada por algoritmos, pode reforçar bolhas ideológicas e reduzir a empatia, desafio que exige uma reflexão crítica sobre **quem controla as redes** e como elas afetam a **coesão social**. Assim, sociologicamente falando, a **era digital** não elimina as estruturas clássicas das relações sociais, mas as reconfigura, exigindo novas análises sobre **autonomia, poder e resistência** em um mundo hiperconectado. Isso tem sido uma realidade cada vez mais presente, principalmente em época de grandes decisões sociais, como uma eleição ou um plebiscito.



A prática de usar mentiras para fins políticos é histórica, mas ganhou nova dimensão com a internet, popularizando o termo “fake News” (notícias falsas). Diferente de boatos espontâneos ou erros jornalísticos, as fake news são criadas intencionalmente para parecerem verdadeiras, com o objetivo claro de manipular opiniões e alcançar metas políticas, como explica o jornalista Frederico Oliveira. Essas mensagens são projetadas para explorar emoções e mobilizar o público, tornando-se uma ferramenta perigosa na era digital, onde a desinformação se espalha rapidamente e com alto impacto.

As relações sociais estão no centro da vida em sociedade e, nos dias de hoje, elas passaram por uma grande transformação com o **surgimento da internet e das redes sociais**. Esse foi justamente o ponto de conexão com o tema da redação do ENEM 2018, que discutiu **a manipulação do comportamento dos usuários por meio do controle de dados na internet**. Quando pensamos em como nos relacionamos atualmente, fica claro que boa parte dessas interações acontece no ambiente digital, onde algoritmos e plataformas de redes sociais influenciam diretamente nossas conexões, opiniões e até mesmo nossos hábitos. Esse novo cenário trouxe mudanças profundas na forma como construímos nossas relações, criando tanto **oportunidades** quanto **desafios** para a convivência social.

Nesse contexto, a coleta massiva de dados pessoais por empresas de tecnologia permite que elas conheçam nossos gostos, medos e desejos com impressionante precisão. Essas informações são usadas para criar conteúdos e anúncios sob medida, que nos mantêm cada vez mais tempo conectados. O problema é que esse mecanismo pode limitar nossa visão de mundo, nos mantendo dentro de **bolhas digitais** onde só vemos opiniões e pessoas parecidas conosco. Isso afeta diretamente as relações sociais, pois reduz o contato com perspectivas diferentes e pode aumentar a polarização e os conflitos. Ademais, a velocidade com que as informações - incluindo as falsas - se espalham nas redes tem o poder de influenciar comportamentos e até mesmo decisões importantes na vida das pessoas, tanto em dimensões coletivas, como o resultado de uma eleição, como na vida privada dos indivíduos.

Além dos contemporâneos, pensadores clássicos da Sociologia, como Marx, Weber e Durkheim nos ajudam a entender esses fenômenos, numa perspectiva hipotética. **Karl Marx**, por exemplo, analisaria como o controle desses dados está concentrado nas mãos de grandes corporações, criando formas de desigualdade e dominação. **Max Weber** estudaria, por sua vez, como ações simples, como um *like* ou um compartilhamento, ganham novos significados no mundo virtual. Já **Émile Durkheim** questionaria se essas conexões *on-line* são capazes de criar laços sociais verdadeiros ou se são apenas ilusões de comunidade.

Agora que você tem um repertório sociocultural muito bem trabalhado à luz da Sociologia, está na hora de ampliar as suas competências e habilidades linguísticas com a seção **Escrita Sociológica**. Vamos?!

O PARÁGRAFO DE CONCLUSÃO NA REDAÇÃO DO ENEM

Para iniciarmos esta abordagem, é necessário relembrar a **estrutura do parágrafo-padrão**. Dessa forma, vamos buscar a contribuição de Othon M. Garcia, na obra *Comunicação em Prosa Moderna*, da Editora FGV. Nesta obra, ele consolida o conceito de parágrafo-padrão como unidade fundamental do texto claro e eficiente. Sua abordagem, que combina rigor gramatical e funcionalidade, revolucionou o ensino da redação no Brasil. O parágrafo-padrão, segundo Garcia, deve girar em torno de **uma única ideia central**, desenvolvida de forma lógica e sem digressões, no caso do parágrafo de conclusão da redação do ENEM seria a **proposta de intervenção**.

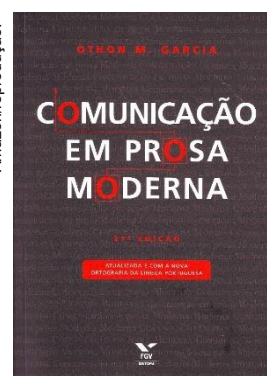
Vamos relembrar que o segredo está na estrutura: **tópico frasal** ou **frase inicial** (que introduz o tema), **frase(s) de desenvolvimento** (com argumentos ou exemplos que sustentam a ideia) e a **frase de conclusão** (que sintetiza ou prepara a transição). Por exemplo, num texto sobre o tema “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”, o tópico frasal poderia ser: “**As relações sociais hoje são moldadas cada vez mais pela internet**”. O desenvolvimento explicaria **como** essa influência se estabelece (usando exemplos ou fatos), e a conclusão reforçaria que “**sem o uso do pensamento crítico, a manipulação continuará ocorrendo e se fortalecendo**”.

Convém lembrar que Garcia critica os “enfeites linguísticos” — adjetivos supérfluos ou frases clichês — que desviam o foco da mensagem. Propõe exercícios práticos, como transformar “**É de suma importância salientar que...**” em “**É crucial destacar que...**”, eliminando redundâncias. Suas regras, como **evitar conjunções repetitivas** (ex.: “e... e... e”) e **garantir progressão linear**, são até hoje adotadas em manuais de redação de grandes veículos e concursos públicos.

Apesar de surgir em 1967, o método permanece atual. Nas redes sociais, por exemplo, adapta-se bem: o tópico frasal vira a primeira linha do **post**, os emojis substituem conectores tradicionais, e o **call to action**²⁸ cumpre o papel da conclusão. Até no combate às **fake news**, a ênfase de Garcia na **precisão lexical** seria útil, ao exigir termos concretos em vez de “**dizem por aí...**”.

Por fim, embora alguns julguem sua abordagem rígida demais para textos criativos, sua eficácia em **comunicação técnica, jornalística e acadêmica** é inquestionável, sua aplicação da redação do ENEM não é diferente. O parágrafo-padrão, mais que uma fórmula, é um antídoto contra a desorganização das ideias e sua lição principal segue válida: “**Boa escrita é aquela que o leitor (a banca, principalmente) entende na primeira leitura**”.

Amazon/replicação.



²⁸ Chamada para ação (tradução livre).

A Competência V e a conclusão-solução

Agora vamos entender a **Competência V da redação do ENEM**, pois essa competência relaciona-se à construção do parágrafo de conclusão. De acordo com a **Cartilha do Participante ENEM 2024**, divulgado pelo INEP em 2019, a Competência V exige que o estudante elabore **uma proposta de intervenção para o problema abordado pelo tema, respeitando os direitos humanos**, ou seja, sugira uma iniciativa que busque enfrentar um determinado desafio ou um conjunto de desafios.

A elaboração de uma proposta de intervenção na prova de redação do Enem representa uma ocasião para que o estudante demonstre seu preparo para **exercitar a cidadania e atuar na realidade em consonância com os direitos humanos**. Este é mais um ponto importante para expressar os conhecimentos de sociologia. Portanto, ele deve usar os conhecimentos desenvolvidos ao longo de sua formação para a produção de um texto no qual, além de se posicionar de maneira crítica e argumentar a favor de um ponto de vista, possa indicar **uma iniciativa que interfira no problema discutido em sua redação**. Observe o esquema sugerido em todos os Manuais de Redação publicados pelo INEP:

Manual de Redação ENEM 2023/ reprodução.



No esquema sugerido, a proposta de intervenção ocupa a última parte da **estratégia argumentativa do projeto de texto sugerido**. Por isso, é comum em todas as redações nota 1000, por exemplo que a proposta ocorra exatamente no parágrafo de conclusão, exigindo do estudante a elaboração de uma espécie de **conclusão-solução** para o problema evocado pelo tema. Nas redações usadas aqui neste e-book essa estratégia é recorrente e está bem exemplificada também nas redações nota 1000 publicadas em todas as edições da **Cartilha do Participante ENEM 2024**.

Técnica de redação – a conclusão-solução

Uma conclusão é sempre um fechamento, uma amarração das ideias que foram expostas, discutidas, defendidas. Quando escrevemos um texto, no ato do planejamento já começamos a definir como será essa conclusão. Dessa forma, podemos afirmar que essa parte do texto não nasce do nada, não nasce de improviso, ela resulta, porém, de um projeto de texto. Um projeto preestabelecido, com regras, com raciocínios, com uma estrutura definida. É o que passaremos a aprender a fazer a partir de agora. Vamos lá?!

Estratégia argumentativa da conclusão

Quando analisamos um tema do ENEM, sempre reconhecemos nele um problema de ordem social. Ao nos posicionarmos, expondo nosso ponto de vista sobre esse problema, geralmente apontamos alguns dos fatores que o desencadeiam. Assim, uma conclusão bem planejada tem que se ater a essas causas.

Vale lembrar que, de modo geral, todo problema tem sua(s) causa(s) e sua(s) consequência(s). Quando propomos uma intervenção que atua sobre as consequências apenas, o problema nunca é resolvido, pois aquilo que o gera continua sem nenhum tipo de combate. É claro que é importante enfrentar as consequências de um problema, mas, para resolvê-lo, é fundamental atacar suas causas. Assim, uma conclusão, por mais bem construída que possa parecer se não se refere à(s) causa(s) apresentada(s), ela se porta uma **parte desconectada do texto** e, no caso do ENEM, isso é fatal para a Competência V.

Portanto, nunca se afaste deste princípio: para resolver um problema, intervenha em duas frentes: nas causas, para resolvê-lo de uma vez por todas, e nas suas consequências, para que não se tornem um novo problema.

Estrutura do parágrafo de conclusão

Vamos estruturar o parágrafo de conclusão-solução como um parágrafo-padrão, isto é, com começo meio e fim.

a) Frase inicial – Inicia-se com um operador argumentativo interparágrafos de conclusão e retoma o tema, evidenciando a necessidade de uma intervenção, informando o que deve ser feito e quem o fará. Nessa parte, responde-se às perguntas “**O que será feito?**” e “**Quem irá fazer?**”.

b) Frase(s) de desenvolvimento – Retoma-se o objeto da ação interventiva para, em seguida, informar de que modo ou por meio de que a ação interventiva será realizada. Nessa parte, o ideal é apresentar um detalhamento, e responde-se às perguntas “**Como será feito?**” ou “**Por meio de que será feito?**”.

c) Frase de conclusão – Inicia-se com um operador argumentativo intraparágrafo de conclusão e consolida-se a ação interventiva expondo as suas consequências ou finalidades. Nessa parte, responde-se à pergunta “**Qual/quais a(s) consequência(s) ou finalidade(s) disso?**”. Eventualmente, pode-se acrescentar ao final dessa frase uma referência a argumentos citados no desenvolvimento com a intenção de confirmar ou refutar uma ideia.

Vamos ver os primeiros exemplos extraídos de redações nota 1000 de diferentes edições do ENEM. Vamos aproveitar para observar também como essa estratégia denominada **conclusão-solução** passou por transformações ao longo dos anos com a maturidade do Exame.

ENEM 2011: VIVER EM REDE NO SÉCULO XXI: OS LIMITES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

*Diante disso, é necessária a aplicação de medidas visando a um maior controle da internet. A implantação, na grade escolar brasileira, do estudo dessas novas tecnologias de informação, incluindo as redes sociais, e a, consequente, formação crítica dos brasileiros, seria um bom começo. **Só assim**, poderemos negar as previsões feitas por George Orwell e ter um futuro livre do controle e da alienação.*

Conclusão da Redação da candidata Isabela Carvalho Leme Vieira da Cruz

ENEM 2022: DESAFIOS PARA A VALORIZAÇÃO DE COMUNIDADES E POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL

*Portanto, são necessárias intervenções capazes de fomentar a valorização desses indivíduos na sociedade brasileira. Para tanto, cabe ao Ministério da Educação promover a mudança das concepções discriminatórias contra as comunidades tradicionais, por meio da realização de palestras periódicas nas escolas, ministradas por sociólogos e antropólogos, as quais conscientizem os sujeitos acerca da importância desses povos para o país, a fim de minimizar o preconceito nesse âmbito. Além disso, é dever do Ministério da Economia impor sanções às empresas que explorem os territórios habitados por essas comunidades, com o intuito de desestimular tais ações. **A partir dessas medidas**, a desvalorização das populações tradicionais poderá ser superada no Brasil.*

Conclusão da Redação da candidata Nicole Carvalho Almeida



OBSERVAÇÃO: O Exame Nacional do Ensino Médio passou ao longo dos anos por muitas transformações, sempre buscando aferir melhor as habilidades dos candidatos, principalmente no que diz respeito à redação. O amadurecimento do formato de correção e das Competências exigidas influencia escolas, preparatórios e cursinhos espalhados pelo Brasil e pela internet ensinando técnicas de redação adequadas à maneira como a banca de corretores costuma avaliar as redações. É gritante a diferença das estruturas da conclusão de 2011 e a de 2022.

Como escrever a conclusão-solução?

Bem... Sabendo como deve ser a estrutura do parágrafo de conclusão, sabendo que a proposta de intervenção resulta em uma conclusão-solução e sabendo que há um conjunto de perguntas que norteiam a maneira como essa proposta deve ser constituída, vamos agora ver

como o parágrafo deve ser construído. Antes, porém, observem o esquema a seguir: ele pode ajudar a organizar as ideias na hora de planejar o que vai ser dito.

Acervo do autor / Canva

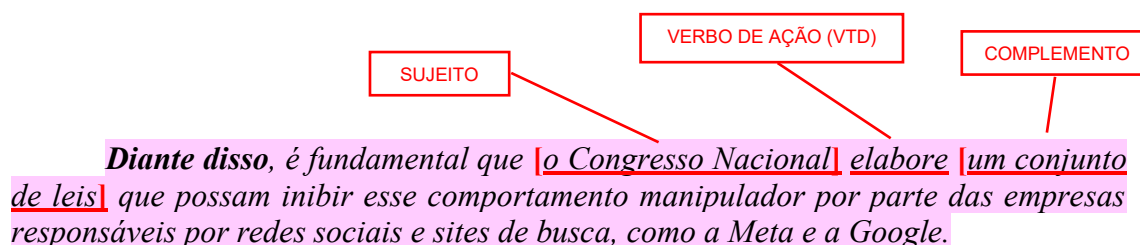


O fluxo como as informações devem ser dispostas na estrutura do parágrafo leva a uma maior clareza e mais objetividade da mensagem. Treine essa forma de organizar o pensamento a fim de conceber uma proposta de intervenção completa, isto é, com todos os elementos exigidos devidamente apresentados: ação interventiva; agente; meio ou modo; finalidade; e detalhamento.

Vamos observar o esquema a seguir:

Operador Argumentativo Interparágrafos	Estrutura da frase	Agente e Ação Interventiva
Portanto, Por (tudo) isso, Diante disso, Dessa maneira, Dessa forma, Sendo assim, etc.	é fundamental que é essencial que é mister que urge que é imperativo que é urgente que etc.	Agente + verbo de ação (VTD) + complemento (um produto ou um serviço). Obs.1: O agente deve ser um ente público e/ou privado que tenha gerência sobre a ação proposta. Na frase, ele ocupa a função sintática de sujeito. Obs.2: O verbo deve ser de ação exatamente porque estamos criando uma ação interventiva. Obs.3: O verbo deve ser Transitivo Direto porque o seu complemento será o serviço ou produto a ser criado para combater o problema. Uma cartilha, uma lei, a construção de escolas, centros etc. são exemplos de produtos. Uma campanha de conscientização, de fiscalização, uma ação educacional conjunta entre ministérios ou secretarias são exemplos de serviços.

Agora, vamos usar o tema que estamos discutindo para produção dos nossos exemplos: **“Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”**. Veja o exemplo:



Agora, elabore a frase de desenvolvimento usando como sujeito da frase um termo ou expressão anafórica, isto é, uma expressão capaz de retomar o objeto da ação anterior, nesse caso a expressão “um conjunto de leis...”, e acrescente de que maneira ou por meio de que essa ação será executada. Veja o exemplo:

Diante disso, é fundamental que o Congresso Nacional elabore um conjunto de leis que possam inibir esse comportamento manipulador por parte das empresas responsáveis por redes sociais e sites de busca, como a Meta e a Google. Essas leis, enquanto Projetos de Lei, passariam por comissões especiais com a competência para discutir questões jurídicas, constitucionais, bem como para estabelecer as sanções penais para as empresas que descumprirem o que for determinado nela e além disso, em sua regulamentação, determinariam os procedimentos de denúncia diante de possíveis infrações.

DETALHAMENTO DO MODO

Agora elabore a frase de conclusão, retomando aspectos do desenvolvimento e apresentando a finalidade dessa ação interventiva no tempo. Observe o exemplo:

Diante disso, é fundamental que o Congresso Nacional elabore um conjunto de leis que possa inibir esse comportamento manipulador por parte das empresas responsáveis por redes sociais e sites de busca, como a Meta e a Google. Essas leis, enquanto Projetos de Lei, passariam por comissões especiais com a competência para discutir questões jurídicas, constitucionais, bem como para estabelecer as sanções penais para as empresas que descumprirem o que for determinado nelas e além disso, em sua regulamentação, determinariam os procedimentos de denúncia diante de possíveis infrações. Assim, uma nova cultura passaria a ocorrer em termos de acesso a informações na internet, valorizando a individualidade dos usuários e garantindo-lhe sua liberdade de escolha.

Alfabetização e letramento sociológico no parágrafo

O parágrafo demonstra **alfabetização sociológica**, porque utiliza termos ligados à vida social e política, como Congresso Nacional, leis, regulamentação e liberdade de escolha. No entanto, não chega a alcançar o **letramento sociológico**, já que apresenta uma proposta normativa — a criação de leis para controlar empresas de redes sociais — sem mobilizar conceitos, categorias ou teorias sociológicas para explicar o fenômeno. Assim, o texto mostra domínio inicial da linguagem social e política, mas ainda carece de uma análise crítica mais aprofundada para avançar no letramento sociológico. Afinal, é um parágrafo de conclusão, isto é, trata-se de uma estrutura mais propensa à demonstração da alfabetização sociológica por se concentrar no uso de conceitos.

Vamos elaborar outro exemplo explorando como ação interventiva a criação de um serviço, dessa vez. A estrutura é praticamente a mesma. Vejamos...

Em suma, é urgente que o Governo Federal promova a criação de um serviço público de auditoria digital, vinculado Poder Executivo e a órgãos de proteção de dados, que atue de forma transparente e acessível. Esse serviço ofereceria ferramentas para que os cidadãos monitorem, em tempo real, como seus dados são coletados e utilizados por plataformas digitais, além de gerar relatórios personalizados sobre possíveis manipulações algorítmicas. Por meio de um aplicativo e um portal web, os usuários poderiam denunciar práticas abusivas, receber orientações sobre proteção de privacidade e exigir ajustes conforme a legislação vigente. Dessa forma, empoderar-se-ia o indivíduo, garantindo maior autonomia e segurança em suas interações on-line, enquanto se promove um ambiente digital mais ético e regulamentado.

Alfabetização e letramento sociológico no parágrafo

O parágrafo acima também evidencia **alfabetização sociológica**, mas não chega a demonstrar **letramento sociológico**. A alfabetização aparece no uso de termos e ideias vinculados à cidadania, como *governo federal*, *legislação vigente*, *autonomia*, *privacidade* e *ambiente digital ético*, mostrando apropriação de uma linguagem própria das Ciências Sociais e Políticas. Todavia, o parágrafo não mobiliza conceitos ou teorias sociológicas para interpretar criticamente o fenômeno das plataformas digitais ou das manipulações algorítmicas (isso seria uma abordagem mais comum em parágrafos de desenvolvimento). A abordagem se mantém no campo normativo e propositivo, ao indicar soluções institucionais para o problema, sem relacioná-lo a categorias analíticas que expliquem suas causas ou impactos sociais mais amplos. Assim, trata-se de um parágrafo que domina a linguagem inicial das Ciências Sociais (alfabetização), mas que ainda não alcança a articulação crítica necessária ao letramento sociológico.

Para finalizarmos essa discussão, vamos ler o que a Cartilha de Redação do Participante do ENEM 2024 fala sobre a proposta de Intervenção e os Direitos Humanos.

ELABORAR PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA O PROBLEMA ABORDADO, RESPEITANDO OS DIREITOS HUMANOS

O quinto aspecto a ser avaliado no seu texto é a apresentação de uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando-se os direitos humanos. Propor uma intervenção para o problema apresentado pelo tema significa sugerir uma iniciativa que busque enfrentá-lo.

A elaboração de uma proposta de intervenção na prova de redação do Enem representa uma ocasião para que você demonstre seu preparo para exercitar a cidadania e atuar na realidade em consonância com os direitos humanos. Portanto, você deve usar os conhecimentos desenvolvidos ao longo de sua formação para a produção de um texto no qual, além de se posicionar de maneira crítica e argumentar a favor de um ponto de vista, você possa indicar uma iniciativa que interfira no problema discutido em sua redação.

A proposta de intervenção precisa estar relacionada ao tema e integrada ao seu projeto de texto. Considerando seu planejamento de escrita (avaliado na Competência III), sua proposta deve ser coerente em relação ao ponto de vista desenvolvido e aos argumentos utilizados, já que expressa sua visão, como autor(a), das possíveis soluções para a questão discutida. Assim, é necessário que a intervenção apontada responda aos problemas abordados por você, mostrando-se articulada ao seu projeto de texto.

Ao redigir seu texto, busque apresentar uma proposta concreta, específica ao tema e consistente com o desenvolvimento de suas ideias. Para construir uma proposta muito bem elaborada, você deve não apenas propor uma ação interventiva, mas também apontar o(a) agente social competente para executá-la, de acordo com o âmbito da ação escolhida: individual, familiar, comunitário, social, político, governamental. Além disso, você deve determinar o meio de execução da ação e o seu efeito ou a sua finalidade, bem como incluir algum outro detalhamento.

Ao elaborar sua proposta, procure responder às seguintes perguntas:

- 1) O que é possível apresentar como solução para o problema?*
- 2) Quem deve executá-la?*
- 3) Como viabilizar essa solução?*
- 4) Qual efeito ela pode alcançar?*
- 5) Que outra informação pode ser acrescentada para detalhar a proposta?*

Resumindo: seu texto será avaliado com base na composição da proposta que você apresentar.

ATENÇÃO!

Existem várias formas de propor uma intervenção e, por isso, você deve explorar aquela que seja mais adequada ao tema e ao seu projeto de texto. Contudo, fique atento para que sua proposta esteja explícita. Apenas constatar a falta de uma ação ou de um projeto (como em “faltam investimentos em x”) ainda não é suficiente para configurar uma proposta de intervenção. Além disso, evite propostas vagas, genéricas ou incompatíveis com a discussão bem como estruturas que não permitam ter certeza de que você está propondo, de fato, uma intervenção (como em “se x for feito, o resultado poderá ser y”). Em suma, você deve expor com clareza o seu desejo de intervir na realidade e a sua proposta deve contemplar a situação problematizada em seu texto.

O QUE É CONSIDERADO DESRESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS?

A prova de redação do Enem sempre assinalou a necessidade de o(a) participante respeitar os direitos humanos, e essa determinação está na Matriz de Referência da redação do Enem. Conforme a matriz, as redações que apresentarem propostas de intervenção que desrespeitem os direitos humanos serão penalizadas na Competência V.

Pode-se dizer que determinadas ideias e ações serão sempre avaliadas como contrárias aos direitos humanos, tais como: defesa de tortura, mutilação, execução sumária e qualquer forma de “justiça com as próprias mãos”; incitação a qualquer tipo de violência motivada por questões de raça, etnia, gênero, credo, opinião política, condição física, origem geográfica ou socioeconômica; explicitação de qualquer forma de discurso de ódio (voltado contra grupos sociais específicos).

Para a avaliação das redações, são considerados os seguintes princípios norteadores dos direitos humanos, pautados no artigo 3.º da Resolução n.º 1 de 30 de maio de 2012, o qual estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos:

- dignidade humana;
- igualdade de direitos;
- reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades;
- laicidade do Estado;
- democracia na educação;
- transversalidade, vivência e globalidade;
- sustentabilidade socioambiental.

Há, também, algumas ideias e ações contrárias aos direitos humanos que estão mais diretamente relacionadas ao tema da prova. Assim, com relação ao tema de redação proposto na edição de 2023, ferem os direitos humanos as ações que:

- neguem o direito ao trabalho à mulher, nas mais diversas profissões, em razão de sua condição “natural” que a obriga, histórica e socialmente, a cuidar da casa e da família;
- apregoem a necessidade de remuneração desigual entre homens e mulheres, na realização das mesmas atividades laborais, pelo fato de considerarem que elas possuem “obrigações naturais de cuidado”, fruto da condição feminina histórica e socialmente construída;
- associem o trabalho de cuidado às mulheres pertencentes a uma etnia, uma nacionalidade e/ou uma orientação sexual específica, atribuindo aos membros desse grupo características de inferioridade decorrentes de processos de minorização histórica, econômica, social e/ou educacional;
- restrinjam direitos civis básicos das mulheres, em diversos papéis sociais e familiares, a exemplo do direito de ir e vir, de estudar, de se relacionar com outras pessoas da comunidade etc.;
- restrinjam direitos reprodutivos da mulher com vistas a garantir que ela possa “competir em condições de igualdade” com os homens no mercado de trabalho;
- autorizem a violência física, psicológica, moral, sexual ou patrimonial contra as mulheres para obrigá-las a realizar trabalho de cuidado sem remuneração ou com baixa remuneração.

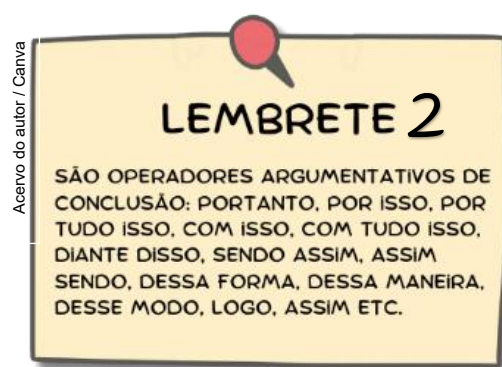
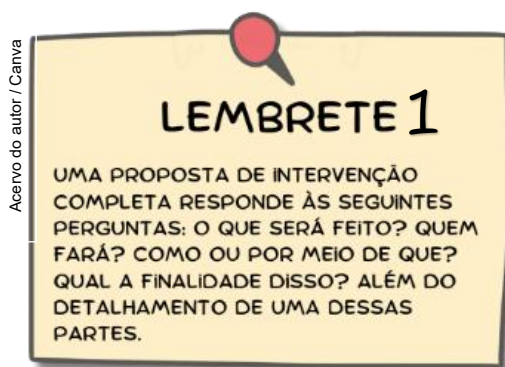
Em resumo, na prova de redação do Enem, quaisquer que sejam os temas propostos para o desenvolvimento do texto dissertativo-argumentativo, constituem desrespeito aos direitos humanos propostas que incitam as pessoas à violência, ou seja, aquelas em que transparece a ação de indivíduos na administração da punição — por exemplo, as que defendem a “justiça com as próprias mãos”

(INEP, 2024, p. 28-31)

Agora chegou a sua vez de realizar a sua **3ª Prática de escrita sociológica**. Boa atividade!²⁹

²⁹ Vá até a **Seção Relações Sociais: Acesse+** e assista a uma aula sobre a Competência V e como elaborar sua proposta de intervenção.

EXERCÍCIO – ESCRITA DE CONCLUSÃO-SOLUÇÃO



01. Usando como ação interventiva a criação de um produto, escreva um parágrafo de conclusão com uma proposta de intervenção completa sobre o tema: Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.

02. Usando como ação interventiva a criação de um serviço, escreva um parágrafo de conclusão com uma proposta de intervenção completa sobre o mesmo tema.

03. Agora, para cada tema proposto, elabore um parágrafo de conclusão com uma proposta de intervenção completa. Utilize variadas estruturas de frase inicial e diversificados operadores argumentativos de conclusão interparágrafos.

A) Tema: “Desafios para o combate à invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres no Brasil” (ENEM 2023). Esse tema é pertinente à nossa discussão porque envolve aspectos das relações sociais, como divisão sexual do trabalho, desigualdade de gênero e reconhecimento social.

B) Tema: “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira” (ENEM 2015). Esse tema também é pertinente à nossa discussão porque envolve aspectos das relações sociais, como relações de gênero, machismo e desigualdade social.

C) Tema: “Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado” (ENEM 2011). Esse tema é pertinente à nossa discussão e muito próximo do tema do ENEM de 2018, além disso envolve o impacto das redes sociais nas relações humanas e na construção de identidades.

D) Tema: “Os desafios da convivência em uma sociedade hiperconectada: como equilibrar relações humanas e interações digitais?”. Este pode ser um possível tema para a edição do ENEM 2025 e relaciona-se com o tema geral de nossa discussão: relações sociais.



ORIENTAÇÕES

1. Compreendendo que a produção textual pode ser uma atividade grupal, o professor pode orientar os alunos a se reunirem em grupos de 3 ou 4 estudantes para discutirem o assunto antes das atividades de escrita.
2. Antes da escrita final dos parágrafos, sugere-se que os estudantes compartilhem seus textos entre os membros do grupo para uma primeira análise de suas produções textuais e para a adequação e reescrita dos textos, caso seja necessário.
3. Como sugestão, o grupo pode eleger um dos parágrafos produzidos para apresentação aos demais estudantes para apreciação.
4. As produções dos alunos podem ser compartilhadas em um drive ou em um *Padlet*³⁰ para posterior consulta e aprendizagem colaborativa.

³⁰ O **Padlet** é uma ferramenta online que permite criar murais virtuais colaborativos. É possível utilizá-lo para organizar ideias, rotinas, projetos, estudos e trabalhos em equipe. Segue o link para acessar e produzir um Padlet: <https://padlet.com/>

Construa seu Repertório! Pesquise!

Na redação do ENEM e dos Vestibulares, é preciso ter um diversificado Repertório Sociocultural.



Músicas: *Problema Social*, de Seu Jorge e Ana Carolina • *Controle Social*, da banda Caffeine Blues • *Controle Social*, de Dado Zíul • *Admirável Gado Novo*, de Zé Ramalho • *Comida*, da banda Titãs • *Negro Drama*, de Racionais MC's • *Fábrica*, de Renato Russo • *Maria, Maria*, de Milton Nascimento • *Admirável Chip Novo*, de Pitty • *Pequena Memória para um Tempo sem Memória*, de Elza Soares • *Diário de um Detento*, de Racionais MC's • *Realidade Virtual*, do Engenheiros do Hawaii • *Pela Internet*, de Gilberto Gil • *Algoritmo*, de Luisa e os Alquimistas • *Algoritmo*, de Milton Gulli • *Mentira*, de Mano Chao



Livros: *Escravos da Internet: a Psicologia por trás da obsessão digital*, de Rodrigo Santos • *A mídia e seus truques: O que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*, de Nilton Hernandes • *Os Perigos da Internet: o mínimo que você precisa saber*, de Daniel F. Nabarro • *Caiu na rede meu filho não é peixe: protegendo crianças dos perigos da internet*, de Ricardo Santos • *Armas e Ferramentas: o futuro e o perigo da era digital*, de Brad Smith e Carol Ann Browne • *A máquina do caos: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo*, de Max Fisher • *Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais*, de Jaron Lanier • *O Impacto das Redes Sociais nos Relacionamentos Modernos*, de Veltrex Jhonson • *A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais*, de Joyce Souza, Rodolfo Avelino e Sérgio Amadeu da Silveira



Filmes: *Rede de Ódio*, dirigido por Jan Komasa • *A Rede Social*, dirigido por David Fincher • *O Dilema das Redes*, dirigido por Jeff Orlowski • *Privacidade Hackeada*, dirigido por Karim Amer e Jehane Noujaim • *Depois da Verdade: Desinformação e o Custo das Fake News*, dirigido por Andrew Rossi • *The Cleaners*, dirigido por Moritz Riesewieck e Hans Block • *Nerve - Um Jogo Sem Regras*, dirigido por Henry Joost e Ariel Schulman • *O Circulo*, dirigido por James Ponsoldt • *Homens, Mulheres e Filhos*, dirigido por Jason Reitman • *Ingrid Vai Para o Oeste*, dirigido por Matt Spicer • *O Homem mais odiado da Internet*, dirigida por Rob Miller • *Black Mirror*, produzida por Charlie Brooker



Podcast: *Papo Atual: Comentando com AI - 5º EPISÓDIO - 10/11/2024 - REDES SOCIAIS, MUDANÇAS NO OUTBACK: IMPACTOS HOJE E INFLAÇÃO NO BRASIL* • *Podcast.inteligenciaAI #005 - Saúde Mental na Era Digital* • *Os Sócios Podcast - Eslen Delanogare + Andrei Mayer - Como as Redes Sociais AFETAM nossa SAÚDE MENTAL* • *PODCAST ODISSEIA - #PodcastODISSEIA 067 - OS IMPACTOS DA TECNOLOGIA E REDES SOCIAIS* • *Papo de Psiquiatra #131 - Saúde Mental na Era das Redes Sociais* • *ENEM Humanidades - Ep. 11 - O Algoritmo ou: Manipulação do comportamento de usuário pelo controle de dados na internet* • *La Idea - A Revolução dos Algoritmos: IA e a Manipulação da Opinião Pública* • *Toque de Mídia - Algoritmos, comunicação e... manipulação*



Sites: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/protecao-de-dados-a-guestao-da-privacidade-dos-cidadaos-na-internet.htm> • <https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-em-redes-sociais-podem-facilitar-o-controle-sobre-usuarios/> • <https://veja.abril.com.br/comportamento/estudos-revelam-a-dimensao-do-isolamento-social-estimulado-pela-tecnologia> • <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/atualidades/as-redes-sociais-e-os-lacos-sociais.htm> • <https://desigualdadeiversidade.soc.puc-rio.br/media/09%20DeD%20%20n.%209%20-%20artigo%204%20-%20ADRIANA.pdf>

O QUE FAZ O BRASIL TER NÚMEROS DE VIOLÊNCIA TÃO ALTOS?³¹

Paula Ballesteros, especialista em segurança pública, traz fatores que tornam a violência algo enraizado no Brasil

O QUE É?

É qualquer ação ou situação que cause danos físico, psicológico, moral ou social a uma pessoa ou grupo, seja de forma direta (como agressões físicas ou verbais), seja através de mecanismos indiretos (como a desigualdade social ou a discriminação). Ela pode ocorrer em relações pessoais, nas instituições (escolas, governo) ou mesmo através de normas culturais que naturalizam a opressão. Diferente do senso comum que a associa apenas à força bruta, a violência também inclui formas menos visíveis, como o preconceito, a exclusão social e a falta de acesso a direitos básicos. Seu estudo ajuda a entender como certos grupos são mais vulneráveis e como a sociedade pode criar formas de prevenção e justiça, promovendo o respeito à dignidade humana. No contexto brasileiro, a violência se expressa em altas taxas de homicídios de jovens negros, feminicídios e exclusão social. Teorias como a do conflito (Marx) e a decolonial ajudam a entender suas raízes históricas e estruturais. Assim, a sociologia revela que combater a violência exige não apenas punição, mas transformação das estruturas que a produzem.

Em 2023 foram mais de 46 mil homicídios no Brasil, sendo que em 2017 o País chegou a 65 mil, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A taxa está caindo, mas continua alta e muito acima do desejado, e só o Brasil continua a representar cerca de 10% das mortes violentas intencionais no mundo, segundo o estudo sobre homicídios da Organização das Nações Unidas. O cenário integra o problema histórico de segurança pública do Brasil, além de contrastar com a imagem de o brasileiro ser gentil e amável. Paula Ballesteros, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, comenta alguns fatores responsáveis por isso, especificamente no caso do Brasil.

Paula levanta o fato de que uma porcentagem muito pequena dos assassinatos no Brasil é solucionada. A taxa é de meros 35%, ou seja, apenas um a cada três casos tem resolução. Para a pesquisadora, isso indica uma falta de priorização desses crimes, e que, por outro lado, há um enfoque muito grande em delitos menores, como tráfico e roubos. “O que vemos hoje é que a prioridade, principalmente das Polícias, continua sendo a lei de drogas”, afirma ela.

Paula aprofunda a análise: “As políticas públicas continuam sendo majoritariamente repressivas, e a repressão vem depois que o crime aconteceu. Não tem uma perspectiva preventiva, porque ela não traz ganhos políticos, dividendos políticos, ela é muito de longo prazo”. O certo, segundo ela, seria um estudo da violência e uma abordagem pautada na solução estrutural e de resolução, não de violência reativa: “Temos que ter uma política de prevenção de longo prazo. Porque depois que o fato está consumado, é isso, vamos manter as taxas de homicídio muito altas”.

O lado bom é que, de acordo com ela, ainda que em um ritmo lento, “hoje está mudando um pouquinho o foco, que é parar de perseguir aquelas pessoas negras, pobres, com pequenas quantidades de drogas. Começou a se ampliar o olhar da questão da droga para as facções criminosas, porque elas começaram a trazer outro tipo de problema para a sociedade e para o Estado de uma forma geral”. Ainda assim, ela diz que vê que as prioridades continuam majorita-

riamente pautadas em crimes contra a lei de drogas e patrimônios.

O Brasil brasileiro: da alegria à violência

E se engana quem pensa que o problema é só do Estado e das instituições. No caso do Brasil, não tem como fugir do fato de que, por baixo do carisma, o País tem uma sociedade violenta. “Não temos uma tradição cultural de solução de conflitos de forma pacífica ou política,

³¹ Por Lucas Torres Dias, estudante do Curso de Jornalismo da USP. (Uso do texto gentilmente autorizado pelo autor).

digamos. Já temos nessa eleição notícias de candidatos assassinados ou perseguidos. O homicídio é uma solução considerada num repertório cultural brasileiro, você usar a violência para supostamente resolver problemas”.

Paulo Sérgio Pinheiro e Sérgio Adorno³², ambos do Núcleo de Estudos da Violência, usam o termo “autoritarismo implantado dentro da sociedade”. A ideia é que não são só as organizações e o Estado que têm muitas características autoritárias, mas também a própria sociedade. Paula comenta que pesquisadores internacionais em violência vêm ao Brasil para entender justamente essa contradição da imagem de um povo feliz e companheiro, mas que lança mão da morte como solução de conflitos.

Descrença, desconfiança e desilusão

Segundo os últimos dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a taxa de homicídios do Brasil é de 19 a cada 100 mil habitantes, mais de sete vezes a média da entidade. A especialista indica que um outro fator que contribui com essa situação de atraso é a “descrença nas instituições”. Ela explica que isso acontece pela falta de resposta e de propostas efetivas de resolução por parte da Polícia, do Judiciário, do Executivo e do Ministério Público.

Essa descrença, ou falta de confiança, tem como consequência a obturação de um canal de comunicação entre sociedade e governo. Na prática, a população fica desiludida em buscar ajuda, o que dificulta também o trabalho da segurança pública. “Se eu confio, eu vou denunciar e eu vou ter mais informações para poder fazer uma análise criminal mais detalhada, para saber onde estão acontecendo os casos. Então isso é superimportante na área de segurança pública”, conta Paula Ballesteros. Via de exemplo, estima-se que menos da metade das vítimas de furtos faça um Boletim de Ocorrência, de acordo com uma pesquisa do Centro de Políticas Públicas do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper).

E como se resolve isso?

A solução disso deve passar por mudanças estruturais e de como pensar a sociedade, não só apelando para vigilância e punição. A pesquisadora afirma que a violência costuma acontecer muito menos se “você se vê dentro da sua comunidade, se sente valorizado, se sabe que tem espaço na sociedade. A segurança pública vai muito além das leis penais”.

“Eu acho muito importante nós olharmos para a questão da segurança desse ponto de vista. Se continuarmos fazendo as coisas do mesmo jeito, continuaremos tendo os mesmos resultados. Tanto que, mesmo nos casos em que houve uma diminuição nas taxas de crimes violentos, ainda há uma sensação de insegurança muito alta. Não é só reduzir as taxas de criminalidade, é fazer com que as pessoas se sintam seguras. As pessoas precisam confiar no Estado e também na sua comunidade, nas pessoas ao seu redor. Isso é um projeto nacional e de longo prazo. Não dá para pensar só na próxima eleição”, enfatiza ela.

Segundo a OCDE, no Brasil cerca de 45% das pessoas dizem que se sentem seguras andando sozinhas à noite, muito abaixo da média dos países da organização, que é de 74%. Paula comenta que, mesmo em áreas onde as taxas de criminalidade diminuíram no Brasil, a sensação de risco continuou alta. O problema de segurança e violência no Brasil, é uma questão que permeia a sociedade e vai além dos números.

Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/o-que-faz-o-brasil-ter-numeros-de-violencia-cao-altos/>

Acesso em: 13 de abr. 2025.

³² Na **Seção Violência: Acesse+**, assista à entrevista de Sérgio Adorno sobre a violência no Brasil.



OBSERVAÇÃO: Discutimos a intolerância religiosa, a cidadania no Brasil, as relações sociais e agora chegamos ao nosso último tema a ser discutido neste e-book: a violência. Ele fecha a sequência de temas abordados à luz das Ciências Sociais, em especial da sociologia. E, quanto às técnicas de redação, vimos como fazer a introdução, os parágrafos de desenvolvimento e a conclusão. Agora, vamos juntar tudo isso e aprender como produzir a dissertação argumentativa completa. Uma coisa já é certa: você está muito mais preparado depois dessa jornada de saberes até aqui. Ficaré muito mais ao final dessa caminhada de alfabetização e letramento linguístico e sociológico.

Comentando o texto

O texto da pesquisadora Paula Ballesteros traz reflexões muito importantes para entender por que a violência é tão presente no Brasil. A partir de uma perspectiva sociológica, podemos perceber que a violência não é apenas um problema de polícia, mas um reflexo de estruturas sociais desiguais, histórias autoritárias e relações de poder mal resolvidas na sociedade brasileira.

A socióloga destaca que o foco das políticas públicas de segurança ainda é repressivo, ou seja, age depois que o crime já aconteceu, em vez de investir em prevenção, educação, inclusão social e valorização da vida comunitária. Isso mostra como o Estado atua muitas vezes de forma reativa, sem tratar as causas profundas da violência, como a desigualdade social, o racismo estrutural e a falta de oportunidades para os jovens.

Outro ponto importante é a baixa resolução de homicídios: apenas 1 em cada 3 casos é solucionado. Isso gera desconfiança nas instituições e contribui para um ciclo de impunidade. Como explica a autora, sem confiança no Estado, as pessoas não denunciam, não colaboram e se sentem abandonadas.

A violência, portanto, não é apenas física, mas também simbólica e estrutural — ela está presente nas formas como o Estado trata os mais pobres, os negros, os periféricos. A frase de Ballesteros de que o homicídio é, muitas vezes, visto como uma “solução culturalmente aceitável” para conflitos nos leva a refletir sobre como o autoritarismo faz parte da nossa cultura política e social. Isso dialoga com o conceito de “violência simbólica” de Pierre Bourdieu e com a ideia de “naturalização da violência” estudada por sociólogos brasileiros como Sérgio Adorno.

Por fim, a autora reforça algo fundamental: segurança não é só ausência de crime, mas a presença de vínculos sociais fortes, políticas públicas eficientes e confiança mútua. Quando as pessoas se sentem parte da sociedade, valorizadas e ouvidas, a violência diminui naturalmente.

Outras linguagens

Texto Jornalístico

Números apontam avanço da violência que silencia e vitimiza mulheres

Por Bárbara Danthéias

PANORAMA NACIONAL

A quarta edição da pesquisa “Visível e Invisível – a Vitimização de Mulheres no Brasil”, divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Datafolha, mostrou que, ao longo de 2022, 28,9% das mulheres relataram terem sido vítimas de algum tipo de violência ou agressão. O percentual corresponde a um universo de cerca de 18,6 milhões de brasileiras.



Entre os tipos de agressão informados pelas entrevistadas estão violência física (11,6%), ofensas verbais (23,1%), perseguição (13,5%), ameaças de violências físicas (12,4%), ofensas sexuais (9%), espancamento ou tentativa de estrangulamento (5,4%), ameaça com faca ou arma de fogo (5,1%), lesão provocada por algum objeto que lhes foi atirado (4,2%) e esfaqueamento ou tiro (1,6%).

O levantamento trouxe ainda um dado inédito: quando questionadas sobre terem vivenciado violência provocada por parceiro ou ex-parceiro íntimo ao longo da vida, 33,4% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais afirmaram ter experimentado violência física ou sexual. Um percentual de 24,5% relatou ter sofrido agressões físicas como tapa, batida e chute, e 21,1% foram forçadas a manter relações sexuais contra sua vontade.

Outras formas de comportamento abusivo, como impedir a mulher de se comunicar com familiares ou amigos, foram assumidas por 12,9% das entrevistadas. Além disso, 9,8% tiveram acesso negado a assistência médica, comida ou dinheiro por ação de um parceiro ou ex-parceiro íntimo. O levantamento possui abrangência nacional e inclui regiões metropolitanas e cidades do interior de diferentes portes, em todas as regiões do Brasil. As entrevistas foram realizadas no período de 9 a 13 de janeiro de 2023, em 126 municípios de pequeno, médio e grande porte.

A amostra total nacional foi de 2.017 entrevistas, das quais 1.042 foram de mulheres entrevistadas. A margem de erro para o total da amostra nacional é de 2,0 pontos para mais ou para menos.

Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/noticias/numeros-apontam-avanco-da-violencia-que-silencia-e-vitimiza-mulheres>

Acesso em: 15 abr. 2025

Comentando o texto

O texto da jornalista Bárbara Danthéias nos oferece um retrato alarmante da realidade de milhões de mulheres brasileiras que convivem com a violência todos os dias — muitas vezes dentro de casa e praticada por quem deveriam confiar. Os dados mostram que quase 1 em cada 3 mulheres foi vítima de alguma forma de agressão apenas em 2022, revelando que a violência de gênero não é um problema isolado ou eventual: é estrutural.

Do ponto de vista da sociologia, esse fenômeno pode ser compreendido como resultado de relações de poder desiguais entre homens e mulheres, reforçadas por uma cultura patriarcal que naturaliza o controle, o domínio e até a agressão masculina sobre o corpo e a vida da mulher. A pesquisadora Heleieth Saffioti, referência no estudo da violência de gênero no Brasil, apontava que esse tipo de violência é uma forma de manter o lugar da mulher “sob controle” numa sociedade ainda profundamente machista e desigual.

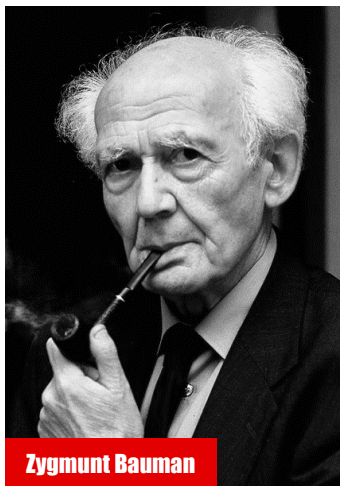
O dado de que 33,4% das brasileiras já sofreram violência física ou sexual de um parceiro ou ex-parceiro ao longo da vida revela como o lar, que deveria ser espaço de proteção, pode se tornar o principal cenário de opressão. Muitas dessas violências são invisíveis, pois não deixam marcas físicas imediatas, como o isolamento social, o controle financeiro ou a negação de cuidados básicos. Essas práticas configuram o que a socióloga Judith Butler chama de violência simbólica e moral, que corrói a autoestima e o senso de dignidade da vítima.

Outro aspecto importante é o silenciamento: muitas mulheres não denunciam por medo, vergonha ou falta de apoio institucional. A ausência de canais de escuta sensíveis e de políticas públicas eficazes aprofunda esse ciclo de violência e abandono. Como mostra o texto, o número de casos registrados é apenas a “ponta do iceberg”.

Violência: uma estrutura que perpetua desigualdades³³

Quando colocamos os dois textos em diálogo, percebemos que tanto a violência urbana como a violência de gênero são expressões daquilo que a Sociologia chama de Violência estrutural. Ou seja, elas não acontecem por acaso nem apenas por falhas individuais, mas refletem um modelo de sociedade baseado na desigualdade, na exclusão e no autoritarismo cotidiano. O homicídio como resposta a conflitos, a impunidade nos crimes e a violência contra mulheres dentro do próprio lar mostram como a naturalização da violência está presente em várias esferas da vida social brasileira. Superar isso exige não apenas leis mais duras, mas mudanças profundas na cultura, na educação, na forma como nos relacionamos e nas políticas públicas que devem proteger todas as pessoas — especialmente as mais vulneráveis.

³³ Na **Seção Violência: Acesse+**, você vai encontrar os documentos “Atlas da Violência 2024” e “Visível e Invisível – a Vitimização de Mulheres no Brasil”, completos para aprofundar seu repertório sociocultural. Além disso, assista ao vídeo “Sociologia Faces da Violência (editado)” como recurso introdutório para a formação de seu repertório sociológico.



Sociólogo polonês de origem judaica, Bauman sobreviveu ao Holocausto e fugiu do regime comunista em 1968, radicando-se na Inglaterra. Professor-emérito da Universidade de Leeds, tornou-se um dos maiores críticos da pós-modernidade com seu conceito de "modernidade líquida", que descreve a fragilização dos laços sociais no capitalismo tardio. Sua obra (com mais de 50 livros) analisa temas como consumismo, medo, violência e desigualdade, sempre com um estilo literário acessível e provocador. Recebeu prêmios como o Príncipe de Astúrias (2010) e influenciou debates sobre globalização e ética. Morreu em 2017, deixando um legado que continua urgente para entender sociedades marcadas por incerteza e individualismo.

**Quem fala
sobre esse
tema?**

A Violência em Bauman³⁴

“O medo é a mais sinistra das ameaças que pairam sobre nós em nossa era líquido-moderna (...). A violência, hoje, não tem endereço fixo: é ‘desterritorializada’, como o poder que a emana. Ela pode surgir em qualquer lugar, a qualquer momento — e essa imprevisibilidade é sua arma mais eficaz”.

(Trecho do cap. 1, Medo, uma vez global, da obra Medo Líquido, 2006)

“Os ‘resíduos humanos’ — imigrantes, refugiados, pobres — são tratados como ameaças a serem contidas, não como vidas a serem acolhidas. A violência não é mais o último recurso do Estado, mas o primeiro recurso contra os indesejáveis”.

(Trecho do cap. 3, Refugiados: produtos colaterais da globalização, da obra Vidas Desperdiçadas, 2004).

“Numa sociedade onde ‘cada um por si’ é a regra, o outro não é um parceiro, mas um competidor ou um inimigo. A violência é a linguagem natural dessa guerra de todos contra todos”.

(Trecho do cap. 3, A ética em tempos incertos, da obra A Sociedade Individualizada, 2001)

Estas três citações de Bauman condensam sua análise sobre a violência numa dimensão universal por reconhecer nesse problema social uma das maiores chagas da humanidade.

A violência na perspectiva de Zygmunt Bauman é um reflexo direto das transformações da modernidade sólida para a

modernidade líquida. Nessa nova configuração social, marcada pela fluidez das relações, pelo enfraquecimento dos vínculos e pela incerteza constante, o medo se torna uma constante e a violência, uma presença difusa e onipresente. Ao invés de se concentrar em territórios ou em conflitos definidos, ela se espalha por todos os espaços da vida cotidiana, assumindo formas variadas, muitas vezes sutis, mas profundamente devastadoras.

Bauman aponta que o medo contemporâneo não tem forma clara nem rosto definido. Ele se alimenta da insegurança estrutural que perpassa todas as esferas da existência. A ausência de garantias e de pertencimento cria um ambiente propício para a emergência de sentimentos de ameaça permanente. Nessa lógica, o outro — o diferente, o estrangeiro, o pobre — deixa de ser um sujeito de direitos para ser percebido como um risco, um estorvo, um corpo a ser neutralizado. A violência, nesse cenário, não é apenas física: é simbólica, estrutural, institucional. E, mais grave ainda, passa a ser naturalizada como mecanismo legítimo de defesa ou exclusão.

³⁴ Ne **Seção Violência: Acesse+**, você pode assistir a uma série de vídeos sobre o que pensa o sociólogo polonês Zygmunt Bauman.

A globalização, ao mesmo tempo em que promoveu a circulação de bens, capitais e informações, também gerou legiões de excluídos: os chamados “resíduos humanos”. Para Bauman, esses indivíduos representam as sobras do sistema, em outras palavras, aqueles que não conseguem ser absorvidos pelas engrenagens da economia global e, por isso, são descartados. O Estado, longe de os proteger, utiliza-se da violência como ferramenta primeira de contenção. Em vez de políticas de acolhimento e inclusão, adota-se a lógica da repressão e do afastamento.

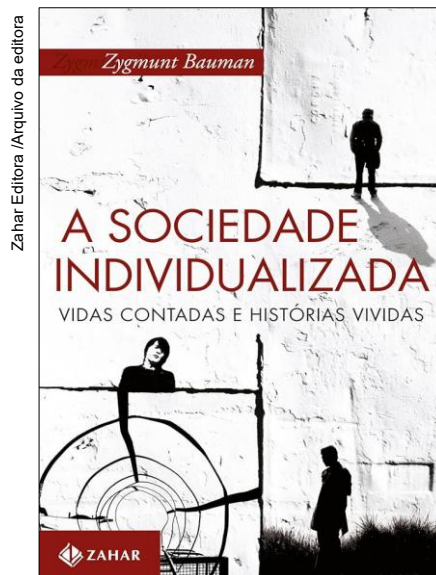
Nesse mundo em que os laços sociais se fragilizam e a competição se intensifica, o individualismo se impõe como valor dominante. A ética do cuidado dá lugar à lógica da sobrevivência. Cada um passa a ser responsável por si mesmo, e o fracasso deixa de ser coletivo para ser interpretado como culpa individual. Assim, o outro não é mais visto como parte da mesma comunidade, mas como ameaça ou obstáculo. A violência, então, torna-se linguagem corrente, expressão direta das tensões de um mundo que se desintegra em microconflitos diários, invisíveis, mas devastadores.

Portanto, compreender a violência na perspectiva de Bauman é entender que ela não é um fenômeno isolado, mas um sintoma profundo de uma sociedade adoecida pela insegurança, pelo abandono das solidariedades e pela corrosão dos vínculos humanos. Trata-se de um alerta urgente sobre os caminhos que estamos trilhando e sobre a necessidade de resgatar o que ainda pode nos manter unidos: a empatia, o cuidado e o compromisso com a dignidade humana.

Violência – antiga e nova (Fragmento)

Terroristas fazem violência; para ser mais preciso, chamamos de violência o que os terroristas fazem. Essa definição reversível mostra como é bastante difícil definir violência ao nos referirmos apenas ao atributo do ato. Sim, é característica da violência obrigar as pessoas a fazerem coisas que de outra maneira não fariam e que não têm vontade de fazer; sim, violência significa aterrorizar as pessoas para fazê-las atuar contra a vontade delas e assim privá-las de seu direito de escolha; e sim, para atingir tais efeitos, danos são impostos ao corpo humano, a dor é infligida, o horror é espalhado pelo espetáculo da carne queimada, das poças de sangue e dos rumores de que homens e mulheres audazes ou arrogantes o bastante para resistir tiveram seu sangue derramado. Isso é verdade, mas não a verdade toda.

Nem toda subjugação de liberdade e integridade corporal humana aparece sob a rubrica da “violência”. Para que essa ação seja chamada de “violência”, e, portanto, seja condenada, algumas outras condições, que não estão relacionadas à natureza das ações, mas aos seus perpetradores, devem ser alcançadas. Quanto às vítimas de suas ações, dificilmente notarão a diferença: estarão cobertas de sangue, expulsas de seus lares, privadas de suas propriedades ou de suas vidas, e essas coisas tendem a parecer iguais, quer seu motivo seja genuíno, quer putativo. A dor é sentida exatamente da mesma forma, tanto quando é classificada como “dano colateral” ou como resultado de uma intenção. Mais importante ainda, as vítimas só dispõem das palavras de seus torturadores quando se trata de decidir quais foram as intenções verdadeiras e qual a extensão do “dano colateral” que essas intenções podem absorver enquanto persistirem as nobres intenções que dizem ter.



Em resumo, a violência é um conceito contestável. A contestação em que esse conceito está inserido se refere à legitimidade. A violência é uma coerção ilegítima; para ser mais preciso, uma coerção à qual foi negada a legitimidade. Chamá-la de ato de coerção, de forçar as pessoas a agir contra suas vontades ou tirando delas a chance de voltar a atuar de boa ou má vontade, de um “ato de violência”, não é uma informação nova para a descrição do ato, mas transmite a decisão do orador de questionar o direito de os atores exercerem coerção, e também de negar-lhes o direito a determinar quais palavras serão usadas para descrever suas ações. Na luta pelo poder, a violência é ao mesmo tempo um meio e um risco. Esse papel dual tem origem no principal objetivo dessa luta: legitimar a coerção.

(BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Trad. José Gradel. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2012, p. 185-186).

Comentando o texto

Vamos refletir juntos sobre esse trecho do Bauman. Ele está nos convidando a pensar sobre a violência de um jeito diferente do que costumamos ver na televisão ou nas redes sociais.

Quando a gente ouve a palavra “violência”, geralmente pensa em algo físico: um assalto, uma guerra, um ato terrorista. E Bauman começa justamente por aí: mostrando que, sim, há dor, sofrimento, sangue, medo. Mas ele nos alerta para algo mais profundo: a violência não é só aquilo que a gente vê — ela também está ligada a quem a pratica e a quem tem o poder de dar nome ao que está acontecendo.

Olhem só um exemplo: quando uma bomba explode e mata civis num ataque terrorista, todo mundo chama de violência. Mas se um país poderoso joga uma bomba e diz que foi por “segurança nacional” ou que foi um “dano colateral”, muitos já não usam a palavra violência da mesma forma. O que mudou? A intenção e, principalmente, a legitimidade de quem fez o ato.

Então, o que Bauman está dizendo é: violência não é só o ato em si, mas a disputa de poder sobre quem tem o direito de usar a força e como essa força é nomeada. Ele mostra que muitas vezes a dor das vítimas é a mesma, mas o que muda é quem tem o controle da linguagem e da narrativa.

Ele conclui declarando que a violência, na verdade, é uma coerção ilegítima — ou seja, é forçar alguém sem ter o “direito reconhecido” de fazer isso. Mas esse “direito” é construído socialmente. É uma questão de poder, de quem decide o que pode e o que não pode, de quem rotula os atos como “violentos” ou como “necessários”.

Então você poderia perguntar: “por que isso é importante hoje?” A resposta não é tão simples e nem é única, mas arriscamos dizer que é porque nos ajuda a entender melhor o mundo em que vivemos, onde muitas pessoas sofrem todos os dias, seja pela fome, pelo abandono, seja pela exclusão, mas essas formas de violência nem sempre são reconhecidas como tal. São as chamadas violências silenciosas ou naturalizadas. E isso também faz parte dessa disputa por legitimidade.

É nesse contexto que a sociologia ajuda a enxergar além da superfície, questionar os discursos prontos e pensar criticamente sobre o que está por trás das palavras.



Em 30 anos, Brasil teve mais de um milhão de vítimas de homicídio. O chargista Bruno ilustra de forma impactante que a violência vai muito além da criminalidade direta. Ela é resultado de diversos fatores sociais, como corrupção, desemprego, preconceito e exclusão. Cada um desses problemas é representado como uma arma apontada para a população, especialmente os mais vulneráveis. A imagem denuncia que essas “violências invisíveis” também causam medo, sofrimento e insegurança, mostrando que combater a violência exige enfrentar suas causas estruturais e não apenas seus efeitos. A imagem mantém uma refinada relação com a ideia de violência no mundo líquido que Zygmunt Bauman descreve em sua obra.

Dito tudo isso, vamos ver a seção **Como esse tema caiu no ENEM?**

Como esse tema caiu no ENEM?



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

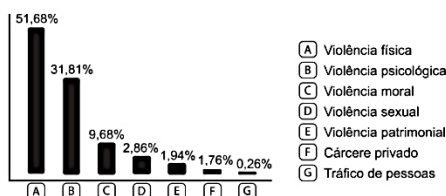
TEXTO I

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

WALSELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2012*. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 8 jun. 2015.

TEXTO II

TIPO DE VIOLÊNCIA RELATADA



BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Balanco 2014*. Central de Atendimento à Mulher: Disque 180. Brasília, 2015. Disponível em: www.spm.gov.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO III



Disponível em: www.compromissoeatitude.org.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO IV

O IMPACTO EM NÚMEROS

Com base na Lei Maria da Penha, mais de 330 mil processos foram instaurados apenas nos juizados e varas especializados

332.216 processos que envolvem a Lei Maria da Penha chegaram, entre setembro de 2006 e março de 2011, aos **52** juizados e varas especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher existentes no País. O que resultou em:

33,4%
de processos julgados

9.715
prisões em flagrante

1.577
prisões preventivas decretadas



58 mulheres e **2.777** homens enquadrados na Lei Maria da Penha estavam presos no País em dezembro de 2010. Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não constam desse levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional



237 mil

relatos de violência foram feitos ao Ligue 180, serviço telefônico da Secretaria de Políticas para as Mulheres



Sete de cada **dez** vítimas que telefonaram para o Ligue 180 afirmaram ter sido agredidas pelos companheiros

Fontes: Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Políticas para as Mulheres

Disponível em: www.istoe.com.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “texto insuficiente”;
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos;
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

LC - 2º dia | Caderno 5 - AMARELO - Página 2

A PROVA DE REDAÇÃO DO ENEM 2015

No Enem 2015, o tema proposto abordou a **persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira**. Quando o Enem usa a palavra “**persistência**”, ele já está nos dizendo que essa violência não é um problema novo. Ela continua acontecendo apesar de existirem leis, campanhas e políticas públicas para combatê-la. Ou seja, a redação a ser produzida não poderia tratar o tema como se ele tivesse surgido agora. A partir da percepção dessa **palavra-chave**, esperava-se que os participantes analisassem o problema em suas múltiplas dimensões, com base nas informações contidas nos textos motivadores — especialmente dados estatísticos que evidenciavam a gravidade da situação.

Por isso, nesse contexto, era importante que a redação considerasse a **realidade brasileira** e reconhecesse que a violência contra a mulher não é um tema recente. Assim, os candidatos deveriam levar em conta políticas, ações e legislações já existentes, conforme indicado nos textos de apoio.

O **Texto I** apresentou um trecho do **Mapa da Violência 2012**, com dados sobre os homicídios de mulheres no Brasil entre 1980 e 2010. O **Texto II** trouxe um gráfico com tipos de violência registrados na Central de Atendimento à Mulher em 2014. O **Texto III** foi um cartaz de combate ao **feminicídio**, com referência à **Lei nº 13.104/2015**. Já o **Texto IV** mostrou, por meio de um infográfico, dados sobre o impacto da **Lei Maria da Penha**.

Com base nessas informações, a proposta esperava que os candidatos direcionassem sua argumentação para um dos seguintes contextos: a) **Legal**: analisando pontos fortes e falhas na aplicação das leis existentes, como a Lei do Feminicídio e a Lei Maria da Penha; b) **Políticas públicas**: discutindo a urgência de ações efetivas de proteção às mulheres; c) **Sociedade civil e ONGs**: refletindo sobre o papel das lutas feministas e da cultura patriarcal na perpetuação da violência; d) **Mudança cultural**: destacando a necessidade de transformação de valores sociais em relação à equidade de gênero; e e) **Ação individual**: mostrando que mudanças de comportamento começam com atitudes individuais dentro da coletividade.

Redação Nota 1000

Redação de Laiane da Silva Carvalho

Mesmo com a vigência da Lei Maria da Penha, com a criminalização do feminicídio na última década, o aumento percentual do número de mulheres vítimas de homicídio no Brasil persiste. Tipificada pela violência física, moral, psicológica ou sexual, a violação dos direitos femininos tem suas raízes em construções sociais e culturais, incorporadas como legítimas, que precisam ser desfeitas, pois, do contrário, o ideal de indistinção no gozo dos direitos fundamentais do cidadão não se consolidará.

A crença na subalternidade feminina é construída socialmente. A filósofa Simone de Beauvoir corrobora isso ao afirmar que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Os dizeres de Beauvoir revelam como a associação da figura feminina a determinados papéis não é condicionada por características biológicas, mas por pré-determinações sociais. Seguindo essa linha de pensamento, é usual, por exemplo, que mulheres que exerçam profissões tradicionalmente associadas a homens, como a de motorista, sofram preconceito no ambiente de trabalho e sejam violentadas psicologicamente.

Além disso, a continuidade de práticas violentas contra a mulher é favorecida pelo que o pensador Pierre Bourdieu definiu como violência simbólica. Nesse tipo de violência, a sociedade passa a aceitar como natural as imposições de um segmento social hegemônico, neste caso, o gênero masculino, causando a legitimação da violação de direitos e/ou da desigualdade. Nesse contexto, urge a tomada de medidas que visem mitigar a crença de que as mulheres são inferiores. Para isso, cabe à sociedade civil organizada, o terceiro setor, a realização de palestras que instruam acerca da igualdade entre os gêneros. Ao poder público, cabe instituir a obrigatoriedade de participação masculina em fóruns, palestras e seminários que discorram acerca da importância do respeito às mulheres.

Procedendo-se assim, casos como o da francesa Olympe de Gouges, guilhotinada na Revolução Francesa por exigir direitos femininos, ficarão apenas como o símbolo de um passado em que os Direitos Humanos não eram para todos.

Comentando o texto³⁵

O texto demonstra que a participante possui excelente **domínio da norma culta da Língua Portuguesa** e faz escolhas adequadas de registro. Apresenta apenas dois desvios: um erro de pontuação, no uso indevido da vírgula nas linhas finais do terceiro parágrafo (“Ao poder público, cabe...”); e um erro de registro, na grafia incorreta da palavra “femina”, em vez de “feminina”, no início do segundo parágrafo.

O tema proposto na prova é desenvolvido com **argumentação consistente** e fundamentado em um **repertório sociocultural produtivo**, com referências bem aplicadas a Simone de Beauvoir, Pierre Bourdieu e à Revolução Francesa. A redação também aborda as raízes históricas e ideológicas do machismo na sociedade brasileira.

A **estrutura do texto dissertativo-argumentativo** está bem definida, com introdução, desenvolvimento e conclusão organizados em quatro parágrafos articulados entre si. A **tese** é clara e bem defendida, com progressão lógica das ideias e uso produtivo de conhecimentos de outras áreas. A participante defende que é necessário combater a violência contra a mulher por meio de campanhas educativas, uma vez que ela é consequência do patriarcalismo predominante.

As **ideias e argumentos** são **articulados com coesão e fluidez**. A redação apresenta diversidade no uso de conectores e elementos de coesão, como “corrobora isso”, “Seguindo essa linha de pensamento”, “Além disso”, “Nesse tipo”, “Nesse contexto”, “Para isso” e “Procedendo assim”.

A **proposta de intervenção** é excelente: respeita os direitos humanos, relaciona-se ao tema e resulta naturalmente da discussão apresentada. A participante destaca o papel da sociedade civil organizada, sugerindo a realização de campanhas e palestras sobre igualdade de gênero, e também aponta a responsabilidade do poder público, que deveria tornar obrigatória a participação masculina em fóruns e seminários sobre respeito às mulheres.

Por tudo isso, trata-se de uma **redação bem estruturada**, com ideias encadeadas de forma coerente, argumentos sólidos e conclusão compatível com o ponto de vista defendido. A participante demonstra plena competência na seleção, organização e interpretação de informações em defesa de sua tese.

Repertório Sociocultural Legitimado

O uso de Pierre Bourdieu como repertório sociocultural na redação é um excelente exemplo de **apropriação produtiva de conhecimentos das Ciências Sociais** e de **letramento sociológico**. Ao recorrer ao pensamento desse sociólogo, a participante demonstra não apenas domínio conceitual, mas também capacidade de relacionar teorias sociológicas à realidade brasileira, o que enriquece significativamente a argumentação.

Bourdieu é conhecido por suas análises sobre **o poder simbólico, a reprodução das desigualdades e os mecanismos de dominação presentes nas estruturas sociais** — temas diretamente ligados à manutenção do patriarcado e à persistência da violência contra a mulher. Assim, sua citação confere **profundidade crítica** ao texto e colabora para a construção de *uma tese fundamentada*, especialmente quando associada à ideia de que o machismo é sustentado por estruturas sociais e culturais enraizadas.

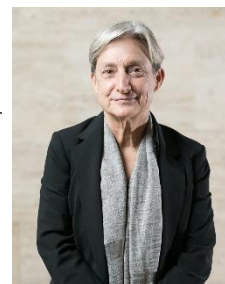
Em termos de **Competência II da Redação do ENEM** (compreender a proposta e aplicar repertório sociocultural de forma produtiva), a referência a Bourdieu valoriza a redação e contribuiu para a obtenção de uma nota alta, pois foi devidamente contextualizada e relacionada ao tema.

³⁵ Na **Seção Violência no Brasil: Acesse+**, você encontrará o Manual de Redação ENEM 2016, onde poderá ler as demais redações nota 1000 referentes ao tema das edições do ENEM 2013, 2014 e 2015.

O que poderia ter sido dito ainda?

Sob o **viés sociológico**, duas abordagens complementares que poderiam enriquecer ainda mais uma redação sobre a **violência contra a mulher**, especialmente em uma prova como o Enem, que valoriza repertório crítico e atual: **a cultura patriarcal e socialização de gênero** e a **violência simbólica**. Assim, em primeiro lugar, poder-se-ia aprofundar a discussão sobre como a **socialização de gênero**, desde a infância, naturaliza papéis sociais desiguais e legitima comportamentos machistas. Nesse sentido, vale muito a pena conhecer a obra das autoras *Judith Butler* e *Raewyn Connell* (teoria da masculinidade hegemônica). Em segundo lugar, ampliando a citação de *Pierre Bourdieu*, poder-se-ia discutir a **violência simbólica**, que é aquela invisível, naturalizada, praticada por meio da linguagem, da mídia, da educação e das instituições sociais. Essa discussão poderia ser exemplificada com a objetificação da mulher na publicidade ou a culpabilização da vítima em casos de abuso.

Judith Butler at CCB 2018 / Mi-
quel Taverna
Raewyn Connell /
<https://shop.tlon.it/>



O tema **Violência** já apareceu em outras edições da prova de redação do ENEM. A tabela a seguir mostra como esse tema foi abordado direta e indiretamente.

Ano	Tema	Tipo de abordagem e de violência
2000	Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional	Indireta: exploração, abuso e negligência.
2001	Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito?	Indireta: violência socioambiental.
2003	A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo?	Direta: violência estrutural, urbana, no campo etc.
2005	O trabalho infantil na realidade brasileira	Indireta: exploração, violência laboral.
2007	O desafio de se conviver com as diferenças	Indireta: violência racial, LGBTfobia, xenofobia.
2011	Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado	Indireta: <i>cyberbullying</i> , exposição violenta na internet, discurso de ódio on-line.
2013	Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil	Indireta: violência no trânsito.
2015	A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira	Direta: machismo estrutural, cultura do estupro, feminicídio, violência doméstica.
2016	Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil (1ª aplicação)	Direta: violência simbólica e física.
2016	Caminhos para combater o racismo no Brasil (2ª aplicação)	Direta: violência racial.
2017	Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil	Indireta: violência institucional.
2018	Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet	Indireta: violência algorítmica.
2020	O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira (1ª aplicação)	Indireta: violência psicológica.
2022	Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil	Direta e indireta: Violência territorial, racismo ambiental.
2023	Desafios para o combate à invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres	Indireta: violência econômica.

Fonte: o autor.

Agora, você vai se aprofundar no tema que estamos estudando com as **Contribuições da Sociologia**. Vamos lá?!

CONCEITOS IMPORTANTES

A compreensão de um tema tão complexo como a violência à luz da sociologia exige que mobilizemos alguns conceitos fundamentais dessa área do conhecimento. Abaixo seguem alguns dos principais.

Anomia – Ver Conceitos Importantes no capítulo Relações Sociais.

Biopoder / Microfísica do Poder – Conceito de Michel Foucault que descreve formas de poder exercidas sobre os corpos e a vida das pessoas, especialmente por instituições como escolas, prisões e hospitais. A microfísica do poder analisa como o controle ocorre nos detalhes do cotidiano. A violência, nesse sentido, não é apenas repressiva, mas também normalizadora, moldando comportamentos e produzindo sujeitos disciplinados e obedientes.

Capital Cultural – Para Pierre Bourdieu, o capital cultural refere-se ao conjunto de conhecimentos, habilidades e disposições valorizados socialmente. Isso ajuda a explicar como a violência pode surgir das desigualdades simbólicas, quando pessoas são desvalorizadas ou excluídas por não dominarem o capital cultural dominante.

Conflito Social – Tensões estruturais entre grupos com interesses antagônicos (elites vs. trabalhadores, Estado vs. movimentos sociais). Para Marx, deriva da exploração capitalista; para Dahrendorf, é inerente a todas as sociedades. Pode gerar violência, mas também mudanças sociais quando canalizado politicamente.

Controle Social – Ver Conceitos Importantes no capítulo Intolerância Religiosa.

Desigualdade Social – Ver Conceitos Importantes no capítulo Cidadania no Brasil.

Estigma – Conceito central na obra de Erving Goffman, refere-se a uma marca social negativa que desqualifica o indivíduo perante a sociedade. Pessoas estigmatizadas são frequentemente associadas a comportamentos desviantes, o que pode legitimar a violência contra elas. O estigma está ligado a preconceitos e estereótipos que afetam grupos como ex-presidiários, moradores de rua, usuários de drogas e minorias raciais.

Estigmatização e Etiquetamento – Segundo a teoria do etiquetamento, associada a Howard Becker, indivíduos ou grupos passam a ser considerados desviantes quando são rotulados como tal pelas instituições sociais. Essa rotulação pode desencadear exclusão, discriminação e até a intensificação de comportamentos violentos. A sociedade, ao estigmatizar certos sujeitos, contribui para o fortalecimento de identidades desviantes e da marginalização.

Fato Social – Conceito elaborado por Émile Durkheim, define os fatos sociais como formas de agir, pensar e sentir que existem fora dos indivíduos, exercendo sobre eles uma força coercitiva. Aplicado à violência, mostra como certos comportamentos violentos são socialmente construídos e compartilhados,

não podendo ser explicados apenas por causas individuais, mas como expressões de normas e estruturas da coletividade.

Luta de Classes / Dominação – Segundo Karl Marx, a luta de classes é o motor da história e baseia-se no conflito entre exploradores (burguesia) e explorados (proletariado). A violência é vista como instrumento de dominação utilizado pela classe dominante para manter seus privilégios. A repressão estatal e o sistema penal seriam, assim, formas de conter a resistência das classes populares e garantir a ordem capitalista.

Masculinidade Hegemônica – Padrão dominante de masculinidade que legitima a superioridade masculina através da agressividade, dominação emocional e controle sobre mulheres e outros homens. Não é fixa, mas historicamente construída, servindo para manter hierarquias de gênero. Exemplos incluem a associação entre virilidade e violência ou a repressão de vulnerabilidades masculinas.

Monopólio da Violência Legítima – Conceito desenvolvido por Max Weber, define o Estado moderno como a instituição que detém o direito exclusivo de usar a força de maneira legítima. Isso significa que apenas o Estado pode aplicar a violência legalmente, por meio da polícia, das forças armadas e do sistema penal. No entanto, esse monopólio pode ser questionado quando usado de forma abusiva, seletiva ou autoritária.

Pânico Moral – Processo no qual mídia, instituições e grupos dominantes exageram ameaças de certos comportamentos ou grupos, criando histeria coletiva. Serve para justificar controle social repressivo. Exemplos: criminalização de jovens negros ou histeria contra minorias LGBTQIA+.

Urbanismo Penal – Uso do espaço urbano e políticas de segurança para controlar e excluir populações marginalizadas. Inclui arquitetura hostil (bancos inclinados), hiperencarceramento e militarização de periferias, transformando cidades em máquinas de segregação de classe e raça.

Violência Estrutural – Termo proposto por Johan Galtung, refere-se à violência embutida nas instituições e estruturas sociais que impedem o pleno desenvolvimento humano. Essa violência não é física nem direta, mas manifesta-se na negação de direitos básicos, como educação, saúde, moradia e segurança. Ela é naturalizada e invisibilizada, mas impacta profundamente a vida de milhões, especialmente os mais pobres e vulneráveis.

Violência Simbólica – Ver Conceitos Importantes no capítulo Intolerância Religiosa.

A Sociologia e a naturalização da violência

A **Sociologia**, enquanto ciência que se ocupa do estudo da sociedade, oferece ferramentas teóricas e metodológicas extremamente importantes para compreender a violência como **um fenômeno complexo**, indo além de explicações individuais ou patológicas. Sua contribuição abrange desde a **análise das estruturas sociais** que perpetuam a violência até os **significados culturais** atribuídos a ela. Portanto, na perspectiva sociológica, a violência não é apenas um **ato físico ou criminal**, mas **um fenômeno social, histórico e cultural**, profundamente enraizado nas estruturas de poder, nas desigualdades sociais e nas normas culturais.

Historicizando...

Violência no Brasil: uma história estrutural

A violência no Brasil não é um fenômeno recente, mas sim uma herança histórica profundamente enraizada em nosso processo de formação social. Desde os tempos coloniais, a violência tem sido um mecanismo de manutenção de hierarquias e desigualdades.

No período colonial (séculos XVI-XIX), a violência era instrumento fundamental da escravidão. Os castigos físicos contra negros escravizados eram comuns e serviam para manter o sistema de exploração. Ao mesmo tempo, as populações indígenas sofriam com o extermínio e a perda de seus territórios. Esta violência fundacional criou padrões que permaneceriam na sociedade brasileira.

Com o fim da escravidão em 1888, não houve políticas de integração dos ex-escravizados. A violência então assumiu novas formas: a marginalização dos negros nas cidades, a criminalização da pobreza e o surgimento das primeiras favelas. A polícia, criada originalmente para capturar escravos fugidos, manteve seu caráter repressivo contra a população pobre.

No século XX, especialmente durante a ditadura militar (1964-1985), a violência estatal se intensificou. A tortura tornou-se política de Estado contra opositores, enquanto nas periferias crescia a violência policial. Ao mesmo tempo, a urbanização acelerada e a desigualdade social alimentaram o aumento da criminalidade.

Nos dias atuais, a violência no Brasil apresenta características complexas:

- a) Manutenção do racismo estrutural (negros são maioria nas vítimas de homicídio)
- b) Militarização da segurança pública
- c) Crescimento da violência doméstica e feminicídios
- d) Criminalização dos movimentos sociais
- e) Guerra às drogas como justificativa para violência policial



Acervo do autor / Canva

Por Que Isso Importa Para Nós?

Entender essa história nos ajuda a:

1. **Compreender** que não se trata de um problema individual, mas social.
2. **Identificar** as raízes das desigualdades que alimentam a violência.
3. **Buscar** soluções que atuem nas causas, não apenas nos efeitos.



Para Refletir...

- Como o passado escravocrata ainda se manifesta nas violências atuais?
- Por que certos tipos de violência (como a policial nas periferias) são mais naturalizados que outros?
- Que alternativas podemos construir para uma sociedade menos violenta?

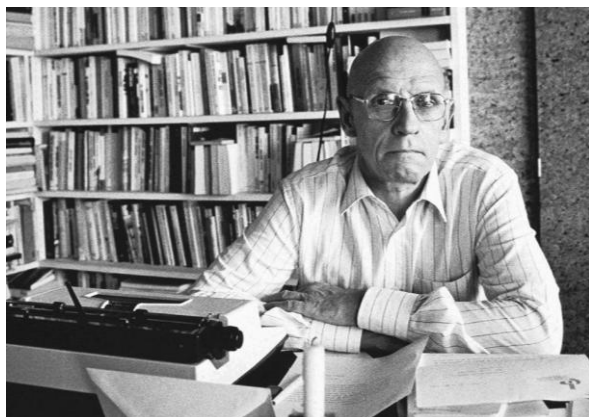
O que dizem os Cientistas Sociais?

Numa compreensão contemporânea, segundo **Norbert Elias**, a violência é parte de **um processo civilizatório**, em que a violência física direta vai sendo substituída por formas mais sutis de dominação, que **Pierre Bourdieu** conceitua como **violência simbólica**, ou seja, formas de dominação implícitas, que se impõem como naturais, como, por exemplo, o machismo, o racismo e a desigualdade educacional. Por outro lado, na perspectiva dos clássicos da sociologia, verificamos que enquanto **Max Weber** vê o Estado como o detentor do **monopólio legítimo da violência**, em outras palavras: apenas o Estado pode usar a força de forma legalizada, **Durkheim**, compreende a violência como **fato social**, no qual criminalidade e a violência são vistas como “normais”, no sentido de fazerem parte da própria dinâmica social. Já, **Marx**, por sua vez, enxerga a violência como **resultado da luta de classes**, em que essa violência do Estado serve para manter a dominação da burguesia. Diante de diferentes e complementares abordagens, o fato é que a Sociologia e seus representantes — os sociólogos — entendem a violência como **um fenômeno que vai além da criminalidade**: analisam, segundo suas perspectivas, as raízes sociais, os discursos que a legitimam e os mecanismos institucionais que a perpetuam.

A Violência como construção social

A definição do que constitui violência varia conforme os grupos sociais e seus valores. O que para alguns é considerado “**violência legítima**” — como certas ações policiais —, para outros representa “**violência abusiva**”, evidenciando como a percepção desse fenômeno é socialmente construída. Um exemplo claro dessa contradição aparece na visão sobre o **sistema prisional**: enquanto parte da sociedade o enxerga como **instrumento de justiça**, outra parte o compreende como **mecanismo de controle racial e social**, como demonstra o encarceramento desproporcional da população negra no Brasil, que revela as desigualdades estruturais do sistema penal. Um grande intérprete da sociedade, **Michel Foucault**, explora como o poder se manifesta por meio de práticas disciplinares e do controle dos corpos, como nas prisões e escolas.

O filósofo francês Michel Foucault
Wikimedia Commons/Wikipedia



Apesar de não ser sociólogo de formação, Foucault tornou-se uma referência fundamental para a Sociologia ao investigar temas centrais para a compreensão das dinâmicas sociais. Seus estudos abordaram profundamente as relações de poder e dominação, o funcionamento das instituições sociais como prisões, escolas, hospitais e manicômios, além de explorar como o corpo é alvo de vigilância e controle. Ele também problematizou os modos como o discurso, o saber e a verdade são produzidos e utilizados como formas de poder. Essas contribuições impactaram fortemente não apenas a Sociologia, mas também campos como a Educação, o Direito, os Estudos de Gênero e a Criminologia.

Nesse contexto, convém observar que a normalização da violência ocorre quando práticas violentas se tornam tão arraigadas no cotidiano que passam despercebidas como problemas sociais. A **pobreza extrema**, por exemplo, representa uma violência silenciosa ao negar direitos básicos como moradia e saúde a milhões de pessoas. Da mesma forma, o **racismo estrutural** se manifesta na naturalização das mortes violentas de jovens negros, frequentemente tratadas como “casos isolados”. A mídia reforça essa invisibilidade ao abordar tais violências como **fatos corriqueiros**, sem questionar suas causas estruturais. Esse processo de banalização impede a sociedade de reconhecer e combater formas cruciais de violência que afetam especialmente os grupos mais vulneráveis.

Foto: © Jarbas Oliveira



Legenda: Maria da Penha ficou paraplégica depois de ter levado um tiro nas costas enquanto dormia.

Outro tipo de violência naturalizada é a de **violência doméstica**, cuja trajetória histórica no Brasil ilustra claramente como a percepção social sobre a violência pode ser transformada. Por décadas, as agressões contra mulheres no âmbito familiar eram consideradas meros “**problemas domésticos**”, relegados à esfera privada e à tolerância social. Foi necessário o protagonismo do **movimento feminista** para desnaturalizar essa violência e reposicioná-la como questão de ordem pública, culminando na criação da **Lei Maria da Penha** em 2006. Esse processo histórico

demonstra o poder dos **movimentos sociais** em ressignificar formas de violência antes invisibilizadas, transformando-as em **pautas de políticas públicas** e **conquistas legais**. O caso revela como a **violência de gênero**, antes tratada como assunto íntimo, passou a ser compreendida como expressão das estruturas patriarcais da sociedade.

As estruturas sociais, as instituições sociais, o espaço urbano e a violência

A violência está presente em muitos aspectos da nossa vida em sociedade. Ela não aparece apenas em situações extremas, como crimes ou guerras, mas também se manifesta de forma silenciosa no nosso cotidiano, por meio das desigualdades, dos preconceitos e das injustiças que afetam principalmente os grupos mais vulneráveis. A Sociologia nos ajuda a entender que a **violência não é só um problema individual, mas também social, ligado a estruturas históricas, culturais e políticas**. Vamos ver como a violência se expressa nas instituições, nas relações de poder, nas cidades, nas mídias e até mesmo nas formas como aprendemos a nos comportar. É importante refletir sobre como ela se mantém e se repete em nossa sociedade, muitas vezes de forma invisível, mas com efeitos muito reais na vida das pessoas.

Em primeira análise, observamos que as **estruturas sociais** desempenham papel fundamental na produção e reprodução da violência, conforme demonstra a análise sociológica. A **violência estrutural**, segundo Galtung, se manifesta quando sistemas sociais negam a grupos marginalizados o acesso a direitos básicos como saúde e educação. Paralelamente, a **violência simbólica**, de acordo com Pierre Bourdieu, atua, como já dissemos, de forma mais sutil, fazendo com que as próprias vítimas naturalizem hierarquias opressivas, como no caso do **racismo internalizado**. As **teorias conflitivas**, para Marx e Dahrendorf, complementam essa análise ao mostrar como a violência emerge das tensões entre grupos com interesses antagôni-

cos, como no **conflito histórico entre elites e classes populares**. Essas dinâmicas se materializam claramente na realidade brasileira, quando dados do Atlas da Violência (2024)³⁶ revelam que jovens negros e pobres têm três vezes mais chances de serem vítimas de homicídio, evidenciando como raça, classe e violência se interseccionam de forma dramática em nossa sociedade.

Em segunda análise, percebemos as **instituições sociais** desempenham um papel ambíguo em relação à violência. O **Estado**, detentor do monopólio da violência legítima (Weber), frequentemente ultrapassa seus limites, como evidenciado na brutalidade policial e no genocídio indígena. A **família**, espaço de afeto, tem sido muitas vezes um lugar de reprodução de violências de gênero e hierarquias opressivas. Já a **mídia**, ao tratar a violência de forma sensacionalista, banaliza tragédias sociais ou cria pânicos morais infundados (Cohen). Um exemplo emblemático é a **militarização escolar** defendida recentemente por grupos políticos no Brasil: se por um lado reduz conflitos imediatos, por outro naturaliza a violência como instrumento de controle, especialmente em periferias.

Escola cívico-militar no Paraná
Foto: Divulgação/SEED



Além disso, a **cultura** e a **subjetividade** também se constituem como terrenos férteis para a naturalização da violência, conforme evidenciam diversas análises sociológicas. A **masculinidade hegemônica** (Connell) impõe aos homens a performance de virilidade através da agressividade, padrão radicalizado por movimentos, como os *Red Pills*, que, sob a fachada de “**autoajuda masculina**”, propagam discursos misóginos e estimulam comportamentos violentos contra mulheres³⁷. Como demonstra Howard Becker em “*Outsiders*”, esses grupos são simultaneamente produtos e produtores de **estigmas sociais**, criando um ciclo perverso de violência simbólica.

A violência também se manifesta através do **espaço urbano**³⁸: arquiteturas hostis — como bancos inclinados, pedras pontiagudas sob viadutos e *sprinklers* automáticos — materializam o que Loïc Wacquant, sociólogo francês, chamaria de “**urbanismo penal**”, excluindo violentamente populações em situação de rua do tecido social. Paralelamente, a persistente “**cultura de honra**” em certos grupos transforma a violência em mecanismo

Na contramão de uma cidade acolhedora e sociável, a arquitetura hostil está aí para afastar. Ela se manifesta por meio de barras ao centro de bancos, gradis ao redor de uma praça, espetos afiados em canteiros e pedras pontiagudas sob viadutos. O intuito é inibir que pessoas usem esses espaços para descanso ou lazer, e atinge principalmente as que vivem em situação de rua.

Padre Júlio Lancelotti, da Pastoral do Povo de Rua, sob viaduto na Zona Leste de SP onde prefeitura instalou pedras no chão (Foto: Reprodução / Instagram)



³⁶ Na **Seção Violência: Acesse+**, encontram-se um link e um QR Code que levam ao Atlas da Violência 2024. Aumente seu repertório. Pesquise!

³⁷ Na mesma Seção, há dois vídeos importantes que tratam da onda de ódio às mulheres que vem crescendo, principalmente na internet.

³⁸ Por fim, na mesma Seção, você vai encontrar dois documentários muito importantes sobre o tema Arquitetura da Exclusão. Assista para aprofundar seu repertório e ter uma opinião fundamentada sobre o assunto.

legítimo de resolução de conflitos, enquanto as alarmantes taxas de feminicídio na América Latina escancaram como o machismo estrutural ainda trata **corpos femininos** como propriedade masculina. Esses exemplos revelam como a violência é **culturalmente enraizada** e **reproduzida em múltiplas dimensões da vida social**.

Movimentos sociais e violência

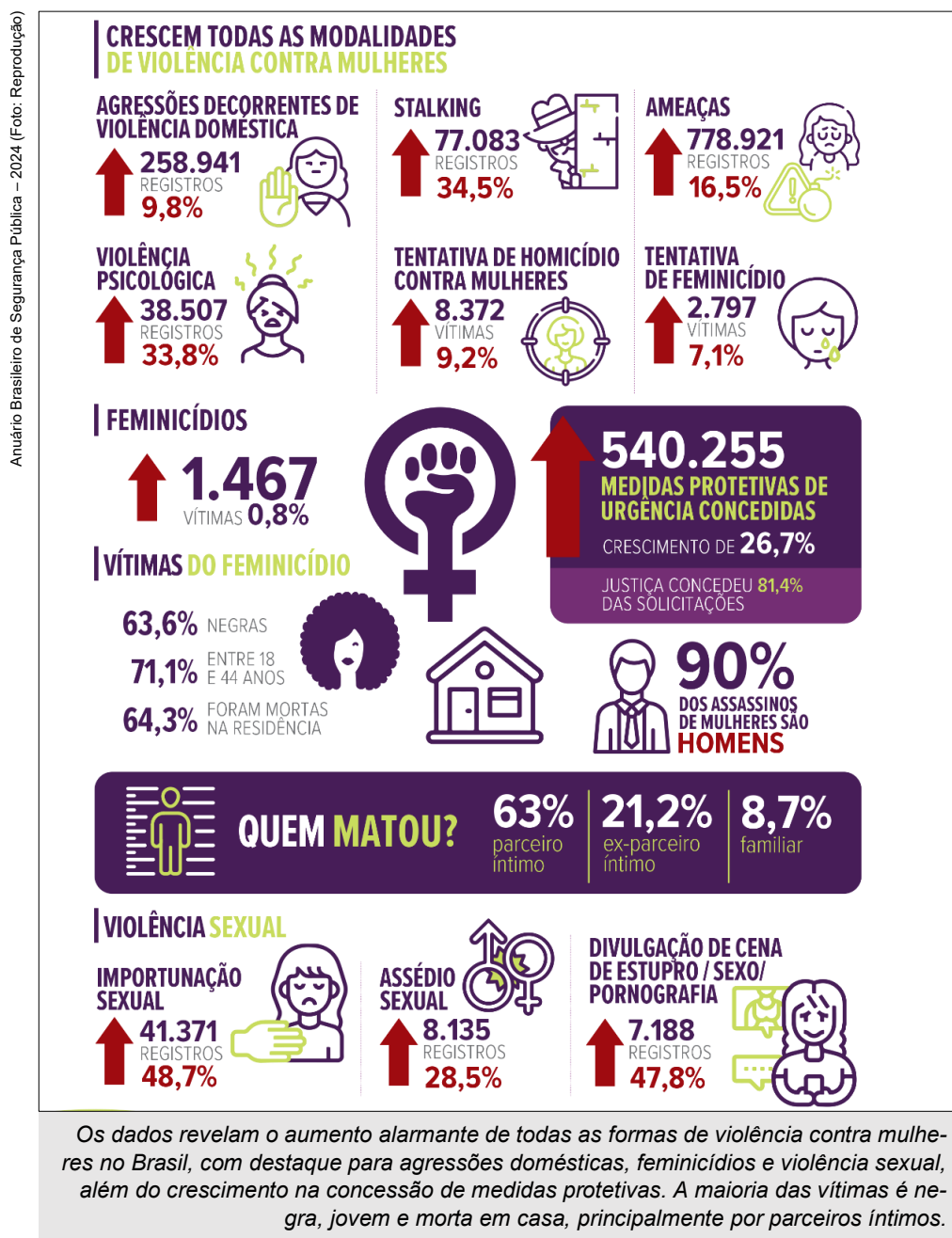
Os **movimentos sociais** emergem como força transformadora contra diversas formas de violência. Através de **ações coletivas**, como protestos, greves e ocupações, grupos oprimidos contestam a violência estrutural do Estado e do capital. Apesar dos avanços, os **direitos humanos** são aplicados de forma seletiva, como evidenciado pela violência sistemática contra povos indígenas. O movimento *Black Lives Matter* tornou-se paradigmático ao expor a violência racial sistêmica, inspirando lutas antirracistas globais e pressionando por mudanças institucionais, nos Estados Unidos.

No Brasil, os movimentos sociais têm desempenhado **papel fundamental na denúncia** e no **enfrentamento das múltiplas formas de violência** que atravessam a sociedade. Movimentos como o **MST** (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o **MTST** (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), o **movimento indígena** e o **movimento negro** lutam não apenas por terra, moradia e igualdade racial, mas também por dignidade, justiça social e pelo direito à vida. Suas ações revelam como a violência do Estado — seja por meio da omissão em garantir direitos, seja pela repressão direta — é enfrentada com resistência organizada. Ao ocupar espaços físicos e simbólicos, esses grupos tornam visíveis as feridas sociais escondidas por uma ideia de “normalidade” que beneficia apenas parcelas privilegiadas da população.



No 25 de novembro, Dia Internacional de Combate à Violência Contra as Mulheres, mulheres Sem Terra realizam atividades de cuidados e afetos coletivos nas áreas do MST pelo país. Foto: Juliana Barbosa

Além disso, **movimentos feministas e LGBTQIA+** têm sido vozes potentes na luta contra as violências de gênero e as discriminações normativas impostas pela **sociedade patriarcal e heteronormativa**. As campanhas contra o **feminicídio**, a **violência doméstica** e a **transfobia**, por exemplo, têm ganhado força graças à mobilização coletiva que pressiona por políticas públicas específicas e educação para a igualdade. Essas iniciativas não apenas denunciam a violência, mas também propõem **novas formas de convivência baseadas no respeito às diferenças e na valorização da diversidade**. Assim, os movimentos sociais, ao articular denúncia e proposta, se consolidam como agentes de transformação social e de construção de uma sociedade mais justa e menos violenta.



Feita toda essa discussão à luz da sociologia, agora é hora de aprender mais sobre a estruturação do texto dissertativo-argumentativo na seção **Escrita Sociológica**. Vamos lá?!

O TEXTO DISSERTATIVO³⁹

Agora que você já compreende as partes do texto dissertativo-argumentativo está na hora de entender todas as partes articuladas, formando o todo, a tessitura do texto completa. Vamos aprender a articular essas partes a fim de escrevermos um texto organizado, fluido e adequado àquilo que o ENEM exige para que você tenha êxito na prova de redação e aprenda a expor seu ponto de vista de modo sistemático e objetivo. Vamos nessa?!

A estrutura dissertativo-argumentativa

Elaborar um texto dissertativo escrito deve sempre partir de um **plano de trabalho**, do qual fazem parte as informações e conceitos que vamos mobilizar, a posição crítica que queremos manifestar, o perfil da pessoa ou grupo a que nos dirigimos e o tipo de reação que nosso texto deve despertar. Em outras palavras: nosso texto dissertativo deve ser produzido de forma a satisfazer os objetivos que nos propusemos alcançar e, no caso de ENEM, precisamos saber exatamente qual a expectativa da banca.

É nesse contexto que o INEP desenvolveu a **Matriz de Referência de Avaliação da Redação do ENEM**, cuja finalidade maior é permitir à banca reconhecer 5 dimensões do texto do estudante que lhe conferem um determinado nível de letramento linguístico de informacional: são as 5 Competências que o estudante deve demonstrar em sua redação. Vamos relembra-los o que nos revela a Cartilha de Redação do Participante do ENEM 2023:

Competência	Descrição
I	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
II	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
III	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
IV	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
V	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Fonte: A Redação do ENEM 2024 – Cartilha do(a) Participante, p. 8.

Ao analisar os verbos com que os descritores foram concebidos, percebemos que há uma orientação bem transparente sobre o que a banca espera que o candidato inscrito no ENEM seja capaz de realizar, enquanto produtor da redação. Essa transparência é essencial para que haja uma preparação mais assertiva do estudante.

³⁹ Na **Seção Violência: Acesse+**, você vai encontrar um minicurso gratuito sobre o gênero textual Redação Dissertativo-Argumentativa e poderá aprofundar ainda mais seus conhecimentos.

Agora que você já sabe o que será avaliado, fica mais fácil demonstrar as **Competências I e IV** pela linguagem dissertativa, escolha e uso de vocabulário e regras gramaticais; a **Competência II** pela mobilização do repertório sociocultural e pela estrutura dissertativo-argumentativa empregada; a **Competência III** pela argumentação elaborada; a **Competência V** pela capacidade de analisar causas e consequências de problemas associados a fenômenos sociais.

A estrutura da dissertação Argumentativa e seus Elementos

Existe uma forma já consagrada para a organização desse tipo de texto, que consiste em estruturarmos o material de que dispomos em três partes principais: a **introdução**, o **desenvolvimento** e a **conclusão**. Você já conhece e exercitou as três partes separadamente. Vamos relembrar na tabela abaixo algumas informações importantes.

Parte	Características
Introdução	A introdução é o primeiro parágrafo da redação e precisa apresentar o tema de forma clara e objetiva, mostrando ao leitor qual será o foco da discussão. Ela funciona como um roteiro que indica o caminho que o texto vai seguir, delimitando os aspectos que serão abordados. Para chamar a atenção, você pode começar com uma tese (sua posição sobre o assunto), uma afirmação impactante que será desenvolvida depois, ou até mesmo uma pergunta que será respondida ao longo da redação. O importante é que, ao final da introdução, fique evidente qual é o tema e como ele será tratado nos parágrafos seguintes, preparando o leitor para o desenvolvimento das ideias.
Desenvolvimento	O desenvolvimento é o coração da redação, onde você expande e aprofunda as ideias anunciadas na introdução. Nessa parte, você organiza e desenvolve seus argumentos de forma progressiva e bem fundamentada, apresentando informações, conceitos e dados que sustentem seu ponto de vista. Cada parágrafo deve abordar um aspecto específico do tema, sempre mantendo conexão clara com a introdução e avançando de forma lógica na discussão. A estrutura pode variar conforme o conteúdo e a abordagem, mas o essencial é que os argumentos sejam apresentados de maneira coerente e bem articulada, garantindo que o leitor acompanhe seu raciocínio de forma clara e convincente.
Conclusão	A conclusão é o fechamento do texto, onde você retoma de maneira breve e impactante os principais pontos discutidos, reforçando sua tese central. Além de sintetizar o que foi apresentado, esse parágrafo deve apresentar proposta concreta de intervenção para o problema abordado, sem ferir os direitos humanos. É importante que essas sugestões sejam viáveis e bem articuladas, sem soar como previsões ou soluções milagrosas, mantendo sempre o tom objetivo e coerente com o restante da redação (o projeto de texto).

Fonte: o autor.

Observe que cada uma dessas três partes que compõem o texto dissertativo se relaciona com as outras, preparando-as ou retomando-as. É um procedimento que conhecemos como **coesão e coerência textual** e envolve os conceitos de **repetição**, **progressão**, **não-contradição** e **relação**: o texto se tece acrescentando àquilo que já foi dito o que se vai dizer. Assim, convém lembrar o que cada um desses princípios de coesão e coerência quer dizer:

a) **Repetição**: Uso estratégico de palavras ou ideias já mencionadas para reforçar a argumentação e manter o foco no tema, por exemplo, retomando o termo “violência estrutural” ao longo do texto para enfatizar seu impacto.

b) **Progressão**: Avanço lógico das ideias, adicionando informações novas que desenvolvem o tema sem repetir o mesmo conteúdo, por exemplo, apresentando um dado estatístico após uma teoria para comprovar sua relevância.

c) **Não-contradição**: Manter a consistência das ideias, evitando argumentos que se anulem ou conflitem entre si. Um exemplo seria defender a redução da maioria penal em um parágrafo e criticá-la em outro.

d) **Relação:** Conexão explícita entre as partes do texto (introdução, desenvolvimento e conclusão) por meio de conectivos (operadores argumentativos inter e intraparágrafo) e referências evidentes. Usar “Portanto” para ligar a análise à proposta de intervenção na conclusão é um exemplo comum.

Portanto, esses princípios garantem que o texto seja **coeso** (bem ligado) e **coerente** (lógico e claro). Vale ressaltar que, paralelamente, é essencial dominar certos recursos linguísticos que funcionam como a “espinha dorsal” da argumentação. Conjunções e locuções conjuntivas (como “no entanto”, “além disso”, “por conseguinte”) ajudam a conectar ideias de forma lógica. Expressões como “é fundamental”, “é inegável” ou “convém destacar” permitem avaliar e enfatizar informações com precisão. Advérbios de avaliação (“felizmente”, “infelizmente”, “evidentemente”) também contribuem para expressar posicionamentos críticos. Esses elementos, quando usados adequadamente, garantem clareza, coerência e força persuasiva ao texto, características essenciais para uma boa dissertação.

Técnica de redação – esquema básico de dissertação

O **esquema básico de dissertação**, também chamada de *desmembramento do parágrafo-chave*, é uma estratégia de organização das ideias do texto a partir de um parágrafo introdutório que funciona como uma síntese do que será dito com mais detalhes nos parágrafos de desenvolvimento e na conclusão. A introdução, além de expor o ponto de vista do estudante, funciona como um roteiro a ser seguido, pois apresenta sinteticamente a fundamentação do ponto de vista e sugere a necessidade de uma intervenção social.

Esquema Básico de Dissertação

1º Parágrafo	Frase inicial: pressuposto como ponto de vista sobre o tema + Argumento 1 + Argumento 2 + Frase de conclusão.	Introdução
2º Parágrafo	Expressão inicial + Frase inicial com a retomada e desenvolvimento do Argumento 1 + Frases de desenvolvimento com o detalhamento (ampliação e/ou justificativas).	Desenvolvimento
3º Parágrafo	Expressão inicial + Frase inicial com a retomada e desenvolvimento do Argumento 2 + Frases de desenvolvimento com o detalhamento (ampliação e/ou justificativas).	
4º Parágrafo	Expressão inicial + Frase inicial com a retomada da necessidade de intervenção (quem e o que será feito) + Frases de desenvolvimento (Como / Por meio de que a ação será executada) + frase de conclusão (Consequência da ação).	Conclusão

Fonte: o autor.

Para apresentar essa técnica, vamos fazer uso do tema da redação do ENEM 2003: “A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo?”.

Como aplicar essa técnica?⁴⁰

Dado o tema “**A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo?**”, sua primeira providência deve ser criar um pressuposto a partir deste tema em uma folha de rascunho e fazer a pergunta: **POR QUÊ?**. Esse pressuposto deve ser o seu ponto de vista sobre o tema proposto. Isso ajudará no desenvolvimento da técnica. Exemplo de pressuposto:

Um dos maiores problemas do Brasil é o crescimento da violência em vários setores da sociedade.

Antes de começar a escrever, reflita sobre o tema proposto e tente resgatar todo o conhecimento que você já possui sobre ele – seja por leituras, discussões ou experiências pessoais. Mesmo que o assunto pareça novo, é muito provável que você já tenha algum repertório sobre o assunto, que servirá como base para sua argumentação. Essa primeira etapa de levantamento mental é fundamental para organizar suas ideias antes de colocá-las no papel.

Para desenvolver uma dissertação completa sobre o tema, é essencial formular dois ou três argumentos principais – que nada mais são do que possíveis respostas para o problema apresentado⁴¹. Assim, já teríamos o **primeiro argumento**:

A violência descontrolada ameaça diariamente a segurança e a dignidade da população brasileira.

Pensando um pouco mais nos problemas que enfrentamos com a violência no Brasil, poderíamos formular o **segundo argumento**:

O custo econômico da violência sobrecarrega os sistemas de saúde e reduz o potencial produtivo do país.

Para finalizar o parágrafo introdutório, devemos apontar a necessidade de uma **proposta de intervenção social**, destacando algum ou alguns **agentes** capazes de promover essa intervenção. Nesse caso, eis alguns agentes capazes de promover intervenção social contra a violência no Brasil:

a) **Estado (Governo Federal/Estadual/Municipal)** – ação possível: Implementar políticas públicas de redistribuição de renda (como ampliação do Bolsa Família) e investir em educação integral em áreas vulneráveis;

b) **Escolas e Universidades Públicas** – ação possível: Projetos de mediação de conflitos e formação cidadã, com abordagem antirracista e de gênero;

c) **Mídia e Redes Sociais** – ação possível: Campanhas que desnaturalizem a violência e promovam culturas de paz; e

d) **Organizações da Sociedade Civil (ONGs, Coletivos)** – ação possível: Frentes de acolhimento a vítimas e programas de profissionalização para jovens em risco.

Nesse caso, teríamos a seguinte frase de conclusão:

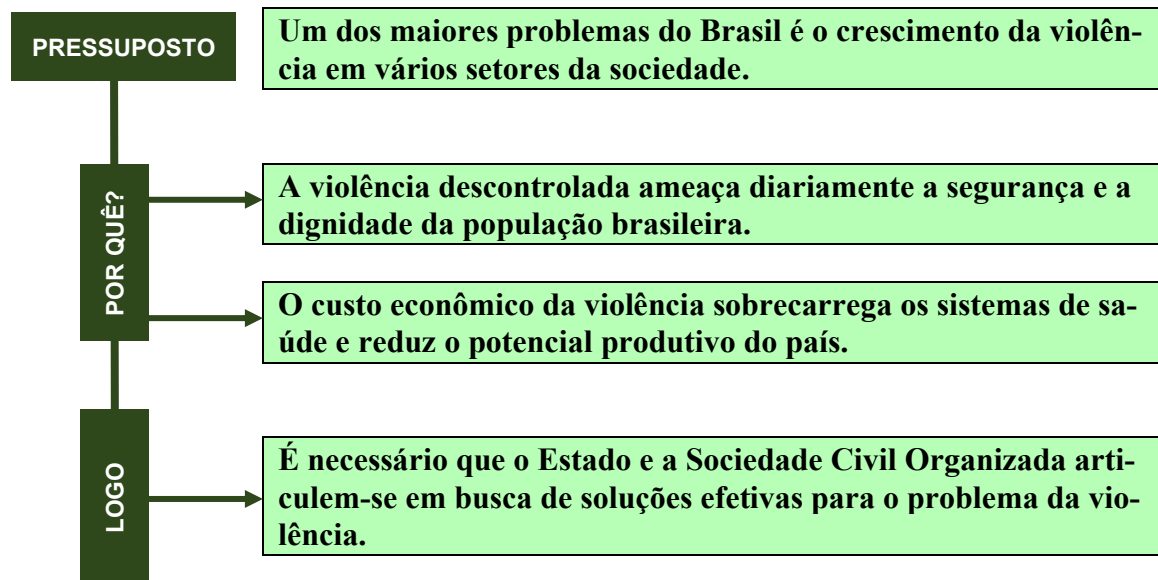
⁴⁰ Num primeiro momento, você vai pensar que já vimos essa técnica antes. De fato, ela é a mesma técnica de elaboração de parágrafo estudada no Capítulo Intolerância Religiosa. Aqui, porém, ela terá outra aplicação: a elaboração da dissertação inteira.

⁴¹ Consolidou-se nas redações do ENEM o uso de apenas dois argumentos no desenvolvimento do texto, chamados por professores e estudantes de D1 e D2, isto é, Desenvolvimento 1 e Desenvolvimento 2.

É necessário que o Estado e a Sociedade Civil Organizada articulem-se em busca de soluções efetivas para o problema da violência.

É claro que você pode encontrar outros argumentos, como *o impacto da segurança pública* ou *da educação na violência*, o importante é que esses argumentos se conectem com o tema e entre si, complementando-se.

Viu como foi fácil? Isso porque o seu cérebro está extremamente acostumado a responder perguntas iniciadas por “POR QUE”. Por isso, o raciocínio é familiar e você começa a pensar no assunto com mais fluidez. Assim podemos esquematizar:



Agora podemos escrever a introdução na forma de parágrafo, fazendo uso dos operadores argumentativos necessários para dar coesão e coerência ao texto.

Um dos maiores problemas do Brasil é o crescimento da violência em vários setores da sociedade, uma vez que a violência descontrolada ameaça diariamente a segurança e a dignidade da população brasileira e, além disso, o seu custo econômico sobrecarrega os sistemas de saúde e reduz o potencial produtivo do país. Logo, é necessário que o Estado e a sociedade civil organizada articulem-se em busca de soluções efetivas para esse problema.

Para articular as informações, dando-lhes coerência e coesão, iniciamos a abertura dos argumentos com *uma locução conjuntiva de causa/explicação* “**uma vez que**” e conectamos os dois argumentos usando a *conjunção aditiva* “**e**” e a *expressão denotativa de inclusão* “**além disso**”, com a devida pontuação. Por fim, iniciamos a frase de conclusão com a *conjunção conclusiva* “**logo**”, enfatizando o término do parágrafo introdutório.

Com os dois argumentos estabelecidos e a introdução pronta, vamos agora desmembrá-la para dar seguimento ao texto, de acordo com a estratégia do Esquema Básico de Dissertação. Vamos lá?!

O próximo passo é escrever uma frase inicial capaz de retomar a primeira resposta dada, ou seja, o primeiro argumento, porém sem repetir a frase, use apenas uma expressão ou **palavra-chave** para isso. Além disso, inicie o parágrafo com a um **operador argumentativo interparágrafos**, isto é, com um conectivo capaz de estabelecer uma relação de significado entre os parágrafos. Pode ser a expressão “**Em primeira análise**”, pois ela denota uma relação sequencial de explicação entre os parágrafos. Vejamos como ficaria o parágrafo usando uma técnica já estudada por nós: a citação.

Frase inicial com a retomada do argumento 1 por repetição de palavra-chave.

[Em primeira análise, a violência descontrolada que afeta o Brasil, ultrapassa os limites das agressões físicas e se manifesta de forma estruturante nas relações sociais.]
[Segundo o sociólogo Johan Galtung, a violência estrutural ocorre quando as instituições sociais negam o acesso equitativo a direitos fundamentais, como saúde, educação e segurança, o que perpetua desigualdades históricas e torna a vulnerabilidade uma condição naturalizada para parcelas da população. Nesse sentido, a violência não se limita a atos isolados, mas se configura como parte do funcionamento cotidiano das estruturas sociais.]
[Complementarmente, Zygmunt Bauman adverte que, na modernidade líquida, “a violência escorre pelas frestas das estruturas frágeis e desreguladas da convivência humana”, revelando como a insegurança e o medo se espalham de maneira difusa e imprevisível.]
[Assim, compreender a violência como um fenômeno multifacetado e sistemicamente enraizado é passo essencial para combatê-la com efetividade e justiça.]

As frases de desenvolvimento trazem as citações e suas análises.

A frase de conclusão amarra as ideias com uma reflexão final.

O parágrafo construído aqui usa o **argumento de autoridade** que foi concebido por meio da técnica uso de **citação (indireta e direta)**, a legitimidade do repertório sociocultural apresentado se dá pelo uso de representantes da área da Sociologia, conforme orientação do próprio INEP, quando diz que o repertório pode ser legitimado tanto fazendo “referência a nomes de autores, filósofos, poetas, livros, obras, peças, filmes, esculturas, músicas etc.”, quanto “a Áreas do Conhecimento e/ou seus profissionais, como Sociologia / sociólogos, Filosofia / filósofos, Literatura / escritores / poetas / autores, Educação / educadores, Medicina / médicos, Linguística / linguistas etc.” (INEP, 2019)⁴². Nesse sentido, foram mobilizados os Sociólogos Johan Galtung e Zygmunt Bauman, com seus conceitos de “violência estrutural” e “modernidade líquida”.

⁴² Na Seção Acesse+, você encontrará um QR Code para acessar os Manuais de Formação de Corretores de 2019 divulgados pelo INEP e poderá se aprofundar mais sobre como ocorre o processo de correção das redações e que referências são utilizadas para isso.

Já a coesão e a coerência foram construídas a partir da utilização de operadores argumentativos intraparágrafo e expressões, como as *conjunções* “e” indicando a soma de ideias, “**quando**” indicando temporalidade, “**como**” indicando exemplificação, “**Nesse sentido**” indicando pertinência, “**mas**” indicando adição de ideias, “**Complementarmente**” indicando inclusão de ideias, “**Assim**” indicando conclusão e “**para**” indicando finalidade.



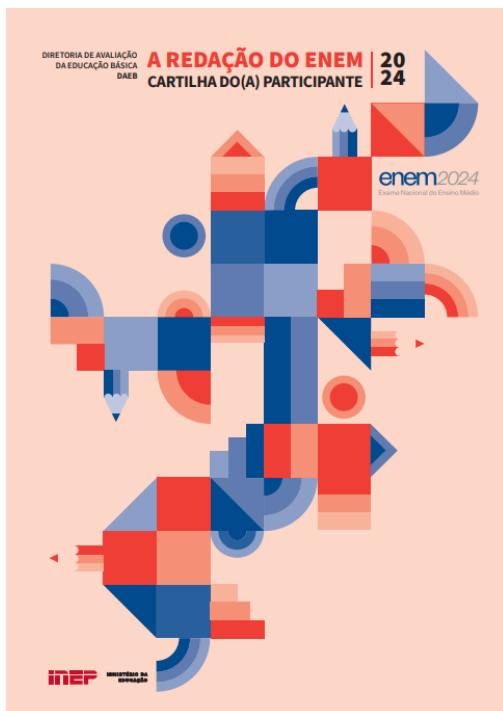
OBSERVAÇÃO: Entenda que quanto mais conhecimento sobre conjunções, advérbios, palavras e expressões denotativas você tiver, maior será a sua competência para dizer o que pensa de forma mais objetiva e adequada à norma padrão da língua portuguesa. Lembre-se de acessar o e-book “Operadores Argumentativos” na Seção *Intolerância Religiosa*: Acesse+.

Agora vamos elaborar o terceiro parágrafo a partir da retomada do argumento 2: “O custo econômico da violência sobrecarrega os sistemas de saúde e reduz o potencial produtivo do país”. Como na prova de redação do ENEM há textos de apoio e, alguns deles trazem dados, números, estatísticas, como os números que apareceram na tabela usada como texto de apoio na proposta de redação de tema que estamos trabalhando “A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo?” (ENEM 2023). Veja abaixo o infográfico usado na prova:



(Época, 02.06.03)

Convém lembrar que, os textos de apoio apenas orientam a análise do tema e fornecem informações preliminares ao candidato. Veja o que é dito na Cartilha do Participante ENEM 2024:



Os textos motivadores ajudam você a refletir sobre a temática proposta e podem ser de grande ajuda, em especial se for um tema sobre o qual você não tenha muito domínio. No entanto, fica evidente, nessa instrução da proposta de redação, que você deve se basear nos “conhecimentos construídos ao longo de sua formação”, ou seja, sua redação precisa articular informações e ideias que extrapolem os textos motivadores. Nesta Cartilha, chamamos isso de repertório sociocultural. (Brasil, 2024, p. 35)

No comando “Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação” que aparece nas propostas de redação das provas do ENEM, fica evidente que o candidato, para ter notas mais elevadas na Competência II, precisa apresentar um repertório sociocultural diversificado: o **repertório sociocultural legitimado**.

Agora, vamos à elaboração do terceiro parágrafo.

Frase inicial com a retomada do argumento 2 por uso de expressão sinônima..

Em segunda análise, convém destacar que a violência representa não apenas uma tragédia social, mas também um entrave econômico, ao exigir gastos crescentes com saúde e ao limitar o desenvolvimento produtivo.] [A crescente demanda por atendimentos médicos decorrentes de ferimentos causados por agressões, acidentes com armas de fogo ou conflitos urbanos compromete a capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde, desviando recursos que poderiam ser destinados à prevenção e promoção da saúde coletiva. Ademais, a violência crônica impõe barreiras ao desenvolvimento ao afastar investidores, encarecer seguros e gerar perdas significativas no mercado de trabalho, sobretudo com o afastamento precoce de jovens em idade produtiva. De acordo com o Ipea, o impacto financeiro da violência no Brasil representa mais de 5% do PIB, valor que poderia ser redirecionado para políticas públicas estruturantes. Nesse contexto, a persistência de uma lógica punitivista, centrada na repressão, revela-se ineficaz diante das raízes sociais e históricas do problema.]

As frases de desenvolvimento mobilizam informações e dados que vão além das informações contidas nos textos de apoio, sobretudo nas do infográfico.

Aqui o parágrafo desenvolve da seguinte forma: a frase inicial “*Em segunda análise, o custo econômico da violência sobrecarrega os sistemas de saúde e reduz o potencial produtivo do país*” cumpre a função de **tópico frasal**, introduzindo de maneira objetiva e direta o eixo argumentativo do parágrafo. O uso da expressão “**Em segunda análise**” indica sequência lógica em relação a um parágrafo anterior, garantindo **coesão interparágrafos**.

A técnica usada para o desenvolvimento do parágrafo foi outra técnica estudada por nós: **Causa/Consequência**, visto que a argumentação se desdobra com base em relações causais bem estabelecidas. A violência, além de ser um problema social, é apresentada como fator de impacto sobre a saúde pública e a economia. As expressões “*a crescente demanda por atendimentos médicos*”, “*desviando recursos*” e “*compromete a capacidade de resposta*” mostram conexões claras entre a violência e a sobrecarga do SUS promovendo essa relação e dando **continuidade e progressão** à análise do tema proposto. Além disso, o argumento é aprofundado ao se destacar que a violência afeta também o setor produtivo, com destaque para investimentos, seguros e mercado de trabalho. Há um refinamento da tese com foco nos efeitos indiretos e sistêmicos da violência, enriquecendo a análise.

Por fim, a inclusão do dado do Ipea “*mais de 5% do PIB*” confere **fidedignidade** ao argumento, poso que o dado estatístico é bem interpretado e inserido de forma funcional, não apenas ilustrativa, sendo usado para reforçar a ideia de distorção nas prioridades orçamentárias do Estado.

Os mecanismos coesivos fortaleceram a argumentação, pois, com uso eficaz de operadores argumentativos intraparágrafo, como as expressões denotativas de inclusão, de destaque e de contextualização “*ademais*”, “*sobretudo*”, “*nesse contexto*”, respectivamente; o uso de conjunções como “*e*”, “*não só... mas também...*” (adição de ideias), “*ou*” (alternância de ideias), “*de acordo com*” (conformidade) — garantiram uma progressão fluida e lógica entre as partes do argumento.

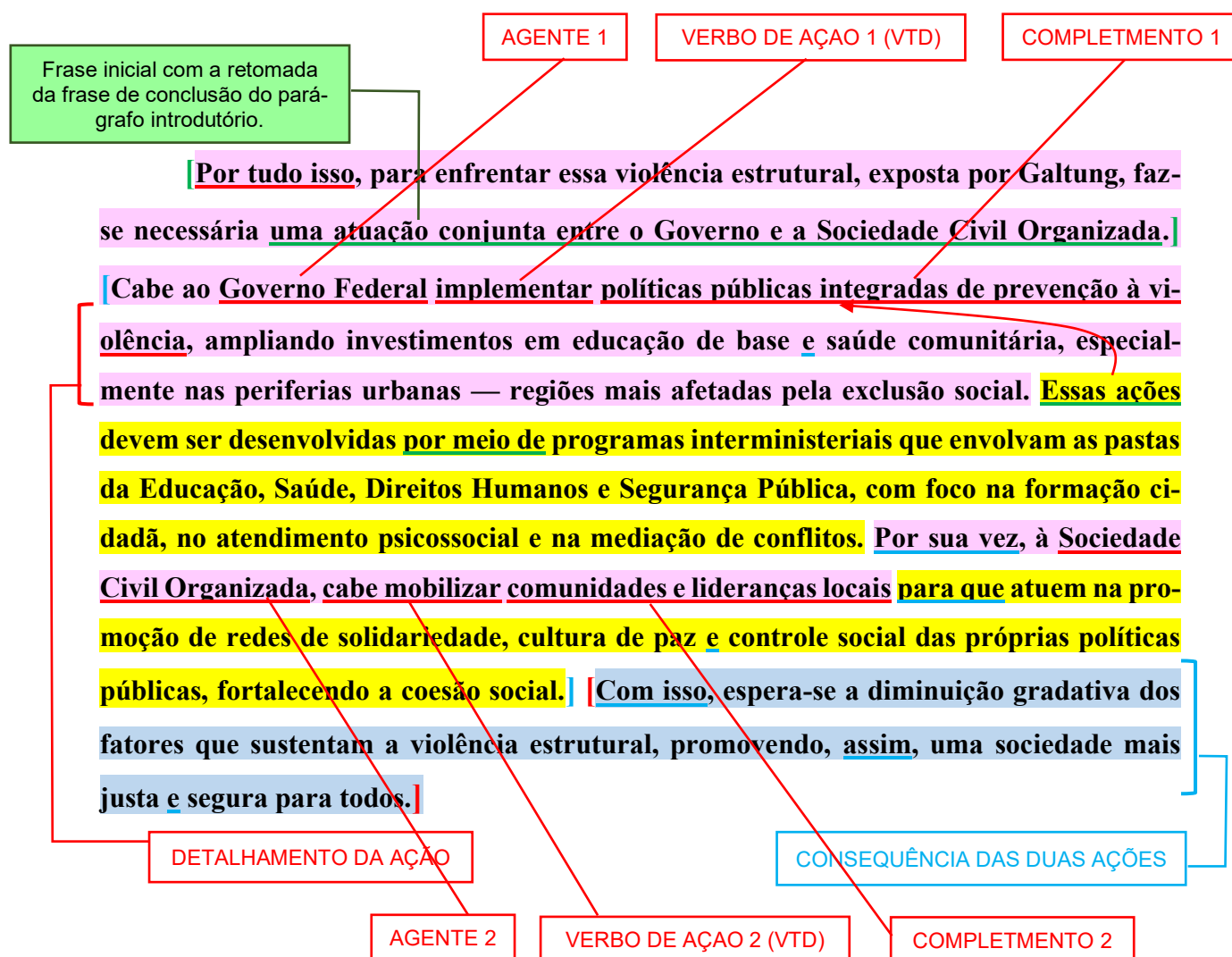
Bem... já temos a introdução e os dois parágrafos de desenvolvimento. Falta-nos a nossa conclusão. E, nesse momento, vamos lembrar que você já tem uma base muito consolidada sobre como elaborar a conclusão-solução, com uma proposta de intervenção completa, conforme exige a orientação do INEP. Vamos começar?

Primeiramente, você deve lembrar que, no parágrafo introdutório, a frase de conclusão apontou para a necessidade de uma intervenção, uma vez que o tema proposto traduz um problema e exige a apresentação de caminhos para “mudar esse jogo” que a violência parece estar ganhando. Vamos reler a introdução que elaboramos:

Um dos maiores problemas do Brasil é o crescimento da violência em vários setores da sociedade, uma vez que a violência descontrolada ameaça diariamente a segurança e a dignidade da população brasileira e, além disso, o seu custo econômico sobrecarrega os sistemas de saúde e reduz o potencial produtivo do país. Logo, é necessário que o Estado e a sociedade civil organizada articulem-se em busca de soluções efetivas para esse problema.

Observe que, na frase de conclusão, dois agentes são chamados para a elaboração de uma ação interventiva. Portanto, vamos pensar em tudo o que foi dito e, a partir disso, vamos esquematizar nossa conclusão respondendo àquelas perguntas: a) O que será feito? b) Quem vai fazer? c) Como e/ou por meio de que a ação será realizada? d) Qual/quais a(s) consequência(s) disso? Ademais, lembre-se de que um desses elementos deve ser detalhado para a proposta de

intervenção ser considerada completa. Sendo assim, vamos iniciar com o operador argumentativo “Por tudo isso”.



A **proposta de intervenção** formulada atende plenamente aos critérios da **Competência V** da redação do ENEM, uma vez que se mostra coerente com o tema discutido ao longo do texto e com os argumentos desenvolvidos, especialmente ao retomar o conceito de *violência estrutural* de Johan Galtung. A sugestão de uma atuação conjunta entre o **Governo Federal** e a **Sociedade Civil Organizada** revela domínio sobre a identificação de **agentes sociais** competentes para agir em diferentes esferas. A **ação interventiva** é concreta e viável, centrada na implementação de políticas públicas preventivas com foco em educação de base e saúde comunitária, especialmente em regiões periféricas, o que demonstra conhecimento prático e sensibilidade social. Os **meios de execução** estão claramente definidos, com destaque para programas interministeriais articulados entre diferentes pastas, além da mobilização de lideranças comunitárias pela sociedade civil, o que assegura capilaridade e legitimidade à proposta. Por fim, o **efeito esperado** — a redução gradativa da violência estrutural e o fortalecimento da coesão social — é apresentado de modo consistente, sendo reforçado por detalhes que ampliam a clareza e a eficácia da intervenção sugerida.

Quanto à **coesão** e à **coerência**, aspectos fundamentais do texto, o parágrafo de conclusão demonstra domínio claro dos **mecanismos de coesão** e assegura coerência com o restante do texto. A expressão inicial “**Por tudo isso**” estabelece um elo lógico com os argumentos desenvolvidos nos parágrafos anteriores marcando o início da conclusão do texto, retomando de forma sintética a discussão da violência estrutural. A **progressão interna** do parágrafo também se mostra bem articulada: o uso de expressões e conectores como “**Cabe ao Governo Federal**”, “**Essas ações devem ser desenvolvidas**”, “**Por sua vez**” e “**Com isso**” assegura a **ordenação sequencial e funcional** dos elementos da intervenção. Há fluidez na passagem entre os **agentes sociais**, as **ações propostas**, os **meios de execução** e os **efeitos esperados**, o que favorece a coerência global do raciocínio. Além disso, o uso repetido e intencional de termos-chave como “**violência estrutural**”, “**políticas públicas**” e “**coesão social**” reforça a unidade temática e evita ambiguidades. Assim, o parágrafo final não apenas conclui o texto com clareza, mas reafirma e costura os elementos principais da argumentação, conferindo coesão referencial e coerência lógica à proposta como um todo.



OBSERVAÇÃO: Vale a pena retomar a técnica de elaboração do parágrafo de conclusão, estudada por nós no capítulo Relações Sociais. Assim, você poderá relembrar conceitos e ações importantes para a elaboração da conclusão-solução.

Agora, para finalizar essa parte de nosso estudo, vamos ver como fica a redação completa logo abaixo, com alguns destaques para melhor compreensão.

Um dos maiores problemas do Brasil é o crescimento da violência em vários setores da sociedade, uma vez que a violência descontrolada ameaça diariamente a segurança e a dignidade da população brasileira e, além disso, o seu custo econômico sobrecarrega os sistemas de saúde e reduz o potencial produtivo do país. Logo, é necessário que o Estado e a sociedade civil organizada articulem-se em busca de soluções efetivas para esse problema.

Em primeira análise, a violência descontrolada que afeta o Brasil, ultrapassa os limites das agressões físicas e se manifesta de forma estruturante nas relações sociais. Segundo o sociólogo Johan Galtung, a violência estrutural ocorre quando as instituições sociais negam o acesso equitativo a direitos fundamentais, como saúde, educação e segurança, o que perpetua desigualdades históricas e torna a vulnerabilidade uma condição naturalizada para parcelas da população. Nesse sentido, a violência não se limita a atos isolados, mas se configura como parte do funcionamento cotidiano das estruturas sociais. Complementarmente, Zygmunt Bauman adverte que, na modernidade líquida, “a violência escorre pelas frestas das estruturas frágeis e desreguladas da convivência humana”, revelando como a insegurança e o medo se espalham de maneira difusa e imprevisível. Assim, compreender a violência como um fenômeno multifacetado e sistemicamente enraizado é passo essencial para combatê-la com efetividade e justiça.

Em segunda análise, convém destacar que a violência representa não apenas uma tragédia social, mas também um entrave econômico, ao exigir gastos crescentes com saúde e ao limitar o desenvolvimento produtivo. A crescente demanda por atendimentos médicos decorrentes de ferimentos causados por agressões, acidentes com armas de fogo ou conflitos urbanos compromete a capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde, desviando recursos que poderiam ser destinados à prevenção e promoção da saúde coletiva. Ademais, a violência crônica impõe barreiras ao desenvolvimento ao afastar investidores, encarecer seguros e gerar perdas significativas no mercado de trabalho, sobretudo com o afastamento precoce de jovens em idade produtiva. De acordo com o Ipea, o impacto financeiro da violência no Brasil representa mais de 5% do PIB, valor que poderia ser redirecionado para políticas públicas estruturantes. Nesse contexto, a persistência de uma lógica punitivista, centrada na repressão, revela-se ineficaz diante das raízes sociais e históricas do problema.

Por tudo isso, para enfrentar essa violência estrutural, exposta por Galtung, faz-se necessária uma atuação conjunta entre o Governo e a Sociedade Civil Organizada. Cabe ao Governo Federal implementar políticas públicas integradas de prevenção à violência, ampliando investimentos em educação de base e saúde comunitária, especialmente nas periferias urbanas — regiões mais afetadas pela exclusão social. Essas ações devem ser desenvolvidas por meio de programas interministeriais que envolvam as pastas da Educação, Saúde, Direitos Humanos e Segurança Pública, com foco na formação cidadã, no atendimento psicossocial e na mediação de conflitos. Por sua vez, à Sociedade Civil Organizada, cabe mobilizar comunidades e lideranças locais para que atuem na promoção de redes de solidariedade, cultura de paz e controle social das próprias políticas públicas, fortalecendo a coesão social. Com isso, espera-se a diminuição gradativa dos fatores que sustentam a violência estrutural, promovendo, assim, uma sociedade mais justa e segura para todos.

Legenda

	Tese
	Operadores argumentativos interparágrafos
	Argumento 1
	Argumento 2
	Conclusão
Negrito	Operadores argumentativos intraparágrafo

Alfabetização e letramento sociológico nos parágrafos

O **parágrafo de introdução** demonstra **alfabetização sociológica**, ao utilizar termos como violência, segurança, dignidade, Estado e sociedade civil organizada, mostrando domínio inicial da linguagem das Ciências Sociais. Entretanto, não alcança o **letramento sociológico**, já que apresenta o problema de forma descritiva e normativa, sem recorrer a conceitos ou teorias sociológicas específicas para explicá-lo. Assim, permanece no campo da alfabetização.

Já o **primeiro parágrafo de desenvolvimento** apresenta **alfabetização sociológica** e um **nível avançado de letramento sociológico**. A alfabetização aparece no uso de conceitos como violência estrutural, desigualdades históricas e modernidade líquida. O letramento se evidencia na mobilização de autores (Galtung e Bauman) para interpretar o fenômeno da violência, articulando teoria e realidade. A análise crítica vai além da descrição e mostra compreensão profunda, configurando letramento sociológico consistente.

O **segundo parágrafo de desenvolvimento**, por sua vez, mostra **alfabetização sociológica** ao usar termos como tragédia social, saúde coletiva, desenvolvimento produtivo e lógica punitivista, além de apoiar-se em dados do Ipea. Também apresenta **letramento sociológico**, uma vez que articula dimensões sociais, econômicas e políticas da violência, mostrando como o fenômeno afeta a saúde pública, o mercado de trabalho e a economia. A crítica à lógica punitivista revela uma análise que conecta dados empíricos às raízes sociais e históricas do problema, demonstrando uso crítico do conhecimento sociológico.

Por fim, o **parágrafo de conclusão** (a proposta de intervenção) une **alfabetização sociológica** e **letramento sociológico**. Enquanto a alfabetização está na apropriação de conceitos como violência estrutural, exclusão social, políticas públicas, sociedade civil organizada e coesão social; o letramento aparece na articulação desses conceitos com propostas concretas de ação, mostrando como teoria (Galtung) e prática (políticas públicas e mobilização social) podem se relacionar no enfrentamento do problema. Ao propor soluções integradas e fundamentadas, o texto avança para uma leitura crítica e aplicada da realidade, revelando letramento sociológico consistente.

Portanto, o texto mostra, de forma geral, uma progressão importante: começa com a **alfabetização sociológica**, quando utiliza a linguagem básica das Ciências Sociais para descrever o problema da violência, e avança para o **letramento sociológico**, ao mobilizar autores como Johan Galtung e Zygmunt Bauman, relacionar dados do Ipea e propor soluções que articulam Estado e sociedade civil. Essa evolução é um ponto muito positivo, pois indica que você não apenas domina conceitos, mas já consegue aplicá-los de forma crítica para interpretar a realidade brasileira. A consolidação do letramento sociológico acontece justamente quando teoria, dados e prática social aparecem juntos para explicar e pensar caminhos de enfrentamento para a violência estrutural.

Agora chegou a hora de praticar. É com vocês a prova de fogo! Na **4ª Prática de escrita sociológica**, você vai, enfim, aplicar tudo o que aprendeu até aqui (e olhe: não foi pouca coisa não!!!). Então, mãos à obra!

PRIMEIRA PROPOSTA DE REDAÇÃO – POSSIBILIDADE DE TEMA ENEM 2025

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 (trinta) linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.
4. Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “texto insuficiente”;
 - 4.2. fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto;
 - 4.4. apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I



Fonte: Adaptado de Telma Vinha et al. (2023); Grupo de Trabalho de Especialistas em Violência nas Escolas, (MEC, 2023) e levantamento desta consultoria.

TEXTO II

A perspectiva da UNESCO

“Ambientes escolares marcados por violência prejudicam diretamente o aprendizado, pois geram medo, evasão e dificuldades emocionais. A violência compromete a autoestima dos alunos e enfraquece o vínculo com a escola, afetando seu desempenho e sua permanência no sistema educacional”.

(UNESCO Brasil, Relatório de Educação e Cidadania, 2022)

TEXTO III

A escola como espaço de reprodução de desigualdades

“[...] A violência simbólica pode se manifestar em práticas escolares cotidianas, como a desvalorização de culturas populares, o silenciamento de vozes periféricas ou o desprezo por identidades não hegemônicas. Isso também é uma forma de agressão, ainda que não física, e impacta diretamente a experiência dos estudantes com o saber”.

(Pierre Bourdieu, adaptado)

TEXTO IV

Atentados e radicalização juvenil

Em abril de 2023, o Brasil registrou um aumento preocupante nos casos de ataques violentos em escolas, motivando o governo federal a lançar o programa “Escola Segura”. Especialistas alertam para o risco da radicalização juvenil e para a disseminação de discursos de ódio em redes sociais, que têm sido catalisadores desses ataques.

Disponível em: Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckryl4epnpeo>

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Os impactos da violência escolar na formação dos estudantes”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

SEGUNDA PROPOSTA DE REDAÇÃO – POSSIBILIDADE DE TEMA ENEM 2025

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 (trinta) linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.
4. Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “texto insuficiente”;
 - 4.2. fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto;
 - 4.4. apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

TEXTO I

Dados da Organização Mundial da Saúde

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os transtornos mentais representam atualmente a principal causa de incapacitação entre adolescentes no mundo. O relatório “World Mental Health Report” (2022) alerta que o uso excessivo de telas, especialmente de redes sociais, está associado a distúrbios do sono, ansiedade e baixa autoestima entre os jovens.

Fonte: World Health Organization. World Mental Health Report: Transforming Mental Health for All. 2022.

TEXTO II

Reflexão sociológica: Byung-Chul Han

“O excesso de positividade da sociedade contemporânea, traduzido na pressão por performance, felicidade e exposição constante, conduz o indivíduo à exaustão. As redes sociais contribuem para a autovigilância e para a transformação do sujeito em seu próprio explorador”.

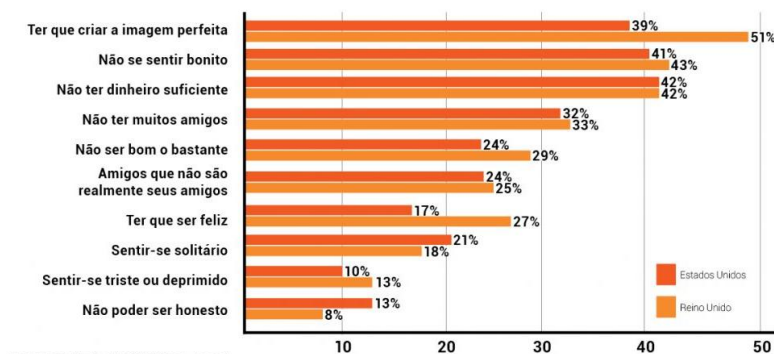
Fonte: HAN, Byung-Chul. A sociedade do cansaço. Petrópolis: Vozes, 2015

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO III

O QUE O INSTAGRAM DESPERTA?

De acordo com os resultados das pesquisas, questões como não se sentir bonito ou não ter dinheiro suficiente começam a aparecer entre os adolescentes com o uso da plataforma



TEXTO IV

Depoimento de educadora e psicóloga escolar

“A escola precisa ser um espaço que eduque não apenas para o uso da tecnologia, mas também para o autocuidado e o bem-estar emocional. Muitos jovens não têm maturidade emocional para lidar com a hiperexposição e o ritmo acelerado das redes. Isso exige políticas públicas e ações pedagógicas de acolhimento e orientação”.

Fonte: Entrevista com Carla Martins, psicóloga educacional, concedida à revista Nova Escola, abr. 2023.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**A influência da tecnologia sobre a saúde mental dos jovens**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.⁴³

⁴³ Há na **Seção Respostas Sugeridas** uma redação produzida para ilustrar cada tema.

Construa seu Repertório! Pesquise!

Na redação do ENEM e dos Vestibulares, é preciso ter um diversificado Repertório Sociocultural.



Músicas: *A Violência Travestida Faz Seu Trottoir*, Engenheiros do Hawai ▪ *Jesus Não Tem Dentês No País Dos Banquelas*, *Estado violência*, *Polícia*, *Titãs* ▪ *Criminalidade*, Edson Gomes ▪ *Maria de Vila Matilde*, Douglas Germano ▪ *100% Feminista*, MC Carol (part. Karol Conka, Leo Justi e Tropkillaz) ▪ *Respeita*, Ana Cañas ▪ *Faroeste Caboclo*, Legião Urbana ▪ *Diário de um De-tento*, *Formula Mágica de Paz*, *Negro Drama*, *Mágico de Oz*, Racionais MC's ▪ *Rap do Silva*, Bob Rum e DJ Marlboro ▪ *Cidadão*, Zé Ramalho ▪ *Três irmãos*, Raimundo Fagner e Zeca Baleiro ▪ *Haiti*, Caetano Veloso e Gilberto Gil ▪ *Triste*, *Louca ou Má*, Francisco, El Hombre (part. Larissa Baq, Helena Maria, Salma Jô e Renata Éssis)



Livros: *A vez e a voz das crianças*, de Adriana Friedmann ▪ *Um feminismo decolonial*, de Françoise Vergès ▪ *Os Meninos são a Cura do Machismo*, de Nana Queiroz ▪ *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus ▪ *Tudo Sobre o Amor*, de bell hooks ▪ *A paixão segundo G.H.*, de Clarice Lispector ▪ *Insubmissas lágrimas de mulheres*, de Conceição Evaristo ▪ *A Vida do Cão do Requis*, de Marcelo Barbosa ▪ *Segurança pública e violência: O Estado Está Cumprindo seu Papel?*, de Renato Sérgio de Lima, Liana de Paula, e outros ▪ *Baralho de Vivências e Reações a Violência/bullying na Escola*, de Sabrina Martins Barroso ▪ *Milicianos: Como agentes formados para combater o crime passaram a matar a serviço dele*, de Rafael Soares e Flavio Flock ▪ *A Culpa é do Diabo: O que li, vivi e senti nas encruzilhadas do racismo religioso*, de Carolina Rocha ▪ *Sobre a violência*, de Hannah Arendt ▪ *Sobrevivendo no inferno*, de Racionais MC's



Filmes: *É assim que acaba*, dirigido por Justin Baldoni ▪ *Angela*, dirigido por Hugo Prata ▪ *Um Dia de Fúria*, dirigido por Joel Schumacher ▪ *Cidade de Deus*, dirigido por Fernando Meirelles e Kátia Lund ▪ *Carandiru*, dirigido por Héctor Babenco ▪ *Falcão – Meninos do Tráfico*, produzido por MV Bill, Celso Athayde e Centro de Audiovisual da Central Única das Favelas ▪ *Tropa de Elite e Tropa de Elite 2: O Inimigo Agora É Outro*, dirigidos por José Padilha ▪ *Silêncio das Inocentes*, dirigido por Ique Gazzola ▪ *Bacurau*, dirigido por Kleber Mendonça e Juliano Dornelles ▪ *Sete anos em maio*, dirigido por Affonso Uchôa ▪ *Lamarca*, dirigido por Sérgio Rezende ▪ *Marighella*, dirigido por Wagner Moura ▪ *Martírio*, dirigido por Vincent Carelli ▪ *Krenak, sobreviventes do vale*, dirigido por Andrea Pilar Marranquiel ▪ *Escute: a terra foi rasgada*, dirigido por Cassandra Mello e Fred Rahal



Podcast: *Brasil Partido: Em grupos da "machosfera", homens debatem reação ao feminismo e técnicas de sedução* ▪ *Pauta Pública #66 | Dos incels aos red pills: as redes de misoginia - com Marie Declercq* ▪ *SISMI Podcast - Tema: Combate à Violência Doméstica* ▪ *Podcast Não Ficção - Violência no Brasil tem solução?* ▪ *Podcast Fio da Meada - Cecilia Oliveira e como navegar a violência urbana no Brasil* ▪ *DW Brasil Revista - Por que casos de violência gratuita têm se tornado frequentes no Brasil?* ▪ *Podcast Não Ficção - A República das Milícias* ▪ *Podcast Saúde Sem Tabu - Violência contra a mulher: por que não denunciou antes?* ▪ *Nexo Jornal - Podcast Durma com Essa - Atrocidade na floresta: a violência que atinge o povo Yanomami* ▪ *PODCAST ADU - #Ep34 - O que está por trás da violência nas escolas* ▪ *Platitudes #25 - com Gabriela Prioli e Leandro Karnal - Machismo*



Sites: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/violencia-urbana-no-brasil.htm> ▪ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/12/atlas-veja-lista-com-os-estados-mais-e-menos-violentos-do-brasil.ghtml> ▪ <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15111-atlas-da-violencia-estima-que-51-726-homicidios-ficaram-sem-registro-no-brasil-entre-2012-e-2022> ▪ <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/> ▪ <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/violencia-urbana-no-brasil.htm> ▪ <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/> ▪ <https://www.politize.com.br/perfil-da-violencia/>

**SEÇÃO
ACESSE+**



Charges do Niniu

IBOM – Jornal de Bom Despacho – acervo do jornal



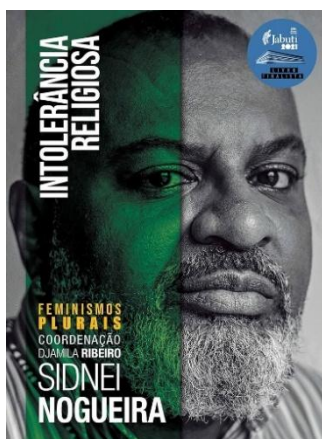
Cristiano Araújo, o talentoso artista de Bom Despacho, une texto e desenho de forma única em suas charges. Desde 2018, ele expõe seus trabalhos nas redes sociais com humor inteligente e críticas sociais que fazem rir e refletir. Agora, seu trabalho ganhou ainda mais destaque com o lançamento do livro **Charges do Niniu**. Acesse as redes sociais do **Charges do Niniu** e descubra um mundo de traços e ideias que vão surpreender você. Abra o QR Code ou clique no link abaixo.



[@ChargesDoNiniu](#)

Obra Intolerância Religiosa, de Sidinei Nogueira

Amazon/replicação.



Mestre e doutor em Linguística pela USP, o babalorixá Sidinei Nogueira traça um histórico da intolerância religiosa no Brasil e no mundo, destacando episódios como o Império Romano, a Idade Média e o Nazismo. Ele analisa a expressão "intolerância religiosa", usada hoje para descrever ideologias e atitudes ofensivas contra crenças e práticas não hegemônicas. Essas ações, aliadas à falta de respeito pela diversidade religiosa, configuram crimes de ódio que violam a liberdade e a dignidade humanas. Para saber mais sobre a obra "Intolerância Religiosa", de Sidinei Nogueira, abra o QR Code ou clique no link abaixo.

ou [Clique aqui](#).

Cartilha de Redação do Participante do ENEM 2017

Cartilha de redação do Inep
Foto: Divulgação



Acesse a Cartilha do Participante REDAÇÃO DO ENEM 2017 pelo QR Code abaixo ou [clique aqui](#) e tenha acesso a outras redações nota 1000 sobre o tema "Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil", com suas análises na íntegra.



Sociologia e Religião em Vídeos

Assista aos vídeos, clicando nos **links** ou acessando os **QR Codes** ao lado

Youtube/reprodução.



Sociologia e religião: visões de Weber, Marx e Durkheim. Prof. Dr. Dmitri...

120 mil visualizações • há 10 anos
27,9 mil inscritos Enga: 0% VPD: 33 SEO: 6/100

Nupes TV Nupes

As três principais escolas sociológicas e a religião: protestantismo e capitalismo em Max Weber, alienação e capitalismo em Karl ...



[VÍDEO 01](#)

Youtube/reprodução.



INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL | ProEnem

6 mil visualizações • Transmitido há 4 anos
1,49 mil de inscritos Enga: 0% VPD: 3.54 SEO: 3/100

ProEnem - Enem 2025

Vamos discutir juntos a questão da intolerância religiosa e das relações raciais no Brasil, guiados pelos professores Leandro ...



[VÍDEO 02](#)

Youtube/reprodução.



Religião - Instituições Sociais | SOCIOLOGIA 05 | salviano

11 mil visualizações • há 4 anos
29,9 mil inscritos Enga: 9% VPD: 6.43 SEO: 8/100

salviano feitoza

Abordaremos também a intolerância religiosa e fundamentalismo e as repercussões de tudo isso na vida em sociedade.



[VÍDEO 03](#)

Youtube/reprodução.



Interfaces do Racismo: Racismo Religioso

23 mil visualizações • há 6 anos

DPU

A campanha Interfaces do Racismo é composta por quatro mini-docum...

3 momentos RACISMO RELIGIOSO | Um dos ritual... ▾



[VÍDEO 04](#)

Aulas e Materiais Complementares de Técnicas de Redação

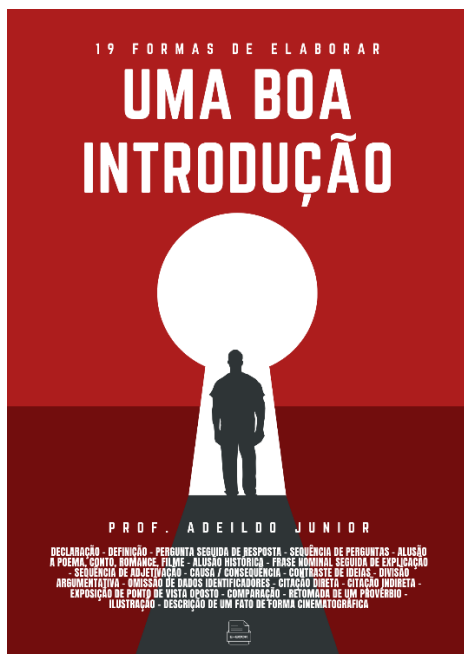
Youtube / reprodução / acervo do autor.



Clique no link ou acesse o QR Code para assistir a uma aula sobre como se aplica na prática a estrutura do parágrafo padrão.



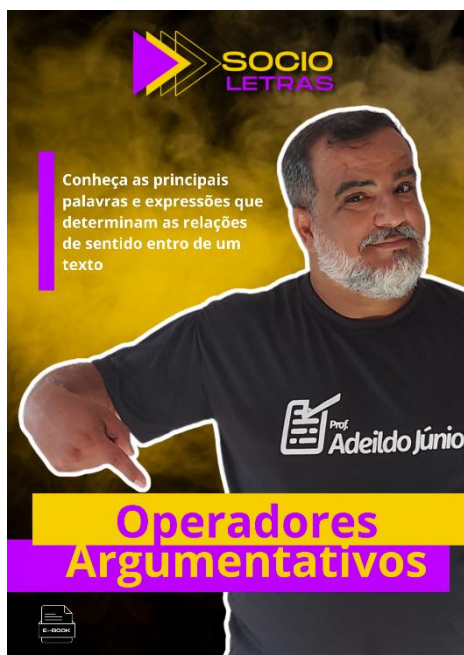
[Aula – Como elaborar um parágrafo padrão?](#)



Clique no link ou acesse o QR Code para acessar seu e-book sobre técnicas de elaboração de parágrafos para se aprofundar ainda mais no assunto.



[Acesse seu e-book aqui](#)



Clique no link ou acesse o QR Code para acessar seu e-book sobre técnicas de elaboração de parágrafos para se aprofundar ainda mais no assunto.

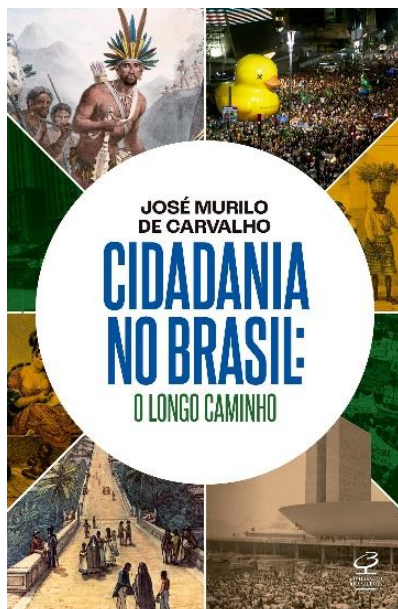


[Acesse seu e-book aqui](#)



Leia a obra de José Murilo Carvalho

Amazon / reprodução.

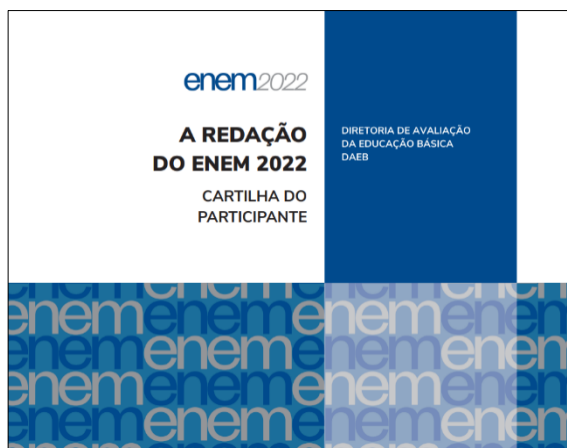


Abra o QR Code para acessar conhecer o livro ou [clique aqui](#).



Redações Nota 1000 – ENEM 2021

Cartilha de redação do Inep – Foto: Divulgação



Abra o QR Code ou [clique aqui](#) para acessar a Cartilha de Redação do Participante 2022, onde você encontrará as Redações Nota 1000 referentes à Prova de Redação da edição de 2021 do ENEM, cujo tema foi "Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil".



Sociologia e Cidadania em Vídeos

Clique nos links ou abra os QR Codes para assistir aos vídeos.

Youtube/reprodução.



CIDADANIA EM DIFERENTES SOCIEDADES E PENSADORES

9,6 mil visualizações • há 2 anos

Parabólica

Cidadania em diferentes sociedades e pensadores. Canal de lives: http://...

6 capítulos Introdução | Aristóteles | Roma |...



[VÍDEO 01](#)

Youtube/reprodução.



03 - Cidadania: o que eu tenho a ver com isso? - Sociologia - Ens. Médio - Telecurso

76 mil visualizações • há 12 anos

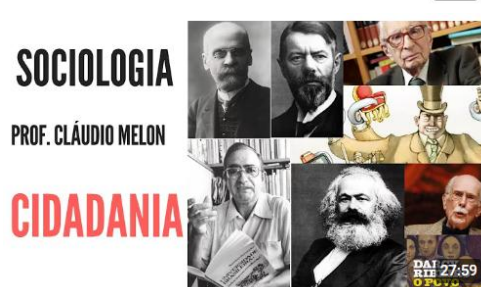
Novo Telecurso

A cidadania é um vínculo entre as pessoas, o Estado e a sociedade. Você compreenderá que exercer a cidadania traz direitos e ...



[VÍDEO 02](#)

Youtube/reprodução.



Sociologia - Cidadania e Sociedade Moderna.

295 visualizações • há 4 anos

Cláudio Melon

Orientações para localização do conteúdo nos materiais didáticos: POLIEDRO 3º Ensino Médio/ Pré-Vestibular - Sociologia - Cap ...



[VÍDEO 03](#)

Youtube/reprodução.



Repórter Justiça - Cidadania e os direitos e deveres dos brasileiros

5,2 mil visualizações • há 5 anos

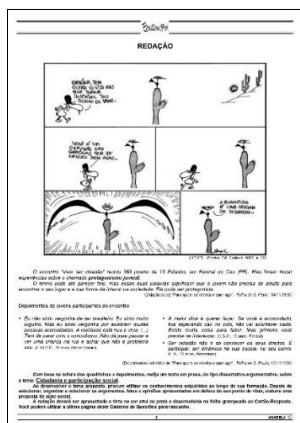
Rádio e TV Justiça

Somos cidadãos quando votamos ou expressamos uma vontade. Mas o conceito de cidadania vai bem além. Está na nossa ...



[VÍDEO 04](#)

Prova do ENEM 1999



A prova de redação do ENEM de 1999 já apresentou uma significativa alteração em sua estrutura, com textos de apoio de diferentes gêneros e solicitou pela primeira vez a criação de proposta de intervenção. Abra o [QR Code](#) ou clique no [link](#) para acessar a prova.



[Prova de Redação ENEM 1999](#)

Prova do ENEM 2002

ENEM 2002	
Exame Nacional do Ensino Médio	
Ministério da Educação	PROVA 1 - AMARELA
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais	
LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTES INSTRUÇÕES	
01.	Você deve receber no final o material abaixo: a) este caderno, com a proposta de redação e 63 questões objetivas, sem repetição ou falha; b) 1 CARTÃO-RESPOSTA, a ser preenchido com as respostas das questões objetivas; c) 1 FOLHA DE REDAÇÃO para desenvolvimento da redação.
02.	Verifique se este material está em ordem; se não estiver, informe imediatamente ao fiscal. a) no CARTÃO-RESPOSTA, confirme as respostas das questões objetivas; b) na FOLHA DE REDAÇÃO, escreva a redação.
03.	Após a conferência, o participante deverá assinar, nos espaços próprios: a) do CARTÃO-RESPOSTA, o nome e o número da inscrição; b) da FOLHA DE REDAÇÃO, o nome e o número da inscrição.
04.	No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras, correspondentes às respostas das questões, deve ser feita preenchendo todo o espaço compreendido no círculo, a partir do nº 1 ou dentro do círculo do zero, com um traço contínuo e denso. A LETRA, OTRA e SÉRIE, em maiúsculas, deverão preencher os campos de marcação constantemente, sem deixar espaços.
05.	No CARTÃO-RESPOSTA, o participante deverá assinalar também, no espaço próprio, o gabarito correspondente à cor de sua prova (verde, amarelo, azul ou rosa).
06.	Para cada questão, o participante deverá assinalar uma única alternativa (A, B, C, D, E) e, se necessário, marcar a resposta correta na FOLHA DE REDAÇÃO.
07.	Para cada uma das questões, o participante deverá assinalar uma única alternativa (A, B, C, D, E) e, se necessário, marcar a resposta correta na FOLHA DE REDAÇÃO.
08.	As questões são numeradas pelo número que se situa acima e à esquerda de seu enunciado.
09.	SERÁ EXCLUÍDO DO EXAME o participante que: a) se utilizar, durante a realização da prova, de qualquer meio de comunicação, bem como de qualquer equipamento eletrônico; b) se ausentar da sala em que se realiza a prova levando consigo o CARTÃO-RESPOSTA ou a FOLHA DE REDAÇÃO.
10.	Resposta em 30 (trinta) minutos, após a leitura das questões objetivas. Os recursos e as manifestações serão avaliados no CARTÃO-RESPOSTA, não sendo levados em conta.
11.	O tempo disponível para esta prova, incluindo a redação, é de CINCO HORAS. Recomenda-se que você não ultrapasse o período de uma hora e meia para elaborar sua redação.
12.	Por motivo de segurança, você somente poderá ausentar-se do local de prova após realizadas 2 horas do início da mesma. Caso não permaneça na sala, no entanto, o nome será inscrito no livro de presença, porém não será considerado para a avaliação.

A prova de redação do ENEM de 2002 já começa a tem mais marcantes as suas características, muito próximas do que será a prova a partir de 2009. Os textos de apoio de diferentes gêneros continuam e a solicitação da proposta de intervenção também. Abra o QR Code ou clique no [link](#) para acessar a prova.



[Prova de Redação ENEM 2002](#)

Cidadania em Mapas Mentais

<https://mapa10.com.br/>

Mapa10

Mapas mentais para Concursos, Enem, OAB, Vestibular



[ou clique aqui.](#)



Assista aos vídeos para saber mais sobre Manuel Castells, entender seu pensamento e relacioná-lo com o tema RELAÇÕES SOCIAIS

Youtube/reprodução.



Ideias que Colam | Manuel Castells

431 visualizações • há 3 anos

Liquid Media Lab

Manuel Castells é um sociólogo que ficou muito conhecido por uma trilogia de livros chamada Era da Informação. O espanhol ...

Legendas



[VÍDEO 01](#)

Youtube/reprodução.



A SOCIEDADE EM REDE - MANUEL CASTELLS

56 visualizações • há 4 meses

MOTOR DE LEITURA

Inteligência artificial #futures #podcast #digitalife #digitalart #booktube
Episódio baseado no livro "A Sociedade em Rede", ...



[VÍDEO 02](#)

Youtube/reprodução.



Castells e o Capitalismo Informacional

10 mil visualizações • há 3 anos

Professor Krauss

Chegou a hora de bater um papo sobre um dos mais importantes pensadores contemporâneos: Manuel Castells. Sociólogo ...



[VÍDEO 03](#)

Acesse a Cartilha de Redação do ENEM 2019

Cartilha do Participante – A Redação no ENEM 2019 Foto: Reprodução/Inep

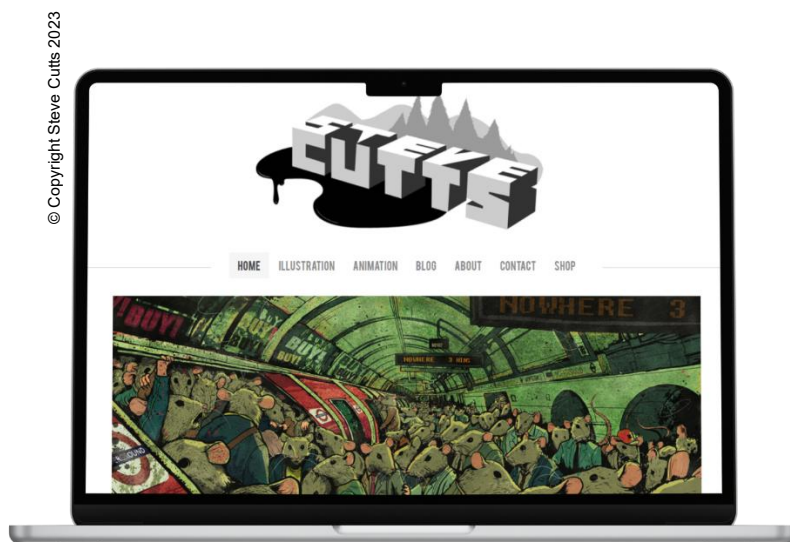


[Acesse a Cartilha clicando aqui.](#)

Acesse o site abaixo pelo *QR Code* ou pelo link para ver as ilustrações de Steve Cutts

Steve Cutts é um ilustrador, animador e artista britânico conhecido por suas obras satíricas e críticas sociais. Seus trabalhos, frequentemente em formato de animações ou ilustrações, abordam temas como consumismo, alienação moderna, degradação ambiental, desigualdade social e os impactos da tecnologia na vida humana. Com um estilo caricato e sombrio, Cutts expõe de forma ácida os excessos do capitalismo e os paradoxos da sociedade contemporânea.

Cutts colaborou com clientes como *The New Yorker*, *Greenpeace* e BBC, mas ganhou notoriedade através de suas animações independentes, que viralizaram on-line. Sua arte combina humor negro com uma reflexão perturbadora sobre os rumos da humanidade, tornando-o um dos artistas visuais mais incisivos da atualidade.



[Acesse também clicando aqui.](#)



Assista ao vídeo sobre o tema INTERNET E RELAÇÕES SOCIAIS



O impacto da internet nas relações sociais

31 mil visualizações • há 12 anos



Danilo Saksida

Esse vídeo traz um panorama geral sobre os impactos da internet nas relações sociais e empresariais. 5 anos realmente ...

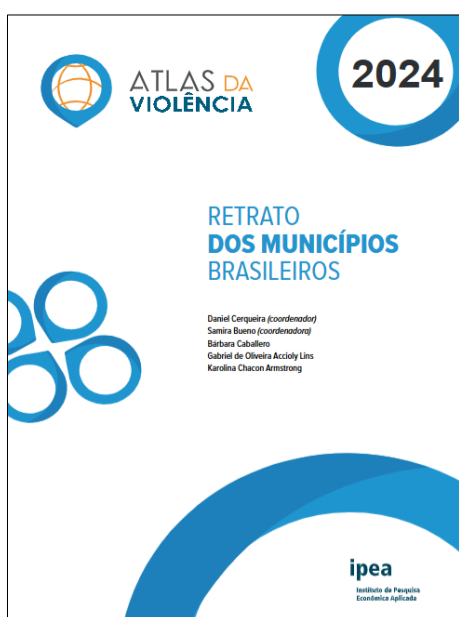


[VÍDEO 04](#)



Documentos sobre a Violência

Clique nos links ou abra os QR Codes para ter acesso completo ao Atlas da Violência 2024 e ao documento “Visível e Invisível – a Vitimização de Mulheres no Brasil”.



[Acesse o Atlas da Violência 2024 aqui.](#)



[Acesse o documento Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil aqui.](#)

Sociologia Faces da Violência (editado)

Youtube/reprodução.



Sociologia Faces da Violência editado
1,4 mil visualizações • há 8 anos

William N. Jacob



[VÍDEO 01](#)

A violência no Brasil explicada por Sergio Adorno Entrevista Completa

Youtube/reprodução.



A violência no Brasil explicada por Sergio Adorno | Entrevista Completa
228 mil visualizações • há 8 anos

Nexo Jornal

Entrevista completa: ao 'Nexo', sociólogo Sergio Adorno explica as

7 capítulos Introdução | As raízes da violência no...



[VÍDEO 02](#)

Bauman: conhecendo suas interpretações sobre o mundo

Youtube/reprodução.



'Nós hipotecamos o futuro', critica sociólogo polonês Zygmunt Bauman
3 mil visualizações • há 10 anos

Coletivo Aroeira

Zygmunt Bauman, filósofo polonês, reflete sobre a individualização da sociedade contemporânea em entrevista exclusiva ...



[VÍDEO 03](#)

Youtube/reprodução.



Zygmunt Bauman - Fronteiras do Pensamento
894 mil visualizações • há 13 anos

171 mil inscritos Enga: 0% VPD: 179 SEO: 93/100

Fronteiras do Pensamento

Zygmunt Bauman, filósofo polonês, reflete sobre a individualização da sociedade contemporânea em entrevista exclusiva ...



[VÍDEO 04](#)

Youtube/reprodução.



'O que é a modernidade líquida de Bauman?' com Luis Mauro Sá Martino |...
52 mil visualizações • há 1 ano

1,86 mil de inscritos Enga: 0% VPD: 88 SEO: 38/100

Casa do Saber

... Mauro Sá Martino faz uma análise dos conceitos de modernidade líquida, mundo líquido e amor líquido de Zygmunt Bauman.



[VÍDEO 05](#)

Redação no ENEM 2016 – Cartilha do Participante



A Cartilha do Participante do ENEM de 2016 é publicada após três anos sem sua divulgação referente às edições de 2013, 2014 e 2015. Por isso, nessa edição de 2016, serão encontradas redações nota 1000 de cada uma das propostas de redação dos exames anteriores referentes a esse período. [Acesse clicando aqui](#) ou pelo QR Code acima.

Sobre o Ódio às Mulheres

Youtube/reprodução.



RED PILL, INCELS E O ÓDIO ÀS MULHERES

106 mil visualizações • há 2 anos

1,73 mi de inscritos Enga: 5% VPD: 136 SEO: 60/100

Minutos Psíquicos

Você já ouviu falar em incels ou em grupos de Red Pill? Hoje vamos explicar como esses grupos de homens vêm tentando ...

Legendas



[VIDEO 06](#)

Youtube/reprodução.



Violência Doméstica: por que elas não vão embora? | Juliana Wallauer | TEDxFortaleza

262 mil visualizações • há 5 anos

TEDx Talks

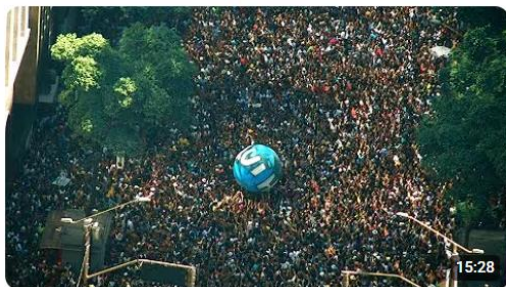
Nessa brilhante palestra, Ju Wallauer do podcast Mamilos, fala sobre violência doméstica e como esse fato muitas vezes nos ...



[VIDEO 07](#)

Sobre a Violência pela Arquitetura

Youtube/reprodução.



ARQUITETURA DA EXCLUSÃO

17 mil visualizações • há 14 anos

834 inscritos Enga: 3% VPD: 3.36 SEO: 88/100



Daniel Lima

"Arquitetura da Exclusão" propõe um questionamento sobre os m visíveis e invisíveis, que permeiam os centros urbanos.



[VÍDEO 08](#)

Youtube/reprodução.



O QUE É ARQUITETURA HOSTIL? |

AprovaDocs

46 mil visualizações • há 2 anos



Aprova Total | Enem 2025

O AprovaDocs é o primeiro documentário focado 100% na sua prep para Enem e vestibulares! Assista ao segundo ...



[VÍDEO 09](#)

Acesse os Manuais do Corretor de 2019 e outros materiais pelo *QR Code* ou no *link* abaixo.



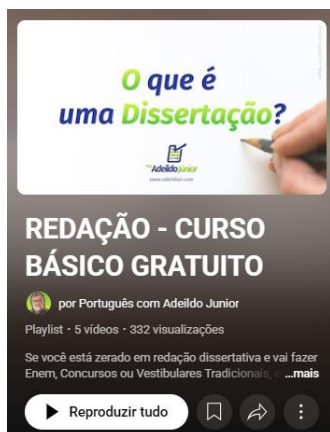
No site do INEP, você encontrará esse material e muitos outros na página Outros Documentos, no item **Guias, Cartilhas e Manuais**.

[Acesse o material também clicando aqui!](#)



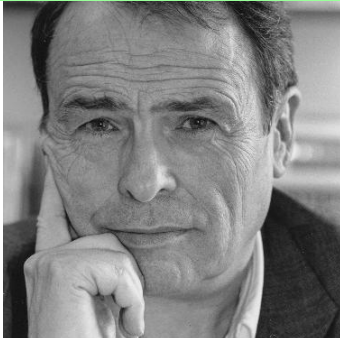
Minicurso de Dissertação Argumentativa

Youtube/reprodução / Acervo do autor.



[VÍDEO 10](#)

SEÇÃO CIENTISTAS SOCIAIS

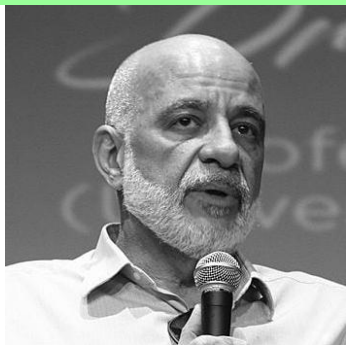
Letramento Imagético	Minibiografia	Capítulo onde aparece
 <p>Émile Durkheim / https://www.marxists.org/glossary/people/d/pics/durkheim.jpg</p>	<p>Émile Durkheim (1858-1917), nascido em 1858 na França, Durkheim é um dos fundadores da Sociologia. Ele defendia que a sociedade é mantida unida por fatos sociais, como normas e valores compartilhados. Em sua obra <i>As Formas Elementares da Vida Religiosa</i> (1912), Durkheim mostrou que a religião cumpre funções sociais importantes, como unir as pessoas e dar sentido à vida. A intolerância religiosa, portanto, pode ser vista como uma ruptura dessa coesão social, fragilizando a integração da sociedade.</p>	<p>Capítulo 1, 2, 3, 4</p>
 <p>Max Weber / Ernst Gottmann / https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Max_Weber_(Sociologist).jpg</p>	<p>Max Weber (1864-1920), alemão nascido em 1864, foi um dos pensadores mais influentes da Sociologia. Em <i>A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo</i> (1905), ele mostrou como a religião influencia comportamentos e estruturas sociais, criando visões de mundo distintas. Weber destacou que, quando essas visões entram em conflito, podem surgir tensões e intolerância. Sua análise ajuda a entender como diferenças religiosas podem gerar divisões e preconceitos.</p>	<p>Capítulo 1, 3, 4</p>
 <p>Pierre Bourdieu / Bernard Lamber / https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pierre_Bourdieu_(1).jpg</p>	<p>Pierre Bourdieu (1930-2002), francês nascido em 1930, foi um sociólogo conhecido por estudar como as desigualdades são reproduzidas na sociedade. Ele criou o conceito de violência simbólica, que se refere a formas sutis de dominação, como preconceitos e estereótipos. Bourdieu mostrou que a intolerância religiosa não se limita a atos violentos, mas também se manifesta em práticas cotidianas que reforçam a marginalização de grupos religiosos.</p>	<p>Capítulo 1, 2, 4</p>
 <p>Reginaldo Prandi / Luiz Jacomo / File:Foto de Reginaldo Prandi.jpg - Wikimedia Commons</p>	<p>Reginaldo Prandi (1946-) é um sociólogo e escritor brasileiro, referência nos estudos sobre religiões afro-brasileiras. Professor titular da USP, pesquisou sincretismo religioso e perseguição às religiões de matriz africana. Autor de obras fundamentais, como <i>Mitologia dos Orixás</i> e <i>Segredos Guardados</i>, que abordam cultura e intolerância religiosa. Sua produção literária inclui romances e contos inspirados nas tradições dos orixás, unindo rigor acadêmico e narrativa ficcional.</p>	<p>Capítulo 1</p>



Florestan Fernandes / Biblioteca Digital Curt Nimuendajú

Florestan Fernandes (1920-1995), sociólogo brasileiro, foi um dos maiores pensadores do país. Nascido em São Paulo em família pobre, trabalhou como engraxate, mas formou-se na USP, doutorando-se em 1951. Exilado após o golpe de 1964, lecionou em Yale e Toronto. De volta ao Brasil, engajou-se na redemocratização e foi eleito deputado federal pelo PT em 1986, participando da Constituinte e contribuindo para a LDB. Sua obra e trajetória refletem um compromisso profundo com a justiça social e a educação como ferramentas de transformação.

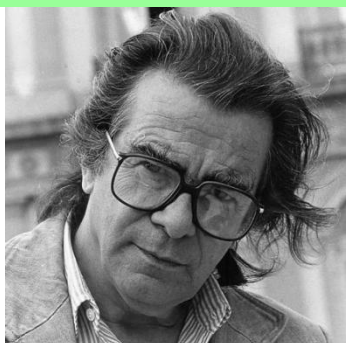
Capítulo 2



Jessé Souza / Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil / File:Jessé de Souza (cropped).jpg - Wikimedia Commons

Jessé Souza (Natal/RN, 1960) é sociólogo, escritor e um dos principais intelectuais brasileiros. Graduado em Direito e mestre em Sociologia pela UnB, doutorou-se na Universidade de Heidelberg (Alemanha) e fez pós-doutorado nos EUA. Foi presidente do Ipea (2015-2016), destacando-se como crítico do impeachment de Dilma Rousseff. Desde 2017, é professor na UFABC. Autor de mais de 20 livros, sua obra aborda desigualdade, racismo e estrutura social brasileira, consolidando-o como uma voz relevante no debate público sobre justiça social e transformação no Brasil.

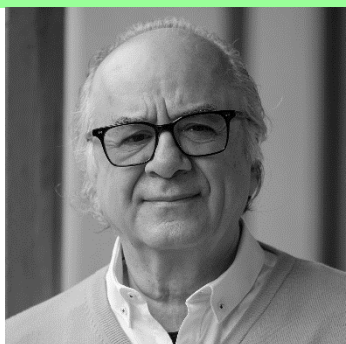
Capítulo 2



Darcy Ribeiro / Senado Federal / Agência Senado / <https://www.youtube.com/watch?v=ho-WiE8BDSIE>

Darcy Ribeiro (1922-1997), antropólogo e educador mineiro, foi uma figura central no Brasil. Formado em Ciências Sociais, dedicou-se aos estudos indígenas, criando o Museu do Índio e o Parque do Xingu. Fundou a Universidade de Brasília e foi ministro da Educação. Exilado após 1964, escreveu obras como *O Processo Civilizatório* e *Maíra*. De volta ao Brasil, foi vice-governador do RJ, criou os CIEPs e foi senador, defendendo educação e justiça social. Sua obra *O Povo Brasileiro* é referência na antropologia. Recebeu diversos prêmios e honrarias.

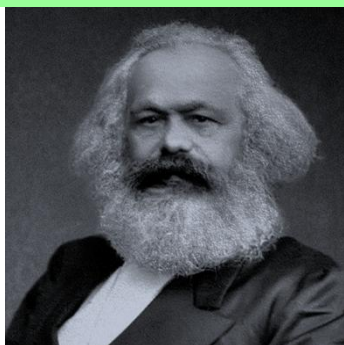
Capítulo 2



Boaventura (Recortado) / Sebastián Freire / <https://www.flickr.com/photos/doi8bicu-dos/14338821784>

Boaventura de Sousa Santos (Coimbra, 1940) é um destacado sociólogo e jurista português. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, com mestrado e doutorado pela *Yale University*, é professor catedrático em Coimbra, onde dirige o Centro de Estudos Sociais. Atua também como *Distinguished Legal Scholar* na *Universidade de Wisconsin-Madison* e *Global Legal Scholar* na *Universidade de Warwick*. Sua obra, focada em globalização, direitos humanos e justiça social, consolida-o como um dos principais pensadores críticos contemporâneos.

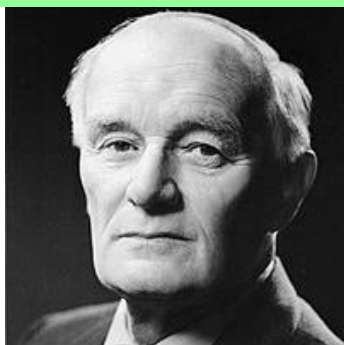
Capítulo 2



Karl Marx / John Jabez Edwin Mayall
/ <https://sammlung.staedelmu-seum.de/de/werk/portraet-karl-marx>

Karl Marx (1818-1883) foi um filósofo e economista alemão, um crítico radical do capitalismo. Autor do *Manifesto Comunista* (1848, com Engels) e *O Capital* (1867), desenvolveu a teoria materialista histórica, afirmando que a luta de classes impulsiona a história. Exilado em Londres, influenciou movimentos sociais e políticos globais. Sua obra, base do socialismo e comunismo, propõe a revolução proletária e uma sociedade sem classes. Marx é uma das figuras mais impactantes da sociologia, economia e política moderna.

Capítulo 2,
3, 4



Thomas Humphrey Marshall / Library of the London School of Economics and Political Science / [http://archives.lse.ac.uk/dserve.exe?dsqServer=lib-4.lse.ac.uk&dsqIn=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=Show.tcl&dsqDb=Catalog&dsqPos=0&dsqSearch=\(RefNo=](http://archives.lse.ac.uk/dserve.exe?dsqServer=lib-4.lse.ac.uk&dsqIn=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=Show.tcl&dsqDb=Catalog&dsqPos=0&dsqSearch=(RefNo=))

Thomas Humphrey Marshall (1893-1981) foi um sociólogo britânico cuja obra *Cidadania e Classe Social* (1950) revolucionou o estudo dos direitos sociais. Professor na *London School of Economics*, propôs que a cidadania moderna se desenvolveu em três etapas: direitos civis (séc. XVIII), políticos (séc. XIX) e sociais (séc. XX). Sua análise da relação entre cidadania e desigualdade permanece fundamental para entender o Estado de Bem-Estar e os desafios democráticos contemporâneos.

Capítulo 2



Auguste Comte / Johan Hendrik Hoffmeister - Maison d'Auguste Comte / Domínio público / <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=65100>

Auguste Comte (1798-1857) foi um filósofo francês, fundador do Positivismo e pioneiro da Sociologia. Desenvolveu a “Lei dos Três Estados” (teológico, metafísico e positivo), argumentando que a humanidade evolui para o conhecimento científico. Criou o termo “física social”, depois renomeado para “Sociologia”. Sua obra principal, *Curso de Filosofia Positiva* (1830-1842), defendia o método científico como base para reorganizar a sociedade. Influenciou a Proclamação da República no Brasil, onde seu lema “Ordem e Progresso” foi incorporado à bandeira nacional.

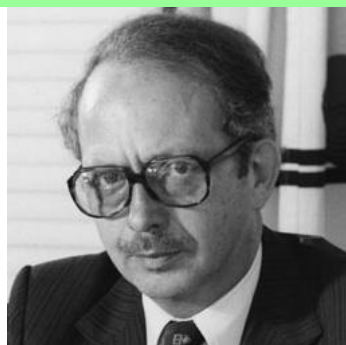
Capítulo 3



Manuel Castells / Jorge Gonzales / <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=57197678>

Manuel Castells (1942-) é um renomado sociólogo espanhol, professor na Universidade da Califórnia. Pioneiro nos estudos sobre sociedade em rede, sua trilogia *A Era da Informação* (1996-1998) analisou o impacto das tecnologias digitais na economia, política e cultura. Pesquisador das cidades globais e movimentos sociais, suas obras exploram como a comunicação molda o poder na sociedade contemporânea, tornando-o referência mundial em sociologia urbana e digital.

Capítulo 3



Ralf Dahrendorf / Library of the London School of Economics and Political Science / [File:Professor R. G Dahrendorf, 1980.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Professor_R._G._Dahrendorf_1980.jpg) - [Wikimedia Commons](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Professor_R._G._Dahrendorf_1980.jpg)

Ralf Dahrendorf (1929-2009) foi um sociólogo e político alemão, um dos principais teóricos do conflito social. Em *Classes e Conflitos de Classe na Sociedade Industrial* (1959), argumentou que o conflito é inerente às sociedades modernas, derivado da distribuição desigual de autoridade. Liberal, defendeu que instituições democráticas poderiam canalizar conflitos para transformação social. Foi membro do Parlamento alemão e diretor da *London School of Economics*.

Capítulo 4



Norbert Elias / Fotocollectie Anefo / [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Norbert_Elias,_1987_\(cropped\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Norbert_Elias,_1987_(cropped).jpg)

Norbert Elias (1897-1990) foi um sociólogo alemão de origem judaica, um dos pensadores mais originais do século XX. Sua obra-prima, *O Processo Civilizador* (1939), revolucionou a sociologia ao analisar como as transformações históricas moldam comportamentos, emocionalidade e relações de poder. Desenvolveu conceitos fundamentais como “figuração social”, mostrando a interdependência entre indivíduos e sociedade, e “*habitus*”, antecipando discussões de Bourdieu. Perseguido pelo nazismo, exilou-se na Inglaterra, onde produziu sua obra mais importante. Apesar do reconhecimento tardio, tornou-se referência essencial para a sociologia histórica e a psicologia social.

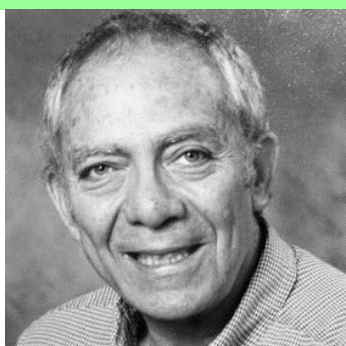
Capítulo 4



Johan Galtung / Jarvin / [File:Johan Galtung, 2008 \(cropped\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Johan_Galtung_2008_(cropped).jpg) - [Wikimedia Commons](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Johan_Galtung_2008_(cropped).jpg)

Johan Galtung (1930-2024) foi um sociólogo e matemático norueguês, fundador dos Estudos para a Paz e da teoria da violência estrutural. Criador do conceito de “paz positiva” (não apenas ausência de guerra, mas justiça social) e da teoria do conflito. Fundou o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz (PRIO) em 1959. Atuou como mediador em mais de 150 conflitos globais. Sua obra influenciou gerações de pesquisadores em paz, violência e transformação de conflitos.

Capítulo 4



Stanley Cohen / LSE (The London School of Economics and Political Science) / https://en.wikipedia.org/wiki/File:Stanley_Cohen.jpg

Stanley Cohen (1942-2013) foi um sociólogo sul-africano-israelense, pioneiro nos estudos sobre desvio social e controle. Ficou conhecido por desenvolver o conceito de “pânico moral” em seu livro *Folk Devils and Moral Panics* (1972), analisando como a mídia e instituições amplificam ameaças sociais. Pesquisou também os mecanismos de negação da violência em *States of Denial* (2001). Sua obra influenciou profundamente a criminologia crítica e os estudos sobre mídia e sociedade.

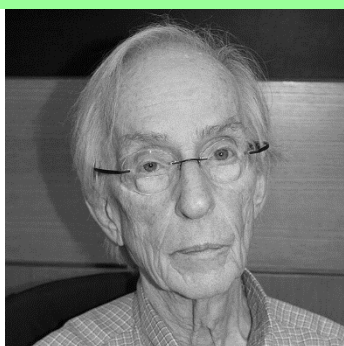
Capítulo 4



Raewyn Connell / kyeleek / <https://globalsocial-theory.org/wp-content/uploads/2015/03/Raewyn-airport-2.jpg>

Raewyn Connell (1944-) é uma socióloga australiana e uma das principais teóricas contemporâneas dos estudos de gênero. Revolucionou a compreensão sobre masculinidades com seu conceito de “masculinidade hegemônica”, apresentado no livro *Masculinities* (1995). Pesquisadora crítica das desigualdades sociais, aborda em sua obra interseções entre classe, gênero e colonialismo. Professora emérita da Universidade de Sydney, é referência global em sociologia do gênero e educação. Transgênero, ativista pelos direitos LGBTQIA+.

Capítulo 4



Howard S. Becker / Thierry Caro / <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=22562108>

Howard S. Becker (1928-2023) foi um sociólogo americano, expoente da Escola de Chicago e do interacionismo simbólico. Revolucionou os estudos sobre desvio social com *Outsiders* (1963), introduzindo o conceito de “etiquetamento” (*labeling theory*). Pesquisou culturas marginais, arte e jazz, aplicando métodos etnográficos inovadores. Professor nas universidades de *Northwestern* e *Washington*, defendeu uma sociologia acessível, sem jargões. Sua obra influencia gerações de pesquisadores em criminologia, educação e sociologia da cultura.

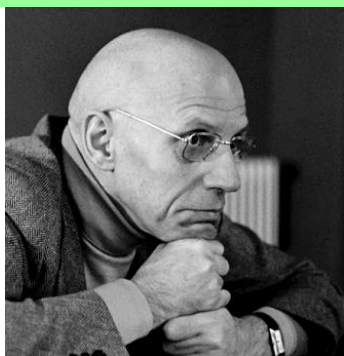
Capítulo 4



Loïc Wacquant / Rosa-Luxemburg-Stiftung / <https://www.youtube.com/watch?v=u61kdTMLJTQ> – View/save archived versions on archive.org and archive.today at 0:49, CC BY 4.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=54799205>

Loïc Wacquant (1960-) é um sociólogo francês e pesquisador do *Collège de France*, discípulo de Pierre Bourdieu. Especialista em marginalidade urbana, racismo e Estado penal, desenvolveu conceitos como “urbanismo penal” e “marginalidade avançada”. Suas etnografias inovadoras, como *As Prisões da Miséria* (1999) e *Os Condenados da Cidade* (2001), revelam como o neoliberalismo transforma a pobreza e o sistema carcerário. Professor na *UC Berkeley*, combina rigor acadêmico com engajamento político.

Capítulo 4



Michel Foucault / Domínio público / Acervo Arquivo Nacional / <File:Michel Foucault 1974 Brasil.jpg> - Wikimedia Commons

Michel Foucault (1926–1984) foi um importante filósofo, historiador e teórico social francês. Suas obras analisam como o poder se manifesta nas instituições e na produção do saber. Investigou temas como loucura, prisão, sexualidade e disciplina. Desenvolveu conceitos como *biopoder*, *saber-poder* e *arqueologia do saber*. Sua abordagem crítica influenciou fortemente a filosofia, a sociologia, a educação e outras áreas das ciências humanas contemporâneas.

Capítulo 4

SEÇÃO RESPOSTAS SUGERIDAS

EXERCÍCIO – ESCRITA DE INTRODUÇÃO

01. Exercitando a técnica da DEFINIÇÃO – Sugestão de resposta:

Etnocentrismo é a tendência de julgar outras culturas, crenças e práticas a partir dos valores e padrões da própria cultura, considerando-a superior. No contexto da intolerância religiosa, o etnocentrismo se manifesta quando grupos religiosos majoritários desqualificam ou perseguem práticas de religiões minoritárias, como as de matriz africana, por considerá-las "inferiores" ou "erradas". Portanto, combater o etnocentrismo é essencial para promover o respeito à diversidade religiosa e construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

02. Exercitando a técnica da OPOSIÇÃO – Sugestão de resposta:

De um lado, a Constituição Federal de 1988 garante a liberdade de culto e a laicidade do Estado, assegurando que todas as religiões possam ser praticadas sem interferência ou discriminação. De outro lado, as religiões de matriz africana e indígena, como o candomblé, a umbanda e as tradições indígenas, ainda são frequentemente demonizadas, associadas a práticas "malignas" ou "primitivas", e vítimas de ataques violentos e discriminação. Portanto, apesar do amparo legal, é necessário combater o racismo estrutural e promover a educação para o respeito à diversidade religiosa, a fim de que a liberdade de culto seja uma realidade para todos.

03. Exercitando a técnica de CAUSA/CONSEQUÊNCIA – Sugestão de resposta:

Primeira estrutura

O crescimento de grupos religiosos extremistas no Brasil tem amplificado discursos de ódio e desrespeito contra religiões minoritárias. Consequentemente, a intolerância religiosa tem se intensificado, especialmente contra práticas de matriz africana, como o candomblé e a umbanda. Dessa forma, essa realidade tem levado à perseguição de praticantes, à exclusão social desses grupos e ao aumento de casos de violência, como ataques a terreiros e agressões físicas e verbais. Portanto, é fundamental combater a influência desses grupos extremistas, promovendo o diálogo inter-religioso e políticas públicas que garantam o respeito à diversidade religiosa.

Segunda estrutura

O crescimento de grupos religiosos extremistas no Brasil tem amplificado discursos de ódio e desrespeito contra religiões minoritárias, pois o país ainda convive com resquícios históricos de intolerância religiosa herdados do colonialismo e da cristianização forçada. Como resultado, observa-se o aumento de episódios de perseguição a praticantes de religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, incluindo ataques a terreiros e agressões verbais e físicas. Portanto, combater a influência desses grupos extremistas é essencial para garantir o respeito à diversidade religiosa, por meio do fortalecimento do diálogo inter-religioso e da implementação de políticas públicas inclusivas.



Crédito de imagem:
<https://www.pngwing.com/png-free-png-naken>

OBSERVAÇÃO: Não se pretende de forma nenhuma esgotar a discussão sobre intolerância religiosa ou engessar respostas para as atividades propostas. As respostas aqui SUGERIDAS têm como única finalidade contribuir com o professor / a professora e com estudantes apresentando uma orientação para a resolução das atividades.

2ª Prática de escrita sociológica: respostas sugeridas

EXERCÍCIO – ESCRITA DE PARÁGRAFOS DE DESENVOLVIMENTO

01. Primeiro exercício: alusão a um filme – Sugestão de resposta:

No filme “Cidadão Kane”, de Orson Welles, o protagonista Charles Foster Kane é retratado como um homem poderoso e influente, mas que, no fim da vida, se vê isolado e incompreendido, simbolizando a solidão e a invisibilidade mesmo para aqueles que aparentam ter tudo. No Brasil, a falta de registro civil cria uma invisibilidade semelhante, mas em escala social: milhões de pessoas, especialmente pobres, indígenas e negros, são excluídas do acesso a direitos básicos, como saúde e educação, tornando-se “cidadãos invisíveis”. Assim, assim como Kane, essas pessoas são privadas de sua identidade e de sua participação plena na sociedade, reforçando a necessidade de políticas públicas que garantam o registro civil a todos.

02. Segundo exercício: alusão a uma música – Sugestão de resposta:

Na música “Índios”, da banda Legião Urbana, Renato Russo critica a invisibilidade e a marginalização dos povos indígenas no Brasil, destacando como a sociedade os trata como “estrangeiros em sua própria terra”. Essa crítica pode ser estendida à realidade de milhões de brasileiros que, sem registro civil, vivem à margem da sociedade, excluídos de direitos básicos como saúde, educação e trabalho. Assim como os indígenas retratados na música, essas pessoas são tratadas como “invisíveis”, sem identidade legal ou reconhecimento social. Portanto, garantir o acesso ao registro civil é essencial para romper com essa exclusão e promover a cidadania plena, especialmente para grupos historicamente marginalizados.

03. Terceiro exercício: citação de um sociólogo – Sugestão de resposta:

De acordo com o sociólogo Thomas H. Marshall, em sua obra “Cidadania e Classe Social”, a cidadania plena só é alcançada quando o indivíduo tem acesso a direitos civis, políticos e sociais. No Brasil, a falta de registro civil impede milhões de pessoas de exercerem esses direitos, já que, sem a certidão de nascimento, elas não podem obter documentos como a carteira de trabalho ou o título de eleitor. Dessa forma, a invisibilidade social gerada pela ausência de documentos não apenas nega a cidadania, mas também perpetua um ciclo de exclusão que

afeta principalmente os mais pobres. Garantir o registro civil é, portanto, o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

04. Quarto exercício: citação de um antropólogo – Sugestão de resposta:

O antropólogo Darcy Ribeiro, em sua obra “O Povo Brasileiro”, analisa como as desigualdades sociais no Brasil são resultado de uma herança colonial que marginalizou indígenas, negros e pobres. Ribeiro destaca que a exclusão desses grupos persiste até hoje, refletindo-se em problemas como a falta de acesso ao registro civil. Sem documentos, milhões de brasileiros são privados de direitos básicos, como educação e saúde, tornando-se “invisíveis” perante o Estado. Assim, a luta pela garantia do registro civil é também uma luta contra as raízes históricas da desigualdade, buscando incluir todos os cidadãos na construção de uma sociedade mais democrática e justa.



Crédito de imagem:
<https://www.pixwing.com/p/tee-prig-naken>

OBSERVAÇÃO: Não se pretende de forma nenhuma esgotar a discussão sobre cidadania ou engessar respostas para as atividades propostas. As respostas aqui SUGERIDAS têm como única finalidade contribuir com o professor / a professora e com estudantes apresentando uma orientação para a resolução das atividades.

EXERCÍCIO – ESCRITA DE CONCLUSÃO-SOLUÇÃO

01. Usando como ação interventiva a criação de um produto, escreva um parágrafo de conclusão com uma proposta de intervenção completa sobre o tema: Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.

Portanto, é imperativo que o Ministério da Justiça e Segurança Pública, em parceria com a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), desenvolva um guia digital interativo para conscientizar usuários sobre manipulação algorítmica, a ser distribuído gratuitamente em escolas e plataformas on-line. Esse material, elaborado por especialistas em tecnologia e psicologia comportamental, conteria tutoriais, testes práticos e alertas personalizados sobre como dados são coletados e usados para influenciar decisões. Além disso, o guia seria integrado a um selo de certificação para sites e apps que adotem transparência em seus algoritmos, exigido por lei como critério de funcionamento no Brasil. Dessa maneira, os cidadãos teriam ferramentas concretas para reconhecer e neutralizar práticas abusivas, promovendo uma navegação autônoma e crítica na internet.

02. Usando como ação interventiva a criação de um serviço, escreva um parágrafo de conclusão com uma proposta de intervenção completa sobre o mesmo tema.

Diante desse cenário, é urgente que o Governo Federal, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, implante um serviço público de auditoria algorítmica vinculado à ANPD. Esse serviço, operado por equipes multidisciplinares (juristas, cientistas de dados e psicólogos), teria como função monitorar em tempo real os algoritmos de plataformas digitais, identificar padrões de manipulação comportamental e gerar relatórios trimestrais com diretrizes para mitigar esses abusos. Para garantir transparência, os resultados seriam divulgados em um portal acessível com linguagem clara, onde os cidadãos poderiam denunciar irregularidades e acompanhar as sanções aplicadas às empresas infratoras. Adicionalmente, o serviço ofereceria cursos online gratuitos sobre alfabetização digital, ensinando usuários a reconhecer e se proteger de manipulações. Dessa forma, promover-se-ia um ambiente digital mais justo, onde a tecnologia sirva à autonomia dos indivíduos, não à sua exploração.

03. Agora, para cada tema proposto, elabore um parágrafo de conclusão com uma proposta de intervenção completa. Utilize variadas estruturas de frase inicial e diversificados operadores argumentativos de conclusão interparágrafos.

A) Tema: “Desafios para o combate à invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres no Brasil” (ENEM 2023). Esse tema é pertinente à nossa discussão porque envolve aspectos das relações sociais, como divisão sexual do trabalho, desigualdade de gênero e reconhecimento social.

Em face dessa realidade, é imperioso que o Estado Brasileiro, articulado com o Ministério das Mulheres e Ministério da Economia, implemente o Sistema Nacional de Reconhecimento do Trabalho de Cuidado, com as seguintes ações integradas: contagem previdenciária para horas dedicadas ao cuidado de crianças, idosos ou pessoas com deficiência (com comprovação via aplicativo governamental); bolsa-cuidadora para mulheres em situação de vulnerabilidade que se dediquem exclusivamente a esses afazeres; e campanha nacional com depoimentos de mulheres reais (urbanas, rurais, indígenas, quilombolas) destacando o impacto econômico dessas atividades. Paralelamente, o IBGE deverá incluir no Censo perguntas específicas sobre trabalho não remunerado de cuidado, gerando dados para políticas públicas. Desse modo, romper-se-á com a lógica de que tais atividades são 'naturais' do feminino, transformando-as em trabalho visível e socialmente valorizado.

B) Tema: “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira” (ENEM 2015). Esse tema também é pertinente à nossa discussão porque envolve aspectos das relações sociais, como relações de gênero, machismo e desigualdade social.

Diante desse quadro alarmante, impõe-se que as prefeituras, em parceria com o Ministério da Mulher, implementem centros de acolhimento integral em todos os municípios brasileiros. Esses espaços, geridos por assistentes sociais e psicólogos, ofereceriam: abrigo sigiloso, acompanhamento jurídico (com prioridade na emissão de medidas protetivas) e capacitação profissional via Pronatec. Para financiá-los, sugere-se a destinação de 5% do Fundo Penitenciário Nacional. Ademais, as escolas devem incluir, obrigatoriamente, módulos sobre relações de gênero no currículo do Ensino Médio, com workshops ministrados por coletivos feministas. Assim, atacar-se-iam tanto as emergências quanto as raízes culturais da violência.

C) Tema: “Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado” (ENEM 2011). Esse tema é pertinente à nossa discussão e muito próximo do tema do ENEM de 2018, além disso envolve o impacto das redes sociais nas relações humanas e na construção de identidades.

Assim sendo, é premente que a ANATEL exija das operadoras de internet a oferta de um pacote básico gratuito com acesso a plataformas educativas, como a Khan Academy e a Coursera, contrapondo-se ao uso passivo de redes sociais. Como contrapartida, as Big Techs deveriam desenvolver alertas automáticos que notifiquem usuários sobre o compartilhamento excessivo de dados pessoais, usando linguagem simples e exemplos concretos. Tais medidas, fiscalizadas por um comitê da sociedade civil, seriam divulgadas em campanhas nos postos de saúde e CRAS, atingindo populações menos digitalizadas. Portanto, reequilibrar-se-ia a balança entre conexão e autonomia, resgatando a privacidade como direito fundamental.

D) Tema: “Os desafios da convivência em uma sociedade hiperconectada: como equilibrar relações humanas e interações digitais?”. Este pode ser um possível tema para a edição do ENEM 2025 e relaciona-se com o tema geral de nossa discussão: relações sociais.

Portanto, urge que o MEC institua a disciplina “Educação Digital” na Base Nacional Comum Curricular, com aulas práticas sobre: higiene mental on-line (tempo de tela, distúrbios do sono); checagem de fontes (parceria com agências de fact-checking); e etiqueta virtual (combate a cancelamentos e discurso de ódio). Para ampliar o alcance, universidades públicas produziram kits pedagógicos com roteiros de debates e testes de autorreflexão, distribuídos via Plataforma Integrada MEC de Aprendizagem. Complementarmente, o Ministério da Saúde criaria um selo “Saúde Digital” para empresas que adotem políticas de bem-estar digital, por exemplo, pausas obrigatórias em apps corporativos. Logo, a hiperconexão deixaria de ser uma ameaça para tornar-se ferramenta de desenvolvimento humano.



OBSERVAÇÃO: Não se pretende de forma nenhuma esgotar a discussão sobre o tema Relações Sociais ou engessar respostas para as atividades propostas. As respostas aqui SUGERIDAS têm como única finalidade contribuir com o professor / a professora e com estudantes apresentando uma orientação para a resolução das atividades.

A Constituição Federal de 1988 garante, em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos e deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa. No entanto, a violência nas escolas brasileiras tem comprometido esse princípio, ao afetar não apenas a integridade física e emocional dos alunos, mas também sua permanência, seu desempenho e seu vínculo com o espaço educativo. Diante disso, é essencial compreender de que forma a violência escolar, em suas diversas manifestações, interfere diretamente na formação integral dos estudantes e ameaça a função social da escola.

Em primeiro lugar, é importante destacar que a violência escolar não se limita a agressões físicas, mas inclui também práticas simbólicas que naturalizam a exclusão e o silenciamento de determinados grupos. Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu, a violência simbólica se expressa de maneira sutil, muitas vezes mascarada pelas estruturas institucionais. Nesse contexto, a desvalorização de culturas populares, o preconceito racial e de classe, e o desprezo por identidades não hegemônicas tornam-se formas de agressão cotidiana, afetando o sentimento de pertencimento dos estudantes e dificultando seu engajamento com o processo de aprendizagem.

Além disso, episódios recorrentes de agressões verbais, ameaças e atentados dentro das escolas têm gerado um ambiente de medo e insegurança que compromete o desenvolvimento emocional e cognitivo dos alunos. De acordo com levantamento do Instituto Locomotiva (2023), 40% dos estudantes afirmam já ter presenciado situações de violência no ambiente escolar, sendo que esse número sobe para 60% em contextos de maior vulnerabilidade social. Tais dados revelam um cenário alarmante, no qual a educação perde sua capacidade de emancipar e passa a reproduzir a lógica da exclusão e da violência presente na sociedade mais ampla.

Por tudo isso, é necessário que ações articuladas sejam implementadas para combater esse problema. Cabe ao Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais, ampliar o alcance do programa “Escola Segura”, incluindo não apenas medidas de segurança física, mas também iniciativas voltadas à saúde mental e à formação ética e cidadã dos estudantes. Paralelamente, é papel da comunidade escolar — professores, gestores, alunos e famílias — construir coletivamente uma cultura de paz e respeito, por meio de práticas restaurativas, mediação de conflitos e valorização da diversidade. Como resultado, espera-se a promoção de um ambiente escolar mais seguro, acolhedor e propício à formação integral dos jovens.

A sociedade contemporânea, marcada pela digitalização das relações sociais, impõe aos jovens o desafio de construir suas identidades sob intensa exposição e em tempo real. Em um contexto em que a conectividade é constante e a presença virtual se torna central para o pertencimento social, surgem impactos significativos sobre a saúde mental dessa geração. Dentre esses efeitos, destacam-se a ansiedade, a baixa autoestima e a sensação de inadequação, consequências de uma lógica digital que exige presença performática e constante validação.

Nesse sentido, o sociólogo britânico Anthony Giddens afirma que a modernidade transformou a identidade em um projeto reflexivo, no qual o indivíduo é responsável por “construir a si mesmo” de maneira contínua, diante de múltiplas escolhas e incertezas. No ambiente digital, essa pressão se intensifica: os jovens são constantemente convocados a atualizar suas imagens, posicionamentos e modos de existir, enquanto se veem comparados a padrões inalcançáveis de sucesso e felicidade. Essa dinâmica produz um estado de vigilância permanente sobre o próprio eu, gerando angústia e esgotamento emocional.

Além disso, a rápida difusão de informações e a valorização da visibilidade imediata afetam diretamente o tempo de amadurecimento emocional dos adolescentes. Dados do Instituto Locomotiva (2023) revelam que 68% dos jovens brasileiros já perceberam impactos negativos do uso das redes sociais em sua saúde mental. Tais números evidenciam um quadro alarmante: quanto mais se exige presença e desempenho no ambiente virtual, menos espaço resta para a experimentação natural da juventude, seus silêncios, incertezas e descobertas não compartilhadas.

É urgente, portanto, que o Estado e a comunidade escolar atuem de forma integrada para promover a saúde mental dos jovens no contexto digital. Cabe ao Governo Federal, por meio dos Ministérios da Educação e da Saúde, instituir programas intersetoriais nas escolas públicas e privadas, com foco na educação emocional e digital. Tais programas devem incluir oficinas de letramento digital crítico, grupos de apoio psicológico e ações que valorizem a autenticidade e a diversidade juvenil. À escola, por sua vez, cabe acolher as subjetividades dos estudantes com escuta ativa e práticas pedagógicas que não reforcem padrões de competição ou exposição excessiva. Com isso, será possível reduzir os efeitos nocivos da tecnologia e resgatar a centralidade da escola como espaço de formação integral. Como advertiu Giddens, o sujeito moderno vive em constante reconstrução de si, o que, no ambiente digital, pode tornar-se fonte de sofrimento psíquico. Promover um uso mais consciente e humanizado da tecnologia é um passo fundamental para que os jovens não apenas estejam conectados, mas se sintam verdadeiramente amparados.



OBSERVAÇÃO: Não se pretende de forma nenhuma esgotar a discussão sobre os temas propostos aqui. As redações aqui SUGERIDAS têm como única finalidade contribuir com o professor / a professora e com estudantes apresentando uma orientação para a produção dos textos.

Parte 2

Proposta de uma sequência didática para uma eletiva

Professora e professor,

Chegamos à **Segunda Parte do Manual de Escrita Sociológica**. Ela é composta por uma **Proposta de Sequência Didática** que serve como norte para trabalhar o manual. Porém, desde já, esclarecemos que não se trata de uma sequência engessada, tampouco de única forma de trabalhar os conteúdos aqui apresentados. A sequência didática ora sugerida apenas tem a intenção de ajudá-los a desenvolver suas aulas, seja em formato de disciplina Eletiva, seja incorporando-as ao **Plano de Aula Anual** de que dispõem, segundo orientação do Currículo do seu Estado e da BNCC.

Nesse contexto, a concepção das aulas dessa sequência didática se alicerça em duas bases: na **Pedagogia Histórico-Crítica**, de Demerval Saviani, a **Educação 3.0** e as **metodologias ativas**. Ao elaborar uma sequência didática ancorada simultaneamente na Pedagogia Histórico-Crítica e na Educação 3.0, é possível articular criticamente a centralidade do conhecimento como instrumento de emancipação com as possibilidades tecnológicas e metodológicas do nosso tempo.

Nesse contexto, professora e professor, a **mediação docente** continua essencial, mas se reinventa por meio de plataformas digitais, metodologias ativas e projetos colaborativos que aproximam o saber escolar da prática social vivida pelos estudantes. Assim, enquanto *a Pedagogia Histórico-Crítica fornecerá o horizonte político-pedagógico da transformação social, a Educação 3.0 oferecerá as linguagens e os meios que potencializam o protagonismo estudantil e a aprendizagem significativa no contexto da cultura digital, sem abrir mão da intencionalidade formativa e do rigor conceitual que caracterizam a educação como prática crítica da liberdade.*

As aulas da sequência seguirão as etapas inspiradas na **Pedagogia Histórico-Crítica** de Saviani (2021): a) Prática social inicial; b) Problematização; c) Instrumentalização; d) Catarse; e e) Prática social final. Segue abaixo uma descrição de cada etapa.

a) **Prática social inicial** – É o ponto de partida da aula, em que o professor busca identificar a visão de mundo dos alunos sobre o tema a ser tratado. Aqui são valorizados os saberes espontâneos e o senso comum, como forma de compreender como os estudantes já se relacionam com o objeto de estudo em sua vivência concreta. Não se trata de validar esses saberes como suficientes, mas de reconhecê-los como matéria-prima da problematização.

b) **Problematização** – Etapa em que o professor levanta questões desafiadoras a partir da prática inicial, provocando desequilíbrio cognitivo e político. Busca-se evidenciar as contradições presentes nas ideias prévias e nas práticas sociais, conduzindo o aluno à necessidade de recorrer ao conhecimento sistematizado para avançar na compreensão do tema. Essa etapa é essencial para despertar o interesse real pelo saber escolar.

c) **Instrumentalização** – Neste momento, o professor oferece os instrumentos teóricos e conceituais necessários à análise aprofundada do tema. É a fase de exposição e apropriação do conhecimento científico, filosófico ou artístico. Aqui, o saber sistematizado entra em cena como mediação fundamental entre a prática vivida e a consciência crítica. A instrumentalização não é um repasse mecânico, mas uma ação didática que visa à formação omnilateral do estudante.

d) **Catarse** – A catarse é o momento em que ocorre a superação dialética entre o saber espontâneo e o saber elaborado, numa síntese provisória que transforma a consciência do aluno. Trata-se da tomada de consciência crítica, quando o estudante compreende, à luz dos conhecimentos apropriados, os limites das percepções iniciais e reconfigura seu entendimento de forma mais profunda e fundamentada.

e) **Prática social final** – Retorno à prática social com a consciência transformada. O aluno é agora capaz de intervir criticamente na realidade, com base no conhecimento adquirido. É o ponto culminante do processo: o saber escolar se reconecta à vida, mas agora como instrumento de transformação. Essa etapa reafirma o compromisso da Pedagogia Histórico-Crítica com a formação de sujeitos autônomos, conscientes e socialmente engajados.

Sob a perspectiva que estamos assumindo no trabalho de **Alfabetização e Letramento Sociológicos**, cada etapa acima tem uma relação muito específica com esses dois processos. Vale lembrar que estamos assumindo a ideia de **Alfabetização Sociológica** como

domínio do código — decodificar e codificar símbolos (como a leitura e escrita da língua), conceitos e teorias sociológicas; e a ideia de **Letramento Sociológico** como o uso social da linguagem escrita com função crítica, comunicativa e transformadora, ou seja, compreender e atuar com a linguagem nos diversos contextos sociais, utilizando-se do conhecimento sociológico como repertório para promoção dessa compreensão e atuação social. A seguir, apresentamos uma configuração que ajudará bastante na composição dos seus planos de aula, professora e professor, inclusive associamos cada etapa à seção dos capítulos para facilitar ainda mais a compreensão e uso do **Manual de Escrita Sociológica**. Vejamos.

Correspondência entre etapas e os processos de alfabetização e letramento			
Etapa da PHC	Predominância conceitual	Justificativa	Seção dos Capítulos
1. Prática social inicial	Pré-letramento (observação cultural)	Contato com as práticas sociais, ainda sem sistematização do saber; reconhecimento dos saberes cotidianos.	Seção de Abertura do Capítulo e seção Quem fala sobre esse tema?
2. Problematização	Letramento (incipiente)	Surge a necessidade da linguagem como instrumento para pensar e questionar a realidade.	Seção Como esse tema caiu no ENEM?
3. Instrumentalização	Alfabetização e início do letramento	Domínio de conceitos, códigos, estruturas e linguagens específicas (científicas, filosóficas, formais).	Seção Contribuições da Sociologia e Seção Escrita Sociológica
4. Catarse	Letramento crítico	Produz-se consciência crítica com base no saber sistematizado; leitura e interpretação da realidade.	Seção Prática de Escrita Sociológica
5. Prática social final	Letramento pleno	Aplicação crítica da linguagem e dos saberes para intervir na realidade; uso social e político da linguagem.	

Fonte: o autor

A seguir, será apresentada a sequência didática sugerida para trabalhar o manual. Bom trabalho a vocês, Professora e Professor!

SEQUÊNCIA DIDÁTICA – CAPÍTULO 1: INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Base: Pedagogia Histórico-Crítica – Total: 5 aulas de 100 minutos

AULA 1 – Intolerância Religiosa: o que é?

Seções abordadas: Abertura e Quem fala sobre esse tema?

Objetivo: Entender e reconhecer a conexão entre o tema intolerância religiosa, a experiência pessoal cotidiana e a vida coletiva.

Competências e habilidades:

- Competências gerais da educação básica: 1 e 2
- Competência de CHSA: 1
- Habilidade de CHSA: EM13CHS101, EM13CHS102 e EM13CHS106
- Competência de LGG: 1, 2 e 3
- Habilidade de LGG: EM13LGG101, EM13LGG102, EM13LGG202 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática social inicial** – Rodada de escuta ativa com perguntas geradoras: “Você já presenciou uma situação de intolerância religiosa ou ouviu falar disso?”
- **Problemática** – Debate sobre as falas coletadas: “Por que determinadas crenças são marginalizadas em nosso país?”
- **Instrumentalização** – Leitura guiada do texto de abertura “Maurício Pestana: Religião não se discute, se respeita!” e da seção “Quem fala sobre esse tema?”, com contextualização do conceito (box O que é?).
- **Catarse** – Produção de pequenos registros escritos com reflexões iniciais sobre o tema à luz do que foi discutido.
- **Prática social final** – Compartilhamento dos registros e socialização de ideias, com síntese crítica feita pelo professor.

AULA 2 – Intolerância Religiosa na redação do ENEM

Seção abordada: Como esse tema caiu no ENEM?

Objetivo: Compreender como o tema da intolerância religiosa foi abordado no ENEM, analisando a proposta de redação do ENEM 2016 e produções exemplares, a fim de identificar demandas temáticas, estratégias argumentativas e possibilidades de repertório sociológico que fortaleçam a escrita dissertativo-argumentativa.

Competências e habilidades:

- Competências gerais da educação básica: 1, 2 e 7
- Competência de CHSA: 1 e 6
- Habilidade de CHSA: EM13CHS101, EM13CHS102 e EM13CHS605
- Competência de LGG: 1, 2 e 3
- Habilidade de LGG: EM13LGG102, EM13LGG202 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática social inicial** – Análise coletiva de trechos de redações do ENEM e temas correlatos.
- **Problemática** – Debate: O que o ENEM valoriza ao abordar esse tema? Por que esse assunto é importante para o Brasil?
- **Instrumentalização** – Estudo detalhado da seção “Como esse tema caiu no ENEM?”: leitura da proposta de 2016 sobre intolerância religiosa. Análise de redação nota 1000.
- **Catarse** – Análise crítica de redação nota 1000, observando aspectos estruturais e repertório mobilizado pelo autor para compor sua dissertação.
- **Prática social final** – Estudantes elaboram sugestões de temas correlatos que poderiam cair no ENEM e justificam sua escolha.

AULA 3 – Construindo o Repertório Sociológico

Seção abordada: Contribuições da Sociologia

Objetivo: Analisar o fenômeno da intolerância religiosa a partir das contribuições da sociologia, compreendendo-o como expressão de relações de poder, dominação simbólica e exclusão social, com base em conceitos, como etnocentrismo, relativismo cultural, controle social, identidade etc..

Competências e habilidades:

- Competências gerais da educação básica: 1 e 2
- Competência de CHSA: 1 e 5
- Habilidade de CHSA: EM13CHS101, EM13CHS102 e EM13CHS503
- Competência de LGG: 1, 2 e 3

- Habilidade de LGG: EM13LGG101, EM13LGG102, EM13LGG103, EM13LGG202 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática social inicial** – Pergunta provocativa: “A intolerância é algo individual ou social?”
- **Problemática** – Discussão: “O que leva certos grupos religiosos a ocuparem posições de poder ou marginalidade?”
- **Instrumentalização** – Leitura dos textos da seção “Contribuições da Sociologia” e breve exposição dialogada dos conceitos-chave (religião, etnocentrismo, relativismo cultural, controle social, coesão social, etc.).
- **Catarse** – Grupos constroem mapas conceituais ou diagramas de figurações sociais a partir das categorias sociológicas.
- **Prática social final** – Apresentação dos mapas e síntese feita pelo professor, conectando teoria e prática.

AULA 4 – A Escrita sociológica e sua prática

Seções abordadas: Escrita Sociológica: como fazer uma boa introdução? e 1ª Prática de escrita sociológica

Objetivo: Elaborar introduções para textos dissertativo-argumentativos no estilo ENEM, utilizando estratégias como contextualização, tese e repertório sociológico, com base na análise crítica do tema intolerância religiosa e nos conceitos das Ciências Sociais, usando as técnicas Definição, Oposição, Causa/Consequência e a estrutura de parágrafo-padrão.

Competências e habilidades:

- Competências gerais da educação básica: 1, 2 e 7
- Competência de CHSA: 1 e 6
- Habilidade de CHSA: EM13CHS103, EM13CHS106 e EM13CHS605
- Competência de LGG: 3
- Habilidade de LGG: EM13LGG302 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática social inicial** – Exibição de introduções reais de redações (algumas boas e outras fracas) para análise crítica coletiva.
- **Problemática** – Debate: O que torna uma introdução sociológica eficaz?
- **Instrumentalização** – Estudo da seção “Escrita Sociológica: como fazer uma boa introdução?” com ênfase nos elementos da introdução (contextualização, tese, repertório) e nas técnicas de redação propostas.
- **Catarse** – Cada aluno elabora uma introdução para o tema “Intolerância Religiosa” com base nos critérios discutidos.
- **Prática social final** – Troca entre pares para leitura e comentários com base em uma rubrica simplificada (com mediação do docente).

AULA 5 – Compartilhando e discutindo

Seção abordada: 1ª Prática de escrita sociológica

Objetivo: Compartilhar, analisar e discutir as produções escritas sobre o tema intolerância religiosa, promovendo o desenvolvimento da escuta crítica, da argumentação sociológica e da capacidade de reelaborar o próprio texto a partir do diálogo e da reflexão coletiva

Competências e habilidades:

- Competências gerais da educação básica: 1, 2 e 7
- Competência de CHSA: 1, 5 e 6
- Habilidade de CHSA: EM13CHS106, EM13CHS503 e EM13CHS605
- Competência de LGG: 1, 2 e 3
- Habilidade de LGG: EM13LGG101, EM13LGG103, EM13LGG202 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática social inicial** – Os alunos relembram suas introduções anteriores.
- **Problemática** – Discussão: Quais estratégias de escrita melhor conseguiram expressar o conteúdo sociológico?
- **Instrumentalização** – Reescrita colaborativa com base nos *feedbacks*, usando um roteiro orientador fornecido pelo professor.
- **Catarse** – Cada estudante lê sua versão final para o grupo ou escreve uma versão coletiva.
- **Prática social final** – Socialização das produções em mural físico ou virtual, usando o *padlet*, e debate sobre como a escrita pode ser forma de luta social.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA: CAPÍTULO 2 - CIDADANIA NO BRASIL

Base: Pedagogia Histórico-Crítica – Total: 5 aulas de 100 minutos

1ª Aula: “Cidadania no Brasil”: o que é? e Quem fala sobre esse tema?

Seções abordadas: Abertura e Quem fala sobre esse tema?

Objetivo: Compreender como os estudantes percebem o conceito de cidadania e suas manifestações em sua dimensão histórica e social, reconhecendo diferentes perspectivas (acadêmicas e populares) sobre o tema, a fim de iniciar uma reflexão crítica sobre os direitos e deveres no contexto brasileiro contemporâneo.

Competências e habilidades:

- Competências gerais da educação básica: 1 e 2
- Competência de CHSA: 1
- Habilidade de CHSA: EM13CHS101, EM13CHS102 e EM13CHS106
- Competência de LGG: 1, 2 e 3
- Habilidade de LGG: EM13LGG101, EM13LGG102, EM13LGG202 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática social inicial:** Conversa com os alunos sobre suas experiências com cidadania, direitos e deveres. Levantamento de ideias espontâneas.
- **Problemática:** Como é possível que um cidadão tenha direitos garantidos por lei, mas, ainda assim, veja esses direitos negados na prática?
- **Instrumentalização:** Leitura e análise da abertura do capítulo e da seção “Quem fala sobre esse tema?”, com destaque para os conceitos centrais.
- **Catarse:** Discussão coletiva para interpretação do conceito de cidadania com base na experiência e nos conhecimentos mobilizados.
- **Prática social final:** Elaboração de cartazes em grupo com palavras e expressões que representem o conceito de cidadania no Brasil.

2ª Aula: O tema “Cidadania” na redação do ENEM

Seção abordada: Como esse tema caiu no ENEM?

Objetivo: Analisar como a temática da cidadania foi cobrada em provas de redação do ENEM e despertar nos estudantes a necessidade de compreender crítica e sociologicamente os contextos em que ela se insere, identificando os conhecimentos e competências exigidos, a fim de desenvolver repertório a partir da análise de redações nota 1000 sobre o tema.

Competências e habilidades:

- Competências gerais da educação básica: 1, 2 e 7
- Competência de CHSA: 1 e 6
- Habilidade de CHSA: EM13CHS101, EM13CHS102 e EM13CHS605
- Competência de LGG: 1, 2 e 3
- Habilidade de LGG: EM13LGG102, EM13LGG202 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática social inicial:** Recuperação das discussões anteriores e perguntas: “Vocês lembram de questões do ENEM que falavam sobre cidadania?”
- **Problemática:** Por que o ENEM cobra esse tema com tanta frequência? O que isso revela sobre a sociedade brasileira?
- **Instrumentalização:** Leitura e análise de redações nota 1000 do ENEM trazidas no capítulo.
- **Catarse:** Debate orientado sobre como as argumentações exigem compreensão de cidadania em diferentes contextos.
- **Prática social final:** Elaboração de propostas temáticas autorais inspiradas no estilo ENEM sobre o tema da cidadania.

3ª Aula: A Cidadania à luz da sociologia

Seção abordada: Contribuições da Sociologia

Objetivo: Compreender os principais conceitos sociológicos relacionados à cidadania, com ênfase na abordagem de T.H. Marshall, além de outros sociólogos, distinguindo os direitos civis, políticos e sociais, a fim de analisar à luz das Ciências Sociais a desigualdade no acesso aos direitos no contexto brasileiro.

Competências e habilidades:

- Competências gerais da educação básica: 1 e 2
- Competência de CHSA: 1 e 5

- Habilidade de CHSA: EM13CHS101, EM13CHS102 e EM13CHS503
- Competência de LGG: 1, 2 e 3.
- Habilidade de LGG: EM13LGG102, EM13LGG103, EM13LGG202 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática social inicial:** Retomada das respostas anteriores: O que a sociologia tem a ver com cidadania?
- **Problemática:** Por que tantos direitos assegurados não são acessados por todos?
- **Instrumentalização:** Leitura da seção “Contribuições da Sociologia”. Estudo dos conceitos de cidadania formal e cidadania real; e dos tipos de direito (civil, político e social).
- **Catarse:** Discussão crítica com apoio dos autores citados (Marshall, Florestan Fernandes, etc.) sobre a realidade brasileira.
- **Prática social final:** Criação de um mural conceitual com textos e imagens explicando o que é cidadania segundo a sociologia.

4ª Aula: Técnicas de redação sobre parágrafos de desenvolvimento

Seção abordada: Escrita Sociológica: como elaborar parágrafos de desenvolvimento? e 2ª Prática de escrita sociológica

Objetivo: Desenvolver competências de escrita sociológica por meio da produção de parágrafos de desenvolvimento com argumentação crítica, integrando conceitos sociológicos estudados à estrutura do texto dissertativo-argumentativo, de forma clara, coesa e fundamentada, usando as técnicas da alusão e da citação.

Competências e habilidades:

- Competências gerais da educação básica: 1, 2 e 7
- Competência de CHSA: 1 e 6
- Habilidade de CHSA: EM13CHS103, EM13CHS106 e EM13CHS605
- Competência de LGG: 3
- Habilidade de LGG: EM13LGG302 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática social inicial:** Leitura de um parágrafo frágil sobre cidadania e discussão sobre por que ele não convence a banca corretora.
- **Problemática:** Como construir um parágrafo argumentativo forte, com base em conhecimento sociológico, usando a alusão ou a citação?
- **Instrumentalização:** Leitura da seção de orientação para escrita. Estudo das técnicas e dos exemplos e estrutura dos parágrafos.
- **Catarse:** Escrita orientada de parágrafos sobre cidadania com base em um repertório conceitual e crítico e nas técnicas estudadas.
- **Prática social final:** Troca de textos entre pares para análise e feedback inicial.

5ª Aula: 2ª Prática de escrita sociológica - compartilhando e discutindo as respostas

Seção abordada: 2ª Prática de escrita sociológica

Objetivo: Aprimorar a produção textual sociológica por meio do compartilhamento, análise crítica e reescrita colaborativa dos parágrafos produzidos, desenvolvendo a escuta ativa, a argumentação fundamentada e a capacidade de revisar e melhorar seus textos com base em critérios sociológicos e discursivos.

Competências e habilidades:

- Competências gerais da educação básica: 1, 2 e 7
- Competência de CHSA: 1, 5 e 6
- Habilidade de CHSA: EM13CHS106, EM13CHS503 e EM13CHS605
- Competência de LGG: 1, 2 e 3
- Habilidade de LGG: EM13LGG101, EM13LGG103, EM13LGG202 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática social inicial:** Leitura voluntária dos parágrafos produzidos na aula anterior.
- **Problemática:** O que torna um parágrafo sociológico eficaz? Como a forma e o conteúdo dialogam?
- **Instrumentalização:** Uso de uma rubrica de análise textual com os critérios: clareza, coesão, pertinência conceitual e argumentativa.
- **Catarse:** Discussão sobre os principais erros e acertos identificados nos textos. Construção coletiva de um modelo ideal.
- **Prática social final:** Reescrita dos parágrafos com base nos feedbacks recebidos.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA: CAPÍTULO 3 – RELAÇÕES SOCIAIS

Base: Pedagogia Histórico-Crítica – Total: 5 aulas de 100 minutos

1ª Aula: Relações Sociais: o que é isso?

Seções abordadas: Abertura do Capítulo Relações Sociais e Quem fala sobre esse tema?

Objetivo: Compreender o conceito de relações sociais a partir das experiências cotidianas e das contribuições teóricas iniciais, desenvolvendo uma visão crítica sobre como essas relações moldam os indivíduos e são moldadas por eles.

Competências e habilidades:

- Competências gerais da educação básica: 1 e 2
- Competência de CHSA: 1
- Habilidade de CHSA: EM13CHS101, EM13CHS102 e EM13CHS106
- Competência de LGG: 1, 2 e 3
- Habilidade de LGG: EM13LGG101, EM13LGG102, EM13LGG202 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática social inicial:** Conversa inicial sobre o significado de “relações sociais” na vida dos estudantes (família, escola, redes sociais). Levantamento de ideias espontâneas.
- **Problemática:** As relações sociais moldam o indivíduo ou o indivíduo molda as relações sociais?
- **Instrumentalização:** Leitura coletiva dos textos “Sociedade: relações sociais, diversidade e conflitos”, “Estudos revelam o assustador impacto da tecnologia nas relações sociais”. da seção “Quem fala sobre esse tema?”. Discussão sobre o pensamento de Manuel Castells sobre relações sociais na Era Digital.
- **Catarse:** Debate coletivo sobre as principais ideias contidas nos textos e como elas desnaturalizam o senso comum dos estudantes.
- **Prática social final:** Elaboração de mapa mental com conceitos-chave apresentados.

2ª Aula: Relações Sociais na redação do ENEM

Seção abordada: Como esse tema caiu no ENEM?

Objetivo: Analisar como o tema das relações sociais tem sido abordado em questões do ENEM, desenvolvendo competências de leitura crítica e identificação de conhecimentos sociológicos exigidos pelas provas.

Competências e habilidades:

- Competências gerais da educação básica: 1, 2 e 7
- Competência de CHSA: 1 e 6
- Habilidade de CHSA: EM13CHS101, EM13CHS102 e EM13CHS605
- Competência de LGG: 1, 2 e 3
- Habilidade de LGG: EM13LGG102, EM13LGG202 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática social inicial:** Reflexão sobre o tema em propostas de redação no ENEM. Como assuntos ligados a relações interpessoais, identidades ou grupos sociais, relações de poder apareceram em provas de redação do Exame?
- **Problemática:** Por que as relações sociais são tema recorrente no ENEM direta e indiretamente? O que se espera do aluno que precisa se posicionar sobre essa questão?
- **Instrumentalização:** Leitura e análise da prova do ENEM 2018 e de uma redação nota 1000 sobre o tema “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”
- **Catarse:** Identificação dos saberes mobilizados pelo estudante autor da redação e reflexão sobre o repertório sociológico utilizado.
- **Prática social final:** Elaboração de uma proposta de redação estilo ENEM (em grupos) sobre relações sociais nos dias de hoje, com textos-base e frase temática.

3ª Aula: As relações sociais à luz da sociologia

Seção abordada: Contribuições da Sociologia

Objetivo: Compreender os principais conceitos sociológicos sobre relações sociais, como grupos, instituições e controle social, analisando como essas estruturas influenciam o comportamento individual e coletivo.

Competências e habilidades:

- Competências gerais da educação básica: 1 e 2
- Competência de CHSA: 1 e 5

- Habilidade de CHSA: EM13CHS101, EM13CHS102 e EM13CHS503
- Competência de LGG: 1, 2 e 3.
- Habilidade de LGG: EM13LGG102, EM13LGG103, EM13LGG202 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática social inicial:** Pergunta motivadora: O que são relações sociais e por que elas importam?
- **Problemática:** Como a sociologia ajuda a entender os laços sociais e os conflitos entre indivíduos e grupos?
- **Instrumentalização:** Leitura e análise da seção “Contribuições da Sociologia”. Discussão sobre conceitos como “controle social”, “alienação”, “ação social”, “anomia”, “habitus”, “grupos sociais” e “instituições sociais”.
- **Catarse:** Relacionar os conceitos sociológicos às experiências próprias dos estudantes.
- **Prática social final:** Elaboração de um painel ilustrado (digital ou físico) com exemplos reais de relações sociais, à luz dos conceitos trabalhados, e seus efeitos na convivência.

4ª Aula: Técnica de Redação: a proposta de intervenção no parágrafo de conclusão

Seções abordadas: Escrita Sociológica: a conclusão e 3ª Prática de escrita sociológica

Objetivo: Produzir parágrafos conclusivos com propostas de intervenção social no estilo do ENEM, integrando os conhecimentos sociológicos ao exercício da cidadania crítica e argumentativa.

Competências e habilidades:

- Competências gerais da Educação Básica: 1, 2 e 7
- Competência de CHSA: 1, 5 e 6
- Habilidade de CHSA: EM13CHS103, EM13CHS106, EM13CHS503 e EM13CHS605
- Competência de LGG: 1, 2 e 3
- Habilidade de LGG: LGG: EM13LGG103, EM13LGG203, EM13LGG302 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática social inicial:** Pergunta motivadora: o que é uma proposta de intervenção social? Provocar uma reflexão sobre os elementos fundamentais de uma intervenção social para problemas e fenômenos sociais.
- **Problemática:** Por que propor soluções no estilo ENEM exige mais que “senso comum”?
- **Instrumentalização:** Estudo da estrutura da proposta de intervenção segundo os cinco elementos exigidos (agente, ação, modo/meio, efeito e detalhamento). Leitura e análise da técnica de elaboração da conclusão-solução.
- **Catarse:** Elaboração orientada de conclusões com intervenções coerentes com os argumentos e os conceitos sociológicos.
- **Prática social final:** Redação individual de parágrafos de conclusão da terceira prática de escrita sociológica.

5ª Aula: Compartilhando e discutindo as respostas – 3ª Prática de escrita sociológica

Seção abordada: 3ª Prática de escrita sociológica

Objetivo: Reescrever e aprimorar textos sociológicos com base na escuta crítica e nos critérios de avaliação, desenvolvendo a habilidade de revisar argumentos e propor soluções consistentes e contextualizadas.

Competências e habilidades:

- Competências gerais da educação básica: 1, 2 e 7
- Competência de CHSA: 1, 5 e 6
- Habilidade de CHSA: EM13CHS106, EM13CHS503 e EM13CHS605
- Competência de LGG: 1, 2 e 3
- Habilidade de LGG: EM13LGG101, EM13LGG103, EM13LGG202, EM13LGG203, EM13LGG302 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática Social Inicial:** Leitura voluntária e troca dos textos produzidos.
- **Problemática:** O que torna uma conclusão eficaz? Como equilibrar criatividade, pertinência e tecnicidade?
- **Instrumentalização:** Análise coletiva com base em rubrica de avaliação (critérios: clareza, pertinência sociológica, viabilidade e estrutura).
- **Catarse:** Reflexão crítica sobre os avanços e desafios nas produções.
- **Prática Social Final:** Reescrita da conclusão e registro do aprendizado sobre a intervenção sociológica como prática cidadã.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA: CAPÍTULO 4 – VIOLÊNCIA

Base: Pedagogia Histórico-Crítica – Total: 5 aulas de 100 minutos

1ª Aula: Violência: o que é?

Seções envolvidas: Abertura do Capítulo e Quem fala sobre esse tema?

Objetivo de aprendizagem: Compreender o conceito de Violência em suas múltiplas manifestações e identificar os sujeitos sociais que discutem essa temática, reconhecendo suas implicações históricas e sociológicas.

Competências e habilidades:

- Competências gerais da educação básica: 1 e 2
- Competência de CHSA: 1
- Habilidade de CHSA: EM13CHS101, EM13CHS102 e EM13CHS106
- Competência de LGG: 1, 2 e 3
- Habilidade de LGG: EM13LGG101, EM13LGG102, EM13LGG202 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática social inicial:** Levantamento de situações de violência observadas no cotidiano da escola, da comunidade e da mídia.
- **Problemática:** A violência é algo natural do ser humano ou produto das relações sociais?
- **Instrumentalização:** Leitura dos textos “o que faz o Brasil ter números de Violência tão altos?”, “Números apontam avanço da violência que silencia e vitimiza mulheres” e da seção “Quem fala sobre esse tema?”. Discussão sobre as conexões entre os pontos de vista encontrados nos textos e a visão de Zygmunt Bauman sobre o tema violência.
- **Catarse:** Reflexão coletiva sobre as percepções iniciais e os novos entendimentos acerca da violência.
- **Prática social final:** Produção de um mapa conceitual sobre tipos de violência e suas origens sociais.

2ª Aula: A violência em Provas de Redação do ENEM

Seção envolvida: Como esse tema caiu no ENEM?

Objetivo de aprendizagem: Analisar como o tema da Violência foi abordado até agora nas propostas de redação do ENEM, identificando em redações nota 1000 competências e habilidades capazes de evidenciar a promoção do letramento sociológico e linguístico.

Competências e habilidades:

- Competências gerais da educação básica: 1 e 2
- Competência de CHSA: 1
- Habilidade de CHSA: EM13CHS101, EM13CHS102 e EM13CHS106
- Competência de LGG: 1, 2 e 3
- Habilidade de LGG: EM13LGG101, EM13LGG102, EM13LGG202 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática social inicial:** Releitura das percepções sobre violência discutidas na aula anterior.
- **Problemática:** Por que a Violência é um tema recorrente nas avaliações nacionais?
- **Instrumentalização:** Análise da proposta temática da prova de redação do ENEM 2015: “a persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira” e de uma redação nota 1000 sobre esse tema. Identificação de competências da matriz de referência e marcas de letramento sociológico.
- **Catarse:** Construção coletiva de propostas de um plano de causas e consequências da violência em diferentes dimensões a partir da leitura de redações nota 1000 desta edição e de edições anteriores do ENEM.
- **Prática social final:** Elaboração de propostas de redação relacionadas à violência com base no modelo estilo ENEM (atividade em grupo).

3ª Aula: A Sociologia e a naturalização da violência

Seção envolvida: Contribuições da Sociologia

Objetivo de aprendizagem: Identificar e compreender as contribuições da sociologia para a análise da Violência, reconhecendo autores, conceitos e perspectivas teóricas relevantes ao entendimento da temática.

Competências e habilidades:

- Competências gerais da educação básica: 1 e 2
- Competência de CHSA: 1 e 5

- Habilidade de CHSA: EM13CHS101, EM13CHS102 e EM13CHS503
- Competência de LGG: 1, 2 e 3.
- Habilidade de LGG: EM13LGG102, EM13LGG103, EM13LGG202 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática social inicial:** Pergunta disparadora: “A violência tem cor, classe, gênero?”
- **Problemática:** Quem são as vítimas da violência no Brasil? E quem são os autores? Quais as regras das relações de poder?
- **Instrumentalização:** Leitura da seção “Contribuições da Sociologia”. Estudo de autores como Max Weber, Durkheim, Marx, Bourdieu, Foucault, Norbert Elias, Howard Becker e Loïc Wacquant.
- **Catarse:** Reflexão sobre as formas de violência simbólica, institucional e estrutural.
- **Prática social final:** Elaboração de um infográfico com as categorias de violência discutidas e suas implicações sociais.

4ª Aula: Caminhos para combater a violência

Seções envolvidas: Escrita Sociológica – a dissertação e 4ª Prática de escrita sociológica

Objetivo de aprendizagem: Compreender o que é e quais as características do texto dissertativo-argumentativo para a realização da produção de uma redação completa a partir do domínio das partes componentes da estrutura dissertativa, de acordo com a expectativa da banca do ENEM.

Competências e habilidades:

- Competências gerais da educação básica: 1, 2 e 7
- Competência de CHSA: 1, 5 e 6
- Habilidade de CHSA: EM13CHS103, EM13CHS106, EM13CHS503 e EM13CHS605
- Competência de LGG: 1, 2 e 3
- Habilidade de LGG: LGG: EM13LGG103, EM13LGG203, EM13LGG302 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática social inicial:** Leitura de exemplos de conclusões fracas sobre o tema da violência.
- **Problemática:** O que diferencia uma proposta de intervenção eficiente de uma superficial?
- **Instrumentalização:** Estudo orientado da estrutura da conclusão no ENEM. Análise do material da seção “Escrita Sociológica”.
- **Catarse:** Produção de uma conclusão com intervenção sociológica coerente.
- **Prática social final:** Redação completa de um texto dissertativo-argumentativo com foco em todos os aspectos estudados.

5ª Aula: Compartilhando e discutindo as respostas -

Seção envolvida: 4ª Prática de escrita sociológica

Objetivo de aprendizagem: Avaliar e aprimorar a produção textual por meio da troca de experiências, escuta crítica e reescrita fundamentada.

Competências e habilidades:

- Competências gerais da educação básica: 1, 2 e 7
- Competência de CHSA: 1, 5 e 6
- Habilidade de CHSA: EM13CHS106, EM13CHS503 e EM13CHS605
- Competência de LGG: 1, 2 e 3
- Habilidade de LGG: EM13LGG101, EM13LGG103, EM13LGG202, EM13LGG203, EM13LGG302 e EM13LGG303

Etapas da Aula

- **Prática social inicial:** Apresentação de textos dos colegas (leitura voluntária).
- **Problemática:** O texto cumpre todos os requisitos da matriz de correção da prova de redação do ENEM?
- **Instrumentalização:** Leitura e avaliação cruzada entre pares, com base em rubrica (utilizar a matriz de correção do ENEM).
- **Catarse:** Reflexão coletiva sobre avanços, limites e possibilidades de melhoria.
- **Prática social final:** Reescrita da redação com base nas análises e discussões realizadas.

Referências

ARANHA, Maria Rita de Arruda et al. **Moderna plus: ciências humanas e sociais aplicadas**. São Paulo: Moderna, 2020. (6 Volumes).

ARAÚJO, Marcelo et al. **Sociologia em movimento**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

ARAÚJO, Silvia Maria de. BRIDI, Maria Aparecida. MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**: volume único: ensino médio. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016.

BACICH, Lilian; MORAN, José (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Penso, 2018,

BAUMAN, Zygmunt. **Para que serve a Sociologia?** Trad. Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BECKER, Howard S. **Falando de Sociedade: ensaios sobre diferentes maneiras de representar o social**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rev. Karina Kuschnir. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Trad. Maria Luiza X. de Borges. Rev. Karina Kuschnir. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BODART, Cristiano das Neves (Org.). **Conceitos e categorias do ensino de Sociologia**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021. (Coleção Conceitos e Categorias do Ensino de Ciências Sociais, v. 1).

BODART, Cristiano das Neves (Org.). **Conceitos e categorias do ensino de Sociologia**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021. (Coleção Conceitos e Categorias do Ensino de Ciências Sociais, v. 2).

BODART, Cristiano das Neves (Org.). **O ensino de humanidades nas Escolas**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019.

BODART, Cristiano das Neves (Org.). **O ensino de Sociologia e de Filosofia escolar**. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020.

BODART, Cristiano das Neves. O ensino de Sociologia para além do estranhamento e da desnaturalização: por uma percepção figuracional da realidade social. **Latitude**, Maceió, v.15, edição especial, p.139-160, 2021. Disponível em: <https://cristianobodart.com/wp-content/uploads/2023/08/O-ensino-de-Sociologia-para-alem-do-estranhamento-e-da-desnaturalizacao.pdf> . Acesso em: 22 maio 2024.

BODART, Cristiano das Neves. **O que aprender para ensinar Sociologia**. 1 ed. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2024.

BODART, Cristiano das Neves; TAVARES, Caio dos Santos. **O Status da Sociologia Escolar: O que pensam os Alunos?** In: **MEDIAÇÕES**, Londrina, v. 25, n. 3, p. 764-782, set./dez. 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/38885/32406/238095> . Acesso em: 26 fev. 2024.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1989.

BOTTMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Trad. Waltensir Dutra. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. (Recurso digital).

BOTTOMORE, Tom. OUTHWAITE, William (Org.). **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Trad. Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> . Acesso em: 12 set. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Exame Nacional do Ensino Médio 2013**: prova de linguagens, códigos e suas e suas tecnologias e redação: caderno azul. 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/enem/provas_e_gabaritos/2023_PV_impresso_D1_CD1.pdf . Acesso em: 30 jan. 2024.

BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Ciências Humanas e suas Tecnologias – Conhecimentos de Sociologia. Brasília, MEC, 133 p. 2006. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_inter-net.pdf . Acesso em: 2 out. 2023.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Lei 9.394**: Estabelece Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **ENEM Redações 2019**: material de leitura - Competência II. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília/DF, 2019a. (Módulo 04). Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_2.pdf . Acesso em: 04 out. 2023.

BRASIL. **ENEM Redações 2019**: material de leitura - Competência III. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília/DF, 2019b. (Módulo 05). Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_3.pdf . Acesso em: 04 out. 2023.

BRASIL. **ENEM Redações 2019**: material de leitura - Competência V. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília/DF, 2019c. (Módulo 07). Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_5.pdf . Acesso em: 04 out. 2023.

BRASIL. **Matriz de Referência do ENEM**. 2014. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf . Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Redação no Enem 2012 – Cartilha do Participante**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília/DF, 2012. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/guia_participante_redacao_enem_2012.pdf . Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Redação no Enem 2013 – Cartilha do Participante**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília/DF, 2013. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_participante_redacao_enem_2013.pdf . Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Redação no Enem 2016 – Cartilha do Participante**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília/DF, 2016. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redacao_do_enem_2016.pdf . Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Redação no ENEM 2017 – Cartilha do Participante**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília/DF, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2017/manual_de_redacao_do_enem_2017.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Redação no ENEM 2018 – Cartilha do Participante**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília/DF, 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2018/manual_de_redacao_do_enem_2018.pdf. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. **Redação no ENEM 2019 – Cartilha do Participante**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília/DF, 2019d. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2019/redacao_enem2019_cartilha_participante.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Redação no ENEM 2020 – Cartilha do Participante**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília/DF, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/a_redacao_do_enem_2020_-_cartilha_do_participante.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Redação no ENEM 2022 – Cartilha do Participante**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília/DF, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/cartilha_do_participante_enem_2022.pdf. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. **Redação no ENEM 2023 – Cartilha do Participante**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília/DF, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/a_redacao_no_enem_2023_cartilha_do_participante.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. **Redação no ENEM 2024 – Cartilha do Participante**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília/DF, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/a_redacao_no_enem_2024_cartilha_do_participante.pdf. Acesso em: 06 jan. 2025.

BRUNETTA, Antonio Alberto (Org.) et al. **Dicionário do Ensino de Sociologia**. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020.

CARVALHO, Marie Jane Soares; ANDRADE, Viviane Toraci Alonso. **Competências e habilidades para uma educação 3.0**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2022.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018. (recurso eletrônico)

CASTRO, Celso. **Textos básicos de antropologia: cem anos de tradição**: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

CATANI, Afrânio Mendes et al (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

COHEN, Bruna Amarante de Mendonça. **A textualização argumentativa de redações nota 1000 do ENEM**. Belo Horizonte: UFMG, 2022. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Faculdade de Letras - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/41264>. Acesso em: 10 jan. 2024.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

CONNELL, Raewyn. PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Trad. e ver. Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

CORRÊA, Vilma Reche; GARCEZ, Lucília Helena do Carmo (Org.). **Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para qualificação de avaliadores**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017. 279 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examens_da_educacao_basica/textos_dissertativo_argumentativos.pdf. Acesso em: 4 abr. 2023.

CUNHA, Karla Luana Gomes. Ferramentas sociológicas nas oficinas de redação: um olhar para o foco na aprendizagem. In: **Revista DoCEntes**, v. 7, n. 19, p. 17-24, set./dez. 2022. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enid/2019/TRABALHO_EV13_4_MD4_SA25_ID363_20102019234544.pdf. Acesso em: out. 2023.

CUNHA, Karla Luana Gomes. **Escritas sociológicas: uma intervenção didática interdisciplinar**. 2023.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

DIAS JUNIOR, Antônio Carlos. **O liberalismo de Ralf Dahrendorf: classes, conflito social e liberdade**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Aprendiz do Futuro: Cidadania hoje e amanhã**. 8 ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. Trad. Walter Solon. São Paulo: Edipro, 2012.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social; As Regras do Método Sociológico; O Suicídio; As Formas Elementares da Vida Religiosa**: seleção de textos de José Arthur Giannotti. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura et al. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

EDITORA GLOBO. **Dicionário de Sociologia**. 1. ed. Porto Alegre, 1969.

ELIAS, Vanda Maria e KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador, volume 1: uma história dos costumes**. Trad. Ruy Jungmann. Rev. Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador, volume 2: Formação do Estado e Civilização**. Trad. Ruy Jungmann. Rev. Renato Janine Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FAZENDA, Ivani (Org.) **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1980. (Coleção Sociologia Brasileira, v. 7).

FERREIRA, Wallace; MATOS, Wesley Hanns Carvalho; PAIN, Rodrigo de Souza; OLIVEIRA, Victor Augusto de. **A sociologia no ENEM: uma análise das contribuições teóricas e conceituais da disciplina nas redações entre 2009 e 2018**. In: Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica, 6., 2019, Santa Catarina. Anais eletrônicos. Florianópolis, 2019. Disponível em: https://www.eneseb2019.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=17. Acesso em: 11 mar. 2024.

FERREIRA, Wallace; SOUZA, Guilherme Nogueira de; FILHO, Alberto Alvadia; MATOS, Wesley Hanns Carvalho. As redações do ENEM, a contribuição da sociologia e os direitos humanos como linha transversal. **VI CONEDU – Vol. 2**. Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 510-525. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65283> . Acesso em: 20/02/2024

FERREIRA, Wallace; MARTINS, Stella De Sousa; LIMA, Juliana Dias; VICENTE, Letícia Guimarães. O enfrentamento da intolerância religiosa por meio da sociologia escolar: uma análise das redações nota mil do ENEM 2016. In: Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica, 7., 2021, Pará. **Anais eletrônicos**. Campina Grande: Realiza Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/educacao/detalhes/anais-do-eneseb> . Acesso em: 11 mar. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MATIOLLI, Thiago Oliveira Lima. **Os conteúdos de sociologia nos vestibulares e no ENEM**: uma discussão sobre conhecimento prévio. Saberes em Perspectiva. Jequié, v. 4, n. 8, p. 195-215, jan./abr. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350499740_Os_contenudos_de_sociologia_nos_vestibulares_e_no_ENEM_uma_discussao_sobre_conhecimento_previo . Acesso em: 22/02/2024.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MATIOLLI, Thiago Oliveira Lima. Os impactos da presença da sociologia nos sistemas de ingresso ao ensino superior: o que dizem os professores. **Em Tese**. Santa Catarina, v. 12, n. 2, ago./dez., 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2015v12n2p103> . Acesso em: 11 mar. 2024.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MATIOLLI, Thiago Oliveira Lima. Contribuições da sociologia para a redação do ENEM. In: MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa. **Saberes e práticas do ensino de sociologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Pedagogia da libertação em Paulo Freire**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018. (Recurso eletrônico).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. (Recurso eletrônico).

GALTUNG, Johan. Violência, paz e pesquisa para a paz. **Organicom**, São Paulo, Brasil, v. 15, n. 28, p. 33–56, 2018. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2018.150546. Disponível em: <https://revistas.usp.br/organicom/article/view/150546> . Acesso em: 23 jun. 2025.

GARLAND, David. Sobre o conceito de pânico moral (*On the concept of moral panic*). In: **Revista DELICTAE**, Vol. 4, Nº6, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.delictae.com.br/index.php/revista/article/download/90/61/188> . Acesso em: mai. 2025.

GIDDENS, Anthony. SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. 2 ed. Rev. Tra. Claudia Freire. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 9. ed. Trad. Daniel Vieira. Rev. Fernando Coutinho Cotanda. Porto Alegre: Penso, 2023.

GIDDENS, Anthony. Turner, Jonathan (org.). **Teoria Social Hoje**. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora Unesp, 1999. (Biblioteca Básica).

GUIMARÃES, Letícia et al. Análise das redações do ENEM 2016 e as contribuições da sociologia escolar no combate à intolerância religiosa. In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 4., 2020, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, 2020. Grupo de Discussão 05. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/anais/article/view/320> . Acesso em: 19 mai. 2023.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Exame Nacional do Ensino Médio – Enem**: relatório final - 1999. Brasília: INEP, 1998. 77 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_basica/enem_exame_nacional_do_ensino_medio_relatorio_final_1998.pdf . Acesso em: 24 abr. 2023.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Exame Nacional do Ensino Médio – Enem**: relatório final - 1999. Brasília: INEP, 1999. 77 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_basica/enem_exame_nacional_do_ensino_medio_relatorio_final_1999.pdf . Acesso em: 24 abr. 2023.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)**: fundamentação teórico-metodológica. Brasília: O Instituto, 2005. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_basica/enem_exame_nacional_do_ensino_medio_fundamentacao_teorico_metodologica.pdf . Acesso em: 23 nov. 2023.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Fundamentação das matrizes de avaliação da educação básica**: estudos e propostas. Brasília: O Instituto, 2014. 155 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_basica/fundamentacao_das_matrizes_de_avaliacao_da_educacao_basica_estudos_e_propostas.pdf . Acesso em: 16 out. 2023.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KERN, Eduarda Bora et al. **Moderna em formação**: sociologia. São Paulo: Moderna, 2021. (Livro do professor)

KULESSA, Erika. **Práticas de escrita nas aulas de Sociologia**: implicações para o processo de apropriação da linguagem sociológica. Revista em Debate (UFSC). Florianópolis, v. 14, n. 8, p. 82-100, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2015n14p82> . Acesso em: 2 jun. 2024.

KULESSA, Érika. **Linguagem e ensino de Sociologia**: reflexões sobre a apropriação da linguagem sociológica. Em Tese. Florianópolis, v. 13, n. 1, jan./jun., 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2016v13n1p141> . Acesso em: 17 jun. 2024.

KULESSA, Erika. **Linguagem sociológica e práticas de escrita**: uma pesquisa exploratória em aulas de sociologia no ensino médio. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-19042018-150048/publico/ERIK_A_KULESSA.pdf . Acesso em: 6 mar. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LEONARDO, Francisco Morille. **Os direitos humanos como competência de avaliação nas redações do ENEM**. In: Revista Signos, Lajeado, v. 41, n. 1, p. 250-266, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-0378.v41i1a2020.2519> . Acesso em: 28 out. 2023.

LIMA, Sheyla Fabrícia Alves; PIRIS, Eduardo Lopes. **A argumentação no ENEM**: análise de uma redação nota mil. In: Mediação, Pires do Rio - GO, v. 12, n. 2, p. 217-223, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/mediacao/article/view/6772> . Acesso em: 01 abr. 2024.

MACHADO, Paulo Henrique Alves; LIMA, Elizabeth Gonzaga dos Santos. **O ENEM no contexto das políticas para o Ensino Médio**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 355-373, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2014v32n1p355> . Acesso em: 30 mar. 2024.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. (Biblioteca de Ciências Sociais) (recurso eletrônico).

MASSI, Fernanda. **A Matriz de Correção da Redação do ENEM**. In: Caminhos em Linguística Aplicada, v. 16, n. 1, p. 69-89, jan./jul. 2017. Disponível em: <http://periodicos.unitau.br/ojs-2.2/index.php/caminhoslinguistica>. Acesso em: 30 mar. 2024.

MEDEIROS, Priscila Thaís da Conceição de; PEREIRA, Lidiane de Marins. **Podcasts, Clube de Redação Criativa e Atendimentos Virtuais**: novas estratégias para os novos tempos. In: Signo. Santa Cruz do Sul, v. 46, n. 85, p. 48-57, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo>. Acesso em 23 mar. 2024.

MELO, Ranieri Marques de; PEREIRA, Regina Celi Mendes. **Cartilha do Participante da Redação do ENEM**: uma análise do contexto sociossubjetivo e das capacidades de linguagem. In: DLCV - Língua, Linguística & Literatura, João Pessoa, PB, v. 14, n. 2, p. 339-352, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/dclv/article/view/42497>. Acesso em: 8 jul. 2023.

MILLS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Biblioteca de Ciências Sociais).

MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rev. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MORO, Guilherme André Del; FRANÇA, Halina dos Santos; GISI, Maria Lourdes; LEITE, Álvaro Emílio. **O Enem no contexto do Novo Ensino Médio**: um olhar a partir do Ciclo de Políticas. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 14., 2022, Caldas Novas - GO. Anais eletrônicos. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/educacao/detalhes/anais-do-xiv-encontro-nacional-de-pesquisa-em-educacao-em-ciencias?page=82>. Acesso em: 30 mar. 2024.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**: Olhar, Ouvir, Escrever. In: Revista de Antropologia, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111579>. Acesso em: 15 abr. 2024.

OLIVEIRA, Luan Machado; ROGÉRIO, Radamés de Mesquita. **O conhecimento sociológico como subsídio à escrita da redação do ENEM**. In: BODART, Cristiano das Neves. O ensino de Humanidades na escola. 1 ed. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019. p. 33-47.

OLIVEIRA, Thais Teixeira de; SILVA, Peterson Luiz Oliveira da; COSTA, Alan Ricardo. **Repertório sociocultural em redações nota 1000 do ENEM**: o que, como e onde? In: RE-UNIR, v. 8, n. 2, p. 141-162. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RE-UNIR/article/view/5793>. Acesso em: 2 mai. 2023.

PANSANI, Clóvis. **Pequeno Dicionário de Sociologia**. 2 ed. Rev. Ampl. Campinas: Autores Associados, 2011 (Coleção Acadêmico de Bolso).

PEIXOTO, Roberto. **LDB, sala de aula e práticas pedagógicas**: compreendendo as diretrizes legais e suas implicações na prática docente. 1. ed. São Paulo: Fontenele Publicações, 2024.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco**: ensino médio. Secretaria de Educação e Esportes, União dos Dirigentes Municipais de Educação. Recife: Secretaria, 2021.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da educação**: da sala de aula aos conceitos gerais. São Paulo: Contexto, 2022.

PIRES, Welkson; MARQUES, Arimax. **Avaliação das Aprendizagens no Ensino da Sociologia Escolar**: uma análise a partir dos livros didáticos de Sociologia do Ensino Médio. In: Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 9, n. 18, Edição Especial, p. 369-402, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeducings/article/view/6618>. Acesso em: 18 maio 2024.

POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PRANDI, Reginaldo. **A Mitologia dos Orixás**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PROFSOCIO-UFC. **Trabalhos de conclusão - manual de orientação PROFSOCIO**. Disponível em: <https://PROFSOCIO.ufc.br/wp-content/uploads/2021/10/manual-tcc-profso cio.pdf> . Acesso em: 16 set. 2023.

QUINTANEIRO, Tânia. BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. Rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

RABAIOLLI, Maristela. **Indícios de autoria e marcas identitárias em textos nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)**. Porto Alegre, RS: Centro Universitário Ritter dos Reis: 2016. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3912905 . Acesso em: 24 out. 2023.

RAINBOLT, George et al. **Pensamento Crítico**. Fundamento. Ouro Preto, v. 1, n. 1, set./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/fundamento/article/view/2231> . Acesso em: 17 ago. 2024.

RAMALHO, José Rodorval. **Sociologia para o Ensino Médio**. Petrópolis: Vozes, 2012.

RATTON, José Luiz. SZWAKO, José (Org.) **Dicionário dos Negacionismos no Brasil**. 1. ed. Recife: Cepe, 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: A Formação e o Sentido do Brasil. 1. ed. São Paulo: Global Editora, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório**: estudos da antropologia da civilização 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

RIBEIRO, Flávia Ghignone Braga. **A presença e a abordagem da Sociologia no Exame Nacional do Ensino Médio a partir das diretrizes e orientações curriculares oficiais para a disciplina**. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2020. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11656> . Acesso em: 10 out. 2023.

RIOS, Flávia (Org.) et al. **Dicionário das relações étnico-raciais contemporânea**. 1. ed. - São Paulo: Perspectiva, 2023. (Recurso eletrônico)

RIZO, Wallace Fraga. **Vygotsky, Leontiev e Galperin**: reflexões para a prática docente. 1. ed. Curitiba: Appris, 2025.

SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio Alves (Org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 12. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. São Paulo: Moderna, 2016.

SILVA, Thaiana Rodrigues da. **A violência contra a mulher na redação do ENEM 2015**: quem feriu os direitos humanos? Rio de Janeiro: UERJ, 2021. Originalmente apresentada como dissertação de

mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.bdtu.uerj.br:8443/handle/1/18507> . Acesso em: 9 set. 2023.

SIMÕES, S. M. R. A. **A redação no (e do) ENEM**: o dizer e o silenciar. 2014. 105f. Dissertação (Mestrado) - Ciências da Linguagem, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2014. Disponível em: <http://pos.univas.edu.br/ppgcl/docs/2014/dissertacoes/STELLA%20MARIS%20RODRIGUES%20SIMOES.pdf> . Acesso em: 8 set. 2023.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2024.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. 1. ed. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. (Coleção Origem) (Recurso eletrônico).

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Psicologia e Pedagogia)

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 2. ed. Rio de Janeiro: Editoras: F. Bastos, 2003.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. 5. ed. Trad. Rubens Eduardo Ferreira Frias e Gerard Georges Delaunay. São Paulo: Centauro, 2002.

YARED, I. **O que é interdisciplinaridade?** In: Fazenda, Ivani. (Org.). O Que é interdisciplinaridade? (pp. 161-166). São Paulo: Cortez, 2008.

